

PUBLICAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL
DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
(RIO DE JANEIRO)

1946 v.100 n.7-1ª vol.-O dia do Índio

1946 v.101- separata- A influência do Índio

SAIDA

ENTRADA

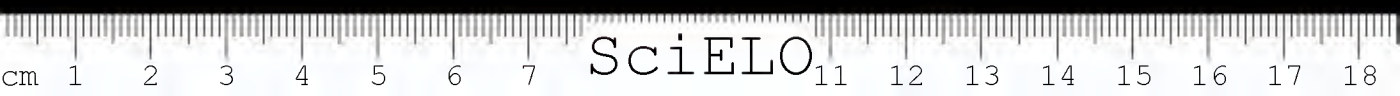
PUBLICAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE
PROTEÇÃO AOS INDIOS

(RIO DE JANEIRO)

1946 v.100 n.7-1ª vol.-O dia do Índio

1946 v.101 separata- A influência do Índio













MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS



19 DE ABRIL

O DIA DO ÍNDIO

AS COMEMORAÇÕES REALIZADAS EM 1944 E 1945

1.º VOLUME

Publicação n.º 100

Anexo n.º 7



1946

IMPRENSA NACIONAL — RIO DE JANEIRO — BRASIL





SciELO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

1 3631



19 DE ABRIL

O DIA DO ÍNDIO

AS COMEMORAÇÕES REALIZADAS EM 1944 E 1945

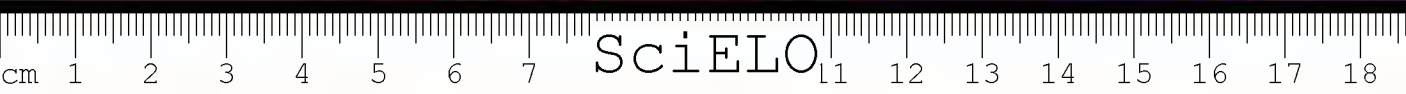
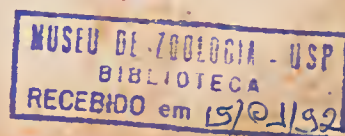
1.º VOLUME

Publicação n.º 100



1946

IMPRENSA NACIONAL — RIO DE JANEIRO — BRASIL





DECRETO-LEI N.º 5.540 — de 2 de junho de 1943

Considera DIA DO ÍNDIO a data de 19 de abril.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e tendo em vista que o Primeiro Congresso Indigenista Inter-americano, reunido no México, em 1940, propôs aos países da América a adoção da data de 19 de abril para o “Dia do Índio”, decreta:

Art. 1.º E’ considerado — “Dia do Índio” — a data de 19 de abril.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

Oswaldo Aranha.

178. 2



13631



CANÇÃO DO ÍNDIO

(*Música da Canção "Soldados do Brasil"*)

Nós somos os bravos índios
De tribos velhas de nossa terra.
Quando fôr por defendê-la,
Com nosso ardor, que o peito encerra,
Lutaremos destemidos
À liberdade dos oprimidos:
Então soará retumbante
O nosso alarme dos tempos idos!

Assim luta o índio, sem temor,
Na paz trabalha com ardor,
Lembrando a nossa história,
Que nos tempos se recorda
E nos enche de valor!

Bravos índios brasileiros,
Grandes guerreiros,
Honraram a História!
Cunhambebe e Potiguara
E Ararigboia na Guanabara!
Para não sermos escravos,
A heróis batavos,
Venceu Potí,
Com sua gente valorosa,
Lutando orgulhosa —
— Brasil — por ti!

A letra desta canção é de autoria da Sra. D.^a Helena Abduch Vieira dos Santos, professora do Posto Indígena Nonoai, Rio Grande do Sul.





Reprodução do quadro mexicano "O Suplício de Cuauhtémoc", desenho de Kurt Krakauer



O DIA DO ÍNDIO

AS COMEMORAÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 1944

Tendo o Brasil aceito a sugestão indicada pelo I Congresso Indigenista Interamericano, no sentido de que a 19 de abril de cada ano comemorassem os países americanos o Dia do Índio, o Presidente Getúlio Vargas consolidou o apôio oficial do Brasil nesse sentido, através do Decreto-lei n.º 5.540, de 2 de junho de 1943.

Em consequência desse louvável ato presidencial, os próceres do movimento indigenista no Brasil, notadamente os membros do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, se movimentaram, no intuito de oferecer maior esplendor e entusiasmo aos festejos consagrados aos primitivos habitantes do Continente americano. Surgiu assim a oportuna idéia da organização de uma Semana do Índio.

Entre as pessoas que maior atenção prestaram à organização de tais celebrações destacou-se a Exma. Senhora D. Heloísa Alberto Tôrres, distinta diretora do Museu Nacional e membro proeminente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, quem, por várias vezes, fez uso da palavra, durante as sessões do Conselho, para expor um conjunto de úteis sugestões, tôdas relacionadas com a organização do programa comemorativo. Na 18.ª sessão, realizada pelo C.N.P.I. a 25 de novembro de 1943, a Sra. D. Heloísa Alberto Tôrres lembrou que já era tempo de dar início aos trabalhos necessários, razão pela qual o Senhor Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, General Cândido Mariano da Silva Rondon, com os mais calorosos aplausos dos seus pares, em boa hora deliberou confiar à ilustre antropóloga patricia a elaboração do programa para essa primeira comemoração da *Semana do Índio*.

A Sra. D. Heloísa de Alberto Tôrres, dizendo estar certa de que tais comemorações importariam num trabalho de propagação de conhecimentos sobre o índio e sua cultura, apresentou as seguintes sugestões: O C.N.P.I. solicitaria do então Departamento de Imprensa e Propaganda, do Instituto Nacional do Cinema-Educativo do Museu Nacional a sua cooperação para a mais adequada execução do plano seguinte:

I) Divulgação pelo cinema:

a) passagem de filmes sobre os índios, acompanhada de explicações necessárias, nas escolas e colégios;

b) passagem de filmes sobre os índios, acompanhada de explicações na sala de projeções do Ministério da Agricultura ou em outra sala situada em ponto acessível, nos dias e horas previamente anunciados pela imprensa e pelo rádio.

II) Divulgação pelo rádio:

Durante dez ou quinze minutos, na *Hora do Brasil*, seriam irradiados os seguintes temas:

Dia 13. Abertura das comemorações pelo Vice-Presidente do Conselho;

Dia 14. Gravações de música indígena, comentada pelo Dr. Luís Heitor, do Conservatório Nacional de Música.

Dia 15. Leitura de lendas e sonhos coligidos entre tribos indígenas do Brasil;

Dia 16. Palestra por um membro do Conselho;

Dia 17. Músicas inspiradas em temas musicais indígenas: Vila Lobos;

Dia 18. O indianismo na poesia brasileira: Manuel Bandeira;

Dia 19. Encerramento da *Semana do Índio* — General Cândido Mariano da Silva Rondon.

III) Divulgação por exposições:

O Museu Nacional fará, no salão de exposições do novo edifício do Ministério da Educação, uma exposição de material etnográfico de Índios do Grupo Gê. Será organizado um catálogo da Exposição:

IV) Divulgação por publicações:

Sugiro que se imprimam dois folhetos: um que interesse mais à criança e outro a adultos. Para o primeiro, o Dr. João José Rescala, prêmio de viagem ao estrangeiro pelo Salão Nacional de Belas Artes de 1943, fez desenhos ilustrando jogos individuais e coletivos de crianças indígenas. O texto e os desenhos poderão ser entregues para a impressão na primeira semana de março. Para adultos — caso haja tempo de imprimir — poderá ser organizado um trabalho sobre alguma técnica indígena: a construção de casas, por exemplo, acompanhada de ampla documentação gráfica.

A 16 de março de 1944, reunido o C.N.P.I. para tratar do assunto, S. Ex.^a o Senhor General Rondon submeteu à aprovação do plenário o programa esboçado pela Sra. D. Heloisa Alberto Tôrres.

programa que finalmente foi aprovado por unanimidade. Nessa reunião a Sra. D. Heloísa Alberto Tôrres declarou que apenas uma parte do programa teria de ficar prejudicado na respectiva execução, isto é a referente às publicações, pela escassez de tempo.

O Presidente do Conselho ultimando os trabalhos preparatórios propôs para que a Sra. D. Heloísa Alberto Tôrres encaminhasse a execução do programa ficando então combinado:

a) consultar os companheiros lembrados para colaborar na *Semana do Índio*, sobre a possibilidade de atender à cooperação solicitada;

b) procurar o Dr. Herbert Moses, a fim de ver se é viável a cessão da sala de projeção e de exposição da A.B.I. — Providenciar para que os filmes documentais sobre os nossos índios, sejam exibidos, nas escolas públicas, durante a referida Semana, que será contada de 19 a 26 de abril, a fim de dar mais tempo ao preparo da exposição fotográfica e dos filmes acima referidos;

c) Cumprir, enfim, da melhor forma possível, o programa traçado.

Na sessão realizada a 30 de março de 1944, a Sra. D. Heloísa Alberto Tôrres, comunicou que, desincumbindo-se do que lhe fôra solicitado, tinha obtido do Dr. Herbert Moses pleno assentimento à cessão das salas da A.B.I., onde deveriam ser feitas — como na verdade o foram — as exibições de filmes e a exposição fotográfica que havia sido projetada. O General Cândido Mariano da Silva Rondon lembrou a conveniência de que na *Semana do Índio* fossem focalizadas as grandes figuras ameríndias e sugeriu que o Conselho fôsse, incorporado, depositar flores ao pé da estátua do grande vulto mexicano que foi Cuautêmoc.

Nas vésperas da celebração de tais comemorações, tive o ensejo, por determinação superior, de distribuir aos jornais a seguinte nota: “O Brasil, do mesmo modo que as demais Nações americanas, comemorará festivamente êste ano o *Dia do Índio*, escolhido pelo Instituto Indigenista Interamericano para celebrar a memória dos primitivos povoadores da terra americana e para homenagear as tribos selvícolas remanescentes, que ainda representam um patrimônio humano de real valor.

O dia 19 de abril assinala, pois, a passagem do *Dia do Índio*, que dará início a primeira *Semana do Índio* que o Brasil organiza com o propósito de comemorar a efeméride e ao mesmo tempo com o objetivo de divulgar algumas atividades que são desenvolvidas entre nós, no que diz respeito a causa selvícola. O Brasil foi um dos pri-

meiros países a cuidar com interesse e carinho do problema indigenista americano. O Marquês de Pombal, José Bonifácio de Andrada e Silva e outros vultos do passado, anteviram a grandiosidade do problema que se apresentava aos países americanos. Coube no entanto ao Brasil moderno a organização de trabalhos sistemáticos neste sentido. Rondon parte para o interior, percorre quase todo o território nacional e ao mesmo tempo que, com suas turmas de campo, fincava postes telegráficos pelas selvas brasileiras, dava início a um trabalho de vulto, ao incentivar as pesquisas científicas nos terrenos da geologia, da botânica, da zoologia, da etnografia e da arqueologia. Porém não se limitou a isto a atividade da "Comissão Rondon". Coube-lhe ainda a oportunidade de cuidar seriamente do problema indigenista, lançando normas de conduta do civilizado para com as hordas de selvícolas ainda amontadas e que viviam isoladas no âmago do sertão — normas que foram apresentadas e aprovadas num Congresso de Raças reunidos em Londres. Esboçou-se assim o início do programa de proteção aos índios, consolidado mediante atos governamentais que deram maior amplitude e consistência a política indigenista, reorganizando o Serviço de Proteção aos Índios e criando o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, cuja presidência foi confiada ao General Cândido Mariano da Silva Rondon. E cumpre aqui lembrar, a propósito, curiosa observação: Quando, numa conversa, o assunto abordado se refere aos índios, muitas pessoas mal informadas a respeito, ou têm de abandoná-lo ou a êle referir-se de uma forma inadequada. No entanto, é necessário destacar que os índios constituem um excelente tema de estudos. A ciência procura mediante a etnografia estudar as ramificações históricas das tribos remanescentes, procurando a ligação que possam ter com as migrações primitivas. Dêsse modo são estudadas suas características raciais, seus métodos de vida, seus costumes e crenças. Por outro lado, o índio brasileiro, que conta hoje com uma legislação especial, é atraído por métodos pacíficos à civilização, de modo a poder, no futuro, tornar-se um elemento útil.

O Serviço de Proteção aos Índios tem assim conseguido adaptar o índio aos trabalhos da lavoura e da pecuária: e os resultados obtidos com esta política são efetivamente animadores. Um esclarecimento necessário e oportuno sobre êste assunto será proporcionado pelo programa comemorativo da *Semana do Índio*, que divulgamos a seguir.

Foi o mesmo, juntamente com a notícia que acabamos de reproduzir, fartamente distribuído a todos os jornais da Capital da República e a maioria dos jornais dos Estados, que lhe deram ótima divulgação, por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda.

PROGRAMA

“O programa organizado pelo C.N.P.I. para celebrar o *Dia do Índio*, está dividido em duas partes:

1.^a) Palestras de divulgação a serem realizadas nos programas radiofônicos da *Hora do Brasil*” e

2.^a) Exposição etnográfica que funcionará no *hall* da Associação Brasileira de Imprensa, que, dando seu efetivo apóio às comemorações, ofereceu os salões de sua sede, onde igualmente serão realizadas conferências e exibidos filmes de assuntos sertanejos, nos dias 19, 20, 22, 24 e 25, das 17 às 19 horas.

Quanto à primeira parte do programa, a *Hora Brasil* irradiará os atos comemorativos que obedecerão à seguinte ordem:

Dia 19 de abril. Abertura das comemorações pelo Sr. General Cândido Mariano da Silva Rondon.

Dia 20 de abril. Lendas Indígenas.

Dia 21 de abril. Indianismo na Literatura Brasileira.

Dia 22 de abril. A nova política norte-americana de proteção aos índios.

Dia 24 de abril. Música indígena.

Dia 25 de abril. Temas indígenas na música brasileira.

Dia 26 de abril. Encerramento das comemorações.

Não foi possível desenvolver rigorosamente, na ordem discriminada acima, o programa comemorativo, o qual entanto se revestiu de grande brilho. O Senhor General Cândido Mariano da Silva Rondon, M.D. Presidente do C.N.P.I., atendendo a um pedido formulado pelo D.I.P., fez gravar em disco o seu discurso, que foi irradiado pelo serviço de rádio do aludido Departamento, em uma transmissão especial, e excepcionalmente fora da transmissão comum da *Hora do Brasil* que habitualmente irradiava seu noticiário entre 20 e 21 horas.

Considerando que o sucesso das festividades dependia, em grande parte, da publicidade que fôsse possível desenvolver, a 18 de abril de 1944, véspera portanto do *Dia do Índio*, tivemos mais uma vez a feliz oportunidade de redigir uma nota elucidativa sobre as solenidades:

“O Presidente da República, pelo Decreto-lei n.º 5.540, de 2 de junho de 1943, determinou que o Brasil comemore solenemente o *Dia do Índio* a 19 de abril de cada ano, data escolhida pelo Instituto Indigenista Interamericano, com sede no México, para que todos os países americanos solenizem a memória dos primitivos povoadores do Novo Mundo.

O Conselho Nacional de Proteção aos Índios, numa de suas últimas sessões, elaborou um amplo programa de festividades que obedecerão à presidência da Sra. Heloísa Alberto Tôrres, Diretora do Museu Nacional.

As comemorações terão início com uma romaria ao monumento do Cuautêmoc às 10 horas, quando o General Cândido Mariano da Silva Rondon, Presidente do C.N.P.I., pronunciará um discurso em que enaltecerá a atuação do grande cacique mexicano que simboliza o índio americano, colocando, após, sobre o monumento, ricas palmas de flores, ao lado da que o D.I.P. ali também mandará colocar, em nome do povo brasileiro.

A comissão organizadora das festividades convidou as altas autoridades do País e o corpo diplomático, e todos os brasileiros que queiram participar dessa homenagem ao índio americano.

Terminada a cerimônia junto ao monumento de Cuautêmoc, o General Rondon, os membros do Conselho e as autoridades presentes seguirão para a sede do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, onde haverá uma sessão especial.

- Ainda no dia 19, em que também se comemora o aniversário do Presidente da República, haverá uma sessão especial, em hora ainda não determinada, na sede da A.B.I., inaugurando-se então a Exposição Etnográfica, comemorativa da *Semana do Índio*, a encerrar-se em 26 do corrente. Nessa mostra serão expostas fotografias colhidas no interior do País, artefatos indígenas e o moderno material que o C.N.P.I. adquiriu para as expedições científicas em organização. Também serão exibidos filmes produzidos pela seção cinematográfica do C.N.P.I. A interessante exposição estará franqueada a todos os interessados, das 17 às 19 horas”.

No dia 19 de abril reuniu-se o Conselho em sessão especialmente convocada para solenizar o *Dia do Índio* que contou com o comparecimento do General Rondon, seu Presidente, do General Manuel Rabelo, e José Maria de Paula, diretor S.P.I., achando-se ausentes a Exm.^a Sra. D. Heloísa Alberto Tôrres, diretora do Museu Nacional e Dr. Edgard Roquete Pinto, vice-presidente do Conselho, os quais, na mesma oportunidade, desenvolviam atividades externas relacionadas com as festividades do *Dia Americano do Índio*. O General Rondon pronunciou, nessa ocasião, as seguintes palavras:

“Foi o Congresso Indigenista Interamericano, reunido no México, que sugeriu, em 19 de abril de 1940, a adoção desta data para a celebração do *Dia do Índio Americano*. Aceitando tal sugestão, o Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, adotou a proposta, como se infere dos termos do Decreto-lei n.º 5.540, de 2 de junho de 1943.

Coincidiu assim, no corrente ano, a comemoração do *Dia do Índio*, com os festejos do natalício de S. Ex.^a. Feito êste esclarecimento, passo à leitura da mensagem que, por dever do meu cargo e de todo o coração, dirijo ao povo brasileiro, para lhe dar contas de nossa orientação, quanto ao Problema Indígena. (Pronunciou então S. Ex.^a, a sua conferência sôbre o *Dia do Índio*, a qual foi irradiada, em disco, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e fica arquivada, em brochura impressa, tanto neste Conselho como no Serviço de Proteção aos Índios e que foi largamente distribuída a todos os departamentos nacionais e americanos).

A seguir o Sr. José Maria de Paula, M.D. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, pronunciou as seguintes palavras: “Não venho produzir um discurso e a tanto não me abalancaria. Acostumado desde muito cedo às rudezas do sertão, em contacto constante com a dura realidade da vida, não tive a felicidade de aprimorar a inteligência ou adornar o espírito com a cultura literária. Devo, entretanto, ocupar a preciosa atenção do ilustre auditório depois da palavra sempre magistral do nosso mestre, o senhor General Rondon, desde que essa palavra se fez ouvir, e que, de maneira completa e luminosa, esgotou inteiramente o assunto — a data que hoje se comemora. No cumprimento de um dever, direi duas palavras, apenas. Neste momento em que se comemora a data magna do índio americano e, portanto, do brasileiro, peço aos ilustres assistentes uma lembrança para aquêles que passaram pelo S.P.I. e nele labutaram sem medir sacrifícios. Dentre tantos companheiros nessa campanha pelos índios, peço vênias para destacar os valorosos nomes de Alípio Bandeira, José Bezerra, Manuel Miranda, Luís Bueno Horta Barbosa, dentre aquêles que já deixaram a vida terrena para continuar, cada vez mais, a dirigir os que aqui ficaram. Temos o dever moral de seguir o exemplo luminoso que êsses valorosos companheiros deixaram na sua passagem pelo S.P.I. Dentre os vivos, quero referir-me à velha guarda do General Rondon, e, como símbolo da assistência e proteção aos índios, invoco o nome do companheiro, que uma pertinaz enfermidade ainda retém no leito, o Dr. Antônio Martins Viana Estigarribia, cidadão que, pela sua extremada dedicação e esforços sem limites, bem merece o título de “Baiardo” do S.P.I., como legendário herói “Sans peur et sans reproche”, destemeroso nas suas atitudes, límpido, adamantino no seu caráter. Era só para isto que ocupei a vossa preciosa atenção por alguns momentos: o que penhoradamente agradeço”.

A oração do Diretor do S.P.I., foi calorosamente aplaudida por todos os presentes. Toma então, de novo, a palavra o Sr. General Rondon e assim se manifesta:

“Agradecendo especialmente a presença das Excelentíssimas Senhoras e do valoroso e glorioso General José Pessoa Cavalcânti de Albuquerque, figura destacada do Exército Nacional, bem como dos demais concidadãos que nos honraram, neste momento, coparticipando da celebração desta homenagem ao Índio Americano, eu quero, antes de nos despedirmos, repetir que hoje é o aniversário do Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República e que virtualmente preside a esta sessão, o qual tomou o compromisso de transformar em auspiciosa realidade o elevado e humanitário projeto que Nilo Peçanha e Rodolfo Miranda esboçaram, em 1910, para resolver o magno problema que foi também objeto das sábias e sensatas lucubrações de José Bonifácio. A citação desta data natalícia e as referências que acabo de expender, justificam a proposta que faço, para que fique consignado, em ata, um voto efusivo do nosso louvor ao Presidente Getúlio Vargas, pela sua ação benevolente e desassombrada em favor dos nossos irmãos das selvas”.

Os conselheiros e as pessoas presentes receberam com uma calorosa salva de palmas, o discurso e a proposta do Sr. General Rondon a qual ficou assim aprovada, por aclamação.

O Conselho Nacional de Proteção aos Índios fez imprimir na Imprensa Nacional, duas brochuras, constando uma do discurso do General Cândido Mariano da Silva Rondon e a outra não só dêste discurso, como também da conferência pronunciada pelo Dr. Luís Hildebrando Horta Barbosa, na Associação Brasileira de Imprensa e do discurso pronunciado pelo Sr. General Manuel Rabelo, ao encerrar-se a *Semana do Índio*.

No dia em que tiveram início as comemorações, o Dr. Edgard Roquete Pinto, M.D. Diretor do Instituto do Cinema Educativo e destacado membro do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, altos funcionários do Conselho e do S.P.I. e numerosas figuras de projeção, reuniram-se na esquina da praia do Flamengo com a avenida Osvaldo Cruz, depositando flores no monumento de Cuatémoc. Nêsse local o Professor Roquete Pinto pronunciou um belo discurso, de improviso, salientando os benefício de uma política de amparo ao índio e do que vem sendo realizado pelo governo neste setor.

Entre as conferências que foram realizadas durante a *Semana do Índio*, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, deve destacar-se a realizada pelo Dr. Hildebrando de Barros Horta Barbosa e a do Sr. Edmar Morel, conhecido e prestigioso jornalista ca-

rioca, que prestou um depoimento público sobre a sua viagem às cabeceiras do Xingú, onde esteve em contacto com várias tribos e com o índio Dulipé, apontado pelos chefes indígenas como relacionados com o coronel inglês Percy Fawcett, desaparecido nas selvas do Brasil, em meados de 1925. Desde logo o General Manuel Rabelo, que encerrou o programa organizado para celebrar a *Semana do Índio*, ofereceu ao público uma hora de grande expectativa e interesse, com a conferência que pronunciou sobre o tema: "Conveniência da adesão do Brasil ao Instituto Indigenista Interamericano". Damos a seguir alguns trechos da conferência do ilustre militar brasileiro:

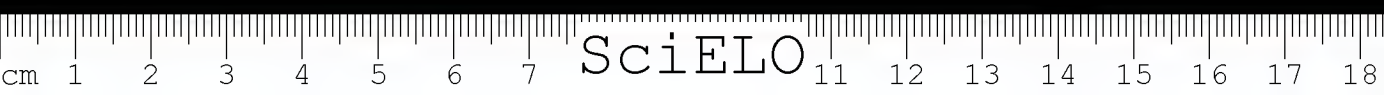
"Não ficou felizmente sem eco em nosso país, o apêlo lançado pelo I Congresso Indigenista Interamericano, reunido em 1940 no México, a todos os países do Continente, no sentido de consagrar um dia do ano ao índio americano, raça que contribuiu com seu sangue generoso e com as suas qualidades intrínsecas para a nossa formação étnica, em certos casos com características preponderantes dos povos da América".

Depois de várias considerações, citando Jefferson, nos Estados Unidos, e José Bonifácio, no Brasil, como estadistas que compreenderam a existência na América do problema do índio, disse o General Manuel Rabelo:

"Ao encerrar a *Semana do Índio*, aproveitamos a oportunidade para fazer nesse sentido (referindo-se à adesão do Brasil à Convenção de Patzcuaro) um vibrante e caloroso apêlo ao Sr. Presidente da República, ao mesmo tempo em que pedimos a todos os que simpatizam pela grande causa nacional e panamericana do índio, que juntem os seus esforços aos nossos, para facilitar a ratificação pleiteada conforme os votos da outra assembléia de Patzcuaro, interpretados pelo preclaro Diretor do Instituto Indigenista Interamericano em seu recente apêlo ao Governo Brasileiro.

Finalizando a conferência afirmou ainda:

"Além do dever moral de protegê-las, muita coisa ainda se pode colher no estudo das populações indígenas que restam no Continente americano. Nosso primeiro dever é preservar a sua existência como uma relíquia da humanidade, mediante a proteção oficial, ativa e eficiente, aos seus remanescentes, ainda ameaçados pela cupidez e pela ambição dos chamados civilizados, que, querendo se apossar das suas terras, os atacam e dizimam sem piedade. Em seguida cumprir o programa sãbiamente traçado pelo I Congresso Indigenista Interamericano, realizando gradativamente as medidas propostas em seu plenário, resultado das lucubrações de eminentes figuras americanas que



tomaram parte no conclave. Entre essas medidas está a criação do Instituto, já realizada e cujo reconhecimento pelo nosso Governo pleiteamos com o entusiasmo ardente que as causas nobres e generosas sabem inspirar”.

Fizemos noutro local uma referência a escassez notada no serviço de recortes de jornais dos Estados. Não obstante, os recortes de notícias, artigos e comentários que aqui reproduzimos, permite chegar-se à conclusão de que o povo brasileiro recebeu com compreensão e entusiasmo as comemorações organizadas em louvor do selvícola americano e brasileiro.

Do brilho de que se revestiram essas festividades dá-nos conta o Sr. General Rondon, que na sessão realizada pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios a 6 de Maio de 1944, assim se expôs:

“É do meu dever dar conhecimento aos meus colegas presentes e ausente do esforço que todos empregamos para o sucesso da celebração do *Dia Americano do Índio* e Semana correspondente. O programa, traçado pela nossa digna colega Sra. Heloísa Alberto Tôrres foi integralmente executado, apesar das dificuldades naturais que surgiram. Para que possam os meus colegas tomar conhecimento do modo como eu desejava expressar minhas impressões, peço ao Sr. Secretário, Coronel Amílcar Armando Botelho de Magalhães, para ler a mensagem que dirijo aos meus colegas, na impossibilidade de fazê-lo pessoalmente”.

Procede então o Sr. Secretário à leitura da seguinte mensagem:

“Ao nos reunirmos pela primeira vez, após o encerramento da Semana do Índio, tenho a mais viva satisfação de congratular-me com os meus caros colegas pelo êxito das comemorações concernentes à solenidade da celebração do *Dia Americano do Índio*.

Apraz-me igualmente cientificar ao Conselho que a incumbência confiada à nossa distinta colega, D. Heloísa Alberto Tôrres, foi desempenhada com eficiência e brilho notáveis.

A exposição fotográfica dos tipos de índios das diferentes tribos existentes nos sertões brasileiros, bem como dos artefatos e produtos da sua indústria de guerra e de paz, foi apresentada no salão do 9.º andar da A.B.I., com esmerado senso artístico. Mereceu do público louvores espontâneos. O programa das palestras a serem irradiadas pela emissora do D.I.P., na *Hora do Brasil*, foi executado na *Radio-Educativa* do Ministério da Educação. Quando o apresentamos ao D.I.P. já estava completamente assentada a programação da semana do aniversário do Chefe da Nação, com todos os intervalos da *Hora do Brasil* integralmente preenchidos. Em compensa-

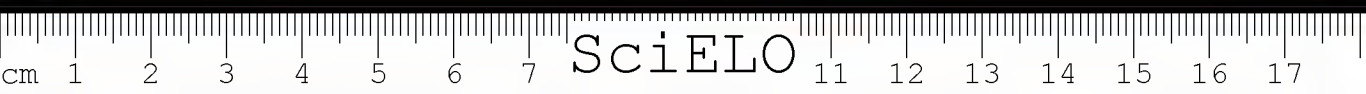
ção, tivemos a satisfação de ver executado de modo satisfatório o plano dos filmes cinematográficos, no salão de conferências da A.B.I.

Por estas significativas razões, manifestei-me gratíssimo, em nome do Conselho, ao Departamento de Imprensa e Propaganda e à Associação Brasileira de Imprensa. Devo evidenciar a colaboração da Prefeitura do Distrito Federal e do D.I.P., que de boa vontade concorreram para o destaque das respectivas solenidades.

“O Sr. Prefeito Dr. Henrique Dodsworth, mandou ornamentar com as bandeiras americanas, no dia 19 de abril, a estátua de Cuautêmoc.

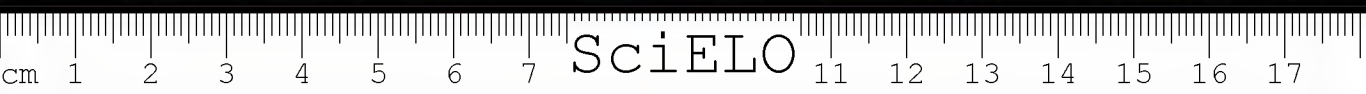
“O Capitão Amílcar Dutra de Meneses, Diretor do D.I.P., ofereceu uma coroa de flores naturais ao C.N.P.I., para ser depositada no sopé do monumento a Cuautêmoc, naquêlê memorável dia em que o Continente evoca e exalta a memória dos indômitos defensores da terra ameríndia. Além desta manifestação de entusiástica colaboração, mandou aquêlê diretor, por solicitação do C.N.P.I., ornamentar com flores a sala das suas sessões e do Diretor do S.P.I.

Devo dizer igualmente, aos dignos colegas do quanto me tocou a manifestação unânime de todos os jornais desta Capital, em comunhão conosco, no decurso das solenidades em que empregamos tôda a vibração do nosso amor. Intimamente, tais manifestações nos sensibilizaram e nos fizeram refletir que o sentimento de nacionalidade domina a orientação social e política do povo brasileiro. O nosso primeiro ensaio repercutirá no espírito público, e me convenço de que firmará prática comemorativa, de salutar reação cívica. Como é certo que *“nada é indiferente perante o sentimento”*, me permito predizer que esta primeira celebração no Brasil, do *Dia Americano*, produzirá nos corações bem formados emoções capazes de reações benévolas. Seja como fôr, porém, cumprimos um dever, que repetiremos de coração alevantado, crentes de que *“o homem se agita e a Humanidade o guia”*. E que *“não há prazeres que possam exceder os da dedicação”*. Sejam firmes na defesa e cumprimento do ideal de José Bonifácio, que o triunfo não tardará”.





Rio de Janeiro (Brasil) — Estátua de CVAVHTEMOC, na Praia do Flamengo, numa fotografia tirada em 19 de abril de 1945, ao comemorar-se o "Dia do Índio".



AS COMEMORAÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 1945

Introduzidas oficialmente no Brasil as comemorações do *Dia do Índio*, era de esperar-se que a 19 de abril de 1945, ao festejar-se a simpática data no Brasil, pela segunda vez, as celebrações obtivessem o maior êxito possível.

Com tal objetivo, oportunamente os principais colaboradores do Conselho Nacional de Proteção aos Índios envidaram todos os esforços, a fim de que o programa comemorativo da "Semana do Índio", organizado em 1945, sob os auspícios do Dr. José Maria de Paula, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, encontrasse todo o apoio e entusiasmo.

Assim, sendo, na 4.^a Sessão realizada pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios, em 5 de Abril de 1945, o Ex^o Sr. General Rondon convidou o Dr. Herbert Serpa, Chefe da Seção de Estudos do S. P. I. a tomar parte da reunião, em vista de ter sido encarregado da organização das solenidades comemorativas e pronunciou as seguintes palavras:

"A sessão de hoje que é a penúltima que teremos antes do "Dia do Índio", deverá ser dedicada com muito empenho à organização do programa da celebração do grande Dia do Índio Americano. Na vez anterior foram êste dia e a semana respectiva, organizados com elementos que pudemos conseguir de chofre. Conseguimos impressionar de certa forma, o meio social. Desejaria que pudéssemos dar, à segunda celebração, uma amplitude tal que permitisse a tódia a sociedade tomar parte nas comemorações associando-se ao Dia do Índio, que considero como elemento fundamental das sociedades americanas. Pediria a meus colegas que apresentassem algumas sugestões. Todo o nosso Continente festeja o dia 19 de abril, mas nós no Brasil, ainda êste ano, cogitaremos do assunto durante uma semana, a ver se há tempo de tratar dos principais setores relativos ao índio e a sua proteção. Projetamos iniciar a semana junto a estátua de Cuautêmoc, representante da raça ameríndia. Essa festa se iniciará ao lado da estatua do grande herói que foi êsse príncipe mexicano."

Dando desenvolvimento aos desejos manifestados pelo eminente Sr. Presidente do C.N.P.I., o Dr. Herbert Serpa entrou em en-

tendimento com o Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura, com o Departamento Nacional de Informações, com o Museu Nacional, com a Associação Brasileira de Imprensa e numerosas outras instituições, a fim de melhor coordenar o programa comemorativo. Por outro lado, o Ex.^o Sr. General Rondon confiou ao Sr. Humberto de Oliveira, Secretário Substituto do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, a tarefa de, em viagem ao interior do Estado de São Paulo, em Pirassumunga, aquilatar as possibilidades de adquirir artefatos indígenas para o enriquecimento da coleção a ser apresentada na Exposição Etnorágfica da Semana do Índio. Infelizmente, não é sem grandes dificuldades que se obtém presentemente material dêsse gênero e por êste motivo só as exposições dos anos vindouros poderão contar com maior variedade de espécimes.

Como medida complementar o Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios encarregou o autor dêste relatório, de organizar e promover a distribuição do noticiário das comemorações relacionadas com a Semana do Índio.

Finalmente, nas vésperas da realização das comemorações, o Dr. Herbert Serpa, Chefe da Seção de Estudos do S. P. I. e coordenador das festividades, fez imprimir interessante Convite-Programa que teve ampla distribuição e que assinalava os múltiplos atos preparados para a Semana do Índio.

A 19 de abril de 1945, pelas 9 horas da manhã, o General Rondon, vários membros do Conselho de Índios, o diretor-substituto do Serviço de Proteção aos Índios, Dr. Carlos Olímpio Paes, e Dr. Herbert Serpa, chefe da Seção de Estudos do S. P. I. e um grupo de servidores daquela repartição, dirigiram-se para a curva da Amendoeira, na praia do Flamengo (Rio de Janeiro), onde, junto ao monumento de Cuautêmoc, eram aguardados pelos alunos da Escola México, estabelecimento de ensino primário mantido pela Prefeitura do Distrito Federal. Simultaneamente foram chegando outros convidados, destacando-se representantes das autoridades e do corpo diplomático acreditado no Rio de Janeiro. Entre os presentes contava-se o Dr. Romeu Orteaga, Embaixador do México, Dr. Rafael Alvarado, Conselheiro da Embaixada do Equador e um representante da Embaixada dos Estados Unidos da América do Norte; Dr. Pereira Rios Júnior, representando o Ministro da Agricultura; o Dr. Luís Simões Lopes, Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público; o Dr. Álvaro Maia, representando o Ministro da Educação; o Prefeito do Distrito Federal, Dr. Henrique Dodsworth; Dr. Paulo F. Carneiro, por si e por seu pai, o Sr. Mário Barbosa Carneiro; Coronel Vicente de Paula T. da Fonseca Vasconcelos, ex-diretor do Serviço



O General Cândido Mariano da Silva Rondon, presidente do C. N. P. I. e ladeado pelo Sr. Dr. Luís Simões Lopes, coloca uma palma de flores ao pé da estátua de Cuauhtémoc.



O General Cândido Mariano da Silva Rondon e Exma. Espôsa assistem à leitura do discurso do Sr. General Manuel Rabelo, quando êste, em 19 de abril de 1945, em nome do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, deu início às comemorações



Aspecto tirado na Praia do Flamengo, junto à estátua de Cuauhtemoc, em 19 de abril de 1945, vendo-se os alunos do Colégio México, que compareceram ao ato comemorativo do "Dia do Índio".



Na sala de sessões do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, o General Cândido Mariano da Silva Rondon, lê na presença das autoridades presentes seu discurso oficial alusivo a efeméride.

de Proteção aos Índios e numerosas outras figuras de projeção em nossos círculos científicos e culturais.

O General Rondon, que estava ladeado pelo Dr. Luís Simões Lopes, Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, recebeu então, das mãos de um representante do Departamento de Imprensa e Propaganda, uma bela palma de flores, com a seguinte legenda: "*Cuautêmoc: o símbolo da heroicidade do índio americano. Homenagens do índio brasileiro*". Juntamente com esta, o General Rondon colocou ao pé da estátua outra palma de flores, oferecida pelos servidores do Conselho e do Serviço de Proteção aos Índios. Nessa ocasião, os alunos da Escola México entoaram o Hino da grande Nação amiga, o qual foi seguido da execução do Hino Nacional, também em côro vocal.

Dando por iniciada a cerimônia, o Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios convidou o Presidente da Sociedade dos Amigos da América e membro do Conselho, General Manuel Rebelo, a fazer uso da palavra. O ilustre militar pronunciou então eloqüente discurso, que será incluído nesta publicação.

Cessados os vibrantes aplausos que se ouviram quando o General Manuel Rabelo terminou seu vibrante discurso, o Presidente do C.N.P.I. convidou o autor dêsse trabalho que a seguir pronunciou rápido discurso em nome dos servidores do Conselho e do Serviço de Proteção aos Índios e leu em espanhol a bela "Plegaria por el índio", de autoria do pensador e escritor uruguaio Constâncio C. Vigil e publicado no livro *El Erial*.

A seguir o General Rondon e os demais presentes deram vivas ao Brasil e ao México, sendo então executados os Hinos das nações irmãs e encerrada a cerimônia, deixando a comitiva o local que estava finamente ornamentado com as bandeiras de todos os países americanos.

Pouco mais tarde, às 11 horas, tôdas as autoridades e convidados afluiram à sede do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, onde o seu Presidente, General Rondon declarou aberta a quinta sessão do Conselho, convocada extraordinariamente para comemorar o *Dia do Índio* e proferiu um longo e patriótico discurso exaltando a obra benemerita da proteção aos índios. Foi nessa ocasião lido o seguinte telegrama que os membros do C.N.P.I. enviaram ao Dr. Manuel Gamio, Diretor do Instituto Indigenista Interamericano:

"Congratulamo-nos convosco e com êsse Instituto transcurso *Dia do Índio Americano* cuja causa tem sido tão humanitariamente amparada vossa benemerita atuação". (a) Cândido Mariano da Silva Rondon, General Presidente do C.N.P.I. e membros do mesmo Conselho.

Não havendo expediente a ser lido, em vista de ser uma sessão especial, comemorativa do *Dia do Índio*, o Presidente do C.N.P.I. deu a palavra ao Dr. Carlos Olímpio Paes, Diretor Substituto do S.P.I. que procedeu à leitura de uma mensagem enviada do Sul pelo Dr. José Maria de Paula, Diretor titular do Serviço de Proteção aos Índios e a seguir fez em breve, porém brilhante discurso, alusivo ao *Dia do Índio*.

Num ambiente de inextinguível entusiasmo foi encerrada essa sessão especial comemorativa.

Às 17 horas, no *hall* da Associação Brasileira de Imprensa e com a presença das autoridades e de numerosos convidados, foi inaugurada uma interessante exposição etnográfica, que esteve franqueada ao público durante vários dias e para cujo brilho muito concorreu a colaboração do Museu Nacional, da Fundação Brasil-Central e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que se fez representar permanentemente pela sua distinta servidora a Srta. Dulce Teixeira, que dirigiu os trabalhos de controle da frequência de visitantes e promoveu a distribuição de exemplares do mapa do Brasil executado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e no qual figura a nova divisão territorial.

Nessa solenidade que se revestiu de grande brilho, o Dr. Herbert Serpa, Chefe da Seção de Estudos do S.P.I., a convite do General Rondon, Presidente do Conselho, num elegante improviso expôs o que tem sido a atividade da seção do S.P.I. que tem a seu cargo a importante tarefa de efetuar pesquisas em torno da vida e costumes das nossas tribos indígenas. A seguir, foi exibido o filme *Expedição ao Xingú em 1944*, preparado pela Equipe Cine-Foto-Etnográfica da Seção de Estudos do S.P.I e que foi chefiada pelo Sr. Nilo de Oliveira Veloso.

No dia 20 de abril de 1945, dando seguimento ao programa comemorativo, o Dr. Venâncio Neiva realizou, no salão de conferências do Clube de Engenharia, sob os auspícios da Sociedade Brasileira de Cultura Positivista, interessante conferência em que focalizou aspectos da vida de José Bonifácio, relacionados com o problema indígena brasileiro.

No dia 23, às 16 horas, no salão nobre do Colégio Pedro II, o Dr. Boaventura Ribeiro da Cunha, realizou uma interessante conferência, sob o título: *A brazura dos nossos brasilíndios*. Este ilustre delegado do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, em sua brilhante conferência descreveu inúmeros exemplos de valentia e patriotismo legados pelos primitivos habitantes da terra brasileira e foi ao terminar muito aplaudido. O patriótico certame, tão tipicamente



O General Cândido Mariano da Silva Rondon acompanhado de sua Exma. Esposa e das autoridades, inaugura a Exposição Foto-etnográfica organizada pelo Serviço de Proteção aos Índios.



O Dr. Herbert Serpa, chefe da Seção de Estudos do S. P. I. apresenta ao General Rondon as últimas fotografias recolhidas no sertão.



O General Cândido Mariano da Silva Rondon examina o mostuário apresentado na Exposição.



O fundador do Serviço de Proteção aos Índios e expoente do bandeirismo moderno satisfaz a curiosidade de um colegial explicando-lhe a aplicação de um objeto exposto.

nacionalista, foi encerrado com a exibição do filme indígena: *Parimã*, confeccionado pelo Serviço de Proteção aos Índios e que despertou justificado entusiasmo por parte dos jovens que freqüentam nosso principal colégio.

No dia 24, às 17 horas, a Ex.^a Sra. D. Heloísa Alberto Tôrres, Diretora do Museu Nacional e membro do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, realizou no Instituto La-Fayette, à rua Haddock Lobo, uma interessante conferência que contou com o comparecimento do General Cândido Mariano da Silva Rondon, Presidente do C.N.P.I., General Boanerges Lopes de Sousa, Tenente-Coronel Joaquim Vicente Rondon, em representação da Escola de Estado Maior do Exército, Dr. Carlos Olímpio Paes, Diretor Substituto do S.P.I., Dr. Herbert Serpa, Chefe da Seção de Estudos do S.P.I., Professor La-Fayette Côrtes, Coronel Amílcar Armando Botelho de Magalhães, Humberto de Oliveira, respectivamente Secretário e Secretário-Substituto do C.N.P.I., e várias centenas de jovens alunos do importante centro de ensino. Ao projetar a publicação, num volume, dos discursos e conferências pronunciadas durante as comemorações, o C.N.P.I. visa oferecer a todos os estudiosos residentes nos Estados, ou que, embora morando no Distrito Federal, não tivessem podido comparecer a tôdas as sessões — um meio de conhecer os trabalhos e contribuições apresentadas.

A magnífica conferência realizada pela Ex.^a Sra. D. Heloísa Alberto Tôrres está no número dos trabalhos que infelizmente, por motivos imprevistos não podem ser divulgados na íntegra, pois que a oradora falou de improviso e o seu discurso não foi taquigrafado. Com efeito, a ilustre cientista, que tanto honra a posição do Brasil no terreno da inteligência mundial, ofereceu ao numeroso e seletto auditório uma serie de informações e de dados que em sua linguagem modesta classificou de “notas de aulas improvisadas”. Não logramos assim nosso propósito de incluir, neste volume, o conteúdo da aludida conferência. É também o imperativo que nos leva a descrever — como se isso fôsse possível — o brilho de que se revestiu aquela hora de cultura.

A ilustre etnóloga se referiu à absoluta falta de conhecimento que nosso povo tem a respeito dos aborígenes, dizendo que tal deficiência estava em proporção com a limitada apreensão que os índios têm de homem civilizado, de seus costumes e características. Depois de citar eloqüente exemplo do declínio da população indígena — lembrando o caso dos Tapirapé que, de 240 indivíduos existentes em 1915, atualmente estão reduzidos apenas a oitenta, afirmou que, se o Brasil ainda possui consideráveis núcleos de população indígena, isto é, devido aos extraordinários esforços desenvolvidos pelo Serviço

de Proteção aos Índios nêsse sentido, acautelando os interesses dos nossos aborígenes e agindo sèriamente contra os aventureiros e perseguidores. A Sra. D. Heloísa Tôrres focalizou certos aspectos da vida de nosso índio e entre outras coisas lembrou que as crianças aborígenes também têm seus brinquedos, os quais, revelando grande engenho, foram apresentados em projeções luminosas e simultâneamente explicados pela conferencista.

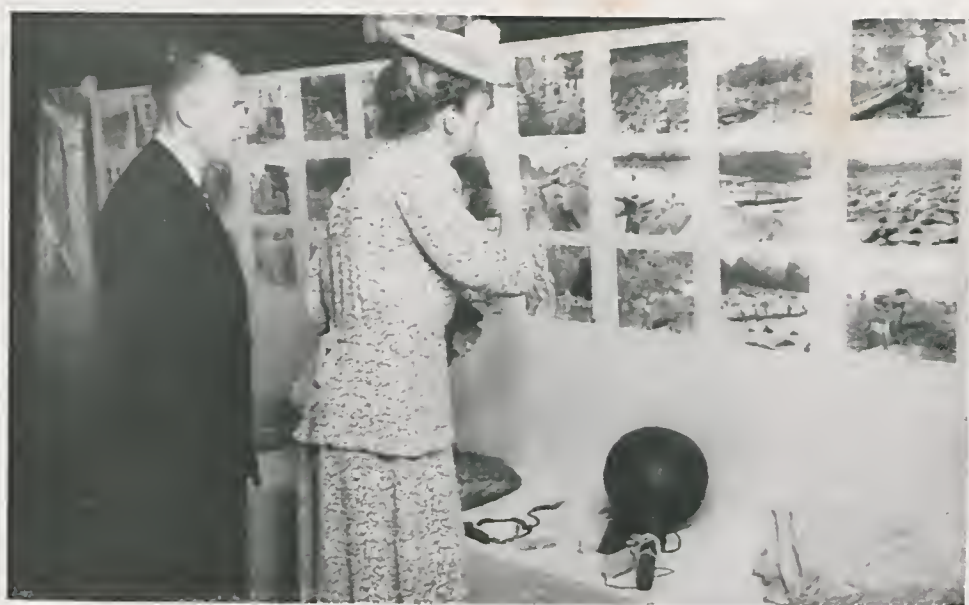
A reunião, que prendeu intensamente a atenção do público, terminou com a exibição do filme *Roroimã*, colhido pelo General Rondon, ao tempo em que S. Ex.^a perlustrou aquêlê notável acidente fronteiro e suas adjacências, no exercício sertanejo de suas funções como Inspetor de Fronteiras.

A tradicional e prestigiosa Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, desejosa de colaborar no programa comemorativo, organizando em consagração ao aborígene brasileiro, promoveu uma sessão especial, que teve lugar em sua sede, à praça da República, 54, sobrado, às 17 horas do dia 25 de abril de 1945. Não tendo podido comparecer à sessão o Exmo. Sr. Dr. José Carlos de Macedo Soares, ex-chanceler brasileiro e muito ilustre presidente dêsse sodalício, assim como do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Conselho Nacional de Geografia, o Ministro João Severiano da Fonseca Hermes Júnior, vice-presidente, deu por abertos os trabalhos e convidou o Coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, presidente da Academia Brasileira de História das Ciências e chefe do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso a fazer uso da palavra. O ilustre e antigo colaborador da Comissão Rondon discorreu sôbre "A influência do índio na civilização ocidental" mencionando as diversas fases da vida do aborígene e apresentando conclusões que despertaram grande interesse por parte do elevado auditório que abrilhantou a reunião.

Às 19 horas dêsse mesmo dia, a Professôra Marina de Vasconcelos, da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia realizou sua anunciada palestra na Rádio Difusora Educativa do Ministério da Educação, onde, igualmente, a Sra. Vanda Reycewicz, Condessa de Wollowics (Polônia) recitou, em português, interessante poesia de sua autoria e dedicada aos índios brasileiros.

Os jornais do dia 26 de abril de 1945, entre êles o conceituado *Jornal do Comércio* inseriu uma interessante nota da qual julgamos oportuno reproduzir alguns trechos, como os seguintes:

"Hoje, quando transcorre o último dia da *Semana do Índio*, pode o público aquilatar o êxito obtido em tais comemorações. Centenas de pessoas de todos os níveis sociais, representando os círculos administrativos, o professorado, as classes armadas, o jornalismo, o comér-



Dois aspectos da Exposição Foto-etnográfica que o S. P. I. organizou em abril de 1945, no salão nobre da Associação Brasileira de Imprensa que para esse fim gentilmente o cedeu.



Uma jovem escolar examina de perto um objeto de uso dos índios e que foi exposto no salão nobre da A. B. I. por ocasião das festividades da "Semana do Índio", em: 1945.

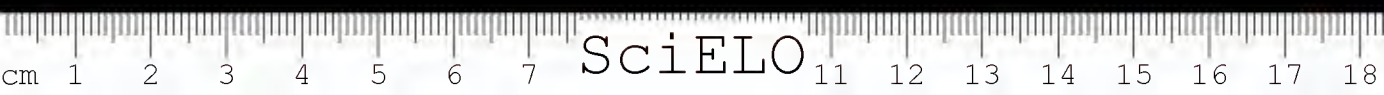
cio e a indústria, afluíram aos vários atos comemorativos, principalmente para assistir à exibição de filmes sertanejos. E, com êsse gesto, prestaram todos os brasileiros a mais significativa das homenagens ao índio, êsse ser até há poucos anos esquecido, outrora porém senhor absoluto das terras descobertas por Pedro Álvares Cabral.

“A despeito da sucessão de grandes acontecimentos nacionais e internacionais, proporcionaram os jornais inequívoca prova de simpatia para com a causa indígena, dedicando considerável espaço à divulgação de noticiários sôbre as comemorações em apêço.

“No tocante à exposição organizada pelo S.P.I., teve o público ocasião de apreciar a natureza e o vulto dos trabalhos da simpática repartição do Ministério da Agricultura. Constata-se pela exposição que os trabalhos não se limitam a amparar o índio da perseguição e maus tratos de aventureiros, que se embrenham no sertão. Êles compreendem a atração e a civilização de nosso aborígene, que hoje já contribue para a grandeza e o progresso do Brasil, em múltiplas atividades agrícolas, desenvolvidas por muitos dos seus grupos tutelados. Ademais, o S.P.I. herdeiro do acêrvo e tradições da antiga “Comissão Rondon”, está empenhado em pesquisas geológicas, geográficas, astronômicas, zoológicas e botânicas, merecendo o índio, nêsse conjunto, as atenções particulares de técnicos e especialistas. Ainda agora, atendendo ao programa traçado pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios”, tem o S.P.I. prontas para seguir para o sertão duas importantes equipes de estudos, uma das quais obedece à orientação técnica do Coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, chefe da Comissão de Conclusão da Carta de Mato-Grosso.

“Na exposição que tanta curiosidade provocou, por parte do público, via-se também interessantes artefatos indígenas e ampliações das fotografias tiradas em avião, das aldeias dos Chavantes. Estas fotografias, foram gentilmente cedidas pelo Sr. Ministro João Alberto, presidente da Fundação Brasil-Central.

No entanto, não foi só esta entidade que honrou o Conselho Nacional de Proteção aos Índios com sua inestimável simpatia e colaboração: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por amável deliberação do seu Secretário Geral, Dr. Cristóvão Leite de Castro, concorreu de forma acentuada para o brilho das comemorações da Semana do Índio, colocando à disposição de sua Comissão Organizadora uma parte dos interessantes objetos indígenas que possui e uma operosa funcionária, que, além de dirigir os trabalhos de recenseamento de visitantes, ofereceu a cada um dêles um exemplar do último mapa editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



O Professor Manuel de Oliveira Pastana também cedeu gentilmente, para figurar na exposição, avultada coleção de peças cerâmicas de sua lavra, nas quais foram aproveitados motivos decorativos indígenas, principalmente no estilo marajoara, nos últimos anos estudados com mais afinco pela Sra. D. Heloísa Alberto Tôrres, diretora do Museu Nacional”.

Os filmes que foram exibidos na Associação Brasileira de Imprensa, no Colégio Pedro II, no Instituto La Fayette e na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, por ocasião da realização de conferências, despertaram invulgar interesse, principalmente por parte da mocidade. Foram filmes colhidos pela antiga “Comissão Rondon”, e pela moderna equipe cinematográfica do S.P.I., a qual demonstrou, num interessante documentário, suas realizações, na expedição efetuada no ano passado ao Xingu”.

Este depoimento demonstra de um modo geral a forma brilhante como decorreram as comemorações da *Semana do Índio*, que foram definitivamente encerradas no dia 26 de abril de 1945.

Nesse dia, o Professor Dr. Paulo Carneiro realizou, às 15 horas, interessante e bem documentada conferência no Instituto de Educação, onde a seguir, foi exibido o filme “Rio Negro”.

Pouco mais tarde, às 17 horas, no salão onde funcionou a Exposição Etnográfica do S.P.I., na sede da Associação Brasileira de Imprensa, o Exmo. Sr. Dr. Apolônio Sales, Ministro da Agricultura, que, além de comparecer em caráter pessoal, recebeu a incumbência de representar o Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, presidiu a sessão oficial de encerramento das comemorações. Ao ato compareceram numerosas pessoas, destacando-se representantes das autoridades e do corpo diplomático.

A Associação Paulista de Imprensa, com sede em São Paulo e que concorreu para o maior brilho das comemorações organizando naquela cidade várias festividades, enviou, como seu representante especial à solenidade do encerramento, o Sr. Willy Aureli, redator da *Fôlha da Noite*, de São Paulo e chefe da “Bandeira Piratininga”, que tem efetuado viagens de estudos à Serra do Roncador.

O Dr. Apolônio Sales seguido de toda a comitiva se deteve no exame das fotografias apresentadas na Exposição e que magnificamente documentam os múltiplos trabalhos empreendidos pelo Serviço de Proteção aos Índios.

Finda a visita, o Sr. Ministro da Agricultura, de improviso, pronunciou um eloqüente discurso salientando o interesse que o Governo brasileiro tem dispensado à proteção aos índios, desenvolvida com tanta dedicação no Brasil pelo Exmo. Sr. General Cândido Mariano da Silva Rondon. Na mesma sessão fez ainda uso da palavra o

Tenente-Coronel Joaquim Vicente Rondon, representante da Escola do Estado-Maior do Exército, que, numa inflamada oração, evocou os nomes dos mártires que deram sua vida pelo amparo e pela civilização do aborígene.

No salão de espetáculos da A.B.I. foram a seguir exibidos os filmes confeccionados pelo Serviço de Proteção aos Índios com os títulos de “Cuiabá” e “Mimoso” e que foram imensamente apreciados pela numerosa e seleta assistência.

Depois das referências feitas ao conjunto das comemorações que tiveram lugar por ocasião da realização da Semana do Índio, convém mencionar outras circunstâncias que mais ainda concorreram para o brilho das festividades.

Cumpre, assim, assinalar o interesse demonstrado por toda a imprensa que como já foi dito, não teve dúvida em conceder grande espaço para o noticiário das comemorações e comentários sobre as mesmas. Noutro local transcrevemos uma interessante nota publicada pelo vespertino carioca *A Vanguarda* e sobre o mesmo assunto, julgamos oportuno reproduzir aqui o ofício que a respeito dessa nota foi enviado ao Dr. Ozeas Mota, ilustre diretor do prestigioso vespertino:

“Sr. Diretor de *A Vanguarda*.

I. Com particular satisfação tomei conhecimento das idéias expostas por esse prestigioso vespertino carioca, das quais se destaca a oportuna e justa lembrança de que seja perpetuado em bronze o monumento a um dos índios que mais simbolizem a grandeza e heroísmo dos primitivos habitantes do Brasil.

“II. Este Conselho muito aprecia sugestões deste gênero; de vez que sua finalidade consiste não só em assegurar a proteção ao “brasilíndio”, porém tornar conhecidos todos os grandes episódios históricos nacionais em que se projetam bravos patriotas como Guairacá e tantos outros.

“III. Ainda, acêrca da sugestão apresentada por *A Vanguarda*, é do meu agrado informar-vos que no projeto apresentado ao D.A.S.P. por este Conselho, relativamente à construção da *Casa do Índio* em terrenos do Jardim Botânico, desta Capital, foi prevista a ereção de um monumento ao bravo chefe Guarani de que tanto se orgulham os paranaenses e brasileiros, o intemorato Guairacá, por ter sido dos primeiros a proclamar a expressiva legenda: “*Esta Terra Tem Dono!*”.

Ademais, além do Museu Etnográfico, pretende este Conselho construir junto à *Casa do Índio*, pequenas habitações, imitando as

cabanas dos índios, destinadas a albergar os aborígenes que frequentemente visitam esta Capital.

“Certo de que prezareis saber que a sugestão dêsse jornal não deixará de ser lembrada, oportunamente, agradeço-vos a simpatia dispensada à causa indígena e aproveito o ensejo para reiterar meus protestos de elevada estima e distinta consideração. (a) Cândido Mariano da Silva Rondon, General Presidente do C.N.P.I.”.

O ambiente de entusiasmo que caracterizou o desenrolar das solenidades, deu lugar ao lançamento de outras interessantes idéias, tais como a da emissão de uma serie de selos postais comemorativos. Sobre o assunto, foi entabulada a seguinte troca de correspondência:

“Sr. General João de Mendonça Lima, M.D. Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas.

“I. A 25 do corrente, num ofício dirigido ao Diretor da Casa da Moeda, êste Conselho solicitou informações das formalidades necessárias para a emissão de uma serie de selos comemorativos do *Dia do Índio*, instituído pelo Decreto-lei n.º 5.540, de 2 de junho de 1943.

“II. Em resposta, o Major Zeno M. de S. Zielinski, diretor do estabelecimento em aprêço, teve a gentileza de informar que as demarches nesse sentido devem ser feitas por intermédio do Ministério da Viação e Obras Públicas, de que V. Ex.^a é o ilustre titular.

“III. Recorrendo pois a V. Ex.^a para êsse fim, estou certo de que a pretensão dêste Conselho granjeará as simpatias gerais, por se tratar de uma oportuna e justa homenagem ao aborígene brasileiro. A grande variedade de tipos de índios, suas tradições, ornamentos e objetos, oferecem rica e original variedade de motivos para a adoção de selos postais comemorativos. Desde logo, no caso de que V. Ex.^a se digne aprovar esta justa pretensão, êste Conselho colocará à disposição da Comissão designada para êste fim, seu amplo e variado documentário foto-etnográfico, que poderá proporcionar interessantes sugestões para o desenho dos aludidos selos.

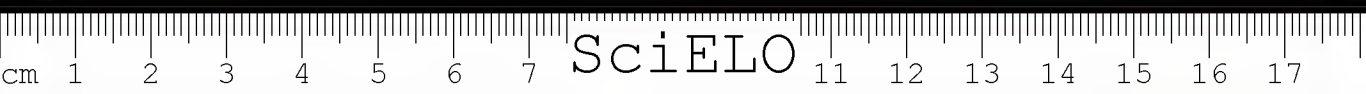
“Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex.^a os protestos de mais elevada estima e distinta consideração. (a) Cândido Mariano da Silva Rondon, General Presidente do C.N.P.I.”

O Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, tratando dêste assunto, enviou ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios, o seguinte ofício, sob o n.º 830:

“Em resposta ao vosso Ofício n.º 233, de 30 de abril último, solicitando uma emissão de selos comemorativos do *Dia do Índio*, tenho a honra de declarar a V. Ex.^a que, de acôrdo com a orientação traçada de restringir as emissões comemorativas aos acontecimentos



Grupo tirado em 26 de abril de 1945, por ocasião da cerimônia de encerramento das festividades da "Semana do Índio", no salão nobre da Associação Brasileira de Imprensa, distinguindo-se o Exmo. Sr. ex-Ministro da Agricultura, Dr. Apolônio Sales, que presidiu a sessão como representante do Chefe da Nação, tendo à sua esquerda o Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, General Cândido Mariano da Silva Rondon e sua Exma. Esposa. No fundo distinguem-se, da esquerda para a direita: Cel. Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Chefe do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso; Tte. Cel. Joaquim Vicente Rondon, representante da Escola do Estado Maior do Exército; General Boanerges Lopes de Sousa, Cel. Amílecar Armando Botelho de Magalhães, Secretário do C.N.P.I.; Mme. Joaquim Vicente Rondon e Mme. Parisina Auréli, representante da Chefia da Bandeira Piratininga, além de outras das numerosas pessoas que compareceram à solenidade.



SciELO

realmente excepcionais, e tendo em vista que o *Dia do Índio* é comemorado anualmente em 19 de abril, foi o assunto encaminhado à Casa da Moeda para o fim de ser incluído na serie de selos postais ordinários, que se pretende modificar brevemente.

“Nessas condições, o Departamento dos Correios e Telégrafos oportunamente convidará êsse Conselho a apresentar os desenhos que servirão de motivo aos selos.

“Reitero a V. Ex.” os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. (a) General João de Mendonça Lima.”

Embora essa idéia não se afigure realizável pela forma por que foi inicialmente concebida, não resta dúvida de que os filatelistas estão de parabens, pois segundo a promessa feita pelo Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, será oportunamente lançada uma serie de selos comuns, consagrada ao índio.

Ao concluir esta resenha sôbre as comemorações realizadas, em 1944 e em 1945, no Rio de Janeiro e nos Estados, transcrevemos aqui o discurso que o Exmo. Sr. General Rondon, Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios pronunciou na 6.^a sessão do Conselho e no qual salientou e agradeceu a colaboração da Imprensa e de todos quantos concorreram para o êxito das celebrações.

Sua Excelência assim se expressou:

“Meus nobres colegas. Motivos de ordem estranha à nossa vontade privaram-nos do prazer de, com oportunidade, congratular-nos fraternalmente pelo sucesso da *Semana do Índio*, celebrada desta vez entre os aplausos gerais da população brasileira, do Distrito Federal, e dos Estados; do Amazonas ao Rio Grande do Sul e de Minas Gerais a Mato Grosso, através do Centro-Oeste. E tivemos a honra da participação do Chefe da Nação, que além de acompanhar com sincera simpatia todos os atos da semana da nossa genuína brasilidade, se fêz representar, no encerramento da celebração, pelo Senhor Ministro da Agricultura, que declarou que o fazia em nome do Senhor Presidente da República.

“Não poderia ser mais auspiciosa para a Causa Nacional do Índio a maneira simpática com que, desta vez, foi pelo público amparado o ideal de redenção da raça indígena.

“Bem-aventurança ao Serviço a que está cometida a solução do mesmo Problema de José Bonifácio!

“Devemos em grande parte o sucesso, de que ora nos orgulhamos, à incansável atividade do nosso simpático companheiro do S.P.I. Dr. Herbert Serpa, Chefe da Seção de Estudos, a quem foi confiada a organização da celebração da Semana do Índio. A êle, pois, os vivos parabens e agradecimentos do C.N.P.I.

O Conselho Nacional de Proteção aos Índios — aliás como a maioria dos órgãos da administração brasileira — é assinante de um antigo serviço de recortes de jornais. O contrato entabulado com a respectiva empresa compreende não só o fornecimento de recortes dos jornais da Capital da República, porém também os de todos os Estados e Territórios. No entanto, as dificuldades impostas ao serviço de comunicações pelo estado de guerra e outras deficiências não sanadas pela empresa, não proporcionaram ao C.N.P.I. uma oportunidade para averiguar, com dados precisos, os efeitos publicitários das comemorações da *Semana do Índio*. Se é certo que o fornecimento de recortes dos jornais cariocas não merece reparos, apenas chegam à sede do Conselho recortes de alguns jornais, como por exemplo, do Estado de São Paulo, Estado do Paraná, Estado da Bahia e Estado de Mato Grosso. Em vista desta deficiência, o Conselho não dispôs de meios para apurar se, nos demais Estados, os jornais ofereceram a mesma atenção que as festividades comemorativas da *Semana do Índio* provocaram no Rio de Janeiro e em São Paulo. A imprensa destas duas grandes e adiantadas capitais, não se contentando em abrir espaço para a publicação do noticiário amplo das diversas partes do programa, inseriu interessantes sueltos e artigos de fundo dedicados ao índio brasileiro.

* * *

Como complemento ao histórico que apresentamos sobre as comemorações do “Dia do Índio” no Brasil, transcrevemos duas cartas que dirigimos ao General Cândido Mariano da Silva Rondon, Maria de Paula, diretor do Serviço de Proteção aos Índios, oferecendo algumas sugestões para proporcionar maior brilho a essas festividades.

Lembrávamos então a conveniência de ser constituída uma Comissão Organizadora da “Semana do Índio”, cujas atribuições estariam subordinadas a um “Regimento Interno” e do qual apresentamos um esboço.

Estas sugestões não foram aprovadas, pois o Serviço de Proteção aos Índios já havia organizado o programa das comemorações para o ano de 1945, o qual não podia estar dependente de uma comissão de caráter permanente, em fase de estudos. Todavia, o Coronel Amílcar Armando Botelho de Magalhães, secretário do C.N.P.I. e em nome do General Cândido Mariano da Silva Rondon recomendou que essa documentação constasse do histórico das comemorações.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1945.

À S. Ex.^a o Senhor

General de Divisão CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON,
M.D. Presidente do C.N.P.I.

É com imenso prazer que venho à presença de V. Ex.^a, a fim de apresentar ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios, uma série de sugestões que embora modestas e sujeitas a estudo, poderá tornar-se de utilidade a essa patriótica e benemérita instituição que V. Ex.^a criou em boa hora para honra e glória do nome e prestígio da grande Pátria Brasileira; se porém esta sucessão de idéias não fôr digna de aproveitamento, sentir-me-ei feliz pelo fato de ter oferecido a V. Ex.^a uma pálida demonstração do esforço e boa vontade que sempre mereceram, de minha parte, as realizações do C.N.P.I, onde tenho a honra de servir, como extranumerário contratado.

A função por mim exercida neste Conselho não elucida devidamente a natureza e os limites dos trabalhos que me são ou podem ser confiados, como o demonstra o honroso ato de V. Ex.^a, pelo qual fui incumbido de acompanhar as diversas fases da reimpressão das publicações da famosa Comissão cujo nome constitui um galardão de glória para o feliz passado de V. Ex.^a — Essa circunstância é assinalada apenas com o propósito de justificar o simples e incondicional oferecimento de sugestões que ora tomo a liberdade de fazer.

Trata-se da apresentação de algumas idéias sôbre a realização dos preparativos para as solenidades organizadas anualmente, por força do Decreto-lei n.º 5.540, de 2 de junho de 1943, ou mais precisamente, sôbre as comemorações do *Dia do Índio* a 19 de abril próximo vindouro.

Para a seleção e organização dêste conjunto de idéias tivemos que examinar detidamente as normas empregadas para fins idênticos pelo Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura e pelos Departamentos do Serviço Público e de Imprensa e Propaganda. Evidentemente, a par desta circunstância prestou relevante auxílio para a concretização dêsse objetivo, a experiência adquirida em longos anos de atividades jornalísticas e particularmente, as sábias recomenda-

ções feitas a este propósito, no dia 23 de novembro de 1943, pela Exma. Senhora D. Heloísa Alberto Tôrres que brilhantemente dirigiu as festividades consagradas ao índio no ano próximo passado.

Com efeito, as idéias apresentadas naquela ocasião pela Sra. Heloísa Alberto Tôrres condensaram tudo quanto a técnica de divulgação poderia aconselhar. Esta circunstância foi testemunhada pelo amplo êxito obtido no ano transato, com as solenidades realizadas de 19 a 26 de abril, por ocasião das comemorações da *Semana do Índio*.

Junto a esta tenho o prazer de encaminhar a V. Ex.^a um relatório minucioso acêrca dos preparativos e comemorações que se revestiram de sucesso, apesar de não terem sido cumpridas integralmente as recomendações apresentadas ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

Assim pois, o conjunto de sugestões e idéias que constitue o presente trabalho destina-se a dar o mais amplo apôio ao programa esboçado nas comemorações do ano passado, introduzindo-lhe, naturalmente, as alterações relacionadas com a oportunidade e a técnica, de modo a que no ano em curso, apesar da proximidade das comemorações, nada impeça a realização integral do programa traçado.

As sugestões a que fizemos referência são apresentadas separadamente, do mesmo modo que o esboço do Regimento Interno de uma Comissão Organizadora das comemorações, que igualmente elaboramos na certeza de que melhor poderia contribuir para o êxito das festividades.

Reiterando a V. Ex.^a os meus protestos de admiração e respeito, firmo-me, atenciosamente. (*)

(*) A. S. Oliveira Júnior.

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

N.º 119

Rio de Janeiro, D. F. em 6 de Fevereiro de 1945.

Ao Sr. Dr. José Maria de Paula,

M.D. Diretor do S.P.I.

I. De ordem do Exmo. Sr. General Cândido Mariano da Silva Rondon, presidente dêste Conselho, com o presente ofício tenho o prazer de vos remeter um trabalho de concatenação e algumas sugestões, apresentadas pelo nosso distinto auxiliar Sr. Antônio dos Santos Oliveira Júnior, a propósito da primeira comemoração da "Semana do Índio", realizada em 1944, assim como, em relação às projetadas comemorações no corrente ano, as quais essa Diretoria patrioticamente tomou a incumbência de superintender e que deverão ser levadas a efeito entre 19 e 26 de Abril próximo vindouro.

II. O Exmo. Sr. General recomendou que vos pedisse a atenção para que a exposição e a documentação elaboradas constituam a parte inicial do histórico de tais comemorações, a serem descritas e arquivadas nesse Serviço e neste Conselho num mesmo "dossier", no qual serão incorporada às que se forem sucedendo, a partir do corrente ano.

Saúde e Fraternidade.

Cel. AMILCAR ARMANDO BOTELHO DE MAGALHÃES
Secretário do C. N. P. I.

* * *

Rio de Janeiro, 6 de março de 1945.

Ao Exmo. Sr. Dr. José Maria de Paula,

M.D. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios.

Ao entregar a V. S.^a, em mão, o Ofício n.º 119, de ordem do Exmo. Sr. Coronel Amílcar Armando Botelho de Magalhães, M.D. Secretário do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, peço permissão para abordar um ponto que não ficou esclarecido em minha carta de 20 de fevereiro próximo passado.

Trata-se de assinalar que em minhas sugestões não havia lembrado a hipótese de que a direção de todos os trabalhos de organização das comemorações

da "Semana do Índio" coubesse a V. S.^a por supor ser desejo do Exmo. Sr. General Rondon e de todos os membros do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, inclusive V. S.^a, outorgar êsse encargo a Ex.^a Sra. D. Heloísa Alberto Tôrres, de vez que já havia dirigido trabalhos idênticos no ano passado e ainda em virtude de poder dispor com facilidade, do material expositivo que enriquece a coleção do Museu Nacional.

Todavia, é com imensa satisfação que transmito a V. S.^a o prazer que tiver ao saber que o Sr. Presidente do C.N.P.I. o elegera para a presidência dos referidos trabalhos. Refletindo essa satisfação com que acolhi a oportuna deliberação, podem ser apreciados os conceitos e transcrições que fiz em várias partes de meu trabalho, nomeadamente nas páginas 7 e 8, onde são reproduzidas as palavras que V. S.^a proferiu em memória de Alípio Bandeira, José Bezerra, Manuel Miranda, Luís Bueno Horta Barbosa e outros que pugnaram pela causa indígena no Brasil.

Ao transmitir, pois, a V. S.^a os meus sinceros cumprimentos pela escolha de seu nome, é com imenso prazer que venho colocar-me inteiramente à disposição do operoso e ilustre Senhor Diretor, oferecendo não só as sugestões e os dados a que se refere o Ofício n.º 119, desta data, porém outras idéias e sobretudo minha experiência jornalística e minha incontestável boa vontade.

Cumpre-me frisar um ponto já elaborado em minha carta de 20 de fevereiro p. passado, isto é, que não pretendo qualquer recompensa pecuniária, sendo meu único propósito fazer alguma coisa em benefício do índio brasileiro, agindo apenas como um modesto, porém ardoroso colaborador.

Em outras palavras, no caso de serem aceitas, em parte, as recomendações por mim feitas no "Regimento Interno" da Comissão Organizadora da "Semana do Índio", V.S. chefiaria a aludida Comissão com a denominação de Presidente e nessa condição escolheria o Coordenador dos Trabalhos, para cuja atribuição ôtimamente indicado está o nome do Sr. Dr. Herbert Serpa, M.D. Chefe da Seção de Estudos do S.P.I. — Quanto a êste seu modesto servidor bastará que V.S. solicite ao Sr. General Cândido Mariano da Silva Rondon, M.D. Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, para que seja eu designado para colaborar nos trabalhos de organização.

Ao concluir, desejaria frisar um ponto que V.S. deverá ter bem em conta no caso de que não convenha criar, com caráter permanente, uma comissão encarregada de organizar as festividades relacionadas com o "Dia do Índio": conviria, em tal caso, fixar uma data na qual anualmente fossem iniciados os trabalhos e preparativos para as comemorações, recurso indispensável a fim de obter o êxito desejado e necessário à elaboração de folhetos, catálogos, livros, impressos e outro material de propaganda a ser distribuído por ocasião das comemorações.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. S. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. (*)

(*) A. S. Oliveira Júnior.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

COMISSÃO ORGANIZADORA DA "SEMANA DO ÍNDIO" PROJETO DE UM REGIMENTO INTERNO (1)

Capítulo I — Finalidades

Art. 1.º A Comissão Organizadora da Semana do Índio (C.O.S.I.), incumbe, em todo o território nacional e sob a orientação emanada da diretoria do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, de acôrdo com o Decreto-lei n.º 5.540, de 2 de junho de 1943 que determinou a comemoração do *Dia do Índio* a 19 de abril de cada ano.

I. Promover a reunião de tôdas as pessoas que direta ou indiretamente se interessam pela vida e problemas que dizem respeito ao índio brasileiro;

II. Dirigir-se aos chefes dos Governos dos Estados e Territórios, a fim de solicitar o apóio dos mesmos às comemorações do Dia e Semana do Índio;

III. Convidar os senhores chefes das missões diplomáticas estrangeiras, instituições congêneres, academias, institutos e sociedades culturais e científicas do país e do estrangeiro, para quem tomem parte ou se façam representar nas comemorações relacionadas com o *Dia do Índio*;

IV. Promover intercâmbio com os chefes dos Postos Indígenas, etc., autoridades, pessoas de reconhecida idoneidade, que residindo nos Estados ou Territórios, manifestem desejo de participar de forma mais ativa na organização das solenidades realizadas em honra do índio;

V. Executar os trabalhos necessários para a eficiente elaboração dos preparativos das comemorações;

VI. Empreender pelos jornais, revistas, estações de rádio, cinema, etc., os serviços de propaganda do *Dia e Semana do Índio*, bem como dos princípios estabelecidos no Brasil pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios (C.N.P.I.) e Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.);

VII. Realizar a divulgação e difusão dos métodos de amparo ao índio empregados no Brasil por meio de publicações, ensino, conferências, palestras, demonstrações práticas, etc.

VIII. Encarregar-se da organização de projetos, planos e orçamentos para a realização das solenidades programadas;

(1) A. S. Olíveira Júnior.

IX. Fiscalizar por todos os meios ao seu alcance o bom cumprimento das comemorações.

Capítulo II — Organização

Art. 2.º A C.O.S.I. será presidida por um dos membros do Conselho Nacional de Proteção aos Índios eleito por unanimidade no curso de sessão normal do mesmo Conselho.

§ 1.º O Presidente do C.O.S.I. contará com a colaboração direta dos membros do C.N.P.I. e de outros conselheiros a serem indicados em sessão, dentre os que revelem especial interesse pelos assuntos relacionados com a vida do índio.

Art. 3.º Presidente da Comissão, tomando em aprêço as sugestões apresentadas pelos demais membros e oferecendo idéias próprias traçará as linhas gerais do programa comemorativo a ser organizado anualmente por ocasião das festividades consagradas à *Semana do Índio*.

Art. 4.º O Coordenador dos trabalhos comemorativos do *Dia* e da *Semana do Índio* que fará as vêzes de Secretário, deverá ser escolhido entre as pessoas vinculadas ao problema indígena e que reúnam condições suficientes para o desempenho das funções que lhe sejam atribuídas de forma efetiva, porém sem qualquer remuneração ou outro benefício que não seja honorário:

Art. 5.º Ao Coordenador cabe:

I. Redigir, de acôrdo com as instruções do Presidente, toda a correspondência da C.O.S.I.

II. Fazer a escrituração da Comissão, na parte relativa à administração e contabilidade.

III. Registrar em livro próprio os assentamentos relacionados com as comemorações.

IV. Submeter à apreciação da Diretoria da C.O.S.I. o anteprojeto do programa das comemorações anuais, elaborado segundo as sugestões oferecidas pelos membros da Comissão.

V. Entrar em contato com a direção do Departamento Nacional de Informações, Museu Nacional, Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura e outras instituições oficiais e particulares, tal como a Associação Brasileira de Imprensa, a fim de combinar a extensão da colaboração com que a C.O.S.I. poderá contar para maior brilho das solenidades;

VI. Redigir notas, notícias e comunicados relacionados com o programa comemorativo da *Semana do Índio*, enviando este material de divulgação a todas as estações de rádio e jornais diretamente ou por intermédio do Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura e Departamento Nacional de Informações (Agência Nacional);

VII. Enviar convites comuns e especiais às autoridades, imprensa e pessoas interessadas;

VIII. Manter o serviço de protocolo e o arquivo da Comissão Organizadora da Semana do Índio;

IX. Promover uma investigação estatística para apurar a freqüência e o interesse demonstrado pelo público com relação aos diversos atos comemorativos

Art. 6. A C.O.S.I. não terá sede própria, funcionando no edifício onde está instalada a chefia do Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

Art. 7.º A C.O.S.I. disporá, para a boa regularidade dos seus trabalhos de todo o material e pessoal contratado de que necessitar e que será pôsto a disposição da Comissão pelo C.N.P.I., pelo S.P.I., pelo D.N.I., Museu Nacional, etc., mediante prévio entendimento nesse sentido e de vez que a C.O.S.I. não conta com recursos próprios para tal fim.

Capítulo III — Disposições Gerais

Art. 8.º A C.O.S.I. estenderá suas atividades a todos os Estados e Territórios, de modo que num movimento sincronizado as solenidades do Dia e da Semana do Índio se revistam do maior brilho;

Art. 9.º Os membros da C.O.S.I. que residirem fora da Capital Federal e desenvolverem atividades relacionadas com as festividades da Semana do Índio, serão denominados membros correspondentes.

Art. 10. Os casos omissos dêste regimento, bem como as dúvidas de interpretação, serão resolvidos pelo Presidente da C.O.S.I.

Art. 11. Êste regimento entrará em vigor após a sua aprovação e publicação no órgão oficial.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Ao serem reunidos os últimos elementos que farão parte da Publicação n.º 100, sob o título “O Dia do Índio”, já o Conselho Nacional de Proteção aos Índios cogitava das festividades a serem celebradas no ano de 1946.

Assim, na sessão realizada no dia 7 de Fevereiro de 1946, o General Cândido Mariano da Silva Rondon se expressava a êsse respeito: “Integrado como se encontra o C.N.P.I., julgo oportuno pensarmos na celebração Continental do Dia do Índio em que o Brasil toma parte pelo seu alto espírito panamericano. Para em tempo atendermos à eficiência dessa celebração, de iniciativa dêste Conselho, pela sugestão de nossa digna colega, Diretora do Museu Nacional, D. Heloísa Alberto Tôrres, permito-me nomear uma Comissão que se encarregará de organizar o projeto da referida celebração em que o S.P.I. terá a primazia nos Postos Indígenas das Inspetorias, por se tratar da festa nacional do Índio, da expansão da sua tradicional alegria tribal, como célula fundamental da nossa nacionalidade. Tenho, por isso, na qualidade de presidente do C.N.P.I., orientador e coordenador da política indígena, a satisfação de nomear para integrar a supramencionada Comissão os senhores Conselheiros: Dona Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional; General Boanerges Lopes de Sousa, representante exclusivo do C.N.P.I. e Dr. José Maria de Paula, diretor do Serviço de Proteção aos Índios, que, auxiliados por técnicos das respectivas instituições, darão, de certo, cabal desempenho e brilho à missão cívica que a presidência do Conselho lhes comete. Estou seguro de que, a terceira celebração do “Dia do Índio” americano em nosso país, se revestirá de esplendor maior que nos anos anteriores pela compreensão que o nosso público vai assimilando do dever americanista que hoje orienta todos os povos ocupantes das terras dos primitivos habitantes do Continente descoberto por Colombo e conquistado pelos europeus da Península Ibérica, seus colonizadores”.

ANTÔNIO DOS SANTOS OLIVEIRA JÚNIOR

MENSAGEM LIDA EM 19 DE ABRIL DE 1944, PELO GENERAL CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON, AO DAR INÍCIO A PRIMEIRA COMEMORAÇÃO OFICIAL DO DIA DO ÍNDIO

Cabe-me por dever normativo e amor ao índio, como presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, orientar a organização da primeira celebração do dia americano do índio no Brasil, adotado pelo Decreto-lei n.º 5.540 de 2 de junho de 1943. Êsse simpático e significativo Dia do Índio Americano, instituído pelo primeiro Congresso Indigenista Interamericano reunido em "la posada de don Vasco de Quiroga em Patzcuaro, Michoacan, república mexicana", em 19 de abril de 1940, a fim de sugerir idéias concretas e objetivas sobre o estudo do problema indígena interamericano, tem para nossos corações brasileiros marcada significação político-social. Primeiro, pela tocante instituição da justiça histórica, tanto reparatória como restauradora. Segundo, pela coincidência pressagiosa dessa instituição com a data natalícia do estadista americano, que no Brasil retomou, resolutamente, o programa esboçado para a solução desse problema, com o fim de efetivar o ideal social e político do eternamente glorioso patriarca da nossa Independência, pertinente à incorporação do índio à sociedade moderna, mediante uma civilização gradual e metódica, como necessária reparação ao esbulho sofrido pela raça que os conquistadores traíram e vilipendiaram, brutal e desapiedadamente.

Quando Colombo descobriu a América era êste continente povoado prehistóricamente, de norte a sul e de leste a oeste. E habitado por povos de civilizações várias e certo esmêro cultural. Alguns desses povos tão avançados como os da média cultura ocidental, quando muitos dos presumidos descendentes de raça superior e supercivilizados europeus de hoje, se mantinham ainda como criaturas primitivas num nomadismo arrogante, sem rumo definido, pelos bosques e planuras do velho continente. Infelizmente os conquistadores não souberam compreendê-los para tirar partido da preciosa descoberta. Em vez de conservar o que nela havia de notável, digno de respeito humano, para melhorá-la, destruíram uma grande população em franca evolução social. A cobiça e ambição reinantes na decadência da civilização

medieval não lhes permitiram ponderação política razoável, apesar da cultura religiosa que orientava os destinos dos povos latinos.

Recebidos por tôda parte com admirável hospitalidade que assombrava os descobridores, não tardou que fôsem os habitantes de todo continente traídos e subjugados pela fôrça para os despojarem das suas riquezas artísticas, transformando-as em barras de ouro e prata; das suas terras, mediante um cativoiro degradante, e desmoralizador da própria religião de que se ufanavam, sob os reflexos da grandeza moral do seu apostolado.

Não obstante a sábia disposição política e benévola consideração humana de alguns monarcas das nações conquistadoras; ardoroso amparo religioso de virtuosos sacerdotes católicos e calorosa defesa de nobres espíritos corajosos da península, escravização do índio e a destruição, por isso mesmo, da maior parte dos povos do continente continuaram e permaneceram. As ordens dos reis e o apêlo dos espíritos católicos não eram ouvidos pelos gananciosos colonos; e se o foram, não eram cumpridos, nem sequer considerados objeto de preocupação.

O índio por tôda parte tornou-se um pária dentro da sua antiga grandeza moral, social e material.

De livre, altiyo e independente, fizeram-no mero escravo, vilmente explorado pelos salteadores de suas riquezas, sem trégua, nem misericórdia... trataram-no como animal de carga e o fizeram vítima das maiores injustiças e dos mais cruéis sofrimentos, na opinião de Larco Herrera, atual vice-presidente do Peru. Isso em tôdas as Américas, onde quer que pairassem um Cortez, um Pizarro, um Antônio Pires de Campos, e outros tantos monstros humanos e vilões, que profanaram a religião, em nome da qual foram feitas a descoberta, a conquista e a colonização.

O índio sente ainda, por tôda parte, principalmente no Brasil, a dôr da conquista, que para êle não há terminado com o advento da Independência.

Larco Herrera cita a reflexão de José Henrique Rodó:

“Quando o branco trata o índio com brandura, cai êste em apreensivo assombro, certo de que está sendo enganado. É que a crueldade, aparentemente mitigada pelas leis, persevera nos costumes”.

Temos um caso muito nosso, e semelhante a essa citação peruana. A índia Rosa Borôro, heroína da pacificação dos indômitos Borôros do rio São Lourenço, da qual se serviu como intérprete e guia o então alferes Antônio José Duarte, para consecução da lendária

e benemerente atração, na sua agonia de moribunda, aflagando o filho que a acompanhava entre os índios Bacairi do rio Teles Pires, transmite-lhe o último conselho: “Olha, meu filho, você nunca confie nos brancos (Braides), eles só nos tratam bem, nos fazem festas, enquanto precisam de nós, ou têm qualquer interesse dependente de nós. Fora daí, eles são falsos e traidores”.

Devemos considerar que há problema indígena em toda a América, no norte como no centro, e mais ao sul do continente. Mas no Brasil esse problema tem feição diferente da dos outros países americanos, pelo fato da sua população indígena ser mais selvícola. Ela se encontra encerrada ainda em longínquas florestas, em sua totalidade alheias dos benefícios da civilização ocidental.

Para essa população, isto é, povos arredios, o que temos a fazer e o governo, desde José Bonifácio, tenta conseguir, é moldar a solução do problema indígena, na obtenção dos meios necessários para que venham a ter possibilidades sociais e políticas, dentro das terras dos seus ancestrais, no sentido de plena liberdade para o seu desenvolvimento econômico, sob os auspícios de equitativa justiça social.

Estamos convencidos de que não tardará a solução do magno problema de José Bonifácio, pôsto em equação por Nilo Peçanha e indicação de Rodolfo Miranda: neste momento resolutamente retomado, para a solução final, por Getúlio Vargas, tendo para executantes, primeiramente o ex-ministro da Agricultura Fernando Costa e atualmente seu digno sucessor Apolônio Sales.

Exaltemos, pois, neste instante histórico em que o mundo sofre os efeitos da barbaria moderna, mais desumana e mais devastadora do que a que castelhanos, lusitanos e saxões praticaram com a descoberta da América, a memória dos grandes tipos indígenas que defenderam com denodo a liberdade e a integridade do seu território contra os invasores.

Evoquemos as figuras dos indomáveis defensores desta terra ameríndia, dos quais, dentre os bravos dos bravos, me seja permitido destacar Cuautêmoc, Lautaro, Caupolicam e Guairacá, o herói-símbolo.

Rendamos entusiásticas homenagens aos ardorosos protetores da raça espoliada e vencida, nos vultos históricos de Bartolomé de Las Casas, Manuel da Nóbrega e Anchieta; Jefferson, José Bonifácio e Vasco de Quiroga, sem olvidar o grande presidente, índio mexicano, Benito Juarez, que no século XIX, gloriosamente resistiu à invasão do orgulhoso Maximilien, fuzilado por sentença do povo, que herdou os anseios patrióticos do bravo imortal Cuautêmoc.

SALVE HERÓICA RAÇA AMERÍNDIA!

DISCURSO OFICIAL, PROFERIDO PELO GENERAL DE
DIVISÃO CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON,
PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE
PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

*na sessão solene realizada a 19 de abril de 1945, em comemoração
ao Dia do Índio*

“Excelentíssimas Senhoras.

Senhores representantes das altas autoridades da República,
Ilustres compatriotas.

“O homem se agita e a Humanidade o guia”.

AUGUSTO COMTE

De luto pela transformação subjetiva de Franklin Delano Roosevelt, o Redivivo, Grande Cidadão do Mundo, generoso Amigo do Índio e do Negro e Benemérito Presidente da República dos Estados Unidos da América do Norte, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e o Serviço de Proteção aos Índios, sentem-se honrados pela cavalheirosa gentileza de todos aqui presentes, nesta solenidade de cunho genuinamente americano, celebrada pelo Brasil.

A todos, particularmente às Excelentíssimas Senhoras, os nossos mais íntimos, atenciosos e respeitosos reconhecimentos cívicos.

Senhores.

Instituído nesta data, duplamente memorável, pelo primeiro Congresso Indigenista Interamericano, reunido em 1940 em La Posada de Don Vasco de Quiroga, em Pátzcuaro, Michoacan, República Mexicana, por ardorosa iniciativa do saudoso indigenista mexicano, o Embaixador Don Moisés Sáenz, foi o Dia do Índio americano também adotado pelo Brasil, segundo o Decreto-lei n.º 5.540 de 3 de junho de 1943.

Aqui nos encontramos reunidos, pela segunda vez, para celebrá-lo.

Símbolo, ao mesmo tempo que estímulo, ao reconhecimento pelo povo brasileiro da significação bio-social da raça autóctone na constituição da nossa nacionalidade, tem igualmente o mesmo sentido político em tôdas as Pátrias hispano-americanas, que surgiram neste Continente, após a sua emancipação da conquista e colonização por Espanha e Portugal.

Neste momento nos sentimos distinguidos pela mais seleta representação da nossa Sociedade, que assim se solidariza com o Governo na exaltação do Índio Americano, em que se inclui o brasilíndio, cujos antepassados constituem de fato os alicerces indestrutíveis e incontestáveis da nossa mais firme e ativa brasilidade.

*

Com a instituição do Dia do Índio, pelo Governo do México, brotou de todos os quadrantes dêste Hemisfério o entusiasmo natural de indigenistas autóctones, proclamando a existência na América do Problema Indígena, e a conveniência do seu estudo antes que se afoque definitivamente no olvido dos séculos, o espírito do Indigenismo americano, como aconteceu com as civilizações milenares que existiram e desapareceram antes dos Incas, dos Aztecas, dos Mayas, etc.

Assim como durante a conquista dos séculos XV e XVII, os colonos europeus na satisfação da sua voraz cobiça, agiram, devastando a população do Continente, o mesmo acontece por tôda parte onde ainda há população selvática amontada, arredia da civilização.

Em Venezuela, por ocasião da celebração do Dia do Índio em 1943, o Professor Julio Lopes Ramirez, do grupo local da Sociedade Interamericana de Antropologia e Geografia, de Caracas, na defesa que fez do Índio, no Museu de Ciências dessa Capital, lembrava que, no seu país, até bem pouco tempo, se sustentavam os dois antitéticos critérios:

“Acabar singelamente com os índios ou glorificá-los simplesmente em temas literários”. E acrescentava: “O critério de considerar o índio como um ser bárbaro e incivilizável, como pesada carga que impede o progresso da sociedade que o abriga, foi sempre a essência do pensamento burguês: representa a vontade consciente e utilitarista dos indivíduos que, não obstante explorá-lo gananciosamente, levam a ousada perversidade a ponto de inventar meios de destruir os índios em seus próprios *habitats*, mediante o emprêgo de diabólicos ardis elétricos! Refere-se o ardoroso Professor indigenista

ao célebre periódico marabino "The Tropical Sun", que propôs o emprêgo de gases asfíxiantes para que os selvagens não embargassem as vias do progresso".

Esse requintado espírito da barbaria moderna posta em ação para a liquidação da raça ameríndia foi também aconselhado, no Brasil, por um cientista germânico ao Governo Paulista contra os Caingang, único meio que teria aquêlo Governo de aproveitar as terras ocupadas por êsses selvagens uma vez que, na sua opinião, eram êles irredutíveis à civilização.

O Ministro mexicano Don Ernesto Soto Reyes, representante da sua Pátria na República do Paraguai, na celebração do Dia do Índio em 1943 em Asunción, alude ao espírito e sentimento dos conquistadores, que estavam crentes de que podiam matar os selvagens, uma vez que se acobertassem à sombra augusta da Cruz Cristã, ou amparados na bárbara sentença de políticos desumanos que pregavam desassombradamente a mortandade dos índios, assegurando que, "o melhor índio é o índio morto".

*

O Professor e advogado peruano Don José Eucinas, por ocasião dos funerais de Moisés Sáenz, fêz as seguintes justas e ponderáveis reflexões, evocando a augusta imagem do maior amigo do Índio Americano:

"En América hay una injusticia, ella existe desde el momento de la conquista. El Indio dueño y señor de estas tierras, vive en trágico desamparo y odiosa desventura social y economica. Han pasado muchos siglos desde los tiempos en que sus tierras les fueran arrebatadas, sus dioses despedazados, sus familias esclavisadas, y desde entonces nada se ha hecho para resarcir, si quiere en parte, tamaña injusticia. Para remediar tanto mal no ha sido suficiente el abolengo de la raza que escribió páginas inmortales en la história social, económica, artística de este Continente; menos la contribución prestada por el Indio, a nuestra denominada cultura y civilización. Sin los Indios, nada seria posible; los campos estarian sin labrar, las minas sin horadar, las casas sin construir; no hubieran tendido los ferro carriles, ni abierto los caminos, ni edificado las catedrales, la misma gesta política de ayer y de hoy seria inexplicable sin la concurrencia del autóctono".

*

O ardoroso Apóstolo da Humanidade Raimundo Teixeira Mendes na defesa que fêz do Serviço de Proteção aos Índios, a pro-

pósito do projeto que fixa a despesa do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, para o exercício de 1912 e quando o Ministro da Guerra fêz recolher os oficiais que haviam sido postos à disposição daquele Ministério, para servir em comissão no supra mencionado Serviço de Proteção aos Índios, ponderou ao chefe da Nação e às classes dominantes de então que, “o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais não representa um ato de graciosa liberalidade por parte do Governo Brasileiro. Semelhante Serviço constitue apenas o *resgate da mais sagrada das dívidas de honra* que o elemento ocidentalizado dos atuais brasileiros recebeu dos seus antepassados. Porque a situação martirizante em que ainda se acham, quer os selvagens brasileiros, quer os chamados trabalhadores nacionais, resultou e continua a resultar do mais monstruoso dos crimes sociais dos nossos avós e de todos nós. De fato, ninguém ignora que a atual Nação brasileira formou-se na parte do Continente Colombiano que os nossos antepassados portugueses arrancaram ferozmente aos antepassados dos atuais selvagens. Ninguém ignora também que essa horrível usurpação foi imensamente agravada pelo martírio dos indígenas africanos, de onde descendem, em geral, os atualmente chamados trabalhadores nacionais”.

Foi tão somente com o ressurgimento do ideal republicano no Brasil, isto é, do espírito de fraternidade universal, que já dominava o Mundo desde a explosão da Revolução Francesa, que o povo brasileiro, atingido por essa evolução política, iniciou a luta pela abolição da escravidão africana e pela defesa dos selvagens, sob o ponto de vista *puramente humano e terrestre, independente de qualquer motivo sobrenatural*.

Esse espírito de fraternidade universal, isto é, republicano, dominava o povo brasileiro desde antes da sua independência política. E foi por isso que José Bonifácio, o Patriarca da Independência do Brasil, inspirado pelo sentimento que dominava a evolução político-social, fêz em 1 de junho de 1823, à Assembléia Constituinte, a representação em prol da proteção e civilização dos Indígenas, base fundamental da organização do Serviço de Proteção aos Índios que a República, pelo Governo do Presidente Nilo Peçanha instituiu, para reivindicação da liberdade física, moral e material do índio.

Na evocação da ascendência da civilização primitiva de onde dimanamos através de uma evolução de séculos, apoio-me ainda nos meditados argumentos do egrégio apóstolo, defensor do índio e do Serviço de Proteção aos Índios:

“Lembrando-nos que os nossos avós, em gerações suficientemente remotas, atravessaram o estado da civilização primitiva em que os selvagens ainda se acham; lembrando-nos que mesmo hoje, os povos

e os governos que mais se ufanam de sua cultura, ainda se comprazem em tôdas as ferocidades da guerra e em tôdas as fúteis ostentações da vaidade militar; sentimos desvanecerem-se, por encanto, os cruéis e irracionais preconceitos que nos impedem de simpatizar com as tribos selvagens, e de compreender a comovente primeira infância da Humanidade, cujo tipo elas nos oferecem. Então os nossos corações e nossos espíritos se afinarão pelos dos nossos melhores predecessores, em vez de se embrutecerem na imitação dos crimes que maculam a história das famílias, dos povos e da Humanidade". E conclue o ardoroso Apóstolo Positivista: "Assim concebida, a proteção dos selvagens é exequível, porque, para realizá-la, bastam os sentimentos e as opiniões gerais dos mais enérgicos entre os sinceros republicanos, isto é, da massa das classes ativas braileiras, para às quais a Fraternidade Universal é, ao mesmo tempo, a lei suprema da República e o resumo do ideal republicano. Sejam quais forem as divergências mentais existentes entre êsses republicanos, todos êles reconhecem como axiomas as sentenças do velho José Bonifácio, que tomamos para epígrafe:

"Ora, êsses republicanos mais enérgicos são, de fato, predominantes entre as classes governamentais, tanto no Brasil como em todo o Ocidente. Só êles representam hoje a verdadeira fôrça política capaz de agir com eficácia na defesa dos selvagens.

"Vítimas infelizmente em geral, da anarquia moderna contemporânea, êsses republicanos não podem, porém, apoiar catequese alguma, limitando-se a garantir tôdas as tentativas católicas e acatólicas, que respeitarem escrupulosamente a liberdade dos selvagens".

Esta consideração de Teixeira Mendes foi a propósito da modificação do projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados sob número 307-1911, que fixa a despesa do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para o exercício de 1912, reduzindo a verba votada para aquêlê exercício, com a seguinte justificativa: "o sistema planeado no Regulamento n.º 8.072, de 20 de junho de 1910, para civilizar e proteger os índios *ainda não teve tempo* para demonstrar se é, ou não, eficaz; e talvez não possa levar a cabo a prova a que está submetido, se o atual Ministro da Guerra persistir no propósito em que se acha de, obedecendo a razões que se prendem a exigências do serviço militar, chamar às fileiras os oficiais do Exército comissionados para a tarefa de civilizar e proteger o nosso gentio ou para quaisquer outras funções estranhas ao mesmo serviço.

"Êsses oficiais, penetrados pelas idéias de um sistema filosófico próprio a êsse apostolado, provavelmente não encontrarão substitutos idôneos nas camadas onde se recruta o funcionalismo público.

“Se obedecendo a uma necessidade que parece inelutável, o Governo *encaminhasse e auxiliasse naquela árdua tarefa de humanidade os Missionários católicos, que a ela se consagram por devoção*, livrar-se-ia de interromper a obra começada e sobretudo retrocederia, a tempo, de um caminho que leva indubitavelmente a despesas inportáveis pela modéstia do nosso orçamento”.

Como o Serviço de Proteção aos Índios foi criado por inspiração da experiência observada na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato-Grosso ao Amazonas, na travessia que operou de São Luís de Cáceres a Santo Antônio do Rio Madeira, através de um sertão bruto de cerca de dois mil quilômetros, povoado de selvagens arredios e guerreiros, sem revidar os seus ataques, ao contrário, respeitando a sua vida, as suas propriedades, as suas famílias, aquêle immaculado Apóstolo Positivista, sustentando a sua argumentação na defesa espontânea e ardorosa que fazia do índio e do Serviço de Proteção aos Índios, afirmava:

“É sabido mesmo, que foram os admiráveis resultados obtidos pela iniciativa do Chefe da Comissão Telegráfica, na sua exemplar conduta para com os selvagens, que mostraram de antemão, praticamente, a exequibilidade do projeto do Governo e determinaram o Cidadão Rodolfo Miranda a convidar o Chefe da Comissão para a organização de tão inestimável Serviço, confiando-lhe a escôlha de seus principais auxiliares. E convém lembrar que êsse Chefe nenhuma remuneração pecuniária recebeu, nem recebe, por essa patriótica e humanitária Comissão.” E o mesmo infatigável defensor do índio e do Serviço de Proteção aos Índios ainda argumentava: “Também é desconhecer todo o caráter científico do método experimental, imaginar que *um tempo indefinido, ou mesmo longo, é necessário*, em qualquer caso, para verificar-se a eficácia de uma lei natural. Basta experimentar uma vez *convenientemente* qualquer projeto cientificamente planejado, para reconhecer logo se êle satisfaz ou não o fim para que é destinado. Em muitos casos nem se carece da experiência.

“Assim, por exemplo, antes de qualquer experiência, podia-se garantir cientificamente, isto é, em virtude das leis naturais que regem o homem e a Sociedade, que o *regime eleitoral* haveria de produzir *os mais finestros resultados políticos e morais*.

“De fato, o que esperar de bom de um sistema em que *os votos se contam simplesmente, em vez de serem pesados*, em que tanto vale o voto do Santo, do herói, do sábio, como o voto de um homem qualquer, por mais medíocre que seja moral, mental e politicamente?

“Entretanto, apesar de todos os desastres de mais de um século de experiência generalizada pelo Ocidente, nas Monarquias e Repú-

blicas, os *democratas* persistem na ficção que proclama *entregar legalmente o govêrno dos povos ao regime eleitoral*".

Finalmente na peroração da mais edificante defesa do Serviço de Proteção aos Índios que já se fêz no País, conclue o Apóstolo Positivista a empolgante sentença: "Observamos enfim, quanto à alegação com que termina a citação supra, que não é lícito antepor a consideração da despesa necessária à cabal realização de um serviço público ao caráter bom ou mau de tal serviço. Pelo contrário, quando se trata de um serviço público a questão preliminar é a sua utilidade. Provada a utilidade, só resta envidar lealmente todos os esforços para executá-lo, preferindo sempre os mais úteis aos menos úteis.

"Ora, as considerações precedentes deixam fora de dúvida que nenhum serviço pode ser mais útil do que o da proteção dos selvagens e dos trabalhadores nacionais. Pois que, conforme lembramos no comêço, trata-se do *resgate da mais sagrada dívida de honra reparando as mais dolorosas culpas e erros sociais de nossos antepassados*.

"Os nossos contemporâneos podem promover um das mais cruéis retrogradações de que seja suscetível de tornar-se vítima o povo brasileiro, anulando, ou sequer embarçando, o Serviço de Proteção aos Índios e Trabalhadores nacionais. Mas a Posteridade tomará contas severas aos que tiverem contribuído para semelhante desastre. E devemos especialmente notar que a Posteridade será tanto mais rigorosa quanto a economia projetada contrasta com as inúmeras despesas atualmente efetuadas sem a mínima justificação perante os princípios republicanos".

*

É digno de admiração igualmente o notável epílogo com que o eminente Ministro do México no Paraguai rematou a sua calorosa oração na celebração do Dia do Índio, na Capital daquela República, em 1943:

"Hoy, el mundo civilizado se horroriza al ver como organizaciones políticas poderosas por su fuerza militar arrasan con todos los derechos que deseamos se consideren inalienables, ayer otras organizaciones también protegidas por la fuerza bruta, devastaron todo un Continente en busca de riquezas fáciles y destruyeron vidas humanas amparadas en la absurda teoria de que se podia matar al salvaje simplemente protegiendo-se con la augusta sombra de la Cruz Cristiana, o gracias a la sentencia barbara de aquellos inhumanos politicos que dijeron que *el mejor indio es el indio muerto*.

"A pesar de nuestro decantado humanismo y respeto al derecho de un tercero, los hombres hoy libres de America no nos estremecemos

de indignación no inclinamos la cara de vergüenza, cuando observamos a un grupo de indígenas bajar de sus montañas a los valles y extender a veces su flácida mano para recibir la desdeñosa limosna del mestizo que no quiere recordar que en su sangre está la sangre misma de esas razas parias”.

“Por eso Mexico trata de elevar el standard del Indio.

“Considerando que la teoría de diferenciación de las razas en cuanto a la superioridad de unas sobre otras, no tiene fundamento científico, y que el atraso mental de las especies humanas es debido en gran parte a su miseria económica, trata de mejorar el poder adquisitivo de los nativos de tribus autóctonas para suprimir de sus conciencias el complejo de inferioridad que les ata con grilletes las alas de sua ambición y de su espíritu”.

“Sería largo enumerar todo lo que se hace en mi País para obtener la mejor capacitación de los indígenas para alternar en la vida moderna al mismo ritmo que hoy nos traza el esfuerzo humano. El limitado tiempo de una radiodifusión lo impediría; por ello solamente agragaré que México siempre fiel observador de sus deberes y buen pagador, está con esos y otros esfuerzos, saldando la gran deuda moral que tiene con aquellos de quienes heredó sus grandes virtudes ancestrales: la estoicidad, el espíritu de sacrificio y el valor sublime rubricado con honor en cada una de las páginas de su atormentada historia.

México, por mi humilde palabra, dirige en este día un saludo a todas las razas autóctonas de este suelo paraguayo prodigo en proezas”.

*

De fato há na América desde o começo da sua conquista e colonização, o secular “Problema Indígena” a resolver. E o Brasil, podemos afirmar, teve a primazia no retomá-lo para melhor estudá-lo, no alvorecer da sua Independência Política.

José Bonifácio, o Patriarca, teve a sublime inspiração.

O Brasil não poderia ter digno assento no concerto das Nações Livres, enquanto não resolvesse o problema da incorporação do índio à sociedade e não abolisse das suas instituições políticas o regime da escravidão africana.

Apresentado o problema por José Bonifácio só em parte foi êle solucionado, com a abolição da escravatura africana, pouco mais de meio século depois de pôsto em equação

Entretanto, a primeira parte do problema que o Patriarca considerava, de justiça o mais importante, continuou até hoje sem solução,

com uma série de complexidades que embaraçam a resolução final do problema político-social.

No Brasil o Problema Indígena abrange duas partes distintas: os indígenas que vivem no meio social, quer nas cidades quer nos campos, como trabalhadores nacionais, assim como os miseráveis moradores do sertão; o selvagem pròpriamente que vive ainda amontado, arredio, sem contato com a sociedade: disformes destroços da grande população do Brasil precabraliano, escapados à sinistra fogueira da conquista, recalcados para o fundo dos invios sertões, nas cabeceiras dos grandes rios, onde curtem a vida, afogados na tristeza e desamparado isolamento.

Os trabalhadores indígenas e desolados moradores do sertão, mestiços de africanos e de índios, estão sendo atualmente objeto de carinhosa atenção pelo Govêrno do Presidente Vargas.

As leis sociais que o Ministro do Trabalho executa por inspiração e determinação do Presidente da República, mostram claramente quanto vai avançando a solução dessa parte do problema indígena, isto é, do proletário brasileiro.

A segunda parte, pròpriamente indígena, condizente ao índio puro, longe está de alcançar a solução almejada por José Bonifácio.

Todo o mundo sabe que no Brasil êsse problema foi abordado, no próprio século da descoberta, pelos Jesuítas, missionários da catequese católica.

A intervenção jesuitica visava: 1.º, proteger o índio contra a cobiça devastadora do colono; 2.º, salvar a alma do pagão.

Nos primeiros anos Nóbrega com Anchieta e seus beneméritos auxiliares foram mais ou menos felizes na consecução do ideal inaciano, sentindo todavia dificultosa a solução da proteção sôbre a qual fundava a Ordem e efetivação da salvação da alma do índio, como se depreende da carta de São Vicente, do irmão Joseph de Anchieta para o Padre Diogo Laynez, Preposto Geral, em 16 de abril de 1563:

“Parece-nos agora que estão as portas abertas nesta Capitania (São Vicente) para a conversão dos gentios se Deus N. S. quizer dar maneira com que sejam postos debaixo de jugo, porque para êste gênero de gente não ha melhor pregação do que a espada e vara de ferro, na qual mais do que em nenhuma outra é necessário que se cumpra o *“compele e os intrare”*. (Segundo tomo da Revista do Instituto Histórico Brasileiro. 1848, página 543, linha 27).

Com o evoluir dos métodos empregados pelos Jesuítas no Brasil, adotou a Congregação o das Reduções, consistindo em fazer descer dos seus *habitats* naturais, por meio de agrados especiais, para os seus Estabelecimentos, verdadeiras feitorias agrícolas, tribos inteiras que sucessivamente desapareciam por motivos diversos: nostalgia, molés-

tias, trabalhos sistemáticos excessivos e contrários aos seus hábitos de liberdade. Tal método foi fatal ao índio como à própria Congregação, que passou a sofrer a perseguição dos colonos que a tachavam de ambiciosa concorrente, favorecida pela faculdade que tinha de explorar o braço do índio, mediante escravidão disfarçada com o sêlo de legalidade religiosa.

O Marquês de Pombal pôs têrmo à gritaria dos interessados civis e religiosos.

Na Monarquia houve a tentativa de continuação de catequese, mediante um arremêdo de Redução jesuítica, com a organização dos Aldeamentos adrede preparados. Fracassou completamente a tentativa, sendo a idéia combatida por Couto Magalhães, precursor, como Gomes Carneiro, da proteção efetiva e eficaz, independente da salvação da alma do gentio.

Foi só a República que encarou com decisão científica o Problema Indígena.

É bem característica a declaração do Fundador do Serviço de Proteção aos Índios na Carta que dirigiu ao Chefe da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, convidando-o para organizar aquêlê Serviço Republicano:

“Não cabe ao Govêrno insistir em práticas seculares que falharam aos seus ideais, revelando-se no longo decurso de seu predomínio, baldas de prestígio para deter a corrente avassaladora de uma raça varonil, votada à escravidão e ao extermínio. Cumpre-lhe, ao contrário, constituir em bases novas a catequese, imprimir-lhe feição republicana, fora de privilégios de castas, sem preocupação de prosseletismo religioso, constituindo serviço especial centralizado nesta Capital, com irradiação pelos Estados onde se torne necessária a ação que é chamado a exercer, pacientemente e sem intermissão de esforços...”

Pois bem, todo o País sabe que durante 20 anos foram executadas com relativa regularidade e grande esperança, consoante os recursos orçamentários, a proteção e a assistência aos índios, de acôrdo com o Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, criado pelo Decreto n.º 8.072, de 20 de junho de 1910, o qual no seu art. 1.º determinava:

Prestar assistência aos índios do Brasil, quer vivam aldeados, reunidos em tribos, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados.

Art. 2.º A assistência de que trata o art. 1.º terá por objeto: 1.º, velar pelos direitos que as leis vigentes conferem aos índios e por outros que lhes sejam outorgados;

2.º, garantir a efetividade da posse dos territórios ocupados por índios e, conjuntamente, do que nêles se contiver, entrando em acôrdo com os governos locais sempre que fôr necessário;

3.º, pôr em prática os meios mais eficazes para evitar que os civilizados invadam terras dos índios e reciprocamente;

4.º, fazer respeitar a organização interna das diversas tribos, sua independência, seus hábitos e instituições, não intervindo para alterá-los, senão com brandura e consultado sempre a vontade dos respectivos chefes;

5.º, promover a punição dos crimes que se cometerem contra os índios, etc, etc.

Até 1930 corria sem alteração a execução do Serviço de Proteção aos Índios.

A Revolução, que então sobreveio, deu lugar, em virtude da grande redução de suas verbas, à suspensão, em grande parte, daquela atividade, que passou desde logo a só conservar alguns dos 60 Postos Indígenas fundados no Amazonas, Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Decorridos dez anos, o Dr. Getúlio Vargas, reconhecendo, depois de longa e refletida observação, a injustiça da caluniosa imputação clericalista movida contra o Serviço, resolve dar-lhe apôio decisivo. Cria o Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Decide ir pessoalmente visitar o secular Aldeamento dos Índios Carajá e Javáé, na ilha do Bananal, do rio Araguaia (Berô-ocan).

Desde então o Serviço de Proteção aos índios teve o seu apoio patriótico, entusiasta, tornando-se o maior amigo do índio, entre todos os Chefes de Estado que já teve o Brasil.

Tornou-se um digno continuador de José Bonifácio, formando entre os fundadores do Serviço de Proteção aos Índios, Nilo Peçanha e Rodolfo Miranda, como o seu benemérito reorganizador e consolidador.

*

Os índios do Brasil, assistidos em seus próprios *habitats*, não em Reduções, nem em Aldeamentos adrede preparados; assistidos e protegidos pelo govêrno republicano, respeitados em sua liberdade e independência, nas suas instituições sociais e religiosas, se civilizarão espontâneamente, evolutivamente, mediante a educação prática, que por emitação recebem das gerações sucessivas, como aconteceu com todos aquêles índios que povoaram o Continente prehistòricamente.

— Quem lhes teria proporcionado ensinamentos e educação?

Em réplica a esta interrogação, com justo e convincente raciocínio, o ilustre professor e devotado indigenista equatoriano, Don R. Murgueytio, nos adverte:

“Que educar é fazer com que cada geração nova sobreleve a anterior em tudo que dela recebeu, isto é, conservando e melhorando, e acrescenta:

“Y los Indios supieron harcelo sin Escuelas públicas, sin Maestros especializados, sin libros y sin burócratas complicados e inútiles.

“Las Escuelas estuvieron en el suelo, en los arboles, en toda cosa viviente y en cielo; sus Maestros fueron sus padres, los amantes, los artistas, los caciques y los ancianos; la enseñanza se hizo de boca a oído, de mano a ojo, y de mano a mano, a fuerza de ejemplo; un sistema sensillo de enseñanza; um método directo y tenaz, objetivo y vivificante; su estímulo, el amor y el deber; su fin la suppración de la raza y de la vida. Naturaleza y ombre frente a frente. Leyes cósmicas eternas frente a la inteligéncia y a la atividade del hombre”.

“Que admirable sistema de enseñar y aprender! Esa ha sido Escuela del Indio y esa debe ser en los tiempos próximos”.

“Amor, trabajo, utilidad, fraternidad y vida plena, y no ódio, egoismo y apariencia”.

Senhores: Neste momento em que o Mundo sofre a devastação da maldita instituição da guerra, seria de significativa recordação citar a admirável cooperação que os índios dos Estados Unidos estão prestando na guerra pela restauração da Liberdade, da Justiça e da Fraternidade.

Além dessa contribuição de sangue, nos combates do Pacífico, já como aviadores e já como soldados das forças terrestres, acresce que aquêles heróicos índios contribuíram com a espantosa soma de 2.000.000 de dólares para fomentar a economia de guerra, apesar da sua humilde possibilidade econômica.

Semelhantemente obraram os índios mexicanos, esforçando-se nos seus labores agrícolas, para satisfazer o apêlo do preclaro Presidente Avila Camacho.

O mesmo estarão fazendo todos os índios das nações americanas aliadas.

O Brasil pelos seus trabalhadores nacionais indígenas contribue com os seus esforços de guerra nos trabalhos agro-pecuários e no fabrico da borracha para a exportação aos países em guerra.

Os próprios selvagens do Amazonas, Pará e Mato-Grosso estão contribuindo para êsse expressivo tributo, na extração da borracha, que elaboram nos rios Negro, Branco, Solimões, Purus, Acre, Juruá, Madeira, Guaporé, Xingu, Tocantins, Tapajoz. Juruena, Arinos e Teles Pires.

*

Índios de tôda a América.

Indigenistas americanos.

Esta solenidade tem por objetivo a exaltação da raça brasilíndia, do índio brasileiro, em comunhão de espírito com as idênticas cerimônias que neste mesmo momento tôdas as nações americanas dedicam à raça que constitue os pilares bio-sociais de nossas nacionalidades.

Em nome do Senhor Presidente da República, grande amigo do índio, saúdo a todos os povos indígenas do Brasil; aos índios das Povoações e Postos Indígenas fundados e assistidos pelo “Serviço de Proteção aos Índios”, particularmente àqueles que, arredios ainda, vivem isolados nas profundezas dos vales dos grandes rios, dentro das florestas que os abrigam e acarinham.

Aos brasilíndios, pois, as nossas fraternais homenagens de hoje, e votos para que não seja nunca olvidado da magnanimidade política dos nossos governantes, o dever moral que lhes cabe observar para a efetiva redenção dos povos que nossos antepassados despojaram das suas legítimas terras e espoliaram de todos os seus bens: povos cujas famílias êstes mesmos antepassados violaram e, por fim, escravizaram!

*

Bendita a momentosa esperança da restauração da Liberdade e da Justiça para o Reino da Fraternidade Universal.

Que êste supremo anelo se estenda aos infelizes índios da América, subjugados até hoje pelos efeitos da guerra de conquista dos invasores europeus, injusta e cruelmente levada aos ingênuos e hospitaleiros aborígenes do Continente descoberto.

E como singular júbilo dêste dia, que também o é do Presidente brasileiro, exaltemos o Brasil!

Vida a República!

Salve Getúlio Vargas!

Ave José Bonifácio!

Cândido M. S. Rondon

DISCURSO PRONUNCIADO PELO GENERAL MANUEL
RABELO, EM ABRIL DE 1944, AO ENCERRAR-SE
A SEMANA DO ÍNDIO

Não ficou felizmente sem eco em nosso país o apêlo lançado pelo 1.º Congresso Indigenista Interamericano reunido em 1940, em Patzcuaro, no México, a todos os países do continente, no sentido de se consagrar um dia do ano a homenagens ao Índio Americano, raça que contribuiu com o seu sangue generoso e com as suas qualidades intrínsecas para a formação étnica, em certos casos com característicos preponderantes dos povos da América. Um vigoroso sentimento de solidariedade americana inspirava aquêlo apêlo como também a compreensão nítida de um dever de honra inalienável, intimamente ligado à reparação de injustiças históricas clamorosas e ao culto reverente dos nossos antepassados aborígenes.

Transmitindo ao Sr. Presidente da República o voto unânime do Congresso de Patzcuaro, foi por S. Ex.^a pressurosamente patrocinada a excelente idéia e assim tivemos o prazer de ver inscrito, desde 1943, em nossa legislação, com aplauso geral dos brasileiros de espírito e de coração, o *Dia do Índio*, oficialmente destinado às homenagens e comemorações correspondentes às emoções que a história dilacerante do índio americano por tantos e tantos motivos nos desperta.

Querendo o Conselho Nacional de Proteção aos Índios dar êste ano maior amplitude e maior brilho a essas comemorações e a essas homenagens, resolveu consagrar a semana que hoje se encerra ao índio americano, procurando por essa forma melhor corresponder ao movimento pró-índio, impulsionado, desenvolvido e sistematizado pela atuação inteligente, dedicada, útil e enèrgicamente humana, do 1.º Congresso Indigenista Interamericano de Patzcuaro.

Por delegação do Sr. General Rondon, ilustre presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, cabe-me hoje, último dia da *Semana do Índio*, a honra de dizer algumas palavras aos brasileiros, encerrando em seu nome as solenidades, cerimônias e atos comemorativos com que celebramos, êste ano, o Índio Americano.

Em primeiro lugar diremos que não é lícito a quem quer que seja desconhecer que existe na América um problema indígena. Que este problema da América é de magna importância social, não só por questão de justiça e reparação de erros históricos fundamentais, como também pela necessidade de se promover a integração nacional de cada povo do continente. Tal problema, que preocupou sempre os espíritos esclarecidos das duas Américas, mereceu as atenções de dois americanos estadistas de escol: Jefferson nos Estados Unidos e José Bonifácio no Brasil. Foram estes grandes homens que primeiro formularam de uma maneira clara e precisa, indicando os caminhos para a alcançar, uma solução gradual e satisfatória.

Todavia, os resultados de suas lucubrações não tiveram forma prática e o problema, embora pôsto, ficou por muito tempo em suspenso, sem que os estadistas que os sucederam se ocupassem com ele de uma maneira séria, compreensiva e eficiente.

Só muito mais tarde os esforços foram eficazmente retomados. Entre nós eles se caracterizaram na administração Nilo Peçanha — Rodolfo Miranda, dando lugar à criação do Serviço de Proteção aos Índios. Na América do Norte os direitos do índio foram reconhecidos pela legislação atualmente em vigor, ficando substancialmente assegurados o bem estar e as propriedades indígenas, invertendo o Estado grandes somas no serviço de proteção aos remanescentes das tribos antes cruelmente dizimadas.

Mas, senhores, isto não basta; temos o dever de honra de empregar nesse sentido maiores esforços, porque não se trata de satisfazer a um capricho ou dar corpo a uma fantasia, mas de reconhecer a magnitude de um problema fundamental para a América, cujas populações são em grande parte constituídas pelo cruzamento, em muitos casos preponderante, da raça indígena, com os europeus invasores do continente. Não podemos consentir que, sob as nossas vistas, se consuma a iniquidade, a que assistimos impassíveis e indiferentes: o aniquilamento e a extinção dos remanescentes da raça martirizada, cujo sangue generoso corre em nossas veias e da qual herdamos muitas das virtudes essenciais que distinguem entre todos os povos americanos.

Esses esforços vêm sendo sistematizados, por iniciativa de vultos preeminentes dos países americanos após os trabalhos do 1.º Congresso Indigenista Interamericano, que traçou, de uma maneira admirável, os roteiros que devem seguir os Estados da Indoamérica em sua política econômica e social em favor da raça indígena que integra suas distintas nacionalidades.

Para se fazer uma idéia da importância dos acordos, recomendações, resoluções e declarações aprováveis no plenário da Assembléia reunida em Patzcuaro, no México, em 1940, basta citar aqui o resumo das atribuições e faculdades do Instituto Indigenista Interamericano, entidade surgida como uma das resoluções daquele Congresso:

1. Coletar, ordenar e distribuir aos governos, às instituições privadas e aos indivíduos interessados as informações sobre o seguinte:

- a) Investigações científicas referentes aos problemas indígenas;
 - b) Legislação, jurisprudência e administração dos grupos indígenas, incluindo os grupos selvícolas;
 - c) Atividades das instituições interessadas nos grupos antes mencionados;
 - d) Materiais de toda classe que possam ser utilizados pelos governos como base para o desenvolvimento de sua política de melhoramento econômico e social das condições de vida dos grupos indígenas.
- c) Recomendações feitas pelos mesmos indígenas sobre os mesmos assuntos que lhes concernem.

2. Iniciar, dirigir e coordenar investigações e trabalhos científicos:

- a) Que tenham aplicação imediata à solução dos problemas indígenas;
- b) Que ajudem ao melhor conhecimento dos grupos indígenas ainda que não tenham aplicação prática imediata.

3. Editar publicações periódicas eventuais e realizar um labor de difusão por meio de filmes, discos fonográficos, etc....

4. Administrar fundos provenientes de donativos e aceitar contribuições de qualquer classe.

5. Cooperar como oficina de consulta, com as oficinas de assuntos indígenas dos diversos países.

6. Autorizar, de acordo com os governos respectivos, o estabelecimento de institutos nacionais, filiais do Instituto Indigenista Interamericano.

7. Criar e autorizar o estabelecimento de Comissões Técnicas Consultivas de acordo com os governos respectivos.

8. Promover e coordenar a preparação de investigadores científicos.

As bases para a organização do Instituto Indigenista Interamericano foram estabelecidas pelo Congresso de Patzcuaro e o Ins-

tituto, com sede no México, é hoje uma esplêndida realidade. Os seus esforços para cumprir o programa estabelecido com o fim de criar instrumentos eficazes à resolução do problema indígena em toda a América, já bem apreciáveis, começam a produzir frutos opimos.

Para ser alcançado, de uma maneira integral e completa, o objetivo visado, exige-se a colaboração do Brasil e pede-se com insistência a sua adesão à Convenção de Patzcuaro.

Tendo-se feito representar no 1.º Congresso Indigenista Interamericano pelo Dr. Roquete Pinto, ilustre vice-presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, o nosso país, até este momento não ratificou aquela convenção internacional que criou o Instituto.

Dada a sua alta importância como órgão de solidariedade pan-americana, fomentada no estudo dos problemas que interessam a todos os países da América, urge que o Brasil adira à Convenção, correspondendo ao nobre apêlo do eminente Diretor do Instituto, Dr. Manuel Gamio.

Sabemos que nesse sentido foram feitas, pela Secretaria de Relações Exteriores do México, gestões junto ao nosso governo. Estamos certos de que o Governo brasileiro ratificará a convenção, agora, como complemento ao reconhecimento oficial do *Dia do Índio*. O nosso país teve a honra de ter sido o primeiro no Continente Americano a dedicar o seu interesse ao problema indígena, criando o Serviço de Proteção aos Índios, com característicos de organização sem precedentes no mundo. A existência desse serviço e a elevação com que foram concebidos os seus objetivos demonstram a alta importância que ligamos ao problema da civilização, proteção e incorporação dos Índios à nossa sociedade. É incontestavelmente a organização pró-índio mais perfeita do Continente, apesar das lacunas e falhas que ainda apresenta. Nestas condições, a adesão do Brasil à convenção de Patzcuaro daria grande força e solidez ao Instituto.

Ao encerrar a *Semana do Índio* aproveitamos a oportunidade para fazer nesse sentido um vibrante e caloroso apêlo ao Sr. Presidente da República, ao mesmo tempo que pedimos a todos os que simpatizam e se interessam pela grande causa, nacional e panamericana, do índio, que juntem os seus esforços aos nossos, para facilitar a ratificação pleiteada, conformemente aos votos da douta Assembléia de Patzcuaro, interpretados pelo preclaro Diretor do Instituto Indigenista Interamericano em seu recente apêlo ao Governo Brasileiro.

É esse um ato de sabedoria política, de grande alcance social e de justa reparação aos erros de um negro passado que se caracteriza pela destruição sistemática e implacável das populações aqui encontradas pelos descobridores do Novo Mundo. Não precisamos

relembrar os episódios terríveis da conquista espanhola e portuguesa do Continente para mostrar aos nossos contemporâneos o dever que nos assiste de dar o seu apoio incondicional à obra que se inicia sob os auspícios do Instituto, porque a tragédia está bem viva em todos os corações: não precisamos traçar o quadro rubro dêsses horrores para comover os homens de hoje, porque a história é bem conhecida e nada mais é possível acrescentar aos minudentes relatos dos eminentes escritores que do assunto se ocuparam, desde Robertson Las Casas e Marmontel até Prescott, o sábio e erudito autor da "História da Conquista do México". Não precisamos recordar o que representa sob o ponto de vista dos conhecimentos históricos a destruição das interessantes civilizações que se desenvolviam na América, cujos detalhes ficaram para sempre perdidos e que, recolhidos, lançariam certamente intensa luz em pontos obscuros da História da Civilização da espécie humana. As nações selvagens aqui encontradas pelos descobridores não foram observadas por pessoas dotadas de uma força de espírito superior aos prejuízos vulgares, e capazes de julgar o homem sob qualquer aspecto que êle se apresente, com candura, com inteligência e com discernimento. Os espanhóis, que primeiro penetraram na América, diz Robertson, e tiveram ocasião de conhecer as suas diferentes populações antes que elas fôsem subjugadas, dispersas e destruídas, estavam bem longe de possuir as qualidades necessárias para bem observar o espetáculo interessante que se oferecia a seus olhos.

Nem o século em que viviam nem a nação à qual êles pertenciam tinham feito bastante progresso nos conhecimentos sólidos para que tivessem a respeito extensas e grandes idéias. Os conquistadores do Novo Mundo eram, na maior parte, aventureiros ignorantes ou desprovidos de tôdas as idéias que os pudessem conduzir a bem observar objetos tão diferentes aos que êles estavam habitualmente acostumados a ver. Continuamente cercados de perigos e lutando contra dificuldades imensas, êles tinham pouco lazer e ainda menos capacidade para se dar a indagações e a pesquisas que na sua ignorância julgavam despidas de todo interêsse. Impacientes de se apoderarem de um país tão opulento e tão vasto e muito satisfeitos de o acharem habitado por populações incapazes de se defenderem, êles se apressaram em as tratar como uma miserável espécie de homens, própria unicamente para a servidão, e se ocuparam mais de calcular os proveitos que êles poderiam retirar do trabalho dos americanos, que de observar o caráter do seu espírito ou de indagar as causas de suas instituições e de seus usos.

Êles eram muito pouco instruídos para estar em condições de observar e descrever o que viam. Dominados pelos prejuízos e pelo

fanatismo religioso são muito defeituosas as noções que êles nos legaram sobre o estado dos naturais da América. Pouco tempo depois de terem estabelecido as colônias, surgiram entre êles disputas sobre a maneira de tratar os índios. Muitos, interessados em tornar perpétua a servidão dêsse povo, o apresentavam como incapazes de adquirirem idéias religiosas e os hábitos da vida social.

Outros, entre os quais bondosos eclesiásticos, afirmavam que, apesar de sua ignorância e de sua simplicidade, êles eram dóceis e afetuosos e que mediante instruções e regulamentos convenientes, seria fácil fazê-los bons cristãos e cidadãos úteis. Esta controvérsia foi sustentada com o calor que se deve esperar quando se vê de um lado o interesse e de outro o zelo e o fanatismo religiosos. Êles foram levados a exagerar os defeitos e as virtudes dos americanos, muito além da verdade, que ficou sempre incerta e obscura. Séculos se escoaram antes que seus costumes atraíssem seriamente a atenção dos espíritos filosóficos. Êstes se aperceberam enfim que o conhecimento dos caracteres das populações indígenas podia-lhes oferecer o meio de preencherem lacunas consideráveis na história da espécie humana. É verdade que, muitas vezes, em lugar de fazerem a luz sobre o assunto, êles têm contribuído para o envolver em novas e confusas obscuridades.

Muito impacientes em suas especulações êles se têm apressado em decidir e em construir sistemas, quando deviam observar os fatos ainda visíveis com o espírito relativo que deve presidir às indagações científicas. Hoje, melhor orientados, graças à fundação da Sociologia, como ciência de observação, o estudo do problema pode adquirir um caráter verdadeiramente científico, e contribuir para esclarecer a história humana em pontos em que a luz ainda não se fez.

O Instituto Indigenista Interamericano iniciou nesse sentido trabalhos interessantíssimos que nos cumpre também secundar e desenvolver. Além do dever moral de protegê-los, muita coisa ainda se pode colhêr no estudo das populações indígenas que ainda restam no Continente Americano. Nosso primeiro dever é preservar a sua existência como uma relíquia na Humanidade, mediante a proteção oficial ativa e eficiente aos seus remanescentes, ainda ameaçados pela cupidez e a ambição dos chamados civilizados, que, querendo se apossar das suas terras, os atacam e dizem sem piedade. Em seguida cumprir o programa sábiamente traçado pelo 1.º Congresso Indigenista Interamericano, realizando gradativamente as medidas propostas em seu plenário, resultado das lucubrações de eminentes figuras americanas que tomaram parte no conclave. Entre essas medidas figura a criação do Instituto, já realizada, e cujo reconhecimento pelo nosso govêrno pleiteamos com o entusiasmo ardente que as causas nobres e generosas sabem inspirar.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO GENERAL MANUEL RABELO, EM 19 DE ABRIL DE 1945, AO INAUGURAR O PROGRAMA COMEMORATIVO DA SEMANA DO ÍNDIO

Meus Senhores.

Pela segunda vez nos reunimos neste local, onde se ergue alto-neiro o monumento a Cuautêmoc, para dar início à Semana do Índio, isto é, às festas comemorativas do aborígene americano, aqui simbolizado no mais decidido e no mais autêntico defensor da sua nobre raça.

Tudo quanto temos de mais delicado, de mais digno e mais elevado em nossos sentimentos se avoluma e se expande neste momento num ato reparador de gravíssimas injustiças históricas, por meio do qual nos propomos a despertar, nos corações e nas inteligências dos nossos contemporâneos, as simpatias e os pensamentos carinhosos que merecem os remanescentes das populações aqui encontradas pelos conquistadores do Continente e por eles inútilmente sacrificadas em holocausto à avidez e à cobiça sanguinárias que o fanatismo e a ignorância requintaram até ao paroxismo.

Um movimento de grande efeito prático de que somos os propugnadores no Brasil se processa agora no Continente para recolher o que resta dessas populações indígenas, protegê-las e garanti-las do extermínio, educá-las e transformá-las em seres úteis à coletividade, ao mesmo tempo em que tenta enriquecer os nossos conhecimentos etnográficos e históricos, preservando da destruição as últimas reliquias da raça martirizada.

Os homens que se puseram à testa desse movimento, personalidades de alta projeção continental, fundaram no México o Instituto Indigenista Interamericano, cujo programa de trabalhos resume o que a sabedoria humana, guiada pelo amor aos nossos semelhantes, pôde conceber de mais prático e de mais construtivo, nessa humanitária e interessante matéria.

O presidente desse Instituto aqui esteve entre nós, dando-nos a impressão a mais edificante do homem devotado a uma grande causa e que não poupa sacrifícios para tornar um fato o seu programa de realizações, para o qual pediu o nosso concurso.

Não podemos ficar indiferentes ao seu apêlo, não podemos furtar-nos ao dever de colaborar nessa obra grandiosa, porquanto entre os países americanos é o nosso o mais interessado em efetivá-la, e isto porque ainda temos em reserva uma numerosa população indígena, que nos cumpre atrair e conduzir à civilização.

No nosso vasto *hinterland* vagueiam numerosas tribos selvagens, expostas à brutalidade dos invasores de suas terras e que as vão criminosamente sacrificando, sem perceberem o que elas representam do ponto de vista da cultura científica e da história do nosso continente, sem sentirem o que a sua preservação significa sob o aspecto moral, como descendentes que somos dos seus bárbaros e impiedosos algozes.

A nossa atitude deve ser a de guardas vigilantes, que compreendem ser o mais sagrado dos seus deveres reparar as injustiças que os nossos maiores praticaram, por um conjunto de fatalidades de que nos achamos felizmente libertos, graças à evolução dos nossos costumes, ao adoçamento dos nossos sentimentos, às luzes mais vivas da nossa inteligência.

Na Semana do Índio teremos ocasião de reavivar a consciência do nosso dever, rememorando os sofrimentos que os nossos antepassados infligiram aos ingênuos habitantes dessas terras privilegiadas, habitantes que tão benêvolamente receberam os marinheiros de Colombo, os quais, em troca lhes deram maus tratos, escravidão, martírio, extermínio. Este dever sagrado consiste em reparar, tanto quanto pudermos, os danos morais e materiais que lhes causamos, reconhecendo humildemente o nosso êrro e fazendo-nos ardentes campeões da cruzada redentora, cuja bandeira foi erguida pelo Instituto Indigenista Interamericano.

Havemos de pugnar pela adesão franca e decidida do Brasil à Convenção de Patzcuaro, pela criação do Instituto Indigenista Brasileiro; havemos de dotá-lo de amplas vistas e firmes propósitos, de modo a corresponder às esperanças daquela Convenção, onde uma elite de homens de coração e de inteligência, traçou as normas admiráveis de assistência cultural e proteção material ao índio americano.

Temos de interessar, pela nossa propaganda, pelo nosso devotamento, os homens de governo e as elites intelectuais do Brasil, na defesa de uma causa em que se empenham tantos espíritos de escol, movidos unicamente pelo sentimento de humanidade e de justiça e pela compreensão dos seus deveres de homens civilizados e de cidadãos da América.

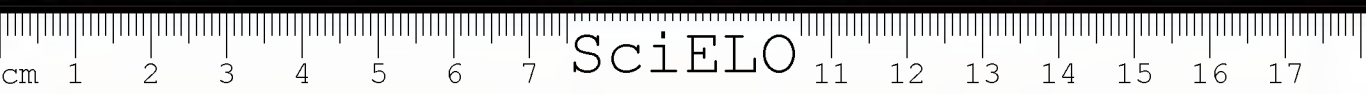
Nesse terreno, apesar dos grandes esforços do nosso eminente chefe, o Sr. General Cândido Rondon, pouco temos progredido e, por

isto mesmo, a nossa attitude tem de ser constante e firme resolução de trabalhar para que as promessas já feitas se transformem em esplêndida realidade. Não é possível nos conformarmos à idéia de que o nosso País, que foi o pioneiro da Proteção ao Índio, se quede indiferente ante tão simpático movimento, e que a pátria de José Bonifácio não secunde, como merece, a ação dos outros países do Continente, que já colaboram no plano traçado pelo Instituto Indigenista Interamericano, correspondendo assim ao nobre apêlo do seu ilustre Presidente, Dr. Manuel Gamio.

Senhores.

Não pode haver causa mais justa, e mais digna de apaixonar os corações benevolentes, do que essa que se propõe a redimir e a amparar as mais inocentes vítimas da maldade humana, tudo que resta duma civilização milenária, varrida a ferro e fogo em seu próprio território, aviltada, dizimada, martirizada, por homens que se diziam possuidores de uma civilização mais avançada e que davam ao mundo o espetáculo degradante da mais requintada barbárie.

Essa nobre e grande causa merece todo o nosso devotamento, accessorado pelas energias da nossa vontade e pelo entusiasmo ardente dos nossos corações.



CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

SESSÃO ESPECIAL EM HOMENAGEM À MEMÓRIA DO GENERAL MANUEL RABELO

Nota publicada pelo "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, edição de 15 de novembro de 1945, sobre o falecimento do General Manoel Rabelo, ocorrido no dia 8 desse mesmo mês:

O Conselho Nacional de Proteção aos Índios dedicou sua última sessão à memória do General Manuel Rabelo.

Nessa homenagem póstuma, prestada por esse órgão do Ministério da Agricultura de que o General Manuel Rabelo era ilustre conselheiro, fizeram uso da palavra o General Candido Mariano da Silva Rondon, Presidente do C.N.P.I., o Dr. José Maria de Paula, diretor do S. P. I. e o Professor Boaventura Ribeiro da Cunha, focalizando para todos a valiosa obra do extinto.

O General Rondon declarando que faria uso da palavra não como Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, porém como simples camarada do ilustre brasileiro, ao tratar do inesperado acontecimento que cobriu de luto esse Conselho, o Exército e a Pátria disse que o General Manuel Rabelo continuará a viver subjetivamente, através dos nobilíssimos exemplos que nos legou. "Seria obvio — prosseguiu o General Rondon — fazer o elogio do General Manuel Rabelo e traçar-lhe o esboço biográfico, motivo pelo qual falaria na sessão, mais para preencher uma formalidade, em homenagem à memória do distinto colega e boníssimo amigo.

A seguir, o General Rondon proferiu o seguinte discurso:

"Rabelo! — Fala-te o teu antigo companheiro das comissões telegráficas de Mato Grosso.

E' a recordação de um passado, longo de 40 anos!

Eramos filhos da República de Benjamim Constant, sendo que o teu então chefe era discípulo direto do eternamente glorioso fundador da República.

Inspirava-nos o sentimento da Pátria sob a égide do ideal republicano que embebia o ambiente da Escola Militar da Praia Vermelha, onde se formaram, na expressão do poeta, "as gloriosas gerações da República"... "Escola Militar, baluarte do Brasil, da Ciência Tabernáculo, que vive na história como um cívico cenáculo, na grandeza imortal de heroicas tradições".

Com esse ideal, Rabelo, foi que penetramos os sertões do Brasil e nele buscamos a grandeza futura da Pátria, em cujos serviços formaste o teu espírito

cívico, pensando sempre no ideal social do máximo legislador da idealidade brasileira das gerações de 1.889.

Acabávamos a construção das linhas telegráficas das fronteiras com a Bolívia e o Paraguai, inaugurando o ramal de São Luís de Cáceres. — Eis que o Presidente da República o grande Afonso Pena, solicita a continuação dos nossos esforços para levarmos a linha ao extremo norte da República, ligando a Capital Federal ao Acre, através de Mato-Grosso, partindo da sua lendária capital. Foi dessa penetração que surgiu no espírito do imortal republicano Rodolfo de Miranda a inspiração da criação do Serviço de Proteção aos Índios, onde firmaste os seus sentimentos republicanos da defesa da causa nacional do Índio.

Quando a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil se viu impossibilitada de continuar livremente a sua tarefa para atingir o Rio Paraná, por impedindo dos índios Caingangue que protestavam contra essa penetração pelo seu território, foste tu, Rabelo, que abriu a rota aos ingentes esforços dos beneméritos engenheiros da futura estrada de ferro de Teixeira de Freitas.

Pacificaste aquêles índios, demonstrando-lhes, pelo amor, com os teus bravos companheiros Tenente Sobrinho, Luís Horta Barbosa e Manuel de Miranda, que aquêles homens que agora penetravam as suas terras não eram inimigos, senão seus futuros protetores.

A tua benemerência republicana, Rabelo, teve origem na construção das Linhas Telegráficas de Mato-Grosso, sazoadas no "Serviço de Proteção aos Índios", de que foste colaborador benemérito, reconhecido e proclamado pelo Presidente que te designou para membro distinto do "Conselho Nacional de Proteção aos Índios", que se orgulhava da tua enérgica, dedicada e assídua colaboração cívica, como uma lição republicana.

Aqui estamos, Rabelo, os teus antigos companheiros, remanescentes das Comissões Telegráficas de Mato-Grosso, os teus colegas do "Serviço de Proteção aos Índios", de que foste modelar inspetor, pacificador dos valentes índios Caingangs, e os teus irmãos do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, para num saudoso adeus render-se a homenagem que deles mereces pela tua dedicação patriótica, pelo teu inigualável sentimento republicano, pelas tuas virtudes domésticas e sociais, pelo teu entusiasmo político; mas sobretudo, Rabelo, pelo teu exemplar modelo de espôso. Bendita a tua espôsa, modesto exemplo de dedicação, que neste momento experimenta a suprema resignação na sentença da nossa angélica Mãe espiritual: "Que prazeres podem exceder aos da dedicação"? Rabelo, "O homem se agita e a Humanidade o Guia".

Essa é a nossa convicção e a nossa única esperança. "Viver às claras". "Viver para outrem". "Ordem e Progresso". "O amor por princípio. E a ordem por base; o Progresso por fim". "À Deusa, boníssimo companheiro, querido amigo! À Deusa!"

A seguir, o General Rondon acrescentou: "Devo, com o coração na mão, dar conhecimento aos meus colegas da dolorosíssima ocorrência na vida nacional

e do Exército Brasileiro, o falecimento do General Manuel Rabelo, nosso boníssimo amigo e devotado colega. Tão surpreendente acontecimento enluta a Família e a Pátria. O General Manuel Rabelo, Ministro do Supremo Tribunal Militar, é um cidadão que honra o Brasil. Neste momento a sua morte representa para a reconstrução político-social da República, acontecimento deplorável. A sua Família chora; a Pátria lamenta; o Exército sente; os seus amigos da antiga Comissão de Linhas Telegráficas, enlutados pela perda nacional, pedem à nobre viúva receber os nossos profundos sentimentos de pêsames, e a participação que os membros do Conselho Nacional de Proteção aos Índios tomam na sua dor e eterno luto”.

A seguir, o Dr. José Maria de Paula, em nome do Serviço de Proteção aos Índios, de que é diretor, em rápido e brilhante discurso, rememorou os grandes serviços prestados pelo General Manuel Rabelo e propôs para que fôsse consignado em ata um voto de profundo pesar, pelo C.N.P.I. e pelo S.P.I., como pela Nação Brasileira, o qual seria também transmitido telegraficamente à Ex.^a Viúva, pelo desaparecimento dêste grande patriota, dedicado, corajoso, ponderado e convicto batalhador, incansável, pela causa do índio, em cujo acervo de serviços tão humanitariamente prestados avulta a ação incomparável da pacificação dos índios Caingangue, do Sul de Mato Grosso”.

O Professor Boaventura Ribeiro da Cunha que foi eleito para a representação oficial do C.N.P.I. nas cerimônias públicas motivadas pelo lamentável falecimento do General Manuel Rabelo, pronunciou o seguinte discurso:

“Conselheiro General Rabelo!

Todo o Brasil te conhece não só pelo brilho de tua espada, sempre desembainhada em defesa da liberdade, mas pela toga de Ministro, em cujas dobras sempre se agasalhou o justiça.

Mas homens de tua estrutura moral não se contentam em aparecer no cume das altas posições sociais — descem pelo contrário aos modestos vales, onde melhor procuram servir a Humanidade. Eu te conheço meu caríssimo e ilustre colega desde o dia em que tomamos posse do cargo de Conselheiros de Proteção aos Índios.

Com aquêlê título exclusivamente honorífico de serviços relevantes prestados à Nação, deixavas inúmeros e importantes afazeres, para ao lado de Rondon, compartilhar da turma anônima que se base pela incorporação dos nossos selvículas ao seio de nossa nacionalidade.

E era, com orgulho para nós, que tôdas as semanas nos achávamos ao teu lado, nesta modesta sala, a palestrar, antes e depois das sessões, no recesso de tua intimidade, haurindo em teus ensinamentos a linfa mais pura de tua orientação cívica.

O teu maior ansêio era de ver uma só América, sem diferença de raças, de religiões e interêsses econômicos; querias ver uma só família brasileira, como

uma só família americana, abrigadas no mesmo lar, onde reinasse o trabalho, a liberdade e a justiça.

Foi por isso que desde a tua juventude te embrenhaste pela selva e em companhia do teu mais íntimo amigo de sempre, o grande civilizador do sertão, General Rondon, na missão evangelizadora de nossas tribos brasilíndias.

Para nós, tu sempre o perpétuo batalhador em prol da verdadeira democracia republicana, porque ansiava ver um só Brasil.

Evangelizador anônimo dos nossos brasilíndios, tu o foste, pelas palavras e pelas ações, e da selva, trouxeste o verbo cálido com que fustigaste sempre os inimigos da ordem e do progresso de nossa Pátria.

Em ti a natureza fez tudo grande: — o porte agigantado, a alma grandiosa, o coração generoso e o cérebro supervisionador.

Grandes os teus adversários e maiores os teus amigos; aquêles, nunca chegaste bem a conhecer, porque, andavas sempre com o olhar mirando a felicidade alheia, acima de ti mesmo, com tódá a atenção voltada para a grandeza da Pátria.

Foi para te afastar das lides sociais e políticas que te trocaram a espada pela balança.

Debalde porém o fizeram, porque, sacerdote e guerreiro tu te colocaste à entrada do templo da justiça e mais ainda cresceu em ti a pira sagrada do patriotismo.

Desde então nós formamos ao teu lado quando fundaste a Sociedade dos Amigos da América, cujo único escôpo era alertar a consciência adormecida dos brasileiros, para um maior estreitamento dos laços de amizade e de colaboração com tódá a América, na luta contro os Átilas do totalitarismo!

Os teus adversários atiraram-se novamente contra o teu ideal que foi sempre apenas o de concorrer para extirpar do Brasil a árvore daninha do nazifascismo.

Quizeste sempre ver um Brasil livre e feliz!

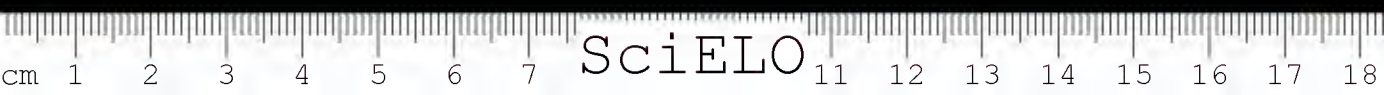
A selva, as montanhas e os campos que percorreste como tenente do nosso glorioso Exército em contato com a gente brasilíndia, retemperaram as tuas energias e te transformaram não em um elemento dócil às mãos dos governantes, mas nesse Tucháua, temido e respeitado nas tabas e nas cidades; eis porque elas não te esquecerão, como não te esquecerá jamais êste Brasil por cuja liberdade e por cujo progresso ofereceste as últimas energias de teu cérebro e as derradeiras palpitações do teu generoso coração.

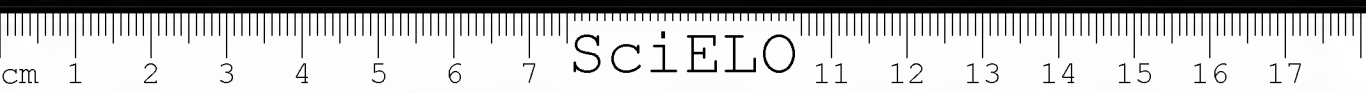
O vulto a quem mais admiraste e cuja vida te era um padrão, e sôbre cujas virtudes jamais regateaste encômicos, Franklin Delano Roosevelt, foi efetivamente o teu espelho; daí, talvez, escolheres a tua partida para o além, em situação idêntica a daquêle grande Magistrado.

Roosevelt, soergue o Mundo pelos lapos da liberdade, porém, adormeceu eternamente quando de longe ouvia apenas o repicar dos sinos que anunciavam

a paz; tu, Conselheiro Manuel Rabelo, enfrentaste em plena luta os adversários da sã democracia no Brasil, e quando a Pátria ao recobrir-se com o pálido da Justiça, já podia compreender melhor o teu ideal e a tua abnegação, a Providência Divina te afastou do meio dos mortais, porque quando os vulcões transbordam as suas lavas demonstram que já suas crateras estão em plena ebulição.

Conselheiro Manuel Rabelo, descansa, agora na paz que a liberdade ofereceu ao Brasil, descansa feliz, porque muitos dos que te combateram em nome da opressão, já hoje se transformaram em arautos da própria liberdade. A sotaina de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, ensopada no sangue da opressão do Império, foi a esponja que escolheste para engolfar tua pena e deixá-la no tinteiro e tem qual flexa ameaçadora para todos que ousem novamente algemar a consciência do Brasil.”





SciELO

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ANTÔNIO DOS
SANTOS OLIVEIRA JÚNIOR NO DIA 19 DE ABRIL DE
1945 AO PÉ DA ESTÁTUA DE CUAUHEMOC

Meus Senhores.

Aqui compareço em nome dos servidores do Conselho e do Serviço de Proteção aos Índios, para deixar aos pés dêste monumento, que simboliza o Índio Americano, uma palma de flores. Assim os funcionários dêsses dois órgãos da administração brasileira se associam a esta bela solenidade, que dá início às comemorações da Semana do Índio.

Aqui, junto da estátua de Cuauhtemoc, vimos render as homenagens, a que faz jus o grande representante dos Aztecas, e como êle, os expoentes das raças indígenas ameríndias. Trazemos também nossa saudade e nosso reconhecimento para com o grande chefe guarani, Guairacá, e juramos que como êle saberemos proclamar sempre, bem alto:

“Esta terra tem dono”.

Inspirados no nome e no heroísmo dos bravos e célebres indígenas que ingressaram nos domínios da história, prometemos que saberemos seguir os seus destemidos e eloqüentes exemplos de justiça, de liberdade e de bravura. Para isto contamos com o estímulo, exemplo e abnegação de vultos como o General Cândido Mariano da Silva Rondon, que rejeitando os benefícios de uma aposentadoria garantida por longa, honrada e brilhante carreira militar, aí está na presidência do C.N.P.I., dedicando todo o carinho à proteção do índio.

Neste dia em que se comemora uma data genuinamente americana, queremos expressar igualmente nossa consternação pelo passamento de um dos maiores cidadãos dêste Continente: Franklin Delano Roosevelt, eminente Presidente dos Estados Unidos da América do Norte. Com o nosso pensamento voltado para os seus indestrutíveis ensinamentos democráticos, saberemos abraçar as causas nobres, como é a da proteção e amparo ao índio brasileiro e americano, ao qual o grande pensador e escritor uruguaio, Constâncio C. Vigil, no seu livro “El Erial”, consagrou o belo e inflamado trabalho que pedimos permissão para ler:

PLEGARIA POR EL INDIO

CONSTANCIO C. VIGIL

? Como ha de ser cabal la beneficencia, si no contempla y ampara a los indígenas de América, los habitantes más dignos de piedad y de protección?...

? Y todas aquellas manos de mendigos que se alzan a millares, en el desierto y en la selva, implorando la caridad de la república?...

No es siquiera decoroso postergar el cumplimiento de tan sagrado deber. Con menos parcimonia se procedió a dictar leyes y a fundar instituciones de protección al animal, aunque el animal no recibió nunca en América el duro trato que ha merecido el indio.

Haced que abrace al indio, con su dulzura inefable, aquella plegaria antigua: "Puedan permanecer libres de dolores todos los seres vivientes!"

El primer paso es alejar de su espíritu el temor al blanco, el temor al soldado.

Luego, dadles parte en la heredad; personeria en los estrados de la justicia; luz, porque estan ciegos; amor, porque están doloridos del martirio tan cruento y prolongado que han sufrido.

Dictad una ley — que será la más hermosa y la más noble — declarando a los indios hijos menores de la patria, colocados bajo su amparo y potestad.

Concededles garantías en el trabajo, ropas para cubrir su desnudez, vigilancia y hospitalización, toda la ayuda material y moral que necesitan, hasta que salgan de la precaria y lastimosa situación en que los ha dejado la conquista y repoblación del territorio.

Como no se ha realizado todo esto?

Deploro haber llegado tarde a la vida, para salvar a las últimas tribus de mi patria. Yo les hubiese amparado del asesinato a aquellos valientes ciegos, y esta obra me habría servido para pagar algo a Dios del beneficio que me da de iluminar mi espíritu.

Quisiera para la Argentina — la hermana predilecta de mi patria — la gloria de repudiar esta permanente solidaridad con el despojo que significó la conquista, y así, purificarse de esta herencia de culpa y dar al mundo un ejemplo de equidad con el débil, de regeneración por la cultura, de comprensión de la fraternidad, de acatamiento a las supremas leyes.

PRECE PELO ÍNDIO

Versão portuguesa (1)

CONSTANCIO C. VIGIL

Como poderá ser completa a beneficiência, se não se contemplar e proteger os indígenas da América, os habitantes mais dignos de piedade e proteção?... Tantos asilos, tantas instituições piedosas!... E tôdas essas mãos de mendigos que se erguem aos milhares, no deserto e na selva, implorando a caridade da república!...

Nem sequer é digno adiar o cumprimento de tão sagrada obrigação. Com mais facilidade baixaram-se leis e fundaram-se instituições de proteção ao animal, embora o animal nunca tivesse recebido na América o rude trato impôsto ao índio.

Fazei estender ao índio, com sua ternura inefável, a prece antiga: "Possam ficar isentos de dôres todos os sêres humanos!"

O primeiro passo é afastar de seu espírito o temor ao branco e ao soldado.

Depois, fazei-os tomar parte na herança; dai-lhes personalidade nos estrados da justiça; luz, porque estão cegos; amor, por terem sofrido tão longo e cruento martírio.

Baixai uma lei — que seria a mais formosa e a mais nobre — declarando os índios filhos menores da pátria, sob seu amparo e proteção (2).

Concedei-lhes garantias no trabalho, dai-lhes roupas que cubram sua nudez, dai-lhes assistência e hospitalização, todo o auxílio material e moral que necessitam, até que saiam da precária e calamitosa situação em que os deixou a conquista e repovoamento do território.

Como não se fêz ainda tudo isto?

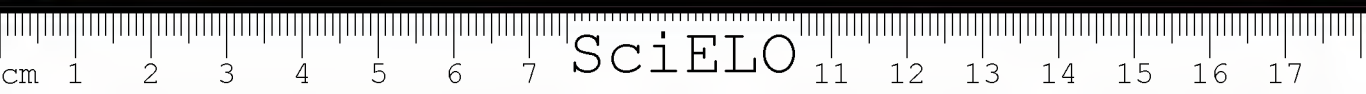
Lamento ter chegado tarde demais à vida, para salvar as últimas tribos da minha pátria (3). Protegê-los-ia — esses valentes cegos — contra o extermínio, pagando assim a Deus alguma coisa com que se digna iluminar meu espírito.

Quisera para a Argentina — a irmã predileta da minha pátria — essa glória: a de repudiar o despojo que lhe ficou da conquista, purificar-se dessa herança de culpa e dar ao mundo um exemplo de igualdade, do forte para com o fraco, de regeneração pela cultura, de confraternização, e de acatamento às leis supremas.

(1) Tradução de A. S. Oliveira Júnior.

(2) Aliás este critério figura na nossa legislação desde os primórdios do 2.º Reinado 27-X-1831.

(3) Uruguai.



SciELO

CONFERÊNCIA PRONUNCIADA PELO DR. LUÍS HILDEBRANDO HORTA BARBOSA, NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA

em abril de 1944, por ocasião das comemorações da Semana do Índio

Minhas senhoras, meus senhores.

Reúnem-nos hoje, neste ambiente amigável, os ideais de confraternidade tão bem consubstanciados nas resoluções do Primeiro Congresso Indigenista Inter-Americano, reunido em 1940, na gloriosa pátria de Marina e de Cuautêmoc.

Felizmente, foram os corações brasileiros educados nesses ideais, mediante os generosos esforços de Nóbrega, Anchieta, Navarro, Vieira, Pombal, José Bonifácio, Gonçalves Dias, Couto de Magalhães e, na atualidade, pela dedicação do venerando General Rondon e de seus incansáveis e denodados companheiros de sacrifícios em prol das primitivas populações de nossa Pátria.

Dentre as recomendações aprovadas assinala-se a de dedicarem os países americanos o dia 19 de abril de cada ano, ao enaltecimento do índio e à recordação dos deveres que cabe às gerações atuais, relativamente ao amparo e à proteção dos remanescentes dos povos aborígenes imolados, durante quatro séculos, nos altares da ganância.

O Conselho Nacional de Proteção aos Índios, surgido da lúcida compreensão que dos problemas pátrios tem o Presidente da República, cumpre o grato dever de assinalar, em uníssono com as repúblicas irmãs, a profunda participação do índio na civilização que, pujante, desabrocha nas Américas.

Por feliz coincidência, no dia 19, inicial da "Semana do Índio", por todo Brasil, é lembrado o fecundo labor governamental de Getúlio Vargas a quem a causa do indígena deve o apoio, os recursos e o incentivo tão freqüentemente negados, ou periclitantes, em governos anteriores.

Essa elevada política, magistralmente delineada por José Bonifácio de Andrada e Silva e posta em prática pelos dirigentes republicanos, superiormente representados por Nilo Peçanha, Rodolfo Miranda, Pedro Toledo e Ildefonso Simões Lopes, é um fato que con-

forta e retempera os que não descrêem dos ideais supremos de fraternidade universal.

Nos conturbados tempos em que vivemos, mais urgente se torna o prevalecimento dêsse orgânico e fecundo espírito nas relações entre os povos.

A unidade do planeta humano, que a navegação oceânica e aérea, o telégrafo e a radiofonia, a ciência e a indústria, tornaram pequeno, conduziu a uma estreita aproximação de todos os povos, ora reunidos num conglomerado heterogêneo de civilizações díspares.

Povos de todos os níveis culturais passaram a viver em comum, agindo e reagindo uns sôbre os outros.

Fetichistas primitivos como as numerosas tribos da África, Austrália; politeístas de todos os matizes; monoteístas entre os quais contam-se os católicos, os protestantes, os cristãos do rito grego, os maometanos e tantos outros povos diferentes, acotovelam-se sôbre a Terra sem se compreenderem.

Tanta diversidade social dificilmente poderá continuar subsistindo ao lado da entrosagem íntima e profunda ocasionada pelos rápidos meios de comunicação existentes e, indiscutivelmente, tende cada vez mais a desaparecer. A solução do magno problema das relações pacíficas e fraternais, únicas propícias à fusão e à homogeneização de todos os núcleos humanos, sem o trucidamento e a exploração dos mais retardados e fracos, será forçosamente encontrada.

A derrota dos nazistas e de suas brutais teorias raciais será a vitória das concepções que hão de nos conduzir ao nivelamento cultural sonhado pelos grandes construtores do progresso social.

Felizmente para a Humanidade, os mais seguros estudos antropológicos, provam a identidade fundamental de tôdas as raças humanas. Assim que os poderosos recursos da ciência e da técnica fiquem ao alcance de todos, cessarão de modo progressivo as diferenças aparentemente profundas que as separam.

A incorporação dos indígenas americanos, como a das massas proletárias ainda acampadas à margem da civilização, constituem, apesar de sua angustiante importância, casos particulares dêsse problema geral.

Se ainda hoje são mal compreendidos êsses deveres por parte daqueles que participam da vanguarda da Humanidade, não é de estranhar fôssem os ocidentais dos séculos anteriores ainda menos capazes disso.

Insuficientemente preparados sob o ponto de vista moral para assumirem a atitude que lhes cumpria de guias benévolos na senda do progresso, abusaram eles de sua imensa superioridade, espoliando e trucidando os povos dos continentes recém-descobertos.

Vítimas quase inermes dessa deficiência de fraternidade, foram os povos fetichistas os mais sacrificados.

Nada era capaz de conter a cobiça desalmada que presidia as relações entre os povos em fases tão diversas de cultura moral, intelectual e política.

Sòmente poucas naturezas superiores como, entre outras, as de Isabel de Castela, Bartolomeu de Las Casas, Anchieta e Bacon, ergueram-se para clamar contra o trucidamento sistemático levado a cabo por homens que se voltavam diàriamente, contritos, para a Virgem de ternura e bondade que diziam adorar.

Bartolomeu de Las Casas, denominado com razão “o apóstolo dos índios”, dizia, em suas ardorosas prédicas em favor dos aborígenes: “Todos vós estais em estado de pecado mortal e, nesse estado viveis e morreis pela crueldade e pela tirania empregada contra essa gente inocente. Dizei com que direito, com que justiça sujeitais êsses índios a uma tão cruel e terrível escravidão? Com que autoridade fizestes essas guerras detestáveis contra povos que, tranqüilos e pacíficos, estavam em suas terras; povos que certamente acabareis por exterminar por processos antes desconhecidos? A que título êles vos pertencem e porque os forçais a tantos trabalhos e fadigas, sem lhes dar de comer e sem lhes curar as enfermidades contraídas pelos excessos de trabalho ou, exprimindo-me melhor, a que título são êles mortos para vos dar cada dia maiores quantidades de ouro?”.

A essa linguagem de amor respondiam os interessados com mil sofismas. Entre outros era freqüente alegarem que aos índios faltavam três letras em seu alfabeto e que não dispoem êles do *f*, do *l* e do *r*, não podiam ter nem *fé*, nem *lei*, nem *rei* pelo que viviam sem justiça e de modo desordenado.

Para honra da sabedoria do sacerdócio católico é preciso não esquecer os esforços do Papa Paulo III que, em 1537, declarou os índios “homens racionais e livres”, nem os do Papa Benedito XIV que, em 1741, fulminou ex-comunhão *latae sententiae* contra os que atentassem contra a liberdade dêles.

No texto dêsse belo e generoso ato pontifício, havia clara e positiva condenação a qualquer espécie de violência. Não obstante, a escravidão e a nefanda obra de aviltamento dos aborígenes continuou. O mêdo das penas infernais era impotente para conter aquêles homens que, em outras circunstâncias, se mostravam fanàticamente beatos e temerosos.

Sob a hipócrita capa de cristianização prosseguiu impávida a obra de destruição das civilizações Azteca e Inca, bem como a fria e calculada caçada aos peles-vermelhas e as *decidas* dos nossos selvícolas.

A lancinante epopéia de sangue dêsses povos primitivos, prova o radical esgotamento da religião devida aos sublimes esforços de São Paulo, Santo Agostinho, São Francisco de Assis e de toda essa plêiade de nomes ilustres que, sonhando com a bondade e a piedade, tanto fizeram pela fraternidade humana.

O egoísmo desalmado e infrene que caracterizou o contrato entre a poderosa civilização conquistadora e os povos colombianos, bem justifica os versos causticantes de Lope de Vega:

“No los lleva cristandad”

“Sinó el oro y la codicia”.

Sem nos deixarmos esmorecer, nem tão pouco vencer pelo cepticismo ou pessimismo, cumpre a todos nós corrigir, tanto quanto possível, os erros passados, adotando a segura diretriz que só o altruísmo pode proporcionar.

Êsses foram, sem dúvida, os ideais que conduziram aos expressivos votos do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano.

Por todos os países da América surge, cada vez mais consciente e forte, o desejo de redimir o sangrento crime de que foram vítimas os selvícolas de nosso continente.

O amparo e a progressiva incorporação dos índios à nossa civilização, apesar de sua alta significação e importância, deve ser considerado, segundo já dissemos, como parte integrante de problema mais vasto qual o da completa unificação, tanto física como espiritual, de todos os povos da Terra.

Essa unidade, apontada por Augusto Comte como a meta para a qual caminha de modo inexorável a sociedade humana, já se torna evidente mesmo para aqueles que só meditam sobre os vertiginosos recursos materiais da modernidade.

O destino que, sob êsse aspecto, aguarda a Humanidade, pode ser encarado com simpatia e confiança, porquanto, não obstante as absurdas teorias raciais, tão ao gosto dos nazistas, a verdade é que dele resultará homens melhor dotados tanto de inteligência, como de sentimentos e de caráter.

Sem dúvida, a compreensão dêsse grande ideal de fraternidade surge vagarosamente através do egoísmo individual, como do nacionalismo agressivo.

A ascensão das consciências e dos sentimentos públicos em relação aos índios e aos negros, índice expressivo e irrefragável dos progressos já alcançados, ainda se processa sob nossos olhos.

A difusão dos nobres ideais de Las Casas, Anchieta e Pombal, absorveu séculos de oscilação e de lutas, entre regimes da mais des-

bragada e franca exploração e os de generosas mas débeis tentativas de amparo e proteção.

Històricamente, cabe aos Estados Unidos, depois de independentes, maior coerência e continuidade de atitudes no trato com os índigenas. Deve-se isso, de um lado, às tradições liberais transplantadas da Inglaterra e, por outro, da imensa superioridade moral e intelectual de Washington e Jefferson, guias supremos dessa grande nação.

Já em 1795, o primeiro, em mensagem ao Congresso, condenava as vexações impostas aos índios e pedia medidas enérgicas no sentido de serem reconhecidos formalmente os direitos que lhes cabia como homens que eram. Promulgado no ano seguinte, êsse ato proibia a entrada em terras dos índios sem que êles próprios dessem expressa autorização; estatuiu a pena de morte contra os que os assassinassem e a nulidade de qualquer compra de terras que lhes pertencessem, além de muitas outras medidas, cuja evolução conduziu à generosa situação agora proporcionada aos últimos representantes das numerosas tribos dos peles-vermelhas.

Não obstante tantos e tão esclarecidos esforços, a verdade é que até 1871, foram os índios, de um modo ou de outro, em sua maioria, caçados ou expulsos de suas terras.

Nos demais países da América, com exclusão da Argentina e do Chile, cujas constituições atribuíram de modo explícito aos governos o dever de manter relações pacíficas com os índios e de favorecer a sua conversão ao catolicismo, nada de seguro e sistemático foi feito em proveito das populações autóctones, vítimas imbeles da cupidez desregrada e incontida dos invasores.

O tratamento dispensado aos índios no Paraguai, Bolívia, Peru, e México, apresentou aspectos menos brutais, depois de haverem sido militarmente esmagados e sujeitos à servidão geral. No Paraguai, a raça branca acabou incorporada aos índios e, nos outros, a superioridade social dos Incas e dos Aztecas, os preservou de violências análogas às que padeceram as populações mais atrasadas do resto do continente.

Em nossa Pátria as vacilações do período colonial foram, antes legais do que reais, porque, na verdade e de modo contínuo, os índios foram, como nos outros países, trucidados, escravizados ou escoraçados.

No entanto, um acurado estudo comparativo permite concluir ter sido, no Brasil, menos sistemática e cruel a brutalização dêsses povos e mais precoce o despertar das consciências e dos esforços em prol de sua redenção.

Devemos à maior emotividade do português e ao fato de ser êle, em geral, despido de preconceitos e orgulhos raciais, a sua feliz mis-

cigenação com as populações autóctones e com as que, à força, vieram da África para o trabalho escravo.

Sob este aspecto, a atitude dos colonizadores ibéricos foi bem diversa da adotada pelos anglo-saxões. Enquanto estes, de acordo com os preconceitos que os dominavam, opunham-se aos casamentos com índios e negros com o fito, dizia o ato governamental de 1692, de “impedir a abominável mistura de pessoas de raça inglesa com gente de côr”, os primeiros, espanhóis e os portugueses, facilitavam e incentivavam esses cruzamentos.

No Brasil, porém, mais do que na América Espanhola, a fusão se processou fácil e rapidamente.

Foi por se haver dado conta destas características verdadeiramente felizes, que pôde José Bonifácio estabelecer um plano completo e assentado para a organização da nacionalidade brasileira, sem exclusão de nenhum dos elementos constitutivos do magno problema.

Quando ainda na maioria dos países da América a questão indígena jazia desprezada, já no Brasil Guido Marlière, Azevedo Coutinho, João Daniel, Domingos Alves Branco, Januário Barbosa, Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Gonçalves Magalhães, Barbosa Rodrigues, Melo Moraes Filho, Couto de Magalhães e muitos outros, procuravam erguer o País da apatia e da indiferença, clamando pela liberdade e pela justiça devida aos índios espoliados e maltratados.

Não obstante todos os esforços dos jesuítas, retomados pelos abnegados indianófilos que acabamos de citar, os resultados foram bem mesquinhos. “São conhecidas, diz Luís Bueno Horta Barbosa, as proporções a que atingiu o despovoamento do nosso solo. Tribos inteiras desapareceram, exterminadas até o último homem; das grandes multidões que povoaram o nosso litoral e os nossos rios, só restam o nome e a memória dos sofrimentos entre os quais expiraram; de muitas outras nem isso subsiste. E das poucas que escaparam à sinistra fogueira, o que se vê, são informes destroços recalcados para o fundo dos longínquos sertões, para as cabeceiras quase intangíveis dos grandes cursos d’água, onde vivem em triste e desamparado isolamento”.

“Assim as encontrou o glorioso movimento que, em 1822, fundou a independência política da Pátria Brasileira. O imortal sábio José Bonifácio de Andrada e Silva, retomando o estudo do secular problema, numa memória intitulada “Apontamentos para a civilização dos índios bravios do Império do Brasil”, indicou o caminho que se havia de seguir para dar-lhe cabal solução”.

“O plano de ação que então traçou baseou-o o grande estadista em cinco princípios gerais, dos quais os dois primeiros prescreviam: *Justiça*, não mais esbulhando os índios das terras que ainda lhes restavam e de que são legítimos senhores; *brandura, constância e sofrimento* de nossa parte, segundo nos cumpre como usurpadores e cristãos”.

“Examinando à luz desse documento e de outros da mesma época, o pensamento político do Patriarca da Independência apresenta-se como abrangendo a totalidade dos problemas sociais que a tempestuosa e desregrada colonização européia da América implantou em nossa Pátria”.

“De tais problemas, dois eram de solução urgente, pois entendiam com a própria formação do povo para o qual se projetava levantar o edifício da unidade política: eram eles o da civilização dos índios e o da emancipação dos trabalhadores de origem africana, criminosamente transplantados como escravos para o nosso continente”.

“Compreendeu o sábio estadista que enquanto esses problemas subsistissem, não estaria, na verdade, fundada a Pátria Brasileira, mas sim um aglomerado de três povos desirmanados e separados por interesses antagônicos e sentimentos opostos”.

“Tornava-se, pois, necessário, antes de mais nada, estabelecer as condições propícias ao surto e desenvolvimento da fraternidade entre os elementos constitutivos do povo brasileiro e foi nesse espírito e para isso conseguir, que o estadista da Independência tratou de promover, ao mesmo tempo, a civilização geral dos índios e a libertação dos escravos africanos. O seu pensamento quanto a este último aspecto do problema, ficou registrado noutra memória a que deu o título de “Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura”.

Neste opúsculo, como no dedicado aos índios, cuidou o Patriarca, obediente à sua máxima de que a *sã política é filha da moral e da razão*, em combinar sãbiamente “tantos elementos discordes e contrários” para que pudesse obter “um todo homogêneo e compacto”, condição indispensável “para que possamos formar em poucas gerações uma nação verdadeiramente livre, respeitável e feliz”, segundo as palavras por ele mesmo empregadas.

“Desgraçadamente, a efervescência das paixões políticas incumbiu-se de inutilizar tão generoso esforço, de abafar tão magnânimo pensamento. A Assembléia Constituinte foi dissolvida; José Bonifácio, seus irmãos e amigos expatriados”.

“Uma geração transcorreu antes que os acontecimentos e a situação geral da consciência do mundo nos forçasse a adotar a abo-

lição de tráfico, e ainda uma outra, para que se formasse o sentimento popular que acabou sublevando o Brasil inteiro contra a criminosa instituição, e forçando o Governo a baixar a lei redentora de 13 de maio de 1888 que, num só artigo peremptório, declarou extinta a escravidão”.

“Estava, pois, realizada, ao cabo de 66 anos de independência política, uma das partes do programa formulado por José Bonifácio para — *formar em poucas gerações uma nação homogênea verdadeiramente livre, respeitável e feliz.* — A outra parte, porém, relativa à civilização dos índios, continuava a espera de quem a pusesse em prática”.

Isso só veio a acontecer vinte e dois anos depois, num momento feliz da vida política de nossa Pátria, em que três ilustres republicanos, Nilo Peçanha, Rodolfo Miranda e Rondon, se congregaram no afã de transformarem em fúlgida realidade a segunda parte do grandioso plano do Patriarca.

Foi, assim fundado, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios, destinado a velar pelas tribos, livrando-as de perseguições e esbulhos.

Pela primeira vez, a voz estrangulada de doze gerações de nativos, que vinha bradando contra nós através de quatrocentos anos de extermínio, foi piedosamente ouvida!

Ao inaugurar o Departamento o seu primeiro diretor, o então Tenente-Coronel Rondon, declarou, cheio de fé e de entusiasmo: “sabeis que trago para o novo serviço mais do que a resolução de um digno funcionário que deseja honradamente desempenhar os deveres do seu cargo”.

“Sabeis que, além dessa condição primordial, existe em mim uma convicção e o entusiasmo, diria mesmo a paixão, de ver pôsto por obra o grandioso projeto sonhado pelas grandes almas de nossos melhores antepassados, condensados em José Bonifácio, de restituir aos descendentes dos primitivos habitantes do Brasil, a pátria de que foram expelidos a ferro e fogo. Sabeis que, como patriota, anelo veementemente por ver congregar as três raças que constituem o fundo étnico do povo brasileiro para, fundidas, formarem finalmente a unidade da população desta grande república”.

E hoje podemos, senhoras e senhores, afirmar que, em meio a imensas dificuldades e imperfeições, os anelos do grande e venerando indianista brasileiro não foram decepcionados.

Seus ardorosos votos inaugurais, êle mesmo já os tinha em parte cumprido, em vários anos de afanosas atividades ao longo das linhas telegráficas. Numerosas tribos guerreiras, foram, mesmo antes de 1910, trazidas a relações pacíficas com a nossa civilização. Basta lembrarmos dos nomes dos Nhambiquara, dos Kepi-keri-uat, dos:

Arikême, Barbado, Pautê; Urumi, Bacairi, Jarú, Caripuna e dos Borôro do rio das Garças, para sentirmos a extensão de seu acendrado amor à causa dos índios.

O Serviço de Proteção aos Índios, filho dileto da Comissão de Linhas Telegráficas, prossegue nessa senda de abnegação e de republicanismo.

Há 34 anos, em nossa Pátria, vem êsse Serviço assistindo e protegendo os índios sem perturbar ou embaraçar os trabalhos de catequese acaso empreendidos pelos sacerdotes católicos, protestantes, ou outros que a isso se propõem.

Através de mais de 90 estabelecimentos espalhados pela Amazônia, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Bahia, etc., aquêle Serviço vela pela vida e liberdade de cerca de 500 mil índios; garantindo-lhes a posse de seus territórios e promovendo a sua instrução primária e profissional, bem como a sua fusão normal e digna com as populações civilizadas.

Os esforços despendidos têm, pouco a pouco, colocado o Brasil entre as primeiras nações da América que procuraram redimir as injustiças passadas, incorporando ao seu seio os remanescentes das infelizes tribos indígenas.

Os Crenaque, os Caingangue, os Jauaperi, os Parintintin, os Cajabi, os Apiacá, os Patachó, os Urubu e tantas outras tribos pacificadas, protegidas e conduzidas ao seio da Pátria, são os frutos dessa política humana e generosa.

O “Dia do Índio”, instituído pelo Primeiro Congresso Indigenista, salienta e cultua êsses ideais de fraternidade que são os ideais da própria Humanidade.

É com o coração cheio de sadio patriotismo que podemos proclamar a identificação do governo do Sr. Getúlio Vargas com êsses nobres ideais.

Reconhecendo Sua Excelência a importância da contribuição brasileira para a solução da questão indígena que sendo, sem dúvida, uma questão nacional das mais transcendentais é também, antes de tudo, uma questão humana, deu decidido apoio e impulso ao Serviço de Proteção aos Índios.

À esclarecida linhagem de republicanos que fundaram e apoiaram êsse Serviço, juntou-se digno herdeiro das tradições paternas, o Sr. Luís Simões Lopes, que, à frente do D.A.S.P. consubstanciou a política do governo, redigindo o Regulamento atual, resumo do que há de mais avançado e generoso no setor do problema indígena.

A alta compreensão que preside êsse ato oficial pode ser avaliada lendo-se a bela exposição de motivos apresentada ao Presidente da República, por aquêle Departamento.

“Defender o aborígene, diz o Sr. Luís Simões Lopes, qualquer que seja a sua condição de vida, da opressão e da espoliação a que possa estar exposto, constitui a incumbência do Serviço de Proteção aos Índios.

“Como executor, portanto, de tôdas as medidas tutelares traçadas pelo Estado, cabe ao aludido Serviço evitar o extermínio das tribos, quer decorra de hostilidades recíprocas, quer provenha de lutas com os civilizados, competindo-lhes, ainda, educar e instruir o índio, incutindo-lhe a idéia de que faz parte da nação brasileira. Ao mesmo tempo, procurando prestigiar suas próprias tradições, nêle deverá manter, bem vivo, o orgulho de sua raça e de sua tribo, interferindo o menos possível em sua organização social”.

“Em síntese, pretende-se firmar, em relação ao problema indígena uma política de acôrdo com as conclusões a que chegaram os estudiosos do assunto, especialmente nos Estados Unidos da América e no México, desiludidos com a orientação que, até pouco tempo se adotou, em quase todos os países da América”.

“Realmente, desde a descoberta da América, quatro séculos de orientação e tentativas várias, autorizam a adoção definitiva de determinados princípios, para a solução do problema indígena, que deve, por todos os títulos, ser enquadrado entre os grandes e prementes problemas da nacionalidade”.

“Criado para satisfazer necessidades inadiáveis, sob a inspiração de homens de elevados ideais e ardente fé patriótica, por outros brasileiros não menos eminentes, porque compreenderam a magnitude da questão e sentiram tôda a beleza do programa que lhes foi proposto o Serviço de Proteção aos Índios, refletindo o ponto de vista dos espíritos esclarecidos que o orientavam, regia-se por uma legislação que era, sem dúvida, a mais adiantada da época”.

“Mais ainda: tinha ao seu serviço um pugilo de patriotas, entre os quais uma plêiade, das mais brilhantes, de oficiais do Exército Brasileiro, que não hesitaram em abandonar as comodidades da vida das cidades para se embrenharem, anos a fio, nos nossos sertões, por um ideal altíssimo, sem recompensas outras que não a satisfação íntima e sagrada de dar suas vidas à causa dos nossos infelizes selvícolas, até então tratados a ferro e fogo em suas próprias terras”.

“Para se opor à tragédia dantesca que se desenrolava todos os dias na floresta brasileira, partiram os cavaleiros dessa nova Cruzada levando, na difícil tarefa de atrair o índio revoltado contra o esbulho e a violência, como imperativo de honra, a divisa: “Morrer, se necessário; matar nunca”.

“E no recesso da mata em pleno coração do Brasil e bem aconchegado a êle, podiam ouvir melhor as suas pulsações, auscultar melhor os seus problemas e, em particular, meditar melhor sôbre a finalidade do Serviço que era o seu mundo, que constituía a sua razão de ser”.

“E dessas lucubrações, dêsse contato com a grande desgraça do índio, surgiu a legislação que é, a justo título, motivo de orgulho para o Brasil”.

Coube a Rondon, o moderno apóstolo dos Índios e êmulo de Las Casas, dar vida ao generoso plano sonhado a cento e vinte anos por José Bonifácio de Andrada e Silva, glorioso arquiteto da Pátria Brasileira.

De tantos esforços em prol da Humanidade surge, aos poucos, uma época em que não mais precisará o poeta comentar cheio de dor:

Não sabeis o que o monstro procura?
Não sabeis a que vem, o que quer?
Vem matar vossos bravos guerreiros,
Vem roubar-vos a filha, a mulher!

Vem trazer-vos algemas pesadas,
Com que a tribo Tupi vai gemer;
Hão de os velhos servir-lhes de escravo,
Mesmo o Piaga inda escravo há-de ser!

Fugireis procurando um asilo,
Triste asilo por ínvio sertão;
Anhangá de prazer há-de rir-se
Vendo os vossos quão pouco serão.

Vossos deuses, ó Piaga, conjura,
Susta as iras do fero Anhangá.
Manitôs já fugiram da Taba,
Ó desgraça! ó ruína! ó Tupá!



MENSAGEM ENVIADA PELO DR. JOSÉ MARIA DE PAULA,
DIRETOR DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E
QUE FOI LIDA PELO SEU ILUSTRE SUBSTITUTO,
DR. CARLOS OLÍMPIO PAES

*na sessão solene realizada no dia 19 de abril de 1945 em comemoração
ao Dia do Índio*

EGRÉGIO CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Antes de proferir algumas simples palavras sôbre a comemoração desta grande data, cumpre-me apresentar a êste egrégio Conselho uma "mensagem" do Diretor titular do S.P.I., que me foi remetida para ser lida perante esta sessão solene.

Ao celebrar-se pela segunda vez em nosso país, depois de instituído, o *Dia do Índio*, na qualidade de principal responsável pela repartição oficial, à qual incumbe a função executiva da assistência e proteção ao índio brasileiro, ocorre-me a idéia, de comemorar esta data examinando, embora ligeiramente, como o nosso país vem se desempenhando, no concérto das nações americanas, do dever humano e cívico de prestar a devida assistência ao aborígene brasileiro, no sentido de amparar-lhe a vida, a liberdade e a propriedade; defendê-lo do extermínio, resguardá-lo da opressão e da expoliação, e abrigá-lo da miséria; educando-o, para integrá-lo na comunidade nacional, com todos os seus direitos e deveres, como elemento eficiente de trabalho e de progresso, nos precisos têrmos das finalidades regulamentares do Serviço de Proteção aos Índios.

Que outros, com abundância de erudição e floreios de linguagem, celebrem o valor inato dessa raça forte e indômita, que mais de quatro séculos de opressão, de perseguição, de injustiças e de ingratidão não conseguiram exterminar, nem sequer dobrar na sua altivez, e independência primitiva, nem diluir na sua personalidade definida os sentimentos nobres de apêgo ao solo nativo, afeição e devotamento à família e generosa hospitalidade ao alienígena, aliados às qualidades viris de valentia e de abnegação na luta, e estoica resignação nas privações e sofrimentos; atributos por si sós suficientes para consti-

tuírem a mais forte e progressista raça do mundo, se tivessem sido inteligentemente caldeadas com as qualidades complementares dos primeiros colonizadores; não tivessem êstes a devorar-lhes corpo e alma, a inextinguível chama da ambição, sem limites e sem escrúpulos, da mais desenfreada ganância.

Que outros, com os tons vivos ou as suaves nuances da eloquência, coloquem o índio no quadro majestoso da natureza brasílica, como o seu mais destacado motivo ornamental; ou seja em estrofes inspiradas, ou na estrutura impecável dos períodos caprichosamente burilados.

Ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, neste dia panamericano do índio, cumpre, embora em grandes traços, prestar contas à Nação Brasileira, de como esta Repartição se tem desempenhado da missão cívica que lhe foi confiada.

Em 1910, sob o patrocínio subjetivo do Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, que no seu genial programa político estabeleceu as linhas mestras da proteção ao aborígene, em moldes humanos, racionais e eficientes, e por iniciativa de dois republicanos de lídima estirpe, do Presidente Nilo Peçanha e do seu grande ministro da Agricultura, Rodolfo Miranda, foi instituído o Serviço de Proteção aos Índios, confiada a sua estruturação, orientação e direção a outro republicano, igualmente histórico, o então Coronel, hoje General, Cândido Mariano da Silva Rondon, o sertanista intemorato, eternamente enamorado da causa do índio, que o grande historiador patricio, João F. Lisboa, já, ao seu tempo, qualificava de "abrasadora"; o cidadão, a quem o Brasil deve, dentre as suas realizações mais ciclópicas, a abertura das linhas telegráficas estratégicas de Mato-Grosso ao Amazonas, empreendimento gigantesco, levado a efeito a custa de sacrifícios sem conta, através dos mais ínvios sertões, talvez do mundo, e que permitiu o fechamento do circuito telegráfico em todo o Brasil; o homem, que, ainda hoje, quase octogenário, ao invés de desfrutar no seio da sua amantíssima família, o mais que merecido descanso de uma das existências mais laboriosas e arriscadas, nesse Conselho de Proteção aos Índios, cuja presidência se honra com a sua pessoa, diàriamente, sem esmorecimento nem canseira, com o inflamado entusiasmo de sempre, pelo índio, continua a orientar, com sua magnífica experiência, os trabalhos em prol do índio brasileiro.

Ao iniciar as suas atividades, naquela época, o Serviço de Proteção aos Índios, encontrou os seus tutelados, em sua quase totalidade num estado de deperecimento físico e moral verdadeiramente lastimoso.

E como não ser assim, se a Colônia, apesar dos ingentes trabalhos e de zelo verdadeiramente apostólico de Anchieta, Nóbrega, Navarro, e de seus dignos companheiros, mais perseguira, oprimira e escravizara o indefeso ínola brasileiro, do que lhe respeitara a pessoa, a família e a propriedade, a despeito do volumoso acêrvo de cartas régias, leis e instruções, acauteladoras dos interêsses dos índios, cujo efeito, entretanto, não passava do papel, em que tais disposições se inscreviam, e ficavam esquecidas, abandonadas nos arquivos oficiais, quando não, acintosamente, postergadas e desobedecidas pelo colono, ambicioso, desumano e preador.

E como não ser assim, se o Império, apesar do simulacro protetor das suas leis, decretos, regulamentos e avisos, também se esquecera do índio, que continuava à margem da Nação, vivendo num regime offiical inquinado do mesmov ício original das malfadadas “reduções”; e em tôda a parte humilhado, degradado, na triste condição de pária em sua própria pátria.

E como não ser assim, se a própria República, que na sua Carta magna definira e estabelecera todos os direitos e prerrogativas do cidadão, não se lembrara de que também eram brasileiros, e dos mais genuínos, êsses pobres índios, abandonados à sanha malfaseja dos exploradores da sua pessoa, do seu trabalho e da sua propriedade, nesse estado de permanente minoridade social e econômica; infelizes, não porque o merecessem, e sim pelo imperdoável descaso daquêles a quem incumbia o dever precípua de assistí-los e protegê-los.

Instalado em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, primeiramente um pugilo de valorosos oficiais do Exército Brasileiro, mais tarde substituídos por funcionários civis, sob a segura orientação e direção do General Rondon, espalhou-se por todo o território nacional, estabelecendo e mantendo Postos, Povoações Indígenas e Centros Agrícolas, para proteger e assistir aos índios e também atender ao trabalhador nacional, quase tão abandonado e esquecido como o seu irmão de infortúnio, o indígena.

Pelo espaço de vinte anos, de 1910 a 1930, com alternativas de elevação e de depressão no rendimento e eficiência dêsses estabelecimentos, a maioria dos quais situados nas zonas sertanejas mais agrestes do país, devidas tais flutuações ao montante dos recursos orçamentários, anualmente, postos a disposição do Serviço, durante êsse tempo, apesar das contrariedades, embaraços, dificuldades e deficiências de tôda a sorte, esta Repartição conseguiu estabelecer os seus postos, povoações indígenas e centros agrícolas, onde se reuniram índios e trabalhadores nacionais, aos quais foi assegurada a proteção e assistência legal às suas pessoas, às suas famílias e às suas pro-

priedades, na forma da legislação realmente protetora, que então se instituiu; o índio com a sua família passou a ser respeitado e a gozar dos direitos, até então somente no papel existentes; foram-lhe dados os meios para o trabalho rural remunerador; os seus filhos, que no seio da mata se criavam na mais crassa ignorância, passaram a receber a luz da instrução e os benefícios da educação, em escolas devidamente aparelhadas; passou, enfim, o abandonado nativo à condição de homem livre, investido dos direitos de cidadania, como os demais habitantes do país.

Nesse período, pela pacificação de diversas tribos hostis e arredias, e pela sistematização de inúmeras outras, até então dispersas e desorganizadas, mais do que a estabilização do índio no seu território, fundou-se na consciência nacional, o imperativo cívico da consideração ao aborígene, como elemento integrante da raça e do povo brasileiro, e como tal, partícipe das prerrogativas conferidas pelas leis aos seus concidadãos.

Não cabe, por certo, nos estreitos limites dêste relato, nem sequer uma ligeira menção aos ingentes trabalhos, executados em prol da Causa indígena pelos seus abnegados servidores, dentre os quais é justo se destaquem os nomes, sempre venerados neste Serviço, de José Bezerra Cavalcanti, Luís Bueno Horta Barbosa, Manuel Miranda, Alípio Bandeira, Pedro Dantas, que, ao deixarem a vida terrena, legaram aos continuadores da sua gigantesca obra, o luminoso exemplo das mais acrisoladas virtudes cívicas.

Dentre os que ainda vivem, não há como esquecer êsse verdadeiro Baiardo, cavaleiro "Sans peur et sans reproche" da nobre causa, Antônio Martins Viana Estigarribia, prêso ainda ao seu leito de dor, em cujo nome é-me grato sintetizar o tributo de admiração e reconhecimento devido aos valorosos lidadores dêsse período áureo do S.P.I., ainda vivos, e que, como as luzes da sua experiência e os seus inestimáveis conselhos, tanto tem auxiliado os atuais dirigentes dêste Serviço.

No decênio de 1930 a 1940 entrou o desenvolvimento dêsses estabelecimentos em declínio, verdadeiro colápsio da sua vitalidade, que se manifestava exuberante e promissora.

A falta dos recursos indispensáveis ao funcionamento eficiente do Serviço de Proteção aos Índios determinou êsse prolongado estacionamento, senão mesmo regressão, na marcha ascendente e progressiva das suas atividades. É de justiça, entretanto, consignar que, mesmo durante êsse tempo, os servidores do S.P.I. mostraram-se à altura da sua missão; alguns encarregados de Postos Indígenas, chegando, mesmo, a permanecerem nos seus postos, isolados, faltos

de recursos, compartilhando com os seus índios, da mesma sorte de desconforto e de privações.

Não fôra êsse hiato na continuidade dos trabalhos dêste Serviço, e muito melhor seria a situação atual dos mesmos; de vez que, é muito mais árdua e de resultados mais demorados a tarefa da reconstrução de qualquer empreendimento, entravado no seu desenvolvimento normal, do que, mesmo, o início de tais atividades; tanto mais, quando estas se processam nas difíceis condições peculiares às nossas regiões sertanejas.

Felizmente, porém, de 1940 em diante, após êsse período de estagnação, tendo o Serviço retornado ao seu ministério de origem, o da Agricultura, e graças à visão patriótica do Presidente Dr. Getúlio Vargas, fortemente secundada pela boa vontade e decidido apôio do então titular daquela pasta, o Dr. Fernando Costa, do atual Ministro, Dr. Apolônio Sales, e do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, Dr. Luís Simões Lopes, reiniciou-se uma era de prosperidade para o Serviço de Proteção aos Índios, reavivando-se as suas atividades em todos os setores, atualmente em pleno desenvolvimento, apesar das inevitáveis dificuldades e embaraços, devido à situação do estado de guerra, em que se acha o País.

Assim é, que, atende, atualmente, êste Serviço à grande maioria da população indígena, espalhada por todo o território nacional, avaliada, estimativamente em mais de um milhão de almas, prestando através das suas Inspetorias Regionais, assistência e proteção às inúmeras tribos e grupos indígenas congregados nos seus territórios, em tórno de 106 Postos Indígenas: de atração de tribos ainda hostis e arredias; de assistência e nacionalização; de fronteira; de criação; e de alfabetização e tratamento; em cujas sédes funcionam 72 escolas, freqüentadas por alunos índios e não índios; com elevada matrícula e apreciável freqüência e serviços especializados; 20 enfermarias já construídas e devidamente aparelhadas, achando-se outras em construção; plantéis de gado puro sangue, para o melhoramento da pecuária nos territórios a isso apropriados; estábulos e demais acomodações, para o tratamento e manutenção do gado dos índios; depósitos e paióis para armazenamento das suas colheitas; maquinismos, convenientemente instalados, para beneficiamento dos seus produtos agrícolas e pastoris; oficinas para manufatura e aprendizagem; extensos campos de culturas de trigo, linho, milho, algodão, feijão, arroz, batatas, mandioca, hortaliças, etc., por processos racionais e econômicos; aparelhamento para a utilização industrial dos produtos extrativos.

Grupos de índios que perambulavam pelas estradas e povoações, famintos e esfarrapados, não raro implorando a caridade pública,

acham-se acomodados em suas terras, vivendo em suas casas próprias, cultivando a terra e dela tirando o seu sustento, com os seus filhos, educando-se e instruindo-se nas escolas; crianças, ontem desnutridas e maltrapilhas, hoje transformadas em escoteiros, cujos grupos causam admiração nas cidades por onde passam.

Para que se realizasse essa prodigiosa transformação, que pode ser constatada pela abundante documentação fotográfica, em exibição por este Serviço na semana que hoje se inicia, bastou que essa massa, dantes amorfa e improdutiva, fôsse tocada pela vara mágica da boa vontade governamental, secundada pela compreensão de servidores compenetrados da sua missão civilizadora.

Apesar, entretanto, dêsses apreciáveis resultados já obtidos, muito ainda resta a fazer, para que o Serviço de Proteção aos Índios, possa dar como completa a sua tarefa, pela integração das populações indígenas na comunidade brasileira.

Pervagam, ainda, pelos recônditos sertões, muito dos quais inesplorados, grupos de índios ou arredios e hostis, ou sem contato com as populações civilizadas, mantendo-se nesse isolamento, não raro, ainda, dolorosamente quebrada pelas agressões do branco, adventício e desumano, sacrificando pela astúcia, pela solércia e pela superioridade das armas, na sanha de apoderar-se da terra do índio e das riquezas naturais nela contidas, não só o guerreiro indígena, que defende a sua propriedade e a sua prole, como, ainda, indefesas mulheres e crianças; provocando, assim, a revide, geradora de novos massacres, de parte a parte.

É que, dificilmente, chega aos ouvidos da justiça nas cidades e povoados, o eco dessas tragédias, que tem por cenário a imensa vastidão da selva, longínqua e inóspita.

Daí a necessidade da multiplicação dos Postos do Serviço, internados no recesso da mata, como guarda avançadas da civilização, em defesa da vida e da propriedade do índio.

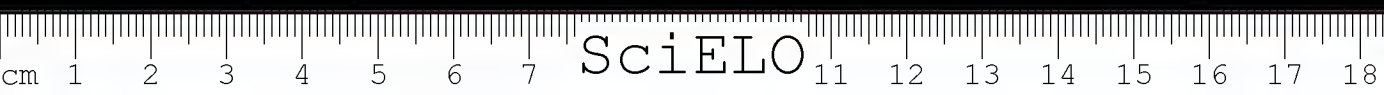
Resta, ainda, muito direito, líquido e incontestável, do índio aos seus territórios de culturas, de caça e pesca, de colheita de frutos nativos, indispensáveis ao seu meio de vida, a reivindicar dos insurpadores, cujo título de domínio assenta na fraude e na violência.

Resta, ainda, que o grande público se convença, pelas demonstrações insofismáveis do Serviço de Proteção aos Índios, que a causa dêstes é a causa mais genuinamente nacional; pois, num país como este, com imensos territórios sertanejos, povoados por numerosas tribos indígenas, de índole pacífica e laboriosa, não se poderá introduzir a corrente imigratória alienígena, sem que, primeiramente, sejam acomodados aquêles, cuja posse territorial já o Marquês de Pombal, no seu famoso alvará, determinava fôsse respeitada, como sendo de

sua legítima e primária propriedade; princípio êsse de direito, que, após tanto tempo, viria a receber plena consagração na atual Constituição da República.

Dêste rápido esboço, verifica-se que o Serviço de Proteção aos Índios do Brasil, nesta data magna do *Índio Americano*, pode afirmar: que vem cumprindo o seu dever, através de tôdas as dificuldades e vicissitudes da sua agitada vida funcional; que, as suas realizações, em prol do índio, demonstram que o país pode confiar no patriotismo do seu governo, para a solução dos seus problemas vitais, como o da integração do elemento aborígene na comunidade nacional; enfrentados, como são, com decisão e conhecimento de causa, e resolvidos com acêrto e energia; que os seus servidores não esmorecem nem se entibiam, sejam quais forem as situações que se lhes antolhem, mantendo a tradição dos valorosos pioneiros, que, primeiro, arrotearam o terreno, rude e agreste, cujos magníficos frutos prenunciam farta messe, pelas realizações que já pode apresentar, e pelas quais o público pronunciará o seu veredictum.

Esta é, em sua linguagem desataviada e rude, mas sincera e franca, a mensagem que o diretor do Serviço de Proteção aos Índios tem a honra de apresentar ao egrégio Conselho Nacional de Proteção aos Índios, nesta data magna, consagrada em todo o Continente, à comemoração do *Índio Americano*.





SciELO

DISCURSO PRONUNCIADO PELO DR. CARLOS OLÍMPIO
PAES, DIRETOR SUBSTITUTO DO SERVIÇO
DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

na sessão solene realizada na sede do C.N.P.I.

Meus senhores.

A importante missão que aqui me trouxe de representar, no cargo de diretor substituto, a pessoa de seu titular, o ilustre Dr. José Maria de Paula, obriga-me, não a um discurso nem tampouco a uma conferência, que não me atreveria a tal, mas a uma simples alocução, para saudar o elemento mais primoroso da formação de nossa raça, neste dia em que se comemora a *Semana do Índio*.

Bastante confortador é para nós o fato de ver o nosso Governo oficializar, no Brasil, a instituição do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, instalado na pequena cidade mexicana, em Patzcuaro, a 19 de abril de 1940.

Esta causa é para nós tanto mais simpática, se considerarmos a dedicação, o ardor e a flama com que uma plêiade de homens eminentes, de reconhecida cultura, portadores de uma soma de importantes e relevantes serviços prestados ao País, se constitui a sentinela avançada dos nossos aborígenes.

É assim que vimos, na galeria dos paladinos da santa causa do índio, nomes de abnegados e beneméritos sertanistas, embrenhando-se no interior de nossas exuberantes selvas, levarem ao selvícola os frutos de uma missão tão nobre como fôra a da sua incorporação à sociedade como valor econômico e político.

Nóbrega, Anchieta, Navarro, Vieira e outros visando, pela sua catequese, entre outros fins, cimentar a construção do País, com este elemento primogênito, que constitui o patrimônio da civilização americana.

De outro lado, é a inspiração do poeta e do prosador primoroso que vão buscar em nossos mais longínquos sertões, entre os índios, o motivo para suas poesias e romances.

Canta Gonçalves Dias em sua canção do "Tamoio" as bravuras e o heroísmo de nosso selvícola.

José de Alencar, o romancista de apurado gosto do Século XIX, vai buscar, no seio das tribos indígenas, o tema para seus encantadores e atraentes romances:

O Guarani, Ubirajara e tantos outros, cada qual mais expressivo, como o de Iracema, belíssima composição já integrada na alma de todo cidadão brasileiro.

Com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e localização dos Trabalhadores Nacionais pelo então Ministro Dr. Rofolfo Miranda, esta Instituição vê rasgados os horizontes de seus ideais, seguindo-se a galeria dos devotados timoneiros da nova cruzada, pacificadores das nossas nações indígenas, com seus trabalhos e processos técnicos de atração das tribos selvícolas, representado por nomes de cidadãos notáveis, na história desta magnífica obra nacional:

Barbosa Rodrigues, General Rondon, José Maria de Paula. Pimentel e outros que sacrificaram suas vidas por amor dessa causa.

Já, neste ano, o Serviço com a administração do Dr. José Maria de Paula teve a satisfação de ver instalada a Seção de Estudos, cujas atribuições regulamentares constituem por assim dizer, a célula mater da existência do S.P.I.

É assim que vemos, neste momento, em franca atividade, várias realizações desta Seção com a colaboração eficiente e brilhante dos vários setores administrativos da República para com o Serviço de Proteção aos Índios.

A dotação que foi consignada ao S.P.I., neste exercício de 1945, é a demonstração mais evidente, prova cabal de quanto já se preocupam as autoridades administrativas do País, para uma solução condigna da causa indígena, colocando-se de maneira honrosa ao lado daquela nação, que tão entusiástica e nobremente vem se devotando aos problemas dessa causa nacional — a grande Nação Mexicana.

Os documentos históricos e a magnífica exposição do material de artefatos indígenas aí estão para satisfazer à curiosidade de nosso povo, no que concerne ao conhecimento do progresso da civilização, que vem sendo imprimida aos nossos aborígenes, desde os seus primitivos contatos com o homem civilizado.

Os problemas que diariamente surgem perante a diretoria do S.P.I. vão sendo pronta e acertadamente resolvidos, graças à colaboração prestada pelo C.N.P.I., presidido pela figura preeminente e tradicional do homem que é o símbolo perfeito da incarnação da alma pura do índio brasileiro, o Exmo. Sr. General Rondon.

As teorias e concepções que giram em torno das questões indígenas vão tomando um rumo cada vez mais prático e conciliável com o nosso regime liberal e social.

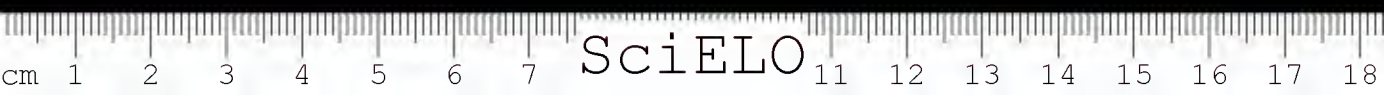
Causa simpática que a qualquer cidadão, por mais leigo e estranho aos assuntos nela tratados, e que com ela se ponha em contato, logo se irmana com todo amor e verdadeira dedicação e até mesmo desprendimento.

Essa missão exige do seu militante uma dupla natureza em uma só pessoa: natureza de sacrifício e desprendimento, e natureza de suma bondade e devotamento íntimo, nos processos de pacificação e conversão do índio ao seio de nossa civilização.

Ê com êstes propósitos que deverá ingressar o servidor, nesta Escola social, nesta milícia sublime, no S.P.I. Como se vê, não se trata aqui de um Serviço utilitarista de caráter econômico social. Não! o Serviço de Proteção aos Índios é uma instituição que assumiu a grande responsabilidade da redenção dêsse elemento primitivo de nossa raça, para integrá-lo no seio da nação brasileira.

Ê com êste espírito de civismo e patriotismo que haveremos de prosseguir no combate a alguns remanescentes desalmados daquela época de recalque ao selvícola brasileiro, assim como aos que ainda, por acaso, se portem com indiferença por essa tão sublime quão grandiosa causa nacional.

Prossigamos, pois, com denodo, espargindo nosso raio de ação por entre os sertões mais ínvios do país, desfraldando com absoluta convicção e resoluta abnegação, a bandeira da liberdade e da civilização que deverá servir de céu ao grande espaço que ocupam tôdas as nossas nações indígenas.





SciELO

SAUDAÇÃO FEITA EM 19 DE ABRIL DE 1945 PELO
DR. HERBERT SERPA, CHEFE DA SEÇÃO DE
ESTUDOS DO S.P.I.

Na abertura desta exposição etnográfica, em comemoração do *Dia do Índio*, queremos salientar o sentido profundo da responsabilidade que cabe aos civilizados, perante os índios.

Esse sentido antigo que hoje queremos reinvidicar é o respeito devido aos índios e às suas culturas autênticas, que só os santos e os heróis da História do Brasil — um Anchieta e um Rondon — souberam ver! E, a História das Américas, fora dêste sentido, não passa de um doloroso episódio, de um flagrante e monstruoso! E é por isso que a voz dos representantes ameríndios, naquêlê memorável 19 de abril de Patzcuaro, ecoa ainda, e irá reboando na consciência desperta de tôdas as nações americanas, como uma voz poderosa do passado que vem lembrar às gerações sucessivas, as atrocidades dos conquistadores truculentos, insidiosos e brutos, cheios de todos os vis pecados da violência.

É uma voz que clama por penitências e reparações; é uma voz que nasce dos plainos e das quebradas, dos vales umbrosos ou dos píncaros andinos, reclamando, portentosa, a justiça histórica. Vem das ruínas e das taperas; das carcomidas e monumentais pedras das construções Mayas, ou dos tambos incáicos perdidos nos Andes; vem de onde as perdidas gerações pretéritas lutaram, corpo a corpo, pela primeira liberdade da primeira gente americana!

É a voz do passado sem limites, de tôdas as tribos, em busca da sonhada redenção, não para elas, já nas longínquas dobras da História amortalhadas, mas, para os seus gênios tutelares e seus vetustos manes, cultivados por aquêles que ainda hoje vivem em meio das florestas, nas rondas estranhas das festas guerreiras, mantendo as tradições.

É para os índios atuais, perseguidos e enxotados, massacrados e caçados impunemente como feras perigosas, que nos devemos voltar nesta hora de transformações, em que tôda a América, unida, e, pelo mesmo anseio de paz e união, batalha pela liberdade, que sempre lhe pareceu o mais sagrado dos direitos.

Ê para os índios que nos devemos voltar de coração e de espírito, agradecendo-lhes as heróicas defesas, que primeiro praticaram, do solo brasileiro.

Ê para os índios que devemos volver o pensamento quando alcançamos o pendão da América livre que êles perfeitamente simbolizam!

Essa pequena mostra do homem e da cultura indígena do Brasil, que o Serviço de Proteção aos Índios expõe aos nossos olhos, é apenas uma diminuta parcela do muito que a abnegação e a tenacidade de Rondon salvaram do olvido. Agradeçamos pois a êle, a esta genuína e grande glória do Brasil atual, a satisfação dessa curiosidade satisfeita, ao contemplarmos neste recinto os aspectos mais autênticos das populações genuinamente nacionais, em suas fases primitivas, como se estivéssemos diante dos primeiros tempos da humanidade.

Para trazer-nos êstes assombrosos registros da vida primitiva brasileira, teve Rondon que varar o desconhecido noroeste, descobrir e desencantar as dúvidas que passavam por sôbre mais de duas dezenas de rios, hoje inscritos por êle na carta imortal do Brasil; e, para que a natureza formidanda não lhe vencesse a luz da inteligência humana, desencantou também o homem selvícola, para que ouvindo pela primeira vez a voz e o chamamento da pátria, surgisse de dentro da mata, empunhando o auriverde pendão, como a dizer às gentes das fronteiras: “Aqui começa o solo da pátria brasileira”!

Se há, senhores, a quem endereçar, aqui os nossos mais calorosos aplausos, é a Rondon e aos índios que o devemos fazer.

Está inaugurada a exposição.

CONFERÊNCIA SÔBRE JOSÉ BONIFÁCIO E O PROBLEMA
INDÍGENA, REALIZADA PELO SR. VENÂNCIO F. NEIVA
SOB O PATROCÍNIO DA SOCIEDADE DE CULTURA
POSITIVISTA, NO CLUBE DE ENGENHARIA,
A 20 DE ABRIL DE 1945

Sr. Presidente! Minhas senhoras!

Meus concidadãos!

...Evoco a sombra

Do selvagem guerreiro!... Tôrvo o aspecto,
Severo e quase mudo, a lentos passos,
Caminha incerto, — o bipartido arco
Nas mãos sustenta, e dos despidos ombros
Pende-lhe a rota aljava... as entornadas,
Agora inúteis setas, vão mostrando
A marcha triste e os passos mal seguros
De quem, na terra de seus pais, embalde
Procura asilo, e foge o humano trato.

.....

; Tu, filho de Jaguar, guerreiro ilustre,
E os teus, de que então vos ocupáveis,
Quando, nos vossos mares alinhadas
As naus de Holanda, os galões de Espanha,
As fragatas de França e as caravelas
E portuguezas naus se abalroávão,
Retalhando entre si vosso domínio
Qual si vosso não fôra? Ardia o prélio
Fervia o mar em fogo à meia noite,
Nuvem de espêssô fumo condensado
Toldava astros e céus; e o mar e os montes
Acordavam rugindo aos sons troantes

Da insólita peleja! — Vós, guerreiros,
Vós, que fazíeis, quando a espavorida
Fera bravia procurava asilo
Nas fundas matas, e na praia o monstro
Marinho, a quem o mar já não seguro
Reparo contra a fôrça e indústria humana,
Lançava alheio e pávido na areia?
Agudas setas, válidos tacapes
Fabricávam talvez!... ai não... capelas,
Capelas enastravam para ornato
Do vencedor; — grinaldas penduravam
Dos alindados tetos, porque vissem
Os forasteiros, que os paternos ossos
Deixando atrás sem manitôs vagavam,
Os filhos de Tupã como os hospedam
Na terra a que Tupã não dera ferros!

(Gonçalves Dias: *Os Timbiras*, pág. 151 e 185).

Cristóvão Colombo, vós o sabeis, após uma longa e aspérrima viagem, aportou a uma ilha dêste Continente, à qual, deu o nome de San Salvador. (Os naturais da ilha denominávam-na Guanaani, e os ingleses, posteriormente, chamaram-na Wathings).

Aí, êle e os seus receberam o melhor acolhimento por parte dos naturais da terra. Colombo supôs haver chegado à Índia. Por isso, deu-lhes o nome de índios, o qual foi conservado até hoje.

Para têrmos uma idéia de como êsses povos eram bons e acolhedores, inocentes e confiantes, quando ainda não haviam sido traídos, explorados, maltratados, trucidados, por muitos dos ocidentais — vejamos algumas palavras daquêle grande marinheiro. São elas traduzidas do original espanhol, publicado no tomo LXVII da “Biblioteca Universal”, sob o título: “Cristóbal Colon”, e o subtítulo: “Cartas que escribió sobre el descubrimiento de América, y testamento que hizo a su muerte! Madrid, 1880”.

Diz Colombo: “Verdade é que, depois que se tranquilizam e perdem o mêdo, êles (os índios) são tão sinceros e tão generosos com o que têm, que só o acreditará bastante quem o tenha visto. Êles nunca deixam de dar aquilo que tenham a que se lhes peça; pelo contrário, êles o oferecem, e mostram tanto amor que dariam os corações, e logo ficam contentes por qualquer coisa, de qualquer maneira que se lhes dê em troca, quer seja coisa de valor, quer seja de pouco preço”.

...“E eu dava, gratuitamente, mil coisas boas, que eu levava, para que tomem amor; e, além disso, se tornem cristãos, e se inclinem ao amor e serviço de suas Altezas e de tôda a nação castelhana. E procuram nos ajudar, e nos dar daquelas coisas que têm em abundância e que nos são necessárias.

Não conheciam seita alguma nem idolatria, salvo que todos crêm que as fôrças e o bem estão no céu; acreditavam mui firmemente que eu, com êstes navios e gente vínhamos do céu, e me recebem com o respeito devido, depois, de haverem perdido o medo. E não sucede isso porque sejam ignorantes, porquanto são de espírito mui perspicaz, e são homens que navegam todos aquêles mares, que é uma maravilha a boa conta que dão de tudo; sucede, porém, porque nunca viram gente vestida, nem semelhantes navios” ...“E êstes eram os primeiros a anunciá-lo onde eu chegava, e os outros andavam correndo de casa em casa, e às vilas próximas, dizendo em altos brados: “Vinde ver a gente do Céu” ...“E assim todos, homens e mulheres, depois de terem o coração tranqüilo em relação a nós, vinham ver-nos, que não faltava grande nem pequeno, e todos traziam algo de comer e de beber, que davam com um amor maravilhoso”. (págs. 9, 10 e 11).

Os depoimentos dos primeiros portugueses que chegaram ao Brasil, por ocasião de seu descobrimento, são idênticos aos de Colombo.

Pero Vaz de Caminha, na sua famosa carta de 1 de maio de 1500 ao rei de Portugal, refere-se ao bom natural dos indígenas, ao acolhimento fraternal, que deram aos portugueses, ao auxílio que a êstes deram carregando água e lenha para bordo, e diz o seguinte, entre outras coisas análogas: “Parece-me gente de tal inocência, que seriam logo cristãos, se nós os entendêssemos e êles a nós? Porque não têm nem entendem de crença alguma segundo parece”. (*Mário*, livro de leitura enciclopédica, por Paulo Tavares Garnier, 1919, página 289).

Eram povos bons, que viviam felizes na sua civilização primitiva, e que poderiam continuar a ser felizes, e ao lado ou conjuntamente com os estrangeiros que vinham habitar nas terras dêles.

A grande maioria, porém, dos que vieram, então, conquistar e colonizar as novas terras, estavam preocupados quase que exclusivamente com a aquisição de bons materiais, por qualquer forma. Não é que êles se não declarassem católicos, e não tomassem parte saliente nas cerimônias do culto católico. Mas as crenças católicas já não tinham a fôrça suficiente para abrandar-lhes os sentimentos e moralizar-lhes os costumes. Essa falta de bons sentimentos contribuirá para excitar o preconceito de uma pretensa superioridade racial dos conquistadores contra os inocentes e indefesos selvícolas.

Essas disposições produziram em breve uma horrível chacina dos hospitaleiros donos primitivos do continente, a qual, desgraçadamente, se estendeu até os nossos dias.

Por isso, pôde José Bonifácio, o posteriormente, Patriarca eminente da Independência, dizer as seguintes candentes mas justas palavras, na segunda parte de sua bela histórica, filosófica e altruística poesia.

A CRIAÇÃO

.....
Lá do Haiti nas praias assustadas
De ver cavados lenhos, que orgulhosos
Cerram, um largo bojo, espanto e morte,
Desembarcam ousados homens-monstros,
E, após o estandarte, correm, voam,
Que fanatismo, que cobiça alçaram.
Imbeles povos, Índios inocentes!
Do armado Espanhol provam as iras
Que Deus fizera um mundo, crêm os tigres,
Para ser prêsa sua. Em tôda parte
Americano sangue, inda fumando,
A terra ensopa, e amolenta as patas
Dos soberbos ginetes andaluzos,
Deus do Universo! A Natureza freme,
E, de horros, na garganta a voz se prende
Tiranos europeus! e tanto pode
Esse loiro metal divinizado!
E tu, que os crimes dos mortais conheces,
Deus piedoso, Deus que nos criaste,
Porque cruentas mãos livres lhes deixas?
Devias, antes, seus nefandos feitos
Manso atalhar, de que punir irado!
E se para o castigo é que os consentes,
Sendo punidos, deixam de estar feitos?
Se a máquina imperfeita não regula,
O artista é só culpado, que não ela.
Ah se a obra de tuas mãos benignas
Rebelde havia ser a teus preceitos,
Antes, antes, oh Deus, a não formasses
Criar folgaste eternos infelizes?"
.....

(José Bonifácio, por Venâncio F. Neivas, pág. 219).

Muitos foram os índios que patentearam prodígios de valor e dedicação. Citarei, apenas, entre nós, Tabira, Ajuricaba, e Guairacá, que proclamou ao invasor: “Esta terra tem dono”; e, no México, o heróico e mártir Cuauhtemoc, ambos valorosos na defesa do solo e do povo indígena; e Poti, Antônio Felipe Camarão, benemérito chefe das tropas indígenas, ao lado das tropas pretas e brancas, na defesa da nascente nacionalidade brasileira contra a invasão holandesa felizmente vencida definitivamente, em 1654.

Não quero omitir, porém, o nome daquêle índio puro, mexicano, o maior na época moderna, Juarez, que, já tendo assimilado a civilização ocidental, prestou o relevantíssimo serviço de derrubar, em sua terra, o intruso império de Maximiliano. Êsse império fôra imposto pelas tropas imperiais do segundo Bonaparte, e na América, reconhecido, apenas, pelo Governo imperial do Brasil.

Eis porque, como uma reparação, que devemos, pelos erros de nossos antepassados, vou ler um pequeno trecho da bela poesia de Fagundes Varela:

VERSOS SOLTOS

Ao General Juarez

Juarez! Juarez! Quando as idades,
Fachos de luz que a tirania espancam,
Passarem, desvendando sôbre a Terra
As verdades que a sombra escurecia;
Quando soar no firmamento esplêndido
O julgamento eterno,
Então, banhado no prestígio santo
Das tradições que as epopéias criam,
Grande como um mistério do passado,
Será teu nome a mágica palavra
Que o mundo falará, lembrando as glórias
Da raça mexicana!
Quem se atreve a medir-te â face?
Quem teu vôo acompanha nas alturas,
Condor sublime que da luz nas ondas
Sacode o orvalho das possantes asas,
E lança um grito de desprêso infindo
Aos milhafres rasteiros?

.....

Deixa que as turbas de terror escravas
Junto de falso trono se ajoelhem;
Os brindes e os folguedos continuam...
Mas a mão invisível do destino
Na sala do banquete austera escreve
O aresto irrevogável

(Alberto de Oliveira; *Páginas de ouro da poesia brasileira*, pág. 278).

2. O Governo Provisório de São Paulo deu aos Deputados dessa então Província às Côrtes de Lisboa umas instruções para se conduzirem em relação aos negócios do Brasil. Estas Côrtes ou Congresso, iam preparar uma Constituição para a Nação portuguesa e suas colônias, em consequência da vitória alcançada pela revolução que, em 1820, acabara com o regime absolutista, isto é, o regime em que a lei era a vontade do Chefe do Estado. Essas instruções, datadas de 9 de outubro de 1821 foram feitas por José Bonifácio, que era o Vice-Presidente daquele Governo. Elas recomendavam “Que se cuide em legislar e dar as providências mais sábias e enérgicas sobre dois objetos da maior importância para a prosperidade e conservação do reino do Brasil: 1.º sobre a catequização e civilização geral e progressiva dos índios bravos que vagueiam pelas matas e brenhas, sobre cujo objeto um dos membros deste governo (o próprio José Bonifácio V.F.N.) dirige uma pequena memória às côrtes gerais, por mão de seus deputados; o 2.º requer imperiosamente, iguais cuidados da legislatura sobre melhorar a sorte dos escravos, favorecendo a sua emancipação gradual”, etc. *José Bonifácio*, pág. 92 e 94). (Bravo ou bárbaro significa, aqui, não civilizado).

De José Bonifácio, como Ministro, antes e depois da Independência, temos três atos a assinalar, recomendando providências quanto à civilização dos índios, a 27 de abril de 1822, os de Minas Gerais, e a 20 de fevereiro e 24 de maio de 1823, os do Espírito Santo (páginas 113, 169 e 175).

Onde, porém, se apresenta o pensamento completo de José Bonifácio sobre o assunto, os seus elevados sentimentos e grande capacidade, é a monumental representação que apresentou à Assembléia Constituinte em prol da proteção e civilização dos indígenas. Essa representação datada de 1 de junho de 1823, teve parecer favorável, que foi aprovado na sessão de 18 do mesmo mês. (Pág. 175).

Convém assinalar, como lembra Miguel Lemos em um folheto publicado em maio de 1884, sobre *O Positivismo e a escravidão moderna*, que a civilização dos índios e a abolição da escravidão

“preocuparam o espírito e o coração de José Bonifácio, desde o tempo em que estudava em Coimbra, datando daí os primeiros rascunhos destes trabalhos, como o testemunha o Dr. Silva Maia no seu *Elogio Histórico*. (Vêde: “Homenagem a José Bonifácio”. Inauguração do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais”; Ministério da Agricultura, 1910, pág. 117).

Vejamos, agora, uma grande parte dessa Representação, intitulada: *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*.

“Vou tratar do modo de catequizar e aldear os índios bravos do Brasil: matéria esta de suma importância; mas, ao mesmo tempo, de grandes dificuldades na sua execução.

“Nascem estas: 1.º, da natureza e estado em que se acham os índios; 2.º, do modo com que, sucessivamente, portugueses e brasileiros os temos tratado, e continuamos a tratar, ainda quando desejamos domesticá-los e fazê-los felizes.

“As primeiras provém”... “2.º, de não terem freio algum religioso e civil que coíba e dirija suas paixões: donde nasce ser-lhes insuportável sujeitarem-se a leis e costumes regulares”; ...7.º, finalmente, porque conhecem que, se entrarem no seio da Igreja, serão forçados a deixar suas contínuas bebedices, a poligamia em que vivem e os divórcios voluntários; e daqui vem que as raparigas casadas são as que melhor e mais facilmente abraçam a nossa Santa Religião; porque assim seguram os maridos e se livram de rivais.”

Deixei de mencionar alguns trechos, somente para não alongar muito esta palestra, mas quero citar, em abono do índio, um trecho do virtuoso Padre Anchieta, o qual esclarece a alínea anterior.

Diz êle:

“Vivem nas aldeias de que os nossos têm cargo, como em comunidade, em umas casas mui grandes, com um principal de sua nação, a que obedecem em algumas coisas, e, com viverem juntas nestas casas, cem e duzentas pessoas, maridos, mulheres e filhos, não ha entre êles, todo o ano, queixas nem falsidades; e, com andarem nus, não há homem que ponha olho em mulher alheia. São mui modestos de seu natural, e andam mui direitos, e, pelos caminhos, sempre vão em fileira, a mulher diante do marido, e andam a grande pressa. Ouvem missa cada dia, sem falar, com modéstia e devoção”, etc. (*Informações e fragmentos históricos*. Citado em *Coleção Indígena*, publicação do Serviço de Proteção aos Índios, 1929, pág. 10 e 11).

Continua José Bonifácio:

“Por causa nossa recrescem iguais dificuldades, e vem a ser: os medos contínuos e arreigados, em que os têm pôsto os cativeiros an-

tigos; o desprêso com que geralmente os tratamos, o roubo contínuo das suas melhores terras, os serviços a que os sujeitamos, pagando-lhes pequenos ou nenhuns jornais, alimentando-os mal, enganando-os nos contratos de compra e venda, que com êles fazemos, e tirando-os, anos e anos, de sua famílias e roças, para os serviços do Estado e dos particulares; e, por fim, enxertando-lhes todos os nossos vícios e moléstias, sem lhes comunicarmos nossas virtudes e talentos.”

Diz, mais adiante, justificando o procedimento do índio: “Com efeito, o homem, no estado selvático, e mòrmente o índio bravo do Brasil, deve ser preguiçoso: porque tem poucas ou nenhuma necessidade; porque sendo vagabundo (isto é, nômade, sem morada permanente V.F.N.), na sua mão está arrancar-se, sucessivamente, em terrenos abundantes de caça ou de pesca, ou ainda mesmo de frutos silvestres e espontâneos; porque, vivendo todo o dia exposto ao tempo, não precisa de casas e vestidos cômodos, nem de melindres do nosso luxo; porque, finalmente, não têm idéia de propriedade, nem desejos de distinções e vaidades sociais, que são as molas poderosas que põem em atividade o homem civilizado”.

Falando da necessidade de repelir a fôrça pela fôrça, diz José Bonifácio: “Então o índio da América parece um homem novo; então, a fraqueza e cobardia que alguns escritores europeus fazem ingênitas dos índios, desaparecem, e uma coragem e valentia, de que há poucos exemplos na Europa, tomam o seu lugar. Bastará ler, para nos convencermos disto, a descrição, que faz Lery, de uma batalha entre os índios do Brasil, a que assistiu.

“Pode também servir de resposta cabal aos preocupados o modo por que o célebre Martim Afonso Tibiriçá, Cacique da Aldeia de Piratininga, hoje cidade de São Paulo, se houve na expugnação da Fortaleza de Vilegaignon, no Rio de Janeiro, quando dali expulsamos os franceses. O Padre Vasconcelos chama a Tibiriçá — o Grande Martim Afonso homem revera de coração e valor”.

Depois de lembrar que os índios são suscetíveis de se civilizarem, e que algumas tribos, deixadas a si mesmas, já haviam feito alguns progressos sociais, acrescenta José Bonifácio: “A facilidade de os domesticar era tão conhecida pelos Missionários, que o Padre Nóbrega, segundo refere o Vieira, dizia, por experiência, que com música e harmonia de vozes se atrevia a trazer a si todos os Gentios da América. Os jesuítas conheceram que, com presentes, promessas e razões claras e sãs, expendidas por homens práticos na sua língua, podiam fazer dos índios bárbaros o que dêles quisessem”...

“Eu sei que é difícil adquirir a sua confiança e amor; porque, como já disse, êles nos odeiam, nos temem, e, podendo, nos matam e devoram. E havemos de desculpá-los, porque, com o pretexto de os

fazermos cristãos lhes temos feito e fazemos muitas injustiças e crueldades”.

Vêde aqui o grande senso de justiça e, mesmo, de magnanimidade verdadeira de José Bonifácio. Esse trecho é um digno par daquêle de seu projeto de abolição, no qual êle diz: “Comecemos, pois, desde já, esta grande obra pela expiação de nossos crimes e pecados velhos. Sim, não se trata sòmente de sermos justos; devemos também ser penitentes”, etc.

Continua José Bonifácio: “Faz horror refletir na rápida despoção dèstes miseráveis depois que chegamos ao Brasil; basta notar, como refere o Padre Vieira: que, em 1615, em que se conquistou o Maranhão, havia, desde a Cidade até o Gurupá, mais de 500 aldeias de índios, tôdas numerosas, e algumas delas tanto, que deitavam quatro a cinco mil arcos; mas, quando o dito Vieira chegou, em 1652, ao Maranhão, já tudo estava consumido e reduzido a mui poucas aldeotas, de tôdas as quais não pôde André Vidal de Negreiros ajuntar 800 homens d’armas. Calcula o Padre Vieira que, em 30 anos, pelas guerras, cativeiros e moléstias que lhes trouxeram os portugueses eram mortos mais de dois milhões de índios. Desde D. Sebastião conheceram os reis de Portugal tôdas as injustiças e horrores que com êles praticavam os colonos do Brasil, matando-os, cativando-os e vendendo-os para mercados estrangeiros; e para favorecerem a liberdade, e porem têrmo às injustiças cometidas legislaram em 1570, 587, 595, 1609, 611, 647, 655, 680 e, finalmente, em 1755”.

Passa José Bonifácio a fazer referência a algumas leis anteriores, e à necessidade de novas providências fundadas na justiça e na sã política, e diz: “Nas atuais circunstâncias do Brasil e da política européia, a civilização dos índios bravos é objeto de sumo interêsse e importância para nós. Com as novas aldeias, que se forem formando, a agricultura dos gêneros comestíveis, e a criação dos gados devem aumentar, e pelo menos equilibrar nas Províncias a cultura e fabrico do açúcar. Os meios porém de que se deve lançar logo mão para a pronta e sucessiva civilização dos índios, e que a experiência e a razão me tem ensinado, eu os vou propor aos representantes da Nação; e são os seguintes:

“1.º, *Justiça*, não esbulhando mais os índios, pela fôrça, das terras que ainda lhes restam e de que são legítimos Senhores, pois Deus lhas deu; mas, antes, comprando-lhas, como praticaram e ainda praticam os Estados Unidos da América.

“2.º, *Brandura, constância e sofrimento de nossa parte*, que nos cumpre como a usurpadores e cristãos”. etc...

“3.º, *Abrir comércio com os bárbaros*, ainda que seja com perda de nossa parte”, etc.

“4.º, *Procurar com dádivas e admoestações* fazer pazes com os índios inimigos, debaixo das condições” que passa a enumerar.

“5.º, *Favorecer por todos os meios possíveis* os matrimônios entre índios e brancos e mulatos, que então se deverão estabelecer nas aldeias havendo cuidado porém de evitar que pelo seu trato e maus costumes não arruinem os mesmos índios”, etc.

“6.º, Será muito conveniente que, por meios indiretos, se procure introduzir para Cacique das Nações ainda não aldeadas, alguns brasileiros de bom juízo e comportamento, que saibam corresponder aos fins políticos desta escolha e nomeação”.

Os n.º 7 a 10 tratam da organização de missionários para a catequização dos índios. Nêsse tempo havia uma religião do Estado, a Católica, de modo que o Estado se encarregava, através de sua Igreja, da conversão dos indígenas.

Os n.º 11 a 13 traçam algumas regras para a proteção militar das aldeias e para o povoamento das mesmas, e recomendam que “As Bandeiras que devem sair a buscar índios bravos dos matos e campos para serem aldeados serão de homens escolhidos e honrados”, etc.

José Bonifácio conhecia a existência dolorosa de outros bandeirantes que aprisionavam e matavam índios, até mesmo alguns já aldeados pelos Jesuítas.

O n.º 14 mostra uma faceta nova do método de José Bonifácio. Ele não se satisfaz com a catequese teológica só, mas a quer auxiliada por manifestações científicas. Diz o n.º 14: “Como cumpre excitar-lhes a curiosidade, e dar-lhe altas idéias do nosso poder, sabedoria e riqueza, será conveniente que o Missionário leve uma máquina elétrica com os aparelhos precisos, para na sua presença fazer as experiências mais curiosas e belas da eletricidade, e, igualmente, fósforos e gás inflamável, para o mesmo fim.

“15. Na aldeiação dos índios não forçarão os Missionários a que os velhos e adultos deixem logo os seus erros e maus costumes; porque é trabalho baldado querer de repente mudar abusos inveterados de homens velhos e ignorantes, ou obrigá-los a trabalhos seguidos e penosos”. “Quanto aos adultos, porém, antes dos dogmas e mistérios da Religião convirá que primeiro se lhes ensinem, com a maior clareza possível, os primeiros princípios da moral cristã; v.g., o amor do próximo, a compaixão pelos males alheios, e a caridade e beneficência recíproca; que se lhes expliquem bem as vantagens que vão tirar do seu novo modo de vida; e o interêsse e amizade que tem para com êles o Governo Brasileiro”. Os n.º 16, 17, 18 e 19 contêm regras interessantes sôbre o preparo prévio de plantações e ranchos nas novas aldeias, sôbre o recebimento dos índios, nessas aldeias, com festas, etc.

“20. Nas grandes aldeias centrais, além do ensino de ler, escrever e contar, e Catecismo, se levantarão escolas práticas de artes e ofícios, em que irão aprender os índios dali e das outras aldeias pequenas, e até os brancos e mestiços das povoações vizinhas, que, depois, serão distribuídos pelos lugares em que houver falta de oficiais, concedendo-lhes a isenção de serviço na tropa paga”.

Os n.º 21 e 22 visam, especialmente, a localização das aldeias, no melhoramento do índio, e no desenvolvimento da agricultura e da indústria.

“23. Os Missionários velarão em que se não introduza o uso da cachaça nas novas aldeias, proibindo tavernas”, etc.

O n.º 24 prescreve que, a princípio, os índios não sejam empregados em trabalhos que não estiverem de conformidade com sua atividade anterior.

“25. Concorrerá muito para acostumar os índios à lavoura, que o Missionário, por todos os modos possíveis, introduza o uso do arado e dos outros instrumentos rústicos europeus”, etc.

Os n.º 26 e 27 providenciam para que nas aldeias haja um celeiro em que se guardem gêneros alimentícios que poderão faltar nos anos de escassez.

O n.º 28 trata da fundação de uma caixa de economia, em cada aldeia, para depósito dos saldos de cada família.

“29. Aos índios bravos mais ativos que se vierem aldeiar, se darão às ferramentas necessárias para a lavoura, como enxadas, machados, foices, e aos mansos, que tiverem disposições para artes e ofícios, os instrumentos precisos, cuidando que não levem descaminho, antes se conservem em bom estado”.

Os n.º 31 e 32 tratam, especialmente, da criação de gados, não esquecendo de recomendar “que primeiro façam currais e poteiros com ranchos secos para se abrigarem de noite, das feras e das indúrias do tempo.

“33. Além destes meios, procurará, por todos os meios possíveis, excitar-lhes desejos fortes de novos gozos e comodidades da vida social, tratando, por esta razão com mais consideração e respeito aqueles índios que procurem vestir-se melhor e ter suas casas mais cômodas e aceiadas; e dentre estes se escolherão os Maiores e Camaristas da aldeia”, etc.

Os n.º 34 e 35 tratam de aleitamento das crianças índias, e do cuidado de se precaverem contra as moléstias contagiosas.

“36. Procurarão os Missionários estabelecer relações entre as diferentes aldeias de índios e povoações de brancos”, etc. Recomenda muito essas relações amistosas e comerciais.

Os n.º 37, 38, 39 e 40 tratam das relações entre os índios e os brancos, das feiras nas aldeias, da extinção de formigueiros, etc.

O n.º 41 trata do emprêgo dos índios nos serviços públicos. O n.º 42 manda organizar uma relação completa dos índios estabelecidos em cada aldeia, com indicação das terras que cada família cultiva, etc. O n.º 43 manda organizar um Tribunal Conservador dos Índios que superintenda tôdas as aldeias, em cada Província.

“44. Êste Tribunal terá a seu cargo”, as funções enumeradas em diversos itens, sendo o “4.º Protegerá os índios contra as vexações das Justiças territoriais e Capitães-Mores”...

6.º Procurará, com o andar do tempo, e nas aldeias já civilizadas, introduzir brancos e mulatos morigerados para misturar as raças, ligar os interêsses recíprocos dos índios com a nossa gente, e fazer dêles todos um só corpo da Nação, mais forte, instruída e empreendedora”;

9.º Cuidará, quanto antes, que os rapazes índios, que tiverem mostrado mais talentos e instrução nas escolas menores das aldeias venham frequentar as aulas de latim e outras do ginásio de ciência úteis, que deve haver em cada capital das Províncias, os quais serão sustentados como pensionários do Estado”.

“10. Dos que tiverem mais progressos nas aulas, e tiverem mostrado melhor comportamento, escolherá os Maiores e Chefes Militares, não só para as aldeias dos índios, mas também, com o andar do tempo, para as povoações brasileiras, tendo-se muito em vista favorecer, em iguais circunstâncias, os de origem indiana, para se acabarem, de uma vez, preocupações anti-sociais e injustas”.

Acabando de ver as idéias, de José Bonifácio, sobre os índios, ao mesmo tempo magnânimas, patrióticas, de grande competência teórica e prática, podemos apreciar devidamente a seguinte apreciação de Miguel Lemos, no seu acima referido folheto de 1884:

“Tudo isto demonstra que, à preeminência política e intelectual na discussão dêstes problemas de civilização dos índios e abolição da escravidão. V.F.N.), cumpre ajuntar, em favor de José Bonifácio, a precedência cronológica. Quando se atende a tôdas estas provas da alta capacidade do grande ministro da Independência, todo coração patriota, livre de prevenções, lamentará, eternamente, que as intrigas de ambiciosos mediócrs tivessem obrigado o venerando sábio a deixar o Govêrno a 17 de julho de 1823. Quantos problemas teriam sido resolvidos por José Bonifácio, que ainda hoje esperam por uma solução!” (pág. 118).

Além de outras manifestações interessantes de José Bonifácio, quero ainda mencionar que, no projeto de Constituição apresentado á

Assembléia Constituinte, e do qual foi êle um dos signatários, encontra-se esta disposição, certamente inspirada por êle: “Art. 254. Terá “a Assembléia” igualmente cuidado de criar estabelecimentos para a catequese e civilização dos índios, emancipação lenta dos negros e sua educação religiosa e moral”.

(*José Bonifácio*, por V.F.N., pág. 186).

Felizmente, as idéias de José Bonifácio sôbre o problema indígena tiveram, afinal, sua solução, com a criação, em 1910, do “Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais”. Essa criação foi devida, essencialmente, à ação do Sr. Rodolfo Miranda, Ministro da Agricultura, do Sr. Nilo Peçanha, Presidente da República, e aos esforços do Sr. General Cândido Rondon, organizador do Serviço, seu primeiro diretor, e atual Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, o qual, desde há muitos anos, através dos sertões de Mato-Grosso, seu Estado natal, vinha trabalhando com a sua dedicação de sempre, em prol da proteção e da civilização de nosso irmão indígena.

Claro está que o programa do Patriarca teve de sofrer algumas modificações, aconselhadas pela evolução. É assim que o Estado cessou de ter qualquer pretensão de ordem espiritual, e deixou o campo inteiramente aberto às livres tentativas de catequese religiosa.

Esse Serviço foi instalado, como consta da respectiva ata, a 7 de setembro, “como um eloqüente testemunho da mais viva homenagem ao sábio patriarca da Independência, o venerando José Bonifácio de Andrada e Silva, cujo espírito de estadista, apanhando em largo descortino o conjunto da situação social brasileira, lançou os fundamentos políticos da pátria bem amada e indicou, superiormente, a solução do magno problema da nacionalidade, pela incorporação do indígena e pela emancipação do trabalhador nacional”. Nessa ata ficou, consignado ser aquêlê benemérito estadista e grande protetor dos índios, no passado, de então em diante, — o “excelso patrono subjetivo do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais”.

Teixeira Mendes que, com Miguel Lemos, foi um dos maiores e mais antigos protetores dos índios, disse, em um de seus muitos artigos em prol dos índios:

“Nêsse intuito começaremos lembrando que o “Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais” não representa um ato de graciosa liberdade por parte do Govêrno brasileiro. Semelhante serviço constitue apenas o resgate *da mais sagrada das dívidas de honra* que o elemento ocidentalizado dos atuais brasileiros recebeu dos seus antepassados. Porque a situação martirizante

em que ainda se acham quer os selvagens brasileiros, que os chamados trabalhadores nacionais, resultou e continua a resultar, do mais monstruoso dos crimes sociais de nossos avós e de todos nós". (Página 333, "Ainda pelos martirizados descendentes dos indígenas e dos africanos", 1911).

3. Minhas senhoras. Meus concidadãos!

Dentre os rescunhos deixados por José Bonifácio e recolhidos ao Instituto Histórico, copiei aquêlê que ora vou ler, no qual, mais uma vez, se patenteia seu grande coração ao condoer-se do doloroso martírio de nosso irmão indígena e ao verberar a conduta do branco, de quem diretamente descendia. Diz êle:

Porque a Providência não consentiu que o Novo Mundo fôsse descoberto mais tarde, quando as nações européias estavam já mais cultas e civilizadas? Que de crimes e horrores não se teriam poupado? Não existia equilíbrio algum entre o ataque e a defesa; tôda a fôrça e tôda injustiça estavam nos europeus; tôda a fraqueza e ignorância, nos americanos; portanto, foram exterminados quase de repente.

"A maior infelicidade que suportou a massa geral dos homens, foi a conquista do Novo Mundo. Aventureiros sem moralidade e sem preço foram irritados pela cobiça e se tornaram tigres carniceiros.

"É coisa grande e bela chamar do fundo das matas aos selvagens, para os civilizar; mas, se o deviam ser pelo ferro, pela astúcia e pela imoralidade, melhor fora deixá-los vegetar na sua ignorância e barbaridade, ao menos não aumentaríamos sua miséria; e não os teríamos exterminado!

"O melhor método de amansar índios é casar com as índias os nossos, a quem elas preferem aos seus. Elas serviram de intérpretes e guias aos Espânios; a famosa Marinha foi a amiga e língua de Fernando Cortez". (*José Bonifácio*, por V.F.N. págs. 64 e 65).

Sem dúvida, a sociedade atual acha-se mais civilizada de que a da época da descoberta do Continente de Colombo. Não nos esqueçamos, porém, de um fato importante e é que na evolução humana atual há duas correntes: uma, negativa, que aumenta constantemente a dissolução social, por falta de princípios morais em que se baseie, ou pela insuficiência daquêles princípios morais que tinham por fundamento as crenças teológicas que, espontâneamente, deixaram de dominar as consciências, e cujo esgotamento é cada vez maior; a outra corrente, é a positiva, a que leva para a frente a evolução humana; aceitando e propagando os princípios que conduzem a sociedade para o regime final fraterno-pacífico-científico-industrial.

Estamos num desses momentos em que a corrente negativa, tendo produzido o nazi-fascismo e seus derivados, desencadeou essa horrível guerra que ameaçou a Humanidade de uma imensa retrogradação. Um dos característicos desse totalitarismo é o preconceito, mais que o preconceito, em alguns casos, o ódio racial, em vez da fraternidade universal, o nacionalismo egoísta, agressivo, dominador, em vez do patriotismo altruísta, cooperador e amigo de todas as Nações, cujos interesses subordina ao bem supremo da Humanidade.

Na corrente positiva, porém, estava o nosso eminente José Bonifácio, ele queria proteger, civilizar o índio, assim como o negro, então escravo. Ele queria mais ainda: ele queria a digna fusão completa dessas duas raças com a branca de modo a formar um tipo único de brasileiro, livre, bondoso, digno.

Seguindo os ensinamentos de José Bonifácio, felizmente compendiados no regulamento do Serviço de Proteção aos Índios, com os melhoramentos exigidos pela marcha da civilização, iremos conseguindo aquilo a que ele aspirava.

Mas é preciso mais ainda: é indispensável que na direção da sociedade e na educação, no melhoramento intelectual e moral dos humanos sejam observadas as leis positivas dos fenômenos políticos e morais, isto é, as leis científicas da Sociologia e da Moral positivas, que não eram conhecidas ao tempo de José Bonifácio.

Só então o nosso martirizado irmão indígena poderá viver tranquilo e feliz, no fundo dos seus sertões, ou no recinto de nossas cidades, livre de qualquer opressão e de qualquer agressão, porque terá raiado a aurora da mais completa fraternidade entre todos os humanos, quaisquer que sejam suas raças, côres, nacionalidades, classes e crenças, sob a égide *suprema da Humanidade!*



SciELO

CONFERÊNCIA SOB O TÍTULO "A BRAVURA
DOS NOSSOS BRASILÍNDIOS",

pronunciada no dia 23 de Abril de 1945, no salão nobre do Colégio Pedro II (Externato), pelo Sr. Dr. Boaventura Ribeiro da Cunha, membro do C.N.P.I.

Terminada a conferência o mesmo Canselheiro que também é professor de latim naquele educandário, dirigiu um cara de alunas e alunas do orfão Pedro II, ouvindo-se três canções magníficas: a primeira, "Caiapá"; a segunda, "Carajá" e a terceira "Cherente", tâdas entoadas nas próprias idiomas dêsses selvícolas, ensinadas com a devida tradução aos alunos, o que muito agradou à assistência.

Sr. Diretor do Colégio Pedro II.

Caros Colegas dos corpos docente e discente.

Meus senhores e minhas senhoras.

As ilustres personagens que honram com sua presença a êste recinto, sagrado, dos mais sagrados templos do ensino secundário do Brasil, o centenário Colégio de Pedro II, devo preliminarmente uma explicação, antes de iniciar esta palestra.

Em setembro de 1941, a pedido do professor Fernando Raja Gabaglia e do Dr. Otacílio Pereira, diretor e secretário dêste Educandário, realizamos aqui uma festa de cunho genuinamente nacional, uma festa de *ocára*, uma festa brasilíndia, na qual, em plena Semana da Pátria, pudemos trazer algo de incentivo aos nossos alunos, mostrando-lhes um setor de nossas reservas morais, no momento em que uma doutrina no mundo europeu pregava com palavras e procurava demonstrar com fatos a superioridade duma raça. Passáramos um mês a ensaiar canções colhidas diretamente nas tabas de nossa gente da selva, e conseguimos entusiasmar grande número de nosso estudantes, a ponto de formar-se um còro de mil e quinhentos cantores!

Infelizmente não conseguimos atingir o nosso escopo, porque não encontramos nenhum auxílio monetário do D. I. P. para a instalação de nossa taba! Mas, se a boa vontade opera milagres, daquela vez operou de fato porque, sem nenhum auxílio financeiro, mesmo assim improvisamos a nossa *ocára*; e, quando nossas praias nordestinas re-

cebião os cadáveres de crianças, senhoras e centenas de brasileiros assassinados pela sanha nazista; quando alguns brasileiros desfibrados pouco ligavam às insólitas agressões aos nossos navios mercantes; no pátio do Colégio-Padrão, a mocidade estudiosa do Brasil, fazia ressoar nos ares a Voz das Selvas, a voz dos cantos genuínos dos verdadeiros donos da Terra de Santa Cruz, lembrando os indômitos Tamoio, Caeté, Tabajara, e ainda os atuais Caiapó, Chavante, Tapirapé, Cherente, Djore, e tantos outros povoadores do nosso território cuja voz e cuja coragem perduram ainda nas tabas longínquas de nossos sertões e na voz de nossos mestiços civilizados, prontos, sempre, e a cada hora, a aclamarem bem alto a frase imortal de Guairacá: "*Esta terra tem dono!*"

Nossa festa não teve fotografos, e nem reportagem, mas com a presença das três mil pessoas que a assistiram e dos estudantes que a organizaram, transformando o pátio dêste Colégio em uma *ocára* improvisada, ficamos satisfeitos, porque temos certeza de que jamais se apagará da memória, sobretudo dos nossos jovens — os futuros responsáveis pelo Brasil de amanhã.

Vários dos nossos estudantes deixaram o uniforme de ginasianos e, envergando o do Exército Nacional, foram revidar os insultos de que fomos alvo: alguns dêles, já nesta data, derramaram o seu sangue e têm neste salão não somente nos seus retratos, mas em nossa memória, gravada eternamente a lembrança de seus feitos em prol da liberdade — não apenas de nossa Pátria, mas também de muitos povos que estavam escravizados às monstruosidades dos pseudo super-homens do nazi-fascismo.

Hoje estamos na *Semana do Índio*, semana instituída pelo C. N. P. I. para que se possa durante a mesma, dedicar alguns dias de justa homenagem a êsses verdadeiros proprietários desta terra, onde há 445 anos vivem apenas como inquilinos, devedores insolváveis, expulsos e despojados, à sombra da própria lei da terra que os viu nascer!

Transportemo-nos em espírito para as diversas marchas que o Brasil empreendeu para a sua civilização e veremos que a primeira foi a marcha *misionária*; a segunda, a *defensiva*; a terceira, a *construtiva*; a quarta, a *administrativa*

Lançai o vosso olhar retrospectivo, para o passado e vereis as sotainas empoeiradas e esfarrapadas dos que, a pé, a cavalo, em igaras, iam de taba em taba salvar os nossos brasilíndios da escravidão dos colonos ambiciosos.

É a obra das padres jesuítas, dos Nóbregas, dos Anchieta, dos Vieiras, até hoje seguidos pelos abnegados missionários do sertão.

Houve e há erros nas missões do Brasil, mas é inegável que também inúmeros benefícios legaram ao progresso do Brasil.

A Marcha Defensiva foi a arrancada gloriosa de nossas armas na guerra do Paraguai.

Na *Marcha Construtiva* poderíamos citar Couto de Magalhães, maior administrador do sertão brasileiro que, por si só, realizou um mundo de benefícios para o Brasil do oeste. O segundo movimento foi o do General Gomes Carneiro, o *General da República*, que iniciou a instalação das linhas telegráficas de São Paulo para Mato Grosso.

E, como todo idealista não morre, mas permanece nas obras de um ou mais de seus discípulos — Gomes Carneiro, o gravador para o futuro da epopéia da Lapa, teve no então Tenente Cândido Mariano da Silva Rondon, o continuador da sua obra, para a qual, durante 40 anos, soube dedicar tôdas as suas energias. Foi nessas excursões, instalando postos telegráficos de São Paulo a Mato Grosso e Amazonas, com todos os de sua comitiva que teve contato com várias tribos indígenas e ao invés de persegui-las, exterminá-las ou arrancá-las do seu *habitat*, idealizou um sistema de proteção aos índios, com o fim de defender os nossos aborígenes, conservar os seus costumes, a sua crença.

Rondon, que é dos gloriosos filhos do sertão do Mato Grosso e que viu de perto a miséria e desamparo do índio brasileiro e do sertanejo, transformou-se em defensor dos nossos selvícolas e hoje, já nesta idade, está ainda vibrante, com o seu ideal de outrora, o qual quer que seja também o vosso — o de colaborar na defesa dos nossos brasilíndios.

Hoje, meus senhores, estamos no período da *marcha administrativa* e não se pode administrar bem num país mestiço quando se exclui de sua comunidade um de seus elementos étnicos, inseparável desde o início de sua colonização — o índio brasileiro, o qual denomino de *brasilíndio*, que foi outrora um pária lembrado pelo govêrno apenas como máquina de trabalho para o enriquecimento dos colonos.

As crônicas, na maioria, relatam apenas os feitos lusitanos e procuram deprimir o valor de nossa gente.

Montoia narra um exemplo raro de lealdade, inteligência e bravura, dum índio que lhe salvou a vida, vestindo-se com a batina do próprio missionário para livrá-lo das flechas e, no entanto, nem sequer se lembrou de citar o nome dêsse herói destemido e leal!

Os estrangeiros nos conhecem mais do que nós a nós mesmos, porque custeiam com verba caríssima a homens aventureiros que se

embrenham pelas nossas matas e campos e transmitem para a sua pátria os costumes de nosso selvícola, sua língua, a nossa tendência originária dêsse caldeamento de raça. E vamos sendo o que não somos, mas que querem que sejamos, os estrangeiros que jamais conheceram de perto um por um dos nossos elementos étnicos.

Há uma certa volúpia na bôca de alguns inconscientes detratores de nossa nacionalidade, em proclamar que somos um povo inferior, um povo descendente de escravos e de bandidos, índios indolentes e covardes, pretos desfibrados, e lusos degenerados, escória das prisões públicas.

Não deveis nunca pensar assim, deveis reagir por todos os meios e provar que não somos inferiores a nenhum povo do mundo — o que há entre nós é que a administração pública, com política ou sem política, ainda pesa os homens pela balança dos padrinhos, e os mestiços são quem menos os têm.

Esta exclusão de valores é que infelizmente ainda campeia no Brasil, embora camuflada com as mais risanhas porém irrisórias afirmativas de que as portas das possibilidades estão abertas para todos.

Mas, se as portas dos benefícios não se abrem para todos, as dos sacrifícios não se fecham para ninguém.

Assim é que a guerra veio em todos os continentes experimentar a bravura ou a covardia, a inteligência ou a ignorância das nações; e a América, que tem como maior crime social a exclusão do preto e do índio dos seus salões, dos seus veículos, e dos bons empregos de tôdas as partes enfim por onde perambula o branco, agora, com esta guerra, teve de reconhecer o valor e o destemor dessas duas raças: a preta e a indígena.

Hoje, bem sabeis que as ondas de sangue já não tingem somente rios e terras, porém mares e oceanos e as nuvens já não passam tranquilas pelos ares, porque o gênio humano transporta para aí os seus campos de destruição.

Tudo isso, porquê? Um povo que se considera eleitor e privilegiado quer dominar e dominar pela força!

Mas, em todos os campos de combate, essas sub-raças, por êle assim denominadas, estão colaborando para o seu extermínio.

A conquista da Europa partiu primeiramente da África e depois das Américas, onde pretos e índios colaboram na restauração da ordem entre os brancos.

Ferido mortalmente em sua honra nacional, o Brasil, soube também revidar a afronta.

Tratou-se da organização da F.E.B.

Correram os boatos de que, ao lado de brancos americanos e europeus, só poderiam combater brasileiros puros de sangue.

A realidade, porém, desmentiu os boatos. A F.E.B. desembarcou garbosa na Itália, e foi levar às trincheiras arianas as forças mestiças de nossa gente. Olhai bem para a fisionomia do nosso herói, que, em meses, passou de soldado a oficial, destruindo a invencibilidade dos ferozes alemães e o jovem Onofre de Aguiar, um caboclo que mais se assemelha a um Caingagu puro do que a gente de pele branca.

Atentai também para este último soldado agora condecorado pelas forças americanas do V Exército: é um verdadeiro e lídimo descendente dum bamba africano!

Êstes são os rebentos gloriosos da terra de Santa Cruz.

São a prova frisante de que o mestiço brasileiro não é um desfibrado, não é um doente, e muito menos um covarde!

O preto não é inferior ao branco, nem em inteligência, nem em ação e o índio, por mais que esteja arredio da civilização, não é inferior a ambos.

O Brasil-Colônia foi o século da escravização do nosso índio!

O Brasil-Império, o do negro covardemente algemado na África.

O Brasil-República, o século da libertação dessas duas raças.

O Brasil-Social, o momento de educação dos seus três elementos étnicos.

E porque — há quem indague — os nossos brasilíndios foram vencidos pelos invasores?

— Foram vencidos raros grupos e algumas tribos, em face da superioridade de armas, superioridade de cobiça e de astúcia, de deslealdade; porque a maioria dos nossos íncolas, sempre se apresentou aos visitantes com mostras de paz e de confiança. Os colonos ofereciam-lhes presentes, trocavam amabilidades, davam-lhes abrigo nas casas recém-construídas e assim que cativavam a sua confiança — duma noite para um dia, covardemente, apoderavam-se daqueles inocentes, algemando os homens, arrancando-lhes as mulheres, separando-os dos filhos, vendendo-os, trocando-os como míseros objetos; e os que se rebelavam, mesmo desarmados, eram imediatamente mortos!

Isto em 1600 e em 1700.

Pires de Campos, bandeirante paulista, penetrou em Goiás com ares amistosos. Recebeu a hospitalidade dos Carajás no Araguaia, no furo do Bananal, e depois de entrar na intimidade dos mesmos — numa noite os cercou com a polícia, amarrou homens e mulheres, matou as crianças e os velhos, arribando com aquela prêsca de glória, triunfante de alegria. Pelo caminho ia vendendo e trocando os índios mais fortes e as índias mais bonitas; e, para se tornar mais respeitado,

mandava atar os mais feridos às árvores e açoitá-los até a morte, a fim de que os assistentes se conformassem com os rigores da escravidão!

Nos sertões do Paraná e no nordeste, ainda foi mais cruel e desumano o tratamento dado aos nossos irmãos das selvas.

Luís Pereira do Couto Ferraz relata as atrocidades que os colonos de Minas Gerais e Espírito Santo praticavam contra os nossos indígenas naquelas terras.

Exterminavam tribos inteiras, incendiavam as aldeias e arrancavam as crianças do peito materno, para serem abertas pelas pernas.

Êste mesmo sistema de requintada malvadez não foi somente colonial, em plena luz dos dias do século XX.

No Estado de Goiás, alguns fazendeiros resolveram exterminar os Caraós que lhes roubavam o gado e perturbavam as plantações: atacaram-nos a rifle e a punhal e não se contentaram em assassinar os adultos, mas atiravam para o ar as crianças e estrepavam nas pontas das facas.

Durante o Império, por ordem do govêrno de Goiás, certa vez, organizou-se uma expedição policial chefiada pelo Capitão Adriano Machado e pelo Major Coelho, para dar uma busca entre os índios Canoeiros. A luta foi tremenda: lances fulminantes feitos pelos selvícolas, porém, contra armas de fogo, foram impotentes; os raros Canoeiros feridos, que sobreviveram à luta, foram presos.

O major assim lhes falou: “Vamos levá-los para casa porque estão feridos. — Não: Respondeu um por todos: Não. — Capitão não quer. Mas se não quiserem nós acompanhar somos obrigados a matá-los. O tuxaua respondeu: Mata, mas não de faca, porque dói muito! Foi o que aconteceu e, perante a soldadesca, foram mortos, um por um daqueles heróis. Chegando a vez do último, êste estava calmo, embora tivesse assistido à morte dos outros companheiros: Instado para acompanhar os heróicos” executores da lei, aquêlê temperamento de bronze não deu outra resposta senão esta: “Mim morre como os outros!”

Centenas de exemplos, mais empolgantes do que êste, poderíamos citar para provar que os nossos brasilíndios, bem como os ameríndios em geral, sempre demonstraram grandes rasgos de bravura, na defesa da liberdade. Se usavam da fôrça era para manutenção dos direitos sagrados que a própria natureza aqui lhes concedeu.

A penetração das famosas bandeiras visava apenas dois objetivos: os produtos minerais para o enriquecimento dos invasores e a caça do elemento braçal indígena, para o trabalho forçado.

Os índios mansos e amigos serviam de guias, orientavam os sertanistas, julgando que aqueles quizessem apenas procurar minerais; quando, porém, a maioria mudava de intuítos e assestava a máquina-

ria da conquista sobre novas tribos, era então que se estabelecia a verdadeira confusão nas bandeiras: mortes, enforcamentos, fugas e por fim, mais prêsas humanas para os senhores brancos das cidades litorâneas. Perseguidos sem trégua no litoral, os heróicos proprietários da terra iam-se afastando para os recantos mais longínquos do sertão. Emigrando com as caças e com as feras, fugindo do homem que se dizia civilizado e superior, mas que não lhe respeitava a propriedade, a personalidade, nem mesmo a própria família, lá no silêncio da mata, o rosar da onça de dentes expostos era menos terrível do que aquêlê sorriso hipócrita e traiçoeiro dos que se diziam cristãos.

A bravura dos nossos brasilíndios jamais deixou de ser comprovada.

Desde os primeiros dias de colonização, quando algumas tribos foram compreendidas pelos lusitanos, passaram logo não só a colaborar com os mesmos mas ainda a sacrificar a própria vida em defesa da terra em que nasceram.

Se os franceses os tiveram ao seu lado foi tão somente porque souberam melhor compreendê-los e tratá-los com mais humanidade.

A noção da liberdade indígena não chega à idéia de querer o extermínio dos seus semelhantes, mas também não admite a possibilidade de num território tão vasto e tão rico, onde a natureza sempre ofereceu sustento a todos sem esforço, homens e mulheres se vissem escravizados ao trabalho forçado, maltratados, algemados, açotados e sacrificados: eis porque se afastavam cada vez mais do litoral, os nossos índios, e recuavam para o centro e para o oeste do nosso *hinterland*.

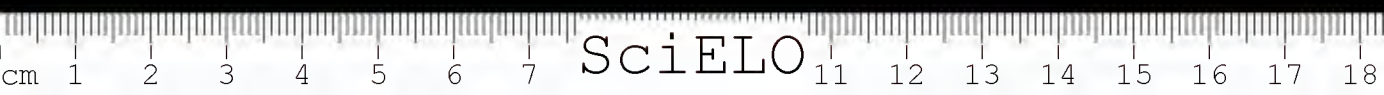
Vive nessas trincheiras naturais que a natureza lhe porporcionou, a gente ativa que se apresenta nua, corajosa, indômita, àqueles que a perseguem com as armas ocultas sob as vestes da civilização.

E nesses 445 anos de sofrimentos, de perseguições a todo custo, a covardia, o medo, a pusilanimidade, ainda não encontraram morada no coração dos nossos selvícolas.

Os holandeses conheceram o braço e o cérebro de Poti e seu irmão Jacaúna.

Quando estudais a história de outras nações, meus caros alunos, ficais admirados dos exemplos de coragem e patriotismo dos outros povos; e quando ouvis falar no vosso, no nosso povo, tendo apenas uma vaga noção da realidade dêsse mesmo povo, quando não raro ouvis depreciações.

Mas eu vos afirmo que, para nos orgulharmos de nossos ancestrais nós brasileiros que não somos puros na pele — lembremo-nos com altivez e satisfação dos feitos de um Tabira, o índio-relâmpago,



de sangue, não real pelos títulos, mas real pela seiva de bravura patriótica que hematosou todo o nordeste do Brasil.

Os colonos, desalmados, reunidos às centenas, numa exaltação sem par de ódio, anciavam pelo extermínio das hostes comandadas por Tabira. Êste fala aos seus guerreiros e não espera o ataque dos inimigos.

Tôdas as armas de então foram postas em uso, mas no meio daquele inferno de sangue, um homem só lutava por muitos, banhado em sangue, braniando, silvando, qual serpente, mordendo qual cão danado: era o pavor em ação — até que uma flecha certa lhe atingiu o olho! Num segundo arranca-a, com ela o olho salta da órbita; e, mais furioso e mais horrendo, se atira sôbre os adversários, que não o podem mais considerar um simples homem, mas uma verdadeira féra. Fogem, deixando Tabira exausto, mas vitorioso ao lado dos seus.

Tabira continuou a ser o terror do nordeste, lutando em prol da liberdade de sua gente e bastava gritar: “Eu sou Tabira”, para que os seus adversários fugissem espavoridos ante sua presença.

No sul também podeis orgulhar-vos de outro herói de bravura nacional — *Guairacá*.

O papel dêste nosso irmão da selva é notável e inxcedível, e à ação dum índio já civilizado, sabendo ler e escrever e consciente de seus direitos e obrigações. Estamos agora na província de Guaira, entre o Paranapanema, Iguaçu, Tibagi, no planalto de Guarapuava. Trata-se das conquistas espanholas quando D. Alvaro Nunez e D. Hermano de Trejos passaram por ali, pacificamente, para Assunção, “sempre bem acolhidos. Quando, porém, Juan Garay tentou instalar “pueblos” em nome do rei de Espanha, Guairacá, pressentindo a traição do visitante e aliando-se a mais 12 chefes, não cessou de atacar os adversários da liberdade de sua terra e de sua gente.

São os próprios espanhóis que, o chamam de “astuto, sábio, artero e mui valiente”.

Tal a sua argúcia patriótica, na construção de fortes — para sua defesa que o próprio arcediogo Centenera assim se exprime a seu respeito:

“El fuerte fué com inañia fabricado:

E los lados com muchos torreones,
Estaba sus trincheras, fosa y hastiones.
Sin duda Satanás ha revelado
A Guairacá el modelo y invenciones”.

Para o patriotismo o talento de Guairacá em organizar a resistência de seus guerreiros aos invasores audaciosos e desumanos, era Satanás o inspirador.

Vêde até onde atingiam as raias da cobiça, quando envolta em librés de civilização!

Aí então o Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, hoje, Estados de nossa pátria, acrescidos e mantidos nos seus limites atuais, não o teriam sido, talvez, se não fôsse a bravura, o talento dêsse simples filho das selvas.

O tempo não nos permite falar aqui dos feitos notáveis de Piragibe (braço de peixe) — Itagiba (braço de ferro) — Jacuaguaçu — Toporiri — Topiroaba — Tarapagong — Aparaitiçabaçu — Aparaitiçamiri — Pindaguaçu — Ibitinga — todos da nação tabajára, famosos todos em façanhas de lealdade para com colonos e jesuítas na defesa do solo pátrio, além de Tibiriçá, Ararigboia, Araruné, Abaiguijá que melhor do que eu conheceis por serem mais próximos de vós.

Subamos, porém, rapidamente, ao norte.

Estamos nas selvas da lendária Amazônia.

Ali ainda é hoje um reduto — um campo de batalha constante dos selvícolas, contra os pseudo-civilizados “debaixo daqueles castelos emaranhados de verdura”: há como outra linha “Maginot” que pôde ser tomada, mas não destruída.

Os chineses se isolaram das invasões pela sua grande muralha; o Criador deixou o Araguaia ao oeste e o Amazonas ao norte com seus gigantescos afluentes, como muralhas aquáticas, barreiras naturais dos limites das terras de nossos brasilíndios.

No Amazonas, bastaria um nome tão grande como o de Tabira ou Guairacá, para immortalizar a bravura brasilíndia: êsse nome permanece em caboclos, em embarcações, em sítios, como o símbolo da bravura indiana Ajuricaba!

Por ordem da côrte portugêsa, o governador da província do Grã-Pará, resolveu assenhorear-se de certas terras já cultivadas e ocupadas por vários aborígenes e nesses domínios vivia o cacique Ajuricaba que não se conformara com as chacinhas, prisões e escravização de seus selvícolas e, unindo-se a outros caciques, não deu trégua aos lusitanos.

E só por uma cilada depois de anos de luta, conseguiram prendê-lo e algemá-lo a fim de transportá-lo e enjaulá-lo nas masmorras. Antes, porém, pretenderam levá-lo como troféu de glória das armas reais, assim algemado.

Ignorantes, porém, os lusos daquela expedição nefasta deixaram o ilustre prisioneiro no convés da embarcação.

Em dado momento, Ajuricaba, sorrindo, consegue arrastar-se e, escapando à vigilância, atira-se manietado às ondas barrentas das águas daquêlê rio que ele soube defender com seu sangue e agora immortalizava como o seu túmulo!

Nossa História do Brasil conta como glorioso o feito de Adrião Pater que, envolto na sua bandeira, atirou-se ao mar, ao ver sua nau incendiada — mas esqueceu-se de que em nossa própria Pátria haja exemplos mais dignos de orgulho, memoráveis e mais gloriosos, como o do simples Ajuricaba, que com aqueles pés e aquela cabeça que tanto agiram pela liberdade do sólo pátrio, ainda que manietado e algemado, tivera energias para, rolando, em busca da morte, fugir à escravidão e servir de exemplo para a posteridade!

Passemos alguns instantes no Oeste, percorramos as mesopofâmias Xingu-Araguaia e Tocantino-Araguaia e a maior ilha fluvial do mundo, a ilha do Bananal — a *Diatá-lauté* — e encontraremos nesses redutos um como vastíssimo campo de concentração de nossos Brasilíndios.

Alí pararam as nefastas bandeiras, alí foram fundeadas várias embarcações de bandeirantes, quando tentavam novamente caçar os nossos selvícolas e trazê-los prisioneiros.

Conheço pessoalmente várias dessas tribos e conheço-lhes as lendas os costumes, as mágoas, os sofrimentos, bem como a incompreensão hoje reinantes entre elas e os sertanejos. Os sertanejos pobres, que vivem do seu trabalho, esquecidos no sertão, êstes não são inimigos dos índios; inimigos são os ricos patrões que distribuem gente pela mata, para a extração da borracha ou da castanha e querem multiplicar a produção e que, muitas vêzes, não pagam a seus trabalhadores, verdadeiros escravos que se embruteceem pelos rigores do trabalho, e que exigem dêles o suor e não se pejam de tirar a vida aos índios da região!

O grupo Gê tem ali suas tribos líderes: Cherente e Chavante, apenas divididas pelo nome: Caiapó, Gorotiré, Djore, o grupo Carajá subdividido em Javaés e nos antigos Chambioás, hoje desaparecidos. Existe também uma tribo tupi que ali ficou isolada — a tribo Tapirapé.

Os Caiapó, com os seus Gorotiré e Djore, são hoje os redutos mais incompreensíveis e arredios da civilização: estão há mais de vinte anos na ofensiva aos civilizados, desde que faleceu o seu maior catequizador — Frei Gil de Vila Nova, o fundador da cidade de Conceição do Araguaia e o único compreendedor da alma caiapó. Êstes índios já possuem guerreiros, filhos de jovens civilizados roubados na infância; falam português, vêm à cidade, mas na primeira ocasião reduzem a

nada uma família inteira, poupando-lhe as crianças e as moças que conduzem para as tabas.

Uachurê, um cacique carajá, inimigo fidalgo dos Caiapó, mas que prefere não lutar com êles, contou-me certa vez que — “Caiapó eram maus mesmo” e narrou o principal motivo da maldade dos Caiapó. — Os Caiapó viviam sossegados nas matas. Aparecerem, porém, muitos homens com armas de fogo: eram os seringueiros em busca do ouro negro, a exigir que os índios lho tirassem e entregassem a trôco de fumo, aguardente e alguns presentes. Os Caiapó se revoltaram: daí, as emboscadas para expulsar os invasores. Êstes, muitas vêzes, não pouparam ninguém nas aldeias que atacavam, sempre bem armados e municiados!

Coacdê foi um bravo guerreiro Gê que lutou como um herói, em defesa de sua tribo, onde fôra sempre estimadíssimo e muito respeitado. Certa vez, cercaram sua aldeia, queriam roubar-lhe as *cunhantans*. Coacdê fêz então movimentar os seus guerreiros, mas, inferiores em número e em armas, viu-se vencido. Sentindo-se perdido, quis poupar a vida dos seus: baixou o arco e as flechas e avançou para os atacantes, apontando-lhes o largo e musculoso peito, para que lhe tirassem a vida, mas poupassem-na a todos de sua tribo. Os seringueiros bem compreenderam o gesto fidalgo e humanitário do bravo cacique e gritaram com escárneo: — “Índio não é gente, é bicho”! — e por ordem do chefe, crivaram de balas o corpo do tuxáua, invadindo-lhe a aldeia, matando a muitos outros e trucidando mulheres e filhos! Raros foram os que conseguiram escapar, pela fuga, para narrar aos demais caiapó a afronta que sofreram.

Essa vingança aliada a muitas outras, fêz com que nunca mais os Caiapó acreditassem nos civilizados. Isso narrou-me Uachurê, mas eu mesmo posso narrar muitas outras façanhas iguais, as quais ficaram sempre impunes, enquanto as terras ocupadas pelos nossos índios continuam sendo invadidas pelos civilizados sem que o Govêrno ampare os nossos abandonados irmãos das selvas.

Os estrangeiros europeus, por mais inimigos nossos que o tenham sido até hoje, mesmo quando nos apunhalaram pelas costas, como nesta guerra, se vencidos ou prisioneiros, são sempre tratados com maior urbanidade, como os que regaladamente vivem na ilha das Flores. Como exemplo frisante, basta citar aquêle italiano que matou a socos a um vendedor de jornal o “aliado” pai de família que deixou três órfãos — enquanto que o seu assassino nem sequer foi denunciado!

Para mostrar ainda a altivez dêsse espírito de brasilíndio corajoso e amante de sua terra e dos seus, basta lembrar-vos que no comêço desta guerra, e quando dum dos torpedeamentos de nossos vapores, no Maranhão, um mestiço de sangue caboclo, ao saber que os alemães

torpedearam o vapor em que vinham várias crianças e até parentes seus, saiu desvairado pelas ruas de São Luís e ao primeiro italiano que encontrou, tirou a vida, como *revanche* pela dos seus patrícios, que também acabavam de ser covardemente atirados ao mar, aos tubarões e alguns ainda metralhados à tona.

Ao italiano que aqui no Rio matou a um defensor dos aliados nada aconteceu, mas ao nosso patrício que vingou a honra nacional, a Justiça condenou-o a 15 anos de cadeia!

Por êsses e outros fatos se explica porque os nossos brasilíndios não acreditam no que chamamos de civilização.

Na América do Norte também as injustiças para com os índios e os pretos, foram, como ainda o são, grandes e clamorosas, mas no momento são os próprios americanos brancos que procuram resolver esse impasse, porque, a guerra veio mais uma vez demonstrar o valor e o heroísmo das duas raças que tantos sofrimentos têm passado na terra de Tio Sam.

Enquanto o sertão era campo aberto para os desmandos dos coronéis da roça e seus habitantes, tratados como simples alimárias para a produção do trabalho, esquecidos dos poderes públicos, descendentes como eram dêsse sangue liberal de seus antepassados resolviam por si mesmos fazer justiça e assim se explica a existência dos Lampeões e dos Coriscos.

Assim que alguns raios de justiça atingiram a cabana do sertanejo, assim que desmoronou a autoridade de fato dos “coronéis políticos” emissários dos governos estaduais, não mais se ouviu falar em banditismo no sertão. Assim também, meus caros alunos, no dia em que os governos federal e estaduais estiverem dispostos a entregar aos nossos brasilíndios, as suas terras e melhorar-lhes o meio de vida, cercar em parte a ganância dos perturbadores do sertão; no dia em que estudarmos e aproveitarmos todo o potencial moral e físico daqueles nossos patrícios veremos que bravura constitui para nós uma reesrva moral para a defesa de nossa liberdade. Veremos então que deve ser orgulho para nós a atitude hostil dos nossos brasilíndios, porque, pela noção do direito natural, lutam pela conservação das terras livres que o Criador lhes concedeu.

Amái portanto meus caros alunos, amái os vossos antepassados com seus defeitos e qualidades.

Roma foi um reduto de ladrões e salteadores tão imorais que nenhum povo vizinho queria contato com êles e só pelas astúcia e pelo rapto conseguiram organizar as suas famílias; no entanto, daquele mesmo reduto saiu o direito, saiu o trabalho, saiu a moral das matronas romanas, monumentos imperecíveis para a construção da sociedade que orna os povos latinos.

O que eram os ingleses quando assaltavam ilhas e exterminavam os seus habitantes, adquirindo por isso títulos nobiliárquicos?

O que eram os americanos do Norte, quando ali se aglomeravam? Aventuroiros de todos os quilates de cobiça, cometendo os maiores desatinos, atentados à própria vida, e, não são hoje nações que se equilibram no respeito à liberdade e ao direito dos seus cidadãos e vão ainda sacrificar a vida para desalgenar aquêles que não obstante possuírem um grau requintado de cultura nivelaram-se aos instintos das feras selvagens, abusando da força com o auxílio da própria inteligência?

Orgulhai-vos, pois, meus caros discípulos, do sangue de nossos antepassados, os primeiros íncolas de nossa terra, aquêles a quem a providência houve por bem confiar a guarda de nossas plagas.

A bravura de nossa gente já não conta apenas com os feitos gloriosos de Riachuelo, Itororó, Tuiti, mas em pleno século XX, singrando o Oceano os transportes de guerra levaram à Europa um pugilo de homens que fôra mostrar de perto aos nazistas, o vigor indômito de nossa raça; e, Montezi, Castel-Nuovo, Monte-Castelo, serão dora em diante, eternamente, lugares imortalizados com o sangue e a bravura dos brasileiros!

Só a educação transforma os povos e pode aproveitar-lhes todo o potencial e energias morais e intelectuais e por ela o Brasil quer, através do S.P.I. e do C.N.P.I., não apenas proteger os seus filhos nas selvas mas educá-los, guiá-los e restituir-lhes as terras com amparo no Direito, a fim de vê-los unificados ao nosso organismo pátrio. Assim, a bravura de nossos brasilíndios, aliada às suas virtudes morais e físicas, serão para nós um como facho ardente de fé em nossos destinos sociais, e, entre as demais nações e sobretudo perante os estrangeiros, que nos espiam na escuridão traiçoeira das noites de cobiça — serão, repito — a lareira da taba, cujas chispas e chamas subirão aos céus de nossa Pátria e irão anunciar lá nos campos de nossos adversários, que “nós morreremos como os outros” na defesa de nossa terra, na frase daquêle índio Canoeiro que somos Tabiras e que esta terra tem dono “na voz inmorredoura do imortal Guairacá!



SciELO

PALAVRAS PROFERIDAS PELO MINISTRO DR. JOÃO
SEVERIANO DA FONSECA HERMES JÚNIOR NA
SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO
DE JANEIRO

*no dia 25 de abril de 1945, na sessão solene em comemoração
aos festejos da Semana do Índio*

A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro se associa à iniciativa do ilustre General Cândido Mariano da Silva Rondon, que instituiu a "Semana do Índio" como tributo de reconhecimento ao primitivo soberano do nosso solo e sustentação dos direitos do selvícola. Uma incógnita paira ainda sobre a consciência nacional, objeto de inquéritos subjetivos e fonte de teses divergentes, a respeito das consequências que poderiam advir para o Brasil a adoção de outra política que a seguida pelos descobridores, no que concerne ao indígena. As opiniões porém se dividem. Uns sustentam o êrro dos colonizadores em não atraírem, humana e boamente, o selvícola à Colaboração estreita com os invasores, decorrentes as consequências da infâmia e dos perenes malefícios da importação de africanos. Outros propendem em reconhecer, na indomabilidade dos índios e na necessidade de braços para a lavoura e para os árduos trabalhos da mineração, o fato, em si impertoso, da implantação da escravatura no Brasil. A mentalidade dos conquistadores no século XVI não se detinha na contemplação sequer da igualdade dos homens brancos, quanto mais no respeito aos negros e índios que, na opinião de alguns, nem humanos eram. Outros fatores levaram os conquistadores ao desprezo do índio e do negro. O índio e o negro não eram cristãos e como incrêus deviam ser reduzidos à escravidão. A vitória dava direito de escravizar os vencidos, era a prática seguida, mesmo na Europa. Por outro lado, o Brasil tinha de dar à Lisboa riquezas iguais às que o Peru e o México enviavam a Madrid. Sua Majestade Fidelíssima não podia figurar em plano inferior ao de Sua Majestade Católica. Não seriam os poucos portugueses, deportados uns, aventureiros outros, ávidos, todos, de riqueza, que haviam de atirar-se às mais duras tarefas. Conquistar, pilhar, vencer e dominar era o normal, era o justo, era ao que vinham. Poucos homens contra uma população arredia e uma colônia

imensa, agreste, longínqua a explorar. O selvícola não se submeteu à escravidão, preferiu deixar-se morrer ou ser morto, não só porque se viu perturbado em sua vida e costumes, mas ainda porque seu feitio nômade e livre, indolente, desconfiado e indômito, não podia se ajustar à situação completamente inversa a que o queriam reduzir os colonizadores. O remanescente foi se retirando à proporção que o invasor avançava. Glorificamos as Bandeiras, no que tiveram de transcendental para a dilatação do território brasileiro, mas não devemos esquecer o seu anverso, bem pouco lisongeiro, por quanto, além de ter como objetivo principal a busca do ouro e da prata, visavam a caça de índios para reduzi-los à escravidão. Se os portugueses são passíveis de censura por terem pretendido escravizar o autóctone, por tê-lo feito fugir até as extremas do território, por lhe terem dado a morte aos milhares, muito mais condenáveis são aqueles que durante quase um século de vida independente, sob a égide dos direitos do homem, dentro do conceito filosófico da igualdade de raças e da proteção aos mais débeis, pouco ou de nenhuma maneira se preocuparam da sorte dos selvícolas. Ainda nesse ponto, entretanto, as opiniões se dividem, porque uns acham que a felicidade está na civilização, ao passo que outros entendem que o índio seria sempre mais feliz no âmbito em que nasceu, na prática dos costumes inveterados, na liberdade e no primitivismo ingênuo em que sempre viveu. Onde reside a felicidade? Triste e angustiosa interrogação.

Vamos ouvir a palavra autorizada do Coronel Jaguaribe de Matos.

Ele nos dirá, estou certo, coisas de alta relevância a respeito do contato do descobridor com o indígena, não só do Brasil, mas de toda a América e muito da obra ingente levada a efeito pelo Serviço de Proteção aos Índios, instituição a qual o General Rondon, nosso ilustre Presidente de Honra, vem dedicando tantos e tão prolongados esforços. Outros também se dedicam à catequese do selvícola; quero referir-me às Congregações religiosas que matém centros de atração e educação de índios pelos ínvios sertões do Brasil, tomando como exemplo a magnanimidade cristã e humana, de um Las Casas, de um Nóbrega, de um Anchieta. É fato digno de ser revelado, apesar da diversidade de conceito no que se refere às modalidades cívicas e religiosas, operantes no grupo professo e no grupo que podemos chamar oficial, o entendimento existente entre ambas foi e é cordial e

efetivo. A admiração e o respeito recíprocos, pelos sacrifícios e elevação moral que tal obra exige dos homens, são os fundamentos que justificam essa solidariedade admirável, ao mesmo tempo que natural. Por isso é de lamentar que, nesta sessão, não ouçamos também os écos de catequese realizada pelas Missões religiosas. O Coronel Jaguaribe de Matos a ela, talvez, venha a referir-se, guiado pelo espírito de justiça que tão bem caracteriza a tradição da nobre tarefa dos decifreadores de incógnitas do nosso sertão e da vida dos primitivos brasílicos.

Observação: Não tendo sido entregues os originais respectivos, não foi possível incorporar neste volume o texto integral da interessante conferência do Sr. Coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Matos.



CACIQUE CADETE

(*Chefe dos Borôros*)

Dedicado ao Exmo. Sr. General Cândido Mariano
da Silva Rondon.

Sôbre a luz do Cudoro (1) — arara azul,
Que tem um poder grande no fundo do céu.
Macaguraga (2) luas, e já muitos sóis
Um dia no mato Cadête nasceu.

Parente mais velho da minha dinastia
Furou-me o lábio, e mesma madrugada
Gritando meu nome moôstrou-me ao sol:
Assim foi na vida-minha a entrada.

Poderosa corrente da juventude
Levou-me escravo da sua loucura:
Jornadas sem fim, brigas, caças perigosas
Tudo que alma do índio procura.

Não usei armas dos civilizados:
Tenho músculos tenho arco de ceriva
Lutei corpo a corpo, ao fim da luta,
Nem uma onça brava não ficou viva! .

Noites de lua que nós chamamos "ari"
Maravilhosos sonhos sonhava sem fim:
Felinos cantavam, chuveram estrelas
Almas dos mortos sempre falavam a mim...

Depois, chegou a hora do grande esforço
Quando cacei à noite em mato, sozinho
Saltou "Ki" (3) enorme, gritando meu nome
E eu tremendo cai nas espinhas...

-
- (1) Cudoro — Constelação do Pavão.
(2) Macaguraga — Muito em número.
(3) Ki — Anta.

Ele diz: Guarda silêncio sôbre o que vês
Dou-te grande poder e a ciência do Bari (4):
Curar as moléstias, ver coisas que ninguém viu,
Traz seu arco e flechas, pemegari.

Começou o tempo das mudanças grandes
Vida com espíritos, poderosa, cheia,
Borôros me fizeram Cacique
E a felicidade reinou nas aldeias
.....

Minha vida foi grande como o espaço!
Vou morrer feliz — outros já muitos morreram —
Acalentado da minha tribo inteira
Com o último dos cantos: “Roia curireu” (5).
Mas, sempre vou viver em suas lembranças:
Não conheço tempo — não tenho idade —
Eu, puro símbolo da natureza —
Eu — rei das selvas e da liberdade!

WANDA DE ROYCEWICZ

Poesia de autoria da Senhora Wanda Roycewicz, Condessa de Wollowicz (Polônia) sob o título “Cacique Cadête” e dedicada ao General Cândido Mariano da Silva Rondon. O cacique a que se referem os versos é um índio da tribo dos Borôro, localizada no alto São Lourenço (Pogubo-xorêu, na sua língua) e que é dotado de relativa instrução, sabendo ler e escrever regularmente o português.

A referida senhora foi encaminhada ao Estado de Mato-Grosso, onde esteve em visita a várias aldeias indígenas, colhendo dados para um livro que projeta publicar. Entusiasmada com o que observou da vida da tribo Borôro, pretende voltar ao rio São Lourenço, a fim de completar seus apontamentos.

Sendo de origem estrangeira e estando no Brasil há pouco tempo, é admirável o esforço que representa a poesia por ela escrita e com a qual revela o conhecimento da atuação do Sr. General Rondon, face ao Problema Indígena do Brasil.

(4) Bari — Feiticeiro, contador com almas.

(5) “Roia curireu” — “Canto grande” que os Borôro cantam até o último suspiro de um agonizante.

CONFERÊNCIA REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE
1945 PELA PROFESSORA MARINA DE VASCONCELOS

*da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, na Rádio
Difusora Educativa do Ministério da Educação*

OS ESTUDOS INDIANOLÓGICOS NA FACULDADE NACIONAL
DE FILOSOFIA

Distinção muito além das minhas possibilidades é-me conferida nesta noite ao falar-vos em nome da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia sobre os estudos indianológicos realizados na Faculdade Nacional de Filosofia, a qual tenho a honra de pertencer.

Agradeço em nome da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia e no meu próprio, ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios e ao Serviço de Proteção aos Índios, o convite formulado, a fim de que a citada sociedade participasse das comemorações do *Dia do Índio*, iniciativa de incontestável valor no seu conteúdo eminentemente construtivo.

* * *

Os atuais estudos indianológicos no Brasil, prendem-se a uma longa série de trabalhos anteriores, cujas origens poderíamos filiá-las ao primeiro documento histórico da nossa terra: a Carta de Pero Vaz de Caminha, onde já se encontram interessantes e objetivas observações sobre os Tupiniquim do litoral baiano, os primeiros indígenas que entraram em contato com os novos donos da terra. A partir desse documento, outros tantos apareceram e agora, intimamente relacionados com o aspecto da catequese.

Foram então os missionários jesuítas os que entraram em relações com os indígenas e com a finalidade de chamar o "gentio" à graça de Deus, muito contribuíram para o conhecimento da vida indígena. São sobejamente sabidos os trabalhos dos jesuítas no concernente às classificações lingüísticas que, pode-se afirmar, trouxeram um precioso auxílio ao estudo do agrupamento Tupi-Guarani.

Têm, portanto, os Jesuítas, a primazia no que se refere ao trabalho classificatório linguístico para os primeiros grupos Tupi que mantiveram relações com o colonizador europeu.

Também os cronistas acompanharam a obra jesuítica, na sua apreciação linguística, e embora houvesse um erro de generalização, pois só fizeram referência à língua Tupi, não se pode ocultar a importância de tais estudos.

Naturalistas de várias nacionalidades, a partir do século XVII vão prender a sua atenção à terra do Brasil e, muitas vezes, ao lado das observações de caráter exclusivo da história natural, trataram das populações que encontravam nas regiões visitadas.

Ora, essas referências de caráter puramente etnográfico, simples coléta de objetos da cultura material ou narrações sobre algum episódio da vida tribal, vão concorrer para que, posteriormente, verdadeiros etnólogos venham ao Brasil a fim de realizar pesquisas diretas.

É bem certo que mesmo esses estudos sobre o indígena tiveram a preocupação da classificação de grupo, baseada na linguística, contando-se como o primeiro ensaio clássico sobre o assunto, a classificação de Karl Friederich von Martius, base que se tornou indispensável para outras classificações.

No entanto, somente na segunda metade do século XIX é que os estudos etnológicos no Brasil vão ser propriamente iniciados com as expedições de Karl von den Steinen e Paul Ehrenreich ao rio Xingú. O trabalho desses dois sábios é notável e abre um novo caminho aos estudos realmente científicos sobre o indígena, pois, ao lado da classificação linguística realizada, várias monografias foram feitas relativas à formas de cultura, migrações e origens de vários grupos.

A importância dessas duas expedições é fundamental nos trabalhos indianológicos que se seguem, pois vão ser iniciadas, ainda que em pequena monta, as “pesquisas de campo”, único sistema científico para conclusões exatas.

Uma numerosa lista teria então de ser percorrida, pois enquadram-se em primeiro plano, um Coudreau, um Kurt Nimuendajú, um Métraux, um Fritz Krause, um Nordenskiöld, para não prolongar a enumeração.

Todos esses realizaram seus trabalhos baseados na observação direta, para depois elaborarem seus conceitos.

A contribuição brasileira a partir dos fins do século XVIII vai-se fazendo notar com um Alexandre Rodrigues Ferreira, um Barbosa Rodrigues, um Couto de Magalhães que caminham ao lado de arqueólogos e naturalistas.

É, porém, a partir de 1906 — início das expedições de Cândido Mariano da Silva Rondon ao Brasil Central — que a preocupação desses estudos toma vulto. Assim, pode-se afirmar que 1906 é o marco inicial de futuras aquisições científicas para o conhecimento dos nossos indígenas.

A importância dessas expedições é atestada pela notável coléta de material e publicação de relatórios, sendo estudados, então, entre outros, os agrupamentos Pareci e Nambiquara.

A figura ímpar de Roquete Pinto está associada ao ciclo da expedição Rondon: em 1912, êsse notável antropólogo brasileiro entrava em contato com os Pareci e os Nambiquara e publicava, mais tarde, o resultado de suas proveitosíssimas pesquisas no seu livro "Rondônia".

A falange dos interessados em assuntos indígenas não mais cessa e atualmente numerosos especialistas vêm se dedicando ao estudo dessa parte da Antropologia Brasileira, sendo já bastante vasta a literatura sobre o assunto.

* * *

A importância de tais conhecimentos para a perfeita compreensão do fenômeno social brasileiro foi sentida pelos poderes públicos e assim é que foi criada na Faculdade Nacional de Filosofia, fazendo parte dos cursos de Geografia e História, a cadeira de Antropologia, dividida para fins didáticos em Antropologia física, Enologia e Etnologia do Brasil.

Sendo por certo a parte mais importante dos estudos aquêles que se referem ao Brasil, necessário se torna um conhecimento prévio da parte física da Antropologia e da parte metodológica e sistematizada da cultura, a fim de que, com real proveito sejam feitos os estudos da Etnologia brasileira.

Já são decorridos quase cinco anos de regular funcionamento desses cursos e as turmas diplomadas estão aptas à compreensão do verdadeiro conceito da realidade brasileira, pois os seus estudos foram realizados dentro dos postulados científicos.

Ao lado das preleções de caráter teórico, são ministrados trabalhos práticos de mensurações, organização de fichário, organização e seleção de peças para mostruários, visitas à instituições afins, e, na medida das possibilidades, excursões, a fim de criar o hábito do trabalho de campo.

Turmas de doutorado têm sido preparadas com a dedicada orientação do catedrático e os mais importantes assuntos têm sido debatidos, preparando-se o candidato ao doutoramento com tese de sua

escôlha, à realização de sérias pesquisas bibliográficas e de campo, a fim de que o resultado de seu trabalho não seja apenas uma repetição livresca de variada compilação.

A importância dos estudos indianológicos para a científica integração do indígena à comunidade brasileira é desde logo assinalada nos cursos de Antropologia e a base metodológica para êsse conhecimento apreendida nas mais modernas experiências de campo realizadas por especialistas.

Dado o valor para o Brasil dêsses estudos, o ideal seria a constituições de cursos independentes de Antropologia, fora dos currículos de Geografia e História, para que mais profundamente fôssem aperfeiçoados assuntos do maior interesse.

No entanto, não ficou aí estacionado o plano dos estudos da Antropologia brasileira; e assim é que, no intuito de congregiar esforços esparsos, foi criada, pelo professor da cadeira, a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, que funcionando com tôda a regularidade conta com quase quatro anos de existência. Aí são debatidos os mais palpitantes assuntos da Antropologia e de matérias correlatas, pois pela própria organização de seus estatutos, mantém a Sociedade Departamentos vários como os de Geografia Humana, História do Brasil, Folclore, Sociologia, etc.

Ora, essa concepção na compreensão da Antropologia como o estudo do Homem, na sua vida animal e cultural, vai permitir o conhecimento do verdadeiro sentido dessa nobre ciência.

Afastando totalmente as noções historicistas e evolucionistas no estudo dos fenômenos sociais, os que tiveram a sua formação cultural acadêmica, poderão ajustar e propor soluções plausíveis para situações sociais apresentadas, baseadas em conhecimentos e pesquisas científicas.

E assim, vemos cada vez mais soterrados pelas aquisições da ciência os antigos postulados de povos "bárbaros", "inferiores", "não-civilizados", postulados êsses baseados em uma falsa escala de valores assentada em pretensas superioridades de raça, conceitos formulados para justificar à espíritos incautos, a política de dominação.

Hoje, a preocupação dos países mais adiantados, sob o ponto de vista da cultura, é incrementar e possibilitar a reconstituição das culturas de povos que, pelas oportunidades de momento histórico, tiveram a sua vida material e espiritual esfaceladas.

Essa sadia forma política de integração à comunidade de todos os seus componentes, preservadas as tradições de cada grupo e dirigindo-os para um destino comum, anima os governos bem intencionados e, por certo, será a pedra de toque para a fraternidade universal. O direito ao trabalho, ao aperfeiçoamento do espírito, à liberdade

consciente de dirigir as suas aptidões não é apenas apanágio individual: é acima de tudo, direito social. Então, as relações de raça, baseadas na mútua confiança, terão verdadeiro êxito.

Justamente pela importância de tais assuntos e portanto pela necessidade de um pessoal e aparelhagem técnicas para a execução científica de tais propósitos, é que, seria sumamente fecundo se os cursos de Antropologia sempre estivessem em contato com instituições que patrioticamente se dedicam à árdua tarefa de proteção e integração dos indígenas ao meio social brasileiro. O preparo prévio metodológico da cultura dos povos chamados imprópriamente “primitivos”, cultura tomada no sentido antropológico de soma total das criações humanas, será fundamental para a verdadeira compreensão desses povos. Assim, a proteção, embora tão útil, estaria isenta do sentido ainda evolucionista de povos adiantados e de povos atrasados, onde aquêles mais uma vez seriam os donos dirigentes e êstes os povos guiados.

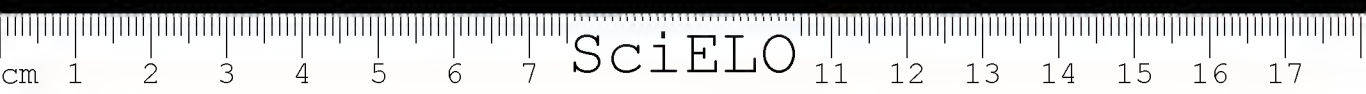
Em qualquer oportunidade onde houvesse assuntos técnicos de caráter antropológico a serem debatidos, seria do maior proveito que fôsem chamados os que tiveram nos seus cursos de Antropologia o alicerce científico.

A participação, portanto, da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia e dos cursos de Antropologia da Faculdade Nacional de Filosofia, às comemorações promovidas pelos notáveis serviços, Conselho Nacional de Proteção aos Índios e Serviço de Proteção aos Índios, alicerçam, cada vez mais, o imprescindível elo da colaboração aos estudos indianológicos.

E, nenhuma época seria mais fecunda para a concretização de ideais do que a que agora atravessa a Humanidade, pois somente em um mundo livre, onde todos os povos podem escolher a sua norma de vida de acôrdo com as suas preferências é que será possível a fraternidade humana.

Que essas solenidades comemorativas do *Dia do Índio* não interessem apenas a pequenos grupos e sim a todos os brasileiros.

A paz caminha a passos largos. Mas essa paz só será duradoura quando o respeito mútuo entre os povos fôr alicerçado na verdadeira compreensão e na solidariedade.



CONFERÊNCIA SOB O TÍTULO "A EPOPÉIA
DA MISSÃO RONDON",

*pronunciada no dia 26 de Abril de 1945, no Instituto de Educação do
Distrito Federal, pelo Professor Dr. Paulo Carneiro*

Exmas. senhoras, meus senhores.

Jovens alunas.

Quando as primeiras náus portuguesas fundearam no litoral do Brasil, acolheram-nas, festivamente, índios hospitaleiros e mansos. Densa população nativa errava, então, ao longo da costa, desde a foz do Amazonas até o delta do Prata. Os Tupi ao norte, e Guaraní, ao sul, com língua e civilização quase idênticas, atestavam um tronco comum muito próximo.

No interior das terras desconhecidas vagavam tribos bravas, com os mais variados dialetos. A êsses selvícolas, pela inimizade que lhes tinham, chamavam, os Tupi-guaraní, de Tapuia.

Os vestígios, que ainda hoje se encontram, de uns e de outros revelam o seu incessante nomadismo e a extensão dos movimentos migratórios que realizavam, deslocando-se em tôdas as direções e combatendo, ora nas praias, ora nas margens dos grandes rios, por novas terras.

Retratam a civilização material dêsses índios os artefatos encontrados em suas tabas e os processos em uso através da vastidão do território por êles palmilhado. Entre os elementos mais representativos dessa cultura incipiente, figuram: a maloca, geralmente quadrangular, com o teto descendo até o sólo e formando as paredes laterais; a rede de algodão e de outras fibras; o tamborete de madeira; o arco de seção plano-convexa; a flecha-arpão; a flecha com diversas pontas; o remo; a canôa de casca e a entalhada em tronco de árvore; o instrumento para produzir fogo; o abano de fôlhas entrelaçadas; o urupê; o ralo de mandioca; o tipití; o pilão de madeira, o pente; o chapén, o manto e os diademas de plumas; o fuso do tipo Bakaeri; a faixa de carregar crianças; a flauta; a trombeta; os colares; os braceletes; as joelheiras; as jarreteiras; a cultura e o preparo da mandioca, do algodão, do fumo e do milho; a pesca com o auxílio de

veneno e de barragens; o abacaxi; o guaraná; o curare; as resinas e os corantes; a borracha; a cerâmica pintada, reforçada por meio das espículas de um espongiário; a tatuagem, etc., etc.

A vida espiritual dos selvícolas do Brasil, ao alvorecer do século XVI, reduzia-se às noções e aos ritos do mais puro feiticismo, refletindo, por vêzes, algumas das suas lendas e instituições, formas e tendências astrolátricas.

Nêsse estado inicial de civilização, irmana-se a alma indígena, por um irresistível impulso, a tudo o que a cerca, e empresta aos seres de tôda a natureza os seus próprios atributos. Tudo o que a rodeia, vive, pensa e sente como ela, comparte o seu amor ou a sua desafeição, inspira confiança ou terror, transmite qualidades boas ou más, protege ou põe em perigo... A conduta do índio, em qualquer circunstância, traduz essas disposições intelectuais e morais comuns à infância de todos os povos e pelas quais, também nós, sem exceção, passamos em certo momento de nossa evolução individual. O índio é uma criança grande, e tôda a criança, por mais adiantada que seja a civilização em que surge, é sempre, em determinado período um pequeno índio... As funções cerebrais dominantes num e noutro são as mesmas e coincidem, tanto os seus defeitos, como as suas qualidades.

A êsse feiticismo intelectual aliava-se, uma atividade guerreira conquistadora e correspondia a uma sociabilidade restrita ao grupo de famílias componentes de cada tribo.

A antropofagia, então reinante, era uma enraizada instituição cultural e não, como se supôs, um sistema de alimentação. A sua própria crueldade revestia um caráter sagrado para aquelas almas ingênuas e rudes, pois, a seus olhos, o sacrifício dos vencidos era, para êles, honra e glória que lhes perpetuava a coragem e a firmeza, incorporando-as na alma dos vencedores. Tanto assim que só os bravos eram imolados nesses terríveis festins. Qual de vós se não recorda da imprecação do chefe Timbira no I-Juca-Pirama?

“... parte; não queremos
com carne vil enfraquecer os fortes.”

Os principais aspectos da civilização indígena do Brasil, por ocasião da sua descoberta resumiam-se no seu culto dos Mortos. Nele se refletia o saber, a estética e a moral dessas populações primitivas, bem como a sua jerarquia e organização política. O ritual então em uso, com a sua magia, sua música, suas dansas, máscaras, manifestações de luto e louvor, permitia medir o grau de desenvolvimento e importância de cada tribo. Por outro lado, constituiu, por tôda a parte, esta consagração religiosa, a fonte primeira dos progressos sociais, mórmente do mais fecundo e decisivo dêles, a passagem do

nomadismo para o estado sedentário. A fim de se não separarem dos seus mortos, fixaram-se, definitivamente, as tribos indígenas, em torno dêles.

Máu grado as qualidades de inteligência e de coração evidenciadas pelos índios, desde os primeiros contatos com os invasores, buscaram os colonos todos os pretextos para destruí-los desapiedadamente. Em poucas décadas uma carnificina organizada conduziu à extinção de milhões de aborígenes. Ante a dificuldade de escravizá-los em massa, foi decidido o seu extermínio.

Tendes, por certo, bem viva na lembrança, a grandeza desse martírio da indômita raça americana. Nem vos deslembastes da controversia levantada, primeiro no Perú e no México, e depois no Brasil, no início da colonização, sôbre serem ou não os índios “homens da verdadeira espécie humana”.

Honremos a memória dos primeiros Missionários, pelo esforço com que se empenharam em defender o índio contra o colono escravizador e sanguinário. Os seus apêlos, por três vêzes despertaram a atenção e a interferência do Papado em prol do gentio do Novo Mundo: primeiro, o Breve de Paulo III, de 28 de maio de 1537, depois a Bula de Urbano VIII, de 22 de abril de 1639 e, por fim a Bula de Benedito XIV, de 20 de setembro de 1741. Nesse intervalo de dois séculos entre a primeira e a última objurgatória de Roma, foram baldadas tôdas as tentativas de amparo ao índio. Não foram obedecidos os mandamentos da Igreja, nem cumpridas as raras ordens emanadas da Coroa portuguesa, a favor dos nativos do Brasil.

A lei de 6 de junho de 1755 reverte o mérito de haver encerrado em seu texto tudo quanto de justo e certo fôra anteriormente tentado. Já era, então, menos acerba a hostilidade contra os resíduos dos antigos aldeamentos, agora dizimados e dispersos no interior inexplorado dos sertões. A cobiça dos senhores de engenhos e de minas estava satisfeita com as levas de escravos africanos que os navios negreiros despejavam nos mercados do litoral brasileiro...

Em 1823, José Bonifácio, coberto já dos louros da Independência nacional, o programa de proteção às tribos, outrora poderosas e incorporação dos aborígenes: “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil”. A alta e nobre visão do estadista máximo da nossa nacionalidade traça aí os deveres que nos cabem para com os legítimos donos destas terras, delas esbulhados com violação de todos os preceitos dessa mesma moral cristã que se pretendia impor-lhes. Desde então, ficou pôsto, perante a consciência nacional, o programa de proteção às tribos, outrora poderosa e florescentes, e hoje, refugiadas, como transfugas, em outros climas e rincões.

Dominando a inércia e a indiferença das gerações que os separam, os grandes homens transmitem uns aos outros a direção dos destinos sociais, numa ininterrupta cadeia que assegura o lento mas incessante progresso coletivo. Sucedem-se, num ritmo variável, sem lei definitiva, êsses promotores das nossas transformações intelectuais e políticas, guias, em cada momento e em cada lugar, dos rumos a seguir, e árbitros das tarefas a empreender. Assim foi, no Brasil, de século em século, com a causa do índio; às preces de Anchieta replicaram os sermões de Vieira, enquanto a legislação de Pombal seria retomada pelo grande Andrada, e por êle desenvolvida, em sua Representação à Assembléia Constituinte.

Aos sacerdotes e estadistas juntaram-se os poetas, levados por sua índole afetiva e pelos arroubos da sua imaginação, a idealizar a figura e os feitos dos aborígenes. Nísia Floresta, Gonçalves Dias, José de Alencar, através das suas lendas e dos seus cantos, depertaram as forças emotivas que não tardariam em conjugar-se no movimento indianista brasileiro.

O conhecimento científico do homem das nossas selvas, através dos seus costumes, de sua língua, das suas instituições, foi, primeiro, obra de sábios estrangeiros. À frente dêles destacam-se, como os verdadeiros criadores da etnologia brasileira, Martius, von den Steien e Ehrenreich. Aos trabalhos por êles realizados, cumpre acrescentar as descobertas dos naturalistas e exploradores nacionais, do século passado, que opulentaram, com as suas observações e teorias, as doutrinas antropológicas nascentes: Ferreira Pena, Couto de Magalhães, Ladislau Neto, Lacerda, Barbosa Rodrigues são nomes para sempre inseparáveis da causa indígena no Brasil.

Êste conjunto de antecedentes tornou possível que se convertessem em realidade os projetos esboçados, através de quatrocentos anos de luta, por uma série de almas superiores. Antes de findar-se o século XIX, surgiria, da sua última geração, o homem predestinado que, à luz da sociologia e da moral positivas, iria promover a incorporação definitiva do índio à civilização brasileira, dando, enfim, cumprimento aos votos dos evangelizadores do século XVI.

Nasceu Cândido Mariano da Silva Rondon, nos campos do Mimoso, na região de Cuiabá. Desapareceu, na voragem do tempo, a casa humilde em que veio ao Mundo, a 5 de maio de 1865, mas lá está, assinalado pela fronde de uma árvore o lugar por ela ocupado.

Transcorreram, os seus primeiros anos, na intimidade do sertão, impregnando-se a sua alma da precoce energia que as asperezas da vida solitária e simples despertam.

Em Cuiabá, viveu a adolescência sonhadora e estudiosa, nessa inquieta agitação que assalta as naturezas de escol quando, pouco a pouco, descobrem as forças criadoras que nelas despontam.

Modelou-se o seu corpo robusto e ágil no convívio dos campos, das matas e dos rios; no exercício da caça e da pesca; no amanho da terra; no trato dos rebanhos; nas peripécias das cavalhadas e dos rodeios.

Educou-se o seu espírito no destemor do perigo; na indiferença às privações; na investigação curiosa e paciente da natureza; no recolhimento das noites silenciosas e das caminhadas sem fim; na prática do comando; no amor ao sertanejo altivo e sóbrio, fiel aos seus maiores, devotado aos seus irmãos e enamorado das suas selvas...

Estas impressões de uma idade feliz acompanharam-no, sem nada perder do seu colorido nem da sua sedução, através dos estudos que veio, mais tarde, realizar na Escola Militar do Rio de Janeiro.

Para conseguir essa matrícula — alvo supremo das suas aspirações juvenis — assentou praça como soldado do III Regimento de Artilharia a Cavalo, em 1881, no quartel do Acampamento Couto de Magalhães, em Cuiabá. Aí serviu até alcançar a sua admissão, como aluno, na Escola da Praia Vermelha.

A prestigiosa figura de Benjamim Constant empolgava, então, os cadetes do Brasil, rivalizando, cada qual, na admiração e no devotamento que lhe consagrava. Os ideais filosóficos e políticos do egrégio Professor eram ardorosamente abraçados por seus discípulos que se ufanavam, quase todos, em proclamar-se, como êle, republicanos e positivistas. Sua influência irradiara, da Escola, a todo o Exército que se tornara a cidadela das liberdades, impondo a abolição da escravidão e forjando, em suas fileiras, o advento da República.

Os alferes-alunos de 1888 constituíam, com a mocidade acadêmica de então, a vanguarda do país, os pioneiros das grandes reformas políticas, econômicas e educacionais que começaram com a Lei Áurea, firmada com o seu decisivo apôio. A frente dêles destacava-se Cândido Rondon, primeiro da sua turma.

Em 1889 está êle na Escola Superior de Guerra. Ali conspiram os tenentes, sob as ordens do Coronel Benjamim Constant; reúnem-se em segredo; assinam pactos de sangue; aliciam adesões entre os civis. A 15 de novembro dêsse ano, desembainha Rondon a sua espada, ao serviço da causa republicana.

Coube-lhe, assim, a ventura de participar na primeira linha, dos dois grandes movimentos cívicos que sucederam à nossa Independência política. Inspirada por êsses antecedentes, a sua vida pública não tardará em inaugurar um novo ciclo, de imorredoura significação, em nossa história.

Desejoso de conservar, ao seu lado, tão promissor discípulo, para dêle fazer o seu sucessor, nomeou-o, Benjamim Constant, lente substituto da 1.^a Seção da Escola Militar, com as funções de repetidor da cadeira de Mecânica e Professor de Astronomia. Parecia, assim, orientada, de modo definitivo, para o alto magistério científico, a carreira do Tenente Cândido Rondon.

Mas, inopinadamente, desponta e triunfa a sua verdadeira vocação. Cedendo ao caloroso apêlo que lhe dirige o Major Gomes Carneiro, abandonou o ensino e com êle parte, no pôsto de Ajudante, rumo ao sertão... Volve a intimidade da sua terra e ao seio da sua gente, mas, agora, leva consigo, a abraçar-lhe o espírito e o coração, um grande amor, recompensa e amparo de tôda a sua vida, e uma doutrina filosófica e moral que lhe pautará sempre a modelar conduta.

Começa, então, o luminoso roteiro do novo Bandeirante, em busca de mundos ignôtos. Ha cinquenta e cinco anos iniciou-se a Grande Marcha que prossegue, sem descontinuidade, através de florestas e pantanais... Ao longo do caminho, juntaram-se, à caravana incontáveis peregrinos, movidos pelo mesmo ideal de consolidar a unidade da nossa pátria pela incorporação das suas terras desconhecidas, e de salvar o gentio errante, nelas abandonado.

Para que se grave, em vosso espírito, a obra ingente realizada por êsses novos Missionários, dirigidos por Cândido Rondon, abri o mapa do Brasil e pontilhai as distâncias percorridas, os rios descobertos, as áreas conquistadas, as comunicações estabelecidas, as populações indígenas pacificadas, as fronteiras guarneçadas. E lembrai-vos de que, por onde passaram refloriu a vida e despontou a civilização...

Iniciou o jovem oficial os seus trabalhos com a extensão da linha telegráfica de Cuiabá à margem esquerda do Araguaia, percorrendo uma distância de 580 quilômetros, em treze meses consecutivos. Em seu caminho deparam-se-lhe, pela primeira vez, aldeias indígenas: são tribos Borôro que, sem tardança, com êle fraternizam e se tornam prestimosos auxiliares nas rudes tarefas de abrir picadas, plantar postes, construir pontes.

Foi Gomes Carneiro o único chefe que diretamente comandou a Cândido Rondon, em toda a sua carreira. Não podia êste ter encontrado melhor guia, para a sua iniciação, do que aquêle ilustre modelo de virtudes militares, famoso, já, pela sua bravura, nas campanhas do Paraguai, e, mais tarde, coberto de glória, na Lapa. Durou, apenas, dois anos, essa direção. Logo em seguida era, o nôvel sertanista, nomeado Chefe do XVI Distrito Telegráfico de Mato-Grosso, pôsto em que permaneceu de 1892 a 1898, procedendo a reconstrução da primitiva linha, colocada sob as ordens de Gomes Carneiro, e le-

vantando os dois divisores do rio das Mortes: o São Lourenço e o Garças.

O ano de 1899, passa-o Rondon no Rio de Janeiro, compondo o mapa da região compreendida entre os rios Cuiabá e Araguaia, à luz dos dados geográficos colhidos durante sete anos de contínuas explorações.

Em 1900, volta para o sertão, onde permanece até 1906, desincumbindo-se da tarefa de ligar pelo telégrafo, a capital de Mato Grosso às fronteiras do Paraguai e da Bolívia. Mil seiscientos e cinqüenta e seis quilômetros de linha assentada e uma série de determinações astronômicas e topográficas correlatas, testemunham do intenso labor nêsse período realizado pela Comissão Construtora da Linha Telegráfica do Sul de Mato-Grosso. Operou-se, então, a ligação de Cuiabá a Bela Vista com ramais para Corumbá, Miranda, Pôrto Murtinho, Coimbra e São Luís de Cáceres.

Redigia Rondon o relatório dêsse longo e árduo trabalho, quando, em princípio de 1907, confia-lhe o Presidente Afonso Pena a chefia da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato-Grosso ao Amazonas, com a incumbência inicial de ligar Cuiabá a Santo Antônio do Madeira. Ao mesmo tempo, deveria ser estendido um fio através das regiões alagadiças que separam São Luís de Cáceres da antiga Vila Bela, no vale do Guaporé.

Seria vã qualquer tentativa para pintar-vos, em rápidas pinceladas, êsse cometimento que imortalizou a Comissão Rondon. Tudo aí atinge a proporções desusadas: o cenário e os atores parecem ultrapassar a escala humana. Será, um dia, tema épico para um Canto da nossa História, tanto há, nele de sacrifício, coragem e triunfo.

São afrescos dessa façanha as Notas de diário do seu principal protagonista. Nelas, como em suas Conferências e Relatórios, ficou expresso, com a simplicidade austera das antigas *chansons de geste*, o seu depoimento. De 1907 a 1909, empreendeu Rondon, à frente de um punhado de companheiros, a mais extraordinária aventura, neste século desenrolada, em terras brasileiras.

Três vêzes recomeçou a jornada interrompida, até atingir a meta final. Deixando as escarpas de Diamantino, em 2 de setembro de 1907, atinge a Coluna Rondon, o Juruena, a 20 de outubro. Dois dias depois, contra ela desferem os Nhambiquara as primeiras flechas de protesto.

Já contemplastes, com certeza, nas coleções do Museu Nacional, a seta que então atingiu Rondon, e só o não prostrou por se ter engastado na bandoleira de couro do seu uniforme.

Das margens tão almejadas do Juruena, retorna a Expedição à sua base em meio de dificuldades e privações que procuram, com soli-

citude, atenuar, os índios Pareci amigos preciosos nesses ínvios desertos.

Por vêzes, as energias pareciam abandonar mesmo os mais temerários. Nunca, porém, vacilou o chefe, sôbre cujos ombros pesavam os destinos da Coluna inteira. Para atestá-lo, basta lembrar-vos um episódio dêsse atormentado regresso, quando, exaustos pela febre e pela fome, chegaram os expedicionários às margens do rio Papagáio, e aí verificaram que a única embarcação com que contavam, para atravessá-lo, fôra, pelos Nhambiquara, solta, corrente abaixo... Dominando o desalento geral, lança-se Rondon ao rio e, durante, cinco horas consecutivas, transporta, sozinho, a nado, de uma margem a outra, utensílios, bagagens e enfermos, dentro de uma balsa de couro por êle mesmo improvisada.

No dia 20 de julho de 1908, nova expedição, cuidadosamente aprestada parte de Tapirapoan, à margem do rio Sepotuba. O Juruena é, desta vez, transposto, seguindo-se-lhe o Juina e o Camararé. Dois novos rios são encontrados, dando-lhes, Rondon, as denominações de Nhambiquara e 12 de outubro.

Entra, assim, pela primeira vez, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas, no coração da Serra do Norte, em terras dos Nhambiquara e Tapanhuna. Dêles se abeira com cuidado e carinho, curiosa de contemplar de perto êsses homens estagnados na idade da pedra, representantes do mais remoto passado.

Demora-se Rondon em entabolações de paz, replicando aos renovados ataques nhambiquaras com presentes e demonstrações de amizade. Pouco a pouco, desarmam-se os arcos e aproximam-se os índios dos pacificadores que os conquistaram pela pertinácia e brandura.

Em 1909, completa-se, por fim, a travessia. A marcha retomada a 2 de junho, sôbre o Juruena, terminava a 24 de dezembro, em águas do Madeira. Dois novos rios vieram enriquecer, neste trecho final, as descobertas geográficas da Comissão: o Pimenta Bueno e o Barão de Melgaço.

Ao todo, dois mil e seiscentos quilômetros tinham sido percorridos a pé, em dois anos, entre alagadiços, chapadões e florestas virgens. Uma picada rasgava, agora, o noroeste brasileiro, de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira. Rompera-se o mistério que envolvia a Serra do Norte e as populações primitivas, refugiadas em suas encostas. Dentro em pouco, uma plêiade de geólogos, naturalistas, etnólogos, seguindo a trilha da grande expedição, ali iria colher rochas e minérios, plantas e animais desconhecidos, estudar os índices antropométricos dessas tribos pre-históricas, analisar os seus costumes, a sua língua, a sua alimentação e as suas enfermidades.

À medida que se embrenhavam, nas selvas, os denodados oficiais, médicos, engenheiros e soldados, sob o comando de Cândido Rondon, propagava-se em todo o país, um frêmito de emoção e entusiasmo. No silêncio das noites sertanejas, talvez lhes chegassem aos ouvidos os murmúrios distantes da Nação que por eles velava, confiante em seu triunfo...

Enquanto assim se ultimava o Grande Reconhecimento e avançava, pela Estrada Rondon, o fio civilizador que a 1 de janeiro de 1915 atingiria a estação final de Pôrto Velho, nascia, no Rio de Janeiro, o projeto de criação de um Serviço permanente de Proteção aos Índios.

Certo dia, em princípios de 1910, Sérgio de Carvalho, o eminente professor de Etnografia do Museu Nacional, confia a Mário Barbosa Carneiro, seu dileto amigo, Diretor Geral da Contabilidade do Ministério da Agricultura, a idéia que lhe ocorrera de ser confiado pelo Govêrno ao tenente Coronel Rondon, o encargo de organizar e dirigir a catequese de nossos selvícolas.

Seduzido pela feliz inspiração, do Chefe da Seção de Etnografia do Museu, persuadiu-o Mário Carneiro, à luz dos preceitos republicanos que evocou, a dar ao seu projeto a forma de proteção leiga, sem qualquer mescla de interferência religiosa. Juntos apresentaram, ao Ministro Rodolfo Miranda, o plano assim concebido, e, a seu pedido, redigiram um telegrama que o ilustre homem de estado paulista, nesse sentido, endereçou a Cândido Rondon, com o caloroso apôio do Presidente Nilo Peçanha. Fiéis ao plano que em suas mãos tomou corpo e vida, Sérgio de Carvalho e Mário Carneiro nunca mais cessaram de ampará-lo, com a autoridade dos seus cargos e o fervor do seu devotamento.

Conheceis, por certo a carta pública em que foi, mais tarde, confirmado o convite do Ministro da Agricultura ao Chefe da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, documento para sempre incorporado aos Anais de nossa história.

A 7 de setembro de 1910, inagurava Rondon, sob unânimes aplausos, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais — obra prima do regime republicano no Brasil.

Até então fôra, sem dúvida, o grande sertanista indefectível protetor do índio. Pacificara já, em suas explorações geográficas, um sem número de tribos, dispersas pelas terras de Mato Grosso. Com outras, de há muitos mansas, estreitára os laços de amizade e confiança. Entre os seus autênticos triunfos figuravam as boas relações abertas com os Nhambiquara, Barbado, Quepaqueri-uat, Pauatê,

Tacuatêp, Ipotiuat, Urumis, Ariquême, Parici, Tacaeri, Jarú, Urupá, Caripuna, a que levára os primeiros recursos da civilização.

Mas, essa obra imensa não recebera ainda a expressa consagração dos poderes públicos: realizara-se à margem das Linhas Telegráficas... Agora ao contrário, passava, oficialmente, o índio, a ocupar o primeiro lugar nas atribuições confiadas a Cândido Rondon pelo Presidente da República.

Com mão experimentada, traça o Diretor do Serviço de Proteção ao Selvícola as instruções a que deverão obedecer os seus colaboradores imprimindo-lhes êsse alto cunho moral que fez, do Serviço, uma cruzada cívica. Os oficiais que partem, rumo ao sertão, com o encargo de pacificar os incolos em suas longínquas tabas, levam, como único mandamento, o exemplo e a divisa do seu Chefe: "Afrontar todos os perigos, até a morte; martar — nunca!".

Doravante dirigirá Cândido Rondon duas equipes de exploradores: a da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas e a do Serviço de Proteção aos Índios. Enlaçam-se, dêste modo, em suas mãos, o problema geográfico e o problema social dos nossos sertões: a incorporação da terra e do íncola ao patrimônio material e espiritual do Brasil.

Paladino de tôdas as questões sociais, em nosso país, o Apostolado positivista representado por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, tomou também a si a constante defesa e o patrocínio da causa indígena, hipotecando o seu inteiro apoio ao Serviço de Proteção.

Estava Rondon, de novo, embrenhado na Amazônia, no cumprimento de tarefas cada dia mais amplas e benéficas, quando lhe solicita o Govêrno que aceite a missão de acompanhar o Presidente Theodore Roosevelt, desejoso de penetrar em matas virgens do *hinterland* brasileiro. Sem tergiversar, parte o Sertanista ao encontro do Presidente, depois de organizar em Manáus e no Rio de Janeiro, todo o plano da expedição. Em dezembro de 1913, partem juntos da foz do rio Apa, rumo ao Amazonas, pelo rio da Dúvida, cujo reconhecimento vão, pela primeira vez tentar. Em abril de 1914, atingem o termo da viagem: o grande curso d'água desconhecido passará, doravante, a chamar-se rio Roosevelt. Cêrca de 3.000 quilômetros foram percorridos até alcançar Manáus, correspondendo a metade dessa distância à extensão do novo rio, registrado nos mapas, — o maior afluente do Madeira.

Nada mais honroso, para o Brasil, do que a narrativa que fêz desta memorável expedição, o ilustre Chefe de Estado da América do Norte. O elogio que aí consigna Teodoro Roosevelt do sertanista brasileiro, e dos aborígenes que conheceu no mais rigeroso primiti-

vismo, alia-se ao seu entusiasmo pela beleza e a fecundidade das terras que desbravou. A figura de Rondon resalta dêsse majestoso fundo de quadro, aureolada pela admiração e o respeito do Presidente americano.

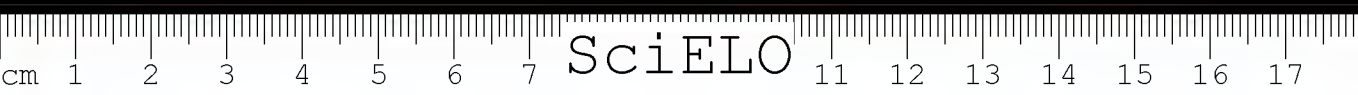
Finda esta Comissão, com a colheita de imenso material mineralógico, geológico, botânico, zoológico e etnográfico, por cientistas dos Estados Unidos e do Brasil, retoma Rondon, uma vez mais, o seu roteiro nas selvas.

Terminada a ligação entre Cuiabá e Santo Antônio do Madeira, multiplica a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas, sem descanso, as suas entradas nos vários setores do planalto matogrossense. De 1915 a 1919, empreende o levantamento geográfico do Vale do Araguaia, com travessia para o Xingu; do Tapajoz, com transposição para o Sucunduri e o Canuman. Completa o levantamento das bacias do Madeira e do Paraguai e traça o divisor das águas do Paraná com o Taquari e o Aquidauana, Levanta as cabeceiras dos rios Correntes, Itiquira, Garças e São Lourenço e determina os cursos do Arinos e do Teles Pires. Dividindo a tarefa entre os seus melhores colaboradores, faz Rondon levantar o divisor do Machadinho com o Anarí, dêste com o Jarú e do último com o Urupá, percorrendo ao mesmo tempo os seus respectivos cursos. Foram, igualmente, situadas e descritas as cabeceiras dos rios Branco e Preto do Jamarí; Preto do Gi-Paraná; Juruazinho; Jamarí; Canaan; Pardo; Quatro Cachoeiras; Urupá; Cautário; São Miguel e Ricardo Franco.

Nesse período reconheceu a Comissão as serras dos diversos divisores de água que levantou, até à extremidade norte da cordilheira dos Parici. Mais para o sul foram descobertos importantes contrafortes da mesma, habitados pelos índios Cabixi do Norte; Uômo; Aruá; Buro-borá e Macurape.

De 1920 a 1922 são retificados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas, os levantamentos empreendidos no divisor do Arinos e Paranatinga com o Cuiabá e é explorado o Coluêne, formador do Xingu. A principal cabeceira do rio Paraguai foi também, estudada, assim como o varadouro que liga Vilhena à foz do Cabixi. A navegação, então estabelecida neste rio, permitiu prover o alto sertão do noroeste matogrossense com víveres e mercadorias importados de Manáus. Completou-se, ao mesmo tempo, a rede telegráfica nas fronteiras de Mato-Grosso, com o assentamento de 508 quilômetros de linha, de Aquidauana a Ponta Porã, por Campo Grande, Campos de Vacaria, Brilhante e Caiuás.

Em comemoração do centenário da Independência do Brasil, foi construída, pelo capitão Jaguaribe de Matos, a Carta Sintética de Mato-Grosso, na escala de 1:2.000.000, em que, pela primeira vez,



figuram as descobertas e expedições da Missão Rondon. Outras cartas foram, na mesma ocasião, desenhadas para ilustrar os trabalhos e assinalar os roteiros dos botânicos, zoólogos, geólogos, etnólogos, etc., que acompanharam Cândido Rondon através dos seus conhecimentos.

Entre as incontáveis e preciosas informações então publicadas, deixai-me lembrar-vos a descoberta das minas de sulfato de ferro nas cabeceiras do São Lourenço; de ouro e diamante, nas cabeceiras do Cabixí e Corumbiara; de manganês, nas origens do rio Manuel Correia, na serra Pires de Campos e no vale do rio Sacre; de ferro, no baixo Garças, etc. Pela primeira vez foram, também, marcadas nos mapas as regiões em que é mais abundante a ipeca e onde vivem, em associação, a *Hevea*, a *Bertholletia* e a *Castillôa*.

O acêrvo dos trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, revelou-se, nesse balanço, de uma espantosa riqueza: de 1907 a 1922, foram, por ela, determinadas cerca de 200 coordenadas geográficas de pontos notáveis; descobertos 15 rios não mencionados nos mapas; explorados por terra e via fluvial cerca de 35.000 quilômetros, figurando, nesta cifra, o levantamento de 17 rios; estendidos perto de 2.300 quilômetros de linhas, sendo 1.200 em sertão bruto; construídas 25 estações telegráficas; pacificadas 13 tribos, antes inacessíveis à civilização; publicados 70 volumes de relatórios descritivos e científicos; entregues, ao Museu Nacional, 20.000 exemplares da fauna e da flora do Noroeste brasileiro, devidamente inventariados. Como resumo simbólico de tantos cometimentos, avulta a conquista pacífica da *Rondonia* com os seus 500.000 quilômetros quadrados e vários milheiros de aborígenes. Tudo isso, realizado no silêncio do sertão, sem galas de publicidade, nem recompensas materiais, entre enfermidades e riscos de toda ordem.

Enquanto a Comissão de Linhas Telegráficas assim se desempenhava dos encargos que lhe confiara o seu Chefe, multiplicava o Serviço de Proteção aos Índios os mais ingentes esforços para levar às tribos dispersas no Amazonas, Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Minas, Goiás, Mato-Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Território do Acre, a necessária assistência contra as investidas dos brancos, e os imprescindíveis recursos destinados a melhorar-lhes as condições de vida.

Nada mais difícil, então, do que avaliar o total da população indígena subsistente no interior do Brasil. Nem mesmo a localização exata das principais tribos era possível, tão freqüentes continuavam a ser os seus fluxos e refluxos migratórios, ora sob a ameaça dos

seringueiros armados, ora dos caminhos de ferro lançados no coração das suas selvas.

Ainda hoje, não são poucas as dificuldades para fixar-se o número dos índolas brasileiros, oscilando as estimativas em torno de meio milhão. Pela preponderância que tiveram na povoação do Brasil, merecem especial menção os grupos Tupís, Gês, Caraibas e Aruaks. Os primeiros, parecem originários da faixa compreendida entre o Madeira e o Tapajoz; os segundos, abrangendo os mais atrasados aborígenes da América, seriam principalmente meridionais; os terceiros estão situados entre o Alto Tapajoz e o Xingu. Quanto aos Aruaks, o seu centro de dispersão seria o território venezuelano-brasileiro correspondente às bacias do Orenoco e do rio Negro.

Em recente estatística, Chestmir Loukotka assinala, para o Brasil, 37 grupos indígenas, com 239 tribos e 19 sub-tribos, disseminadas tôdas no interior do país.

A população selvícola só do Estado de Mato-Grosso é um mosaico de tribos e idiomas que reflete essa imensa diversificação étnica. Rechassadas do litoral, do norte e do sul, afluíram, para o Planalto Central, tribos heterogêneas que aí se mantiveram, até há pouco, alheias a qualquer influência estranha. Ao norte do Estado, encontram-se os Parnauat, Tacuatêp; Urumi; Urupá e Jarú nas margens do Gi-Paraná. Os Apiacá e Mundurucú, no rio Tapajoz; os Aúti, Camaiúra, Trumai e Manitsaúa, no Xingu. A leste, habitam os Tapirapé, às margens do rio do mesmo nome; os Caiapó, Carajá e Chavante, na região do Araguaia, entre a foz do rio das Mortes e o Registro. A oeste, destacam-se os Caripuna, no rio Madeira; os Arikême, no Jamari; os Rama-rama e Boca-negras, no rio Candeia; os Pacahú-novos no Mamoré; os Uômo e Buro-borá, no São Miguel e seus afluentes; os Ariá e Macurope, no Guaporé; os Guaraia, nos Campos de Pau Cerne. No sul, estão os Caiuá, fixados junto ao rio Dourado; os Guaicurú, junto ao Nabileque; os Terena, no rio Miranda. A região do centro de Mato-Grosso é, de tôdas, a mais povoada por índios de civilização muito dispar: os Borôro na bacia do São Lourenço; os Barbados no delta desse rio com o Paraguai; os Parici entre os rios Ponte de Pedra e Papagaio; os Nhambiquara, na região compreendida entre o Juruena e o Comemoração; os Quepqueri-uat, no Pimenta Bueno; os Cajabi, à margem do rio Verde; os Bacaeri, no alto Paranatinga, além de dezenas de outras tribos que se acham ainda inteiramente isoladas, principalmente entre o Gi-Paraná e o rio Roosevelt.

Esta lista, por muito incompleta que seja, dá uma visão panorâmica do complexo indígena da selva matogrossense. Na Amazônia

é, talvez, ainda maior o emaranhado de tribos e subtribos, cardumes humanos que por tôda a parte seguem os cursos dos rios...

O plano traçado por Cândido Rondon para o reconhecimento e o amparo dos aborígenes brasileiros visou, desde o início, tôdas as áreas do território nacional em que se revelasse a presença dêles. De ano para ano ampliou-se a rede protetora que procura colhêr, em suas malhas, os remanescentes das pujantes nações, outrora dominadoras no litoral e no sertão.

São, hoje, cêrca de 90, os Postos de Pacificação, com encargos diversos conforme o grau de cultura das tribos a que se destinam: de início funcionam como Centros de Atração; depois, transformam-se em Postos de Assistência, Nacionalização e Educação. Em outros casos, revestem o caráter de vanguardas de vigilância nas fronteiras. Quando já é antigo o convívio do grupo indígena com os civilizados, convertem-se os postos em Escolas e Centros de Saúde. Por fim, em algumas localidades de pastagens propícias, aplicam-se à iniciação do índio nos hábitos e nos processos de criação e cultura.

É através dêsses Postos avançados que se processa, gradativamente, a incorporação dos nossos aborígenes à comunhão nacional. Em todos êles, ergueu, a Comissão Rondon, o Pavilhão brasileiro, para assinalar ao índio a vigilante solicitude da Pátria comum. Em todos, ensina-se a nossa língua e a nossa história; aprende-se o manejo dos instrumentos agrários e fabris; distribuem-se alimentos, faz-se ouvir o rádio e ver o cinema; ministram-se os preceitos gerais de higiene e presta-se assistência médica; respeitam-se a liberdade, as tradições, e as crenças indígenas; e, acima de tudo prega-se, pelo exemplo a fraternidade e o progresso.

Soam, como clarins de vitória, os nomes, em estranhos dialetos, das tribos pacificadas pelo Serviço de Proteção criado em 1910: Manhogirun, Crenac, Giporóca, Mac-Nhep, Caingang, Jauaperí, Parintintin, Cajabí, Apiacá, Urubu, Paracacanan, Patáchó, Camacacan, Camaiúra, Ualapiti, Meinaco, Uaurá, Trumai, etc.

No isolamento das selvas evocam os Postos Indígenas obscuros dramas, sacrifícios consumados sem rumor. Os nomes que os assinalam ão o discreto penhor de imorredoura gratidão pelos que deram o melhor de si mesmos à causa do índio. Guardai a memória desses pioneiros para sempre inscritos nos braços de nossa História: Francisco Horta Barbosa, Pirineus de Sousa, Pedro Dantas, Pimentel Barbosa, Manuel Miranda, Alípio Bandeira, José Bezerra Cavalcanti, Lúis Horta Barbosa, Tenente Manuel Rabelo, Tenente Eduardo Botelho.

É longa a lista dos que tornaram possível, pelo seu denodo e espírito de sacrifício o êxito da obra de Rondon, primeiro, através das Comissões de Linhas Telegráficas, depois, do Serviço de Proteção aos Índios e, por fim, da Inspeção de Fronteiras. Aos nomes que os Postos Indígenas comemoram, juntam-se outros tantos, de igual valor, perenemente lembrados pelos rios, as serras, as povoações e as estradas que hoje designam: João Salustiano Lira, Emanuel Silvestre do Amarante, Cândido Cardoso, Costa Pinheiro, Alencarlien-se e tantos outros.

Dos companheiros que com êle desbravaram matas e pacificaram índios, ao longo do caminho percorrido nestes 55 anos de expedições, conserva o General Rondon, ainda hoje, ao seu lado uma plêiade vigilante ativa de civís e militares. Alguns dêles prosseguem no bom combate pela causa do selvícola, filiados, agora, ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios, outros, mantêm-se em remotas paragens, nessa linha flutuante entre a civilização e a barbárie que nos separa ainda dos últimos incolos a pacificar. Não lhes olvidará, por certo, o exemplo, a Posteridade agradecida, nem podemos nós, diante dêles, calar o entusiasmo que nos inspiram as façanhas da sua mocidade e o firme devotamento social da sua maduresa.

Como Inspetor de Fronteiras, percorreu Rondon, de 1927 a 1930, quase tôdas as divisas do nosso país, desde o Oiapoc, girando para o oeste e para o sul, até o Peperi-Guassú, ou sejam as fronteiras das Guianas Francesa, Holandesa e Inglesa, as da Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina. Só faltou para fechar o seu circuito, a fronteira do Uruguai, aliás, de tôdas, a mais conhecida.

O General que encaneceu em porfiados feitos de paz — mais fecundos e árduos que quaisquer conquistas de guerra jamais realizados no Continente americano — recebeu do govêrno brasileiro, em 1934, a investidura de Presidente da Comissão Internacional de Leticia, destinada a arbitrar o litígio entre a Colômbia e o Peru. O bom êxito aí obtido por Cândido Rondon valeu-lhe justa consagração nacional, ao têrmo da missão desempenhada durante quatro anos, às margens do rio Solimões.

Não é meu intuito, jovens Alunas do Instituto de Educação, descrever-vos, em todos os seus lances, a epopeia da Missão Rondon, através da sua obra civilizadora. Desejei, apenas, assinalar, no mapa do Brasil, o seu maravilhoso roteiro e convosco deter-me, por instantes, em alguns dos seus marcos. Para que possais penetrar, com mais intimidade, nos segredos dessa obra sem par em nosso país, não vos faltam os documentos indispensáveis. Antes de tudo, o depoimento

peçoal de Cândido Rondon, através dos volumes de conferências e relatórios em que transcreveu o Diário das suas Expedições, anotado ao raiar de cada dia, em cartas a sua espôsa, inseparável companheira de suas penas e de seus triunfos. Depois, o grande livro do Méstre admirável que foi ao encontro dos Nhanbiquara em suas brenhas e por tanto tempo honrou o ensino desta casa: a *Rondonia* de Roquete Pinto, modelo de trabalho antropológico e etnográfico e catecismo de brasilidade, dentro do mais alto espírito universal. Por fim uma longa série de memórias e impressões escritas por alguns dos mais distintos e eruditos companheiros de Rondon, entre os quais merecem especial destaque Luís Bueno Horta Barbosa e o coronel Amílcar Armando Botelho de Magalhães.

* * *

Não está, porém, terminada, minhas joven amigas, a obra há mais de meio século iniciada por um pugilo de tenentes e capitães. E é chegada a hora de toniades também vós, parte nessa Cruzada.

“A voz estrangulada de doze gerações de mártires brada contra nós através de 400 anos de extermínio” proclamou, em forma lapidar, um dos mais abnegados servidores do índio, o inspirado poeta e destemeroso sertanista Alípio Bandeira. A êsse grito de angustia cumprevos, hoje, responder com uma oferta reparadora. À criança e à mulher aborígene enviai sem delonga, a promessa de vosso amparo e a certeza de vosso afeto.

Que se não repita, com o índio pacificado, a abominação que se consumou com o negro liberto, deixado ao abandono, à porta das senzalas e ao leão das ruas, sem abrigo, sem educação e sem trabalho!

O Conselho Nacional de Proteção aos Índios conta convosco, futuras professoras do Brasil, para a fase final dessa obra de incorporação social do aborígene que é a sua razão de ser e o seu supremo objetivo.

Qual de vós não sente o alcance do grande cometimento de Rondon e não aclama nele, pela soma dos serviços prestados à Pátria e à Humanidade, o maior dos brasileiros vivos?

Se assim pensais, trazei ao triunfo do ideal a que êle se consagrou o coroamento do vosso concurso. Sêde, de longe embora, as padroeiras desveladas das tabas sertanejas. Através do Serviço de Proteção aos Índios, remetei à infância esquecida em nossas longinquas matas, brinquedos, roupas feitas por vossas próprias mãos, rendas e ornatos, álbuns ilustrados, livros de histórias, discos e instrumentos de música, mensagens de zelo e de carinho. Adote, cada uma de vós, uma tribo, e, dentro em pouco, cessará a orfandade de meio milhão de incolos brasileiros...

Idealizou um grande artista o monumento que se eleverá, um dia, no coração da selva brasileira à glória da Missão Rondon. Nele deverão repousar as cinzas dos seus heróis ao lado dos obscuros despojos de quantos por ela se sacrificaram. Numa comovedora aliança, aí figurarão os homens e os seus fiéis companheiros de campanha — os animais tombados na Grande Marcha. Em cima o monumento, projetado pelo escultor e pintor Eduardo de Sá, a estátua de um índio redimido.

Antecipai essa homenagem, consagrando-vos, desde já, num gesto de amor, à proteção e ao ensino da infância de nossas remotas tribos, reservas de nossa nacionalidade!



O ÍNDIO COMO FATOR DE CIVILIZAÇÃO

Oração proferida na sessão de encerramento da "SEMANA DO ÍNDIO", realizada a 26 de abril de 1945, no Salão Nobre da "Associação Brasileira de Imprensa", pelo Tenente-Coronel Joaquim Vicente Rondon, como representante da Escola de Estado-Maior do Exército, naquela solenidade.

As nações americanas, com a instituição do *Dia do Índio*, elevam seu pensamento em homenagem à raça heróica dos primitivos povoadores do Novo-Continente, raça bravia que alicerçou com seu sangue o tipo ameríndio, no grande caldeamento originado pela marcha evolutiva da civilização das Américas.

Essa feliz resolução do Primeiro Congresso Indigenista Inter-americano, reunido no México em 1940, não só vem revelar o espírito de Justiça das gerações hodiernas, ora empenhadas na louvável obra de reparação dos erros praticados contra o ínclito americano nos séculos da conquista, mas também faz ressaltar êsse sentimento de fraternidade humana, traço predominante de tôdas as democracias, sentimento que mais se acentuou e desenvolveu entre nós após as memoráveis campanhas cívicas de 1888 e 1889, que assinalaram na nossa História o despontar do regime republicano.

E, neste momento doloroso e cruciante da vida universal, quando os povos vanguardeiros da Civilização se degladiam nos horrores da maior guerra dêstes últimos séculos, o sentido político-social do *Dia do Índio* traz-nos a segurança confortadora da co-existência de um Novo-Mundo, onde ainda prevalece o equilíbrio de uma consciência inoral alevantada, capaz de assegurar o predomínio do altruísmo sobre o egoísmo, o império da Justiça e da Liberdade sobre a opressão e a tirania aviltante e deprimente.

O magnífico movimento cultural iniciado pelo Congresso de Patzcuaro e aqui secundado pela nossa mais alta entidade indigenista — o Conselho Nacional de Proteção aos Índios — merece, pois, o mais decidido apoio, a mais franca e leal colaboração por parte dos espíritos verdadeiramente idealistas.

Como representante da Escola de Estado-Maior do Exército, queremos trazer a estas festividades comemorativas o testemunho do

nosso entusiasmo e a mais viva demonstração dos nossos calorosos aplausos.

A CIVILIZAÇÃO PRE-COLOMBIANA

A fase pre-colombiana não representa para o nosso Continente um longo período de apatia ou de inatividade humana, nem de atraso ou de obscuridade cultural.

Quem não se extasia, quando lança um olhar retrospectivo através dos séculos, ao defrontar-se com a grandeza e o esplendor daquelas admiráveis civilizações milenárias que floresciam, na época da conquista, na pitoresca península do Yucatão, nos belos altiplanos da Terra de Anáhuac e nos férteis vales andinos de Cuzco — a lendária capital incáica?

Na estrutura do grandioso Império dos Filhos do Sol e na modelar organização dos Yucatecos e dos Aztecas encontramos uma sábia e adiantada legislação que assegurou àqueles povos autóctones longo período de franca prosperidade, sob um regime de compreensão mútua e de trabalho produtivo.

A lendária civilização dos Máias, do Velho e do Novo Império, que perdurou durante mais de 20 séculos naquela histórica faixa de terra, entre o golfo do México e o Mar das Antilhas, a história do florescente Império de Manco Capac e de Sinchi Roca que culminou na figura estóica e admirável do Imperador Atauvalpa e, finalmente, a tradição dos Toltecas, Chichimecas e dos Aztecas, que durante largo tempo, como altivos dominadores do vale do México, ali criaram e desenvolveram a mais notável civilização indígena do Novo-Continente, constituem a mais eloqüente prova do brilhante esplendor cultural das Nações pré-colombianas.

A tradição da grande raça tupi-guarani, que povoava o litoral e ainda hoje ocupa grande porção do nosso *hinterland*, constitui a mais valiosa prova de vitalidade humana e o mais exuberante atestado do domínio que os aborígenes exerciam na chamada Terra de Santa Cruz, na época pré-cabralina.

E quando pensamos que tudo isso ruiu violentamente, ao choque produzido pela transmigração da cultura d'além-mar para estas plagas pagãs, na fase expansionista das nações conquistadoras, sentimos nossa alma amargurada e pesarosa ante a inabilidade, a injustiça e incompreensão dos primitivos vanguardeiros, que avassalaram o solo americano em nome dos monarcas que acabavam de dominar, com galhardia, a superfície imensa das águas bravias do Atlântico.

A distância dos fatos, o perpassar dos tempos e a elevação da moderna cultura americanista asseguram às novas gerações a necessá-

ria serenidade de julgamento para permitir a estas erigir em monumento histórico os escombros da obra de seus heróicos antepassados, restabelecer o regime de justiça para com os remanescentes das raças outrora oprimidas, espoliadas e escravizadas e, finalmente, lançar no eterno esquecimento os nomes daqueles que cometeram atos de desumanidade contra o gentio, em nome da descoberta, da conquista e da colonização das Américas.

A GRANDEZA DE UMA OBRA SOCIAL

Para orgulho nosso, o Brasil se apresenta perante o Mundo cultural como um dos pioneiros dêsse grande movimento político-social pela redenção do aborígene, obra de vulto que vem empolgando a opinião pública, desde o alvorecer da nossa independência política, e que, sob a égide do regime republicano, entrou em plena fase de auspiciosa realização, graças a inauditos esforços de um pugilo de notáveis estadistas de ampla visão política e de esclarecida formação cerebral, de que se pode orgulhar a nossa administração pública e já sagrados pela gratidão nacional.

O Serviço de Proteção aos Índios, instituído em 1910, no governo do saudoso Presidente Dr. Nilo Peçanha, é, pois, sem favor, a maior obra social empreendida na primeira fase do regime republicano, obra que veio pôr um termo final ao sistemático ataque que os nossos índios sofriam, fato que tôdas as consciências abomïnavam porque deprimia a nossa cultura; fato que, nos Estados-Unidos da América do Norte, em 1870, foi oficialmente denunciado como degradante para a Civilização, porque estava concorrendo para a rápida extinção dos índios: Pele Vermelha.

O estado de penúria das nossas classes menos favorecidas, em geral, é consequência do regime de escravidão africana e indígena que, infelizmente, prevaleceu entre nós durante longos anos. Extinto o período colonial, êsse grave problema social foi desde logo encaminhado, com firmeza, para uma solução lógica e humana pelo espírito lúcido e arguto do inolvidável Patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva que sintetizou as idéias essenciais dêsse belo ideal nacionalista, na célebre Representação dirigida à Constituinte de 1823, na qual indicou os métodos a seguir nos trabalhos, atinentes à extinção gradual da escravatura e à civilização dos índios.

A Lei Áurea — esta marcante conquista do liberalismo brasileiro, legítimo padrão de glória do segundo Império, que sagrou para sempre em nossos corações a figura excelsa da Princesa Isabel, veio realizar, em parte, o alevantado ideal sonhado pelo fundador da Pátria Brasi-

leira; mas para que se complete o patriótico programa traçado pelo grande estadista paulistano, resta apenas a pacificação total dos nossos aborígenes e suas conseqüente incorporação à comunidade brasileira, como fatores valiosos da grandeza da Pátria.

Essa a finalidade, êsse o papel que cabe ao Serviço de Proteção aos Índios desempenhar, como obra social de grande envergadura, que tanto tem contribuído para elevar a civilização brasileira no conceito das mais cultas nações de todos os continentes.

O EXÉRCITO NA OBRA CIVILIZADORA

Parte integrante da Nação, o Exército jamais se eximiu de colaborar, quer nas diversas campanhas cívicas, quer nas grandes obras sociais lançadas no âmbito nacional.

E, no tocante ao Serviço de Proteção aos Índios, sua colaboração não se tem limitado a simples gestos de simpatia, de aprovação ou de cooperação superficial e platônica; muito ao contrário, a êle cabem os legítimos direitos de criador, de organizador e de executor dessa obra inestimável que vem realizando com o valioso apoio material e moral não só do Govêrno da República como das diversas instituições culturais e científicas do país.

É que o Exército, nesse setor de atividade nacional, acha-se legitimamente representado por essa figura arrebatadora do eminente General Cândido Rondon, o civilizador dos sertões, o cidadão que possui alma, cérebro e coração de jovem, soldado-símbolo da República, que apresenta à juventude de sua Pátria o exemplo único de uma atividade continuada de mais de 60 anos de serviços públicos, devotados principalmente ao desbravamento dos sertões e à causa do Índio.

É que o Exército se personifica na própria pessoa do ilustre militar que organizou, teve a primazia da direção do Serviço de Proteção aos Índios e varou os nossos sertões, qual novo bandeirante, merecendo do consagrado escritor e poeta matogrossense Dr. José de Mesquita a delicada referência contida nestas belas quadras da poesia de sua lavra:

NOVO BANDEIRANTE

“Atravessando mil desconhecidas zonas,
entre riscos sem conta, impávido a seguir,
do rico Mato-Grosso ao cáldo Amazonas,
vós abristes a rota às gerações por vir”

“Acrescentando mais um capítulo à história,
das bandeiras, rasgando amplos sertões hostis.
Abra-se para vós o céu azul da Glória,
pois que fizestes jus às bênçãos do país!”

Mas, o concurso do Exército não se limita à figura do moderno apóstolo das selvas.

Uma brilhante plêiade de jovens oficiais, indianófilos ardorosos e abnegados, cerraram fileiras em tórno do General Rondon, com o coração cheio de entusiasmo pela nobre campanha redentora e com os olhos fitos no futuro grandioso da raça brasileira. E, buscando contato com os selvícolas, embrenharam-se sertão a dentro, durante anos a fio, lá deixando a mocidade, a saúde e, muitos dêles, a própria vida.

A posteridade há de fazer justiça àqueles que assim operaram na tarefa da pacificação e proteção de tribos selvagens, quer como membros do S.P.I., quer na qualidade de componentes da “Comissão Rondon”.

Nesta singela citação, é justo que apontemos os nomes daqueles que pereceram no decorrer da grande lida, alguns dos quais assinalam com suas modestas sepulturas, no âmago das nossas florestas, o tributo que o Exército ofereceu à causa do índio.

Como heróis desta memorável campanha social, lutaram bravos oficiais como Cândido Cardoso, José Joaquim Ferreira, Virgílio Marones de Gusmão e Alípio Bandeira; Otávio Pitaluga — o pioneiro do vale do Pogubo —, Luís Franco Ferreira, Tibúrcio Cavalcânti e Vieira de Melo; Alencarliense da Costa, Belarmino Maciel, Joaquim Gomes e Firmino Portugal; Antônio Lima, Paulo de Oliveira, Fernando Carneiro e Souto Maior, denodados servidores do sertão; Salustiano Lira — glória da engenharia militar e Eduardo Botelho, os abnegados companheiros que morreram abraçados, como amigos que eram, levados para sempre pelas águas do Seputuba; Emanuel Amarante, Pirineus de Sousa e Luís Tomás Reis — trindade de fiéis colaboradores da causa indígena, que a morte arrebatou do nosso convívio tão prematuramente. Apontemos, por fim, neste Panteão de heróis, o mais denodado dos bravos, aquêles que, ao ser flechado pelos índios Araras, nas cabeceiras do rio Ananás, abre os braços súplices em sinal de paz, exclamando num último esforço de salvação: “Amigos, não me flechem!” É o jovem Tenente Francisco Marques de Sousa — o lidador que tombou com honra, certo de haver obedecido ao lema instituído como flâmula apostolar do Serviço de Proteção: *Afrontar todos os perigos; matar, nunca!*

É assim que se trabalha pela redenção do índio. Em troca de setas mortais, o ramo de oliveira; um sorriso de paz, em lugar de tiros de fuzil; simples palavras de perdão, em vez de rajadas de metralhadoras!

Essa a colaboração que o Exército tem prestado à causa do nosso gentio, para a qual muito têm contribuído, sem dúvida, valiosas figuras das classes civis, que, ao lado dos homens de farda, empregam ingentes esforços na tarefa da pacificação.

Cometeríamos grande injustiça se deixássemos no esquecimento, nesta hora de evocação afetiva, neste momento de saudade, nomes de denodados funcionários civis que também souberam devotar à causa indígena o máximo de esforço e carinho, empolgados pelos ideal da pacificação.

Luís Bueno Horta Barbosa, José Bezerra, Cícero de Campos, Salatiel Moraes Castro, Pedro Craveiro, Caio Gracho Spinola, Mário Topin, João de Deus, Álvaro Masson, João Barbosa de Faria — o etnólogo da Comissão Rondon — Dionísio Duarte, José Louro e Eugênio Rio; Pimental Barbosa — o bravo pioneiro da pacificação dos Chavantes — bem representam os nobres patrícios que sustentaram, até o momento supremo, o mesmo ardor cívico e igual vibração patriótica dos seus companheiros militares.

FATORES DE CIVILIZAÇÃO

Se apontarmos o índio como fator de Civilização poderá esta proposição ser julgada um paradoxo. Mas, a verdade é que, apesar das guerras movidas contra o gentio, teria sido quase impossível a conquista e a implantação da civilização européia, em terras americanas, sem o concurso dos seus primitivos donos.

A nossa história está repleta de feitos que atestam esta assertiva e, ainda hoje, quem quer que penetre o sertão, sente logo a necessidade do auxílio do índio, senhor das selvas, para realizar sua missão.

Na história da conquista portuguesa, importante foi o papel desempenhado por essa heroína indígena que tomou o nome de Catarina Álvares, a esposa de Diogo Álvares, cuja ação tanto facilitou o contato entre portugueses e gentios.

O índio foi a mão de obra utilizada pelos conquistadores na construção de cidades, fortalezas, povoações e estabelecimentos rurais, e, nesse sentido, afirma o Dr. João Mendes de Almeida, nas suas "Notas Genealógicas" "que os indígenas do Brasil foram os verdadeiros construtores das cidades e das povoações após a descoberta, e, sem eles, os portugueses teriam perdido esta conquista, pois que eram

impotentes para a colonização de tão vasto território, e ainda mais impotentes para o defenderem dos franceses, dos holandeses e dos ingleses.”

Foram os índios os principais elementos que facilitaram a conquista das várias porções do nosso território.

Ararigboia, Tibiriçá, Tabira, Caiubi, Itagibe, Piragibe, são nomes que jamais deixaremos no esquecimento.

Ninguém pode negar o concurso do índio na defesa da nossa Pátria, nas várias guerras que fomos obrigados a sustentar, bem como na dilatação do território brasileiro para além da linha fixada pelo meridiano de Tordesilhas.

Valiosíssimo foi o auxílio que o General Rondon recebeu das diversas tribos indígenas com as quais estabeleceu relações, quer durante os trabalhos de construção da linha telegráfica através dos campos, pantanais, serranias e florestas matogrossenses, quer na execução de serviços de reconhecimento da nossa linha lindeira.

No acesso ao Monte Roro-Imã, no vértice das fronteiras do Brasil, Guiana Inglesa e Venezuela, a 2.850 m de altitude, o concurso dos índios da região contribuiu, de modo inestimável, para a perfeita realização dos árduos trabalhos executados naquela zona fronteira.

Mais de 300 índios foram empregados na condução da carga da expedição, durante cerca de 60 dias de marcha, a pé, pelos contrafortes da Pacará-Imã.

A antiga Inspetoria de Fronteiras, do Ministério da Guerra, e as Comissões de Limites, do Ministério das Relações Exteriores, muito devem aos indígenas que habitam os vales e as serranias das regiões fronteiriças.

Quando tivemos de desempenhar a nossa primeira tarefa nas fronteiras do Brasil com a Venezuela, se não fôra o auxílio eficaz dos índios Macuxi, Uapichana e Xirianan, teríamos encontrado maiores dificuldades na subida dos rios Uraricoera e Uraricapará e no acesso ao paredão da Pacará-Imã.

Ajudavam-nos os selvícolas na tarefa afanosa de transposição de cachoeiras e corredeiras, na abertura de varadouros e de picadas, na instalação de pousos e na condução da carga. Além de guias e remadores experimentados, forneceram-nos os Xirianan frutos silvestres e produtos vários provenientes de suas roças, do seu fabrico, da caça e da pesca que realizavam diariamente para nossa alimentação.

O índio Jesuíno, da tribo dos Macuxi, salvou das águas o Coronel Polidoro Correia Barbosa, quando a canoa deste oficial emborcou no rio Uraricoera, em novembro de 1927.

São êsses os abnegados brasilíndios, anônimos obreiros das florestas, que aguardam o momento de serem chamados ao nosso con-

vívio, para se incorporarem definitivamente à Sociedade Brasileira.

Fatores de civilização não deixam de ser, pois, êstes modestos e obscuros trabalhadores das selvas.

Jamais será esquecida a valiosa e eficiente colaboração que prestaram à Comissão Rondon e à Inspetoria de Fronteiras os caciques Antônio e Buturagui, da tribo dos *Borôro*, dos rios das Garças e São Lourenço; Libânio e Toloiri, da dos *Parici* — os valentes e esforçados guias da memorável travessia da *Rondônia*; o chefe Nhambiquara Tagnani; os caciques Antônio e Uanahuquá, da tribo dos *Bacairi*; Capialá e Camalupe, dos *Meinaco*, do rio Cursêvu; o chefe Anacatu, dos *Uará*, do rio Xingu; os caciques Tamuripá e Abaitará, dos índios *Parnauaté*, do Gí-Paraná; os índios Paricurá, do rio Uaçá; o chefe Ten-Ten, dos *Banaré*, do grupo *Oiampi*, do rio Oiapoque; os índios Rangu, Pianacotó e Tirió, dos vales do Paru e Cuminá, da fronteira da Guiana Holandesa; os Tucháuas Domingos e Marcelino, da tribo dos Macuxi, do rio Cotingo; Paulo e André, da dos Taurepan, da fronteira da Guiana Inglesa e, finalmente, os índios Macuxi Uapichana e Xirianan, do alto-Uraricoera.

Admirável e nobilíssima é a cooperação espontânea daquela índia matogrossense — verdadeira heroína da pacificação da Tribo Borôro. que agindo como guia e intérprete da missão militar executada pelo Alferes Antônio José Duarte, no vale do São Lourenço, faz-nos lembrar o papel desempenhado séculos atrás pela abnegada índia Marina, junto aos conquistadores da nobre terra mexicana.

O papel de Rosa Borôro se sobleva ao da Princesa Malinchi. porque enquanto esta favorecia aos que atacavam sua tribo, Rosa visava, ao contrário, fazer cessar os contínuos ataques dos Borôros às povoações matogrossenses.

DIA DO ÍNDIO

O *Dia do Índio* é o dia do verdadeiro defensor da nossa Pátria!

Herdamos dos nossos altivos antepassados êsse amor acendrado à nossa terra, êsse desejo insuperável de engrandecê-la e de torná-la cada vez mais feliz; êsse ardor em defendê-la com tôdas as energias do nosso corpo e tôdas as fôrças do nosso coração.

No *Dia do Índio*, admiramos a intrepidez e a imponência do grande Inca — *Ataualpa*, crente na grandeza do seu Império, a contemplar do cimo da cordilheira dos Andes a extensão imensa dos seus vastos domínios, mesmo na hora suprema do seu martírio.

Também contemplamos, extasiados, a figura varonil e majestosa do Imperador *Cuautêmoc*, defendendo o Império Azteca, com sublime

valor e heroísmo admirável, firme, impassível e sereno, como procedem os justos e intemeratos, quando, no suplício da morte, fôra injustificado por seus dominadores.

O *Dia do Índio* é o dia dos heróis brasileiros da raça autóctone. É o dia daqueles bravos tipos indomáveis e inflexíveis que lutaram contra tôdas as tentativas de invasão do solo da nossa Pátria.

É o dia de *Felipe Camarão* — o grande *Poti*, de *Ajuricaba*, de *Ararigboia* e de *Tebiriçá*. É a festa do temível *Paiaguá*, do indômito *Terena* e do valente *Guaicuru*.

É a data da evocação daquele símbolo imortal de brasilidade — o bravo *Guairacá* — o gigante das nossas selvas, que, empunhando o arco e a flecha, emergiu sua figura homérica e hercúlea das florestas paranaenses, para nos ensinar a dizer eternamente o memorável grito de guerra:

“*Co ivi oguerecó yára*” — “*Esta terra tem dono!*”

* * *

Batalhadores da causa indígena!

Prossegui na vossa tarefa patriótica, pela mesma trilha que vindes seguindo, e encaminhai nela a mocidade e a juventude da nossa Pátria, para que, na segunda metade do Século XX, possa o Brasil trabalhar côscio da grande responsabilidade que lhe cabe na política Panamericana.



A COMEMORAÇÃO DO DIA DO ÍNDIO NOS ESTADOS

ESTADO DO AMAZONAS

A Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, no Amazonas, comemorou solenemente e de maneira brilhante, em sua sede, o *Dia do Índio*, instituído pelo Decreto-lei n.º 5.540, de 2 de junho de 1943.

A cerimônia, que se realizou às 10 horas do dia 19 de abril, numa feliz coincidência com o aniversário natalício do Presidente Getúlio Vargas, constou de interessantíssimo programa, desenvolvido perante seleta e numeroso auditório.

Logo à entrada de S. Ex.^a o Sr. Interventor Álvaro Maia, acompanhado de toda sua casa civil e militar, foram descerrados a um só tempo, na sala da Chefia, sob prolongada salva de palmas, os retratos do Coronel Alípio Bandeira, do Inspetor Bento Lemos e do Major Carlos Eugênio Chauvin.

Passando-se à sala do expediente, integraram a mesa, sob a presidência do Interventor Álvaro Maia, à direita, o Coronel Rafael Fernandes Guimarães, Comandante do 27.º B.C., o Dr. Rui Araújo, Secretário Geral do Estado, e o Sr. Francisco Couto Vale, prefeito municipal de Manaus; à esquerda, o Dr. Alberto Pizarro Jacobina, chefe da Inspetoria de Índios, S. Rvma. D. João da Mata Amaral, Bispo Diocesano, e o índio Marcelino.

Abrindo a sessão, o Orfeão de alunas do Instituto Benjamin Constant, em cujo côro figurava a menina índia, Lanau Aiaua Xiriana, regido pela irmã Hilária Aragão, entoou, sob geral agrado, o *Canto do Pagé*, letra de C. Paula Barros e música de Vila Lôbos, tendo sido muito aplaudido.

Em seguida, o chefe da Inspetoria de Índios, proferiu as seguintes palavras elucidativas:

“Duas palavras explicativas carecem de ser ditas com referência ao índio Marcelino, o qual espontaneamente declarou-nos que iria fazer, no dia de hoje, um discurso por êle mesmo qualificado de discurso de agradecimento.

Entusiasmou-nos sua iniciativa e o desembaraço com que nos comunicara sua resolução. Assim, pois, o que êle vai ler foi escrito por êle e somente por êle. Aliás, nenhum valor teria, se assim não fôsse. Ver-se-á que o estilo, a construção das frases, a simplicidade das expressões, caracterizam bem a origem.

O índio Marcelino, que seu pai mandou a visitar-nos, é filho do tuchaua Coi-Coenanca, da tribo Tariano, que S. Ex.^a, o Sr. Dr. Álvaro Maia, conheceu, em Iauaraté, sob o nome civilizado de tuchaua Leopoldino, chefe respeitado por tôdas as tribos do alto Rio Negro. A progenitora do índio Marcelino era, entretanto, da tribo Piratapuia, que habita a mesma região. Tinha um nome curto e simpático. Chamava-se Hori.

Esclareço, porém, que o índio Marcelino cursou escola da Missão Salesiana, daí saber ler e escrever. Ademais, é inteligente e muito bom. Em aqui chegando, foi por nós matriculado na escola de dactilografia e iniciará ainda esta semana suas aulas de português. Mas o ideal de Marcelino é ser telegrafista. E, não damos muito tempo para que êle esteja manipulando perfeitamente o aparelho Morse. A professôra de dactilografia está entusiasmada com o aluno, que progride rapidamente.

Perguntamos, certa vez, ao índio Marcelino, se êle seria o sucessor de seu pai, com a morte dêste, no cargo de Tuchaua. Respondeu-nos que seu pai não deseja que nenhum de seus filhos, seja tuchaua após sua morte, por ser o cargo muito espinhoso, assaz trabalhoso e cheio de aborrecimentos.

Vê V. Ex.^a, Sr. Interventor, que cá e lá, más fadas há. O índio Marcelino, aqui está, integrando esta mesa, e aguarda, tranqüilamente, que V. Ex.^a lhe dê a palavra”.

Sua Excelência, o Sr. Interventor Federal, Dr. Alvaro Botelho Maia, levanta-se e, em expressões cordiais, num gesto amigo e natural em seu feitio democrático, dá a palavra ao índio Marcelino, que leu, com uma entonação característica, interessando vivamente o auditório, as seguintes palavras de sua exclusiva autoria, ora aqui transcritas *ipsis literis*.

Exm^o. e Ilm^o. Sr. Dr. Álvaro Botelho Maia e Ilmos. Srs. Presentes.

Como é meu dia de Índio, tenho prazer de dirigir umas palavras ao Exm^o. Interventor do Amazonas e Srs. ilustres.

Embora que não seja como dos cidadãos, Vós sabeis, que é a voz da selva como penhor de gratidão e afeto que vem com as simples palavras saudar-vos. São as palavras que recorda os antepassados que da minha espécie eram maltratados pelos civilizados estrangeiros e brasileiros. Finalmente, chega a hora de conhecimento das autoridades e tomam pro-

vidência abrindo assim a repartição federal do Serviço de Proteção aos Selvagens.

Tenho honra de ser selvagem Brasileiro, porque servirão para futuro a defender da nossa Auri-verde Pendão da imensa Pátria. Sim que somos da geração indígena, mas isso não quer dizer que sejamos impatados. Em nome dos meus companheiros faço votos que se por caso a Pátria precisar estamos prontos para defender a nossa grande Pátria.

Seria ingrato eu não agradecendo ao Dr. Álvaro Maia e aos senhores pelas vossas preciosas visitas. Agradeço também ao Chefe da primeira Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios do Amazonas e do Território do Acre, e mais a quem devemos.

Agradeço também ao Getulio Vargas, que faz anos hoje, e que muito tem ajudado a nós, e agradeço ao General Rondon.

Meu pai, tuchaua dos Tarianos e de todo o alto Rio Negro, pediu para dar ao Dr. Álvaro Maia êste retrato dêle, tirado no marco da fronteira com a Colômbia.

Tenho dito.

O auditório aplaudiu comovidamente as originais palavras do índio Marcelino enquanto êste presenteava o Dr. Álvaro Maia com a fotografia de seu ilustre progenitor, o tuchaua Coi-coenanca.

Em seguida, o professor Protásio I. R. Silva, em homenagem ao Dia do Selvícola, pediu liença para entregar à mesa um trabalho inédito de sua autoria sobre a língua geral, constando de uma separata da Lição 11.^a do Primeiro Livro de Leitura, em Tupi-Guarani, Nheengatu.

O Chefe da Inspetoria de Índios e o Sr. Interventor Álvaro Maia agradeceram ao Professor Protásio Silva sua delicada e sugestiva oferta.

Logo após, o Dr. Alberto Pizarro Jacobina pronunciou a notável oração que, em sua íntegra, adiante se publica, numa justa homenagem ao índio brasileiro.

* * *

Cessados os aplausos entusíasticos que cobriram as palavras do Chefe da Inspetoria de Índios, o Sr. Interventor Álvaro Maia agradeceu de improviso, a homenagem que lhe era prestada, dizendo que não pretendia traçar a história do índio porque o público já a conhecia, pois o Dr. Jacobina acabava de fazê-lo com brilhantismo e emoção.

Disse que por todo o interior do Amazonas encontrava-se o Serviço de Proteção aos Índios em sua meritória obra de assistência e que, com a gestão do Dr. Jacobina, chegavam constantemente a Manaus notícias de novas obras iniciadas. Pediu que não vissem em suas palavras nenhuma retribuição de gentileza, mas sim um sincero e justo reconhecimento de um esforço que todos testemunhavam. “Eu mesmo, disse êle, em minhas viagens à interlândia verifiquei essa realidade, como constatei também que apesar dessa assistência do governo, o nosso irmão índio ainda vive espezinhado pelos brancos inescrupulosos, e, quando de minha visita à região do rio Negro, no Uaupés, conversei com vários índios, tendo dêles ouvido reclamações e queixas contra várias pessoas. Foi dessa feita que tive ocasião de avistar um pequeno índio cujo pai havia sido assassinado, tendo obtido informações igualmente lamentáveis a respeito de outros casos dessa natureza. Todos nós devemos reconhecer que é um dever de patriotismo amparar o índio. De minha parte, devo dizer que quando representante do Estado na Constituinte tive ocasião de externar a minha opinião a respeito dos nossos patrícios índios habitantes da região fronteiriça, onde deveriam ser criados núcleos de assistência e amparo a essa gente que teve parte ativa na formação da raça”.

“Essa menina índia que aí está, continua o Sr. Interventor, integrando satisfatoriamente êsse côro orfeônico, foi realmente trazida por mim, do alto rio Negro, no afã de emprestar um pouco de meu auxílio pessoal a bem dessa raça que hoje homenageamos de maneira digna e feliz. De outra feita trouxe também um jovem índio que me havia pedido para ser soldado. Proporcionei-lhe a consecução dêsse seu ideal e hoje, já de retôrno à região de onde veio, êle pode ostentar sua caderneta de reservista”.

“E agora, há poucos dias dirigi um telegrama ao Presidente da República dizendo da muita merecida satisfação em constatar que o índio do vale tem concorrido na extração da borracha, e ultimamente já se acha empenhado na plantação da juta e que os primeiros batelões carregados dessa fibra acabavam de chegar a esta Capital, o que constitui motivo de grande júbilo para nós”.

“Por êsses e outros motivos cumpre-nos assistir ao índio em tôdas as suas necessidades. Mas essa assistência não deve consistir somente em ensiná-lo a ler e escrever, fornecer-lhe roupa e instrumento de lavoura. O que nos cumpre especialmente é dar-lhe os direitos políticos, para que sua opinião possa influir na escolha dos seus dirigentes, o que constitui princípio democrático dos mais legítimos”.

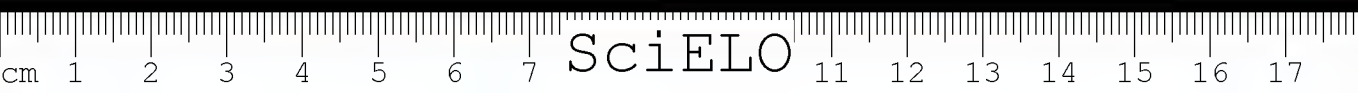
“Agradeço ao Dr. Jacobina, digno Chefe desta Inspetoria Regional, a delicadeza dessa comovente homenagem e agradeço ao meu patrício Marcelino, aqui presente, suas palavras referentes a minha

pessoa, pedindo que transmita a seu pai, o tuchaua Leopoldino, a quem conheci pessoalmente e com quem estive nesse mesmo marco de fronteira que se vê na fotografia que teve a gentileza de enviar-me, em cujo retrato reconheço a mesma farda e a mesma espada com que êle costumava se apresentar aos visitantes, peço, dizia, que transmita o meu abraço de amigo e de patrício”.

As palavras do Exmo. Sr. Interventor Álvaro Maia, sempre ouvidas com acatamento e respeito, foram coroadas de sinceros e prolongados aplausos.

Por fim, encerrou a sessão o Hino Nacional Brasileiro, entoado por Orfeão de meninas do Instituto Benjamin Constant, que abrilhantou de modo singular os festejos do *Dia do Índio*.

Às despedidas, foi servido delicioso guaraná gelado, e as meninas do Orfeão receberam, cada uma, um saquinho de balas e bombons, sendo que a índia Lanau recebera além disso, das mãos do Chefe da Inspetoria, uma linda boneca.





SciELO

DISCURSO PRONUNCIADO PELO CHEFE DA INSPETORIA DE ÍNDIOS, NO AMAZONAS, DR. ALBERTO PIZARRO JACOBINA

Exmo. Sr. Dr. Álvaro Maia.

DD. Interventor Federal no Amazonas.

No dia festivo de hoje, em que se comemora a malograda porém altiva raça indígena, nos sentimos jubilosos ao constatar a presença de V. Ex.^a nesta casa, que é a Casa do Índio. É como que a visita honrosa de um caboclo bom, Tuchaua dêste povo baré, que vem sentir de perto o que se têm feito a prol de seus parentes.

Tudo aí está, Museu, Biblioteca, Iconografia, Estatísticas do serviço médico, do movimento escolar, do serviço de rádio e transporte, do aviamento aos Postos Indígenas, de distribuição de verbas, enfim, tudo que diz respeito à vida desta casa, aí está, como um livro aberto, à vista de V. Ex.^a. Não temos a louca pretensão de que seja perfeito quanto ora apresentamos. Tudo isso fornece apenas uma pálida idéia do que poderá vir a ser, mais tarde, esta casa, com a metodização racional de seus trabalhos.

Paira hoje neste ambiente, Ex.^a, o vulto heróico de Ajuricaba, como um exemplo altissonante na defesa destas plagas. Pelo seu grande amor à terra, pela sua altivez e pela traição de que foi vítima, êle representa para nós o índio brasileiro. Êmulo de Cuautêmoço, de Atualpa, de Lautaro, de Caupolicán, Tecun, Uraká, Manco, de Guairacá e de tantos outros, êle é bem o tipo altaneiro de uma raça que nunca se deixou escravizar.

Ajuricaba, ao norte, e Guairacá, ao sul, se nos afiguram símbolos perfeitos de uma heroicidade comovedora, na defesa desta terra brasileira contra a usurpação estrangeira. Heróis-símbolos, dizemos, baseados no feliz conceito do grande Montaigne, defensor entusiasta do índio brasileiro. "a verdadeira vitória tem sua posição na batalha e não na salvação e consiste a honra da virtude em combater e não em vencer". Mas, resumindo o conceito de Montaigne, podemos concluir que a virtude consiste justamente no cumprimento do dever. E Ajuricaba e Guairacá cumpriram com o seu dever.

A raça indígena não nos oferece apenas êsses tipos notáveis de “apguauas turussus”, mas também os de “cunhantãs” sublimes como os de Marina, de Rosa Borôro, de Korikra, da velha Caingang e tantas outras, onde aflora o coração generoso da alma feminina, na pureza de uma raça eternamente vilipendiada. Desconfiados em extremo pela constante traição dos brancos, vivem ainda muito dêsses parentes arredios e temerosos de nosso contato. É de lembrar-se aqui o episódio que nos narra o maior dos borôros, que é Rondon: A índia Rosa Borôro, heroína da pacificação dos indômitos Borôros do rio São Lourenço, intérprete e guia na consecução da lendária e benemerente atração; em sua extrema agonia, afagando o filho que a acompanhava entre os Bacairi do rio Teles Pires, transmite-lhe o último conselho: “Olha, meu filho, você nunca confie nos brancos, êles só nos tratam bem, nos fazem festas, enquanto precisam de nós ou têm qualquer interesse dependente de nós. Fôra daí, êles são falsos e traidores”.

Nesse sentido, Ex.^a, a documentação é farta e o tema sobejamente conhecido. Foi assim no Descobrimento e foi assim na época das Bandeiras. Não lhes movia, aos brancos, cristandade, mas sim o ouro, apesar dos esforços improfícuos dos grandes Papas humanitários, como Paulo III e Benedito XIV. É assim hoje, na desenfreada e gananciosa procura de castanhais e seringais pelos sertões longínquos, quando os há tão próximo dos centros civilizados e quando já era tempo de se os ter plantado racionalmente. Mas, é o eterno império da cobiça, unido à lei do menor esforço.

É de notar-se, entretanto. Quando a nacionalidade sofre os impulsos de acessos patrióticos, é no aconchego da raça autóctone, que se vem tomar alento. Assim foi na Independência, e é de ver-se o manto da coroação de Pedro I, tão genuinamente autóctone em suas plumagens e alegorias, que chocaria, no dizer de certo historiador, qualquer côrte européia. Assim foi no Segundo Império, onde José de Alencar, Joaquim Serra, João Lisboa, Gonçalves Dias, Carlos Gomes e tantos outros se abeberaram da fonte inesgotável dos temas ameríndios. Assim, é ainda, agora, neste surto sadio de nacionalismo, em que pululam nas edições hodiernas da prosa brasileira, com mais objetividade e menos lirismo, as teses que defendem a influência do índio na formação étnica da nacionalidade, pelo caldeamento do sangue; pela ajuda militar na conquista da terra, com Araribóia, Tibiriçá, Tabira, Poti, Itagibe, Piragibe, Camarão e Conhambebe pela profusão de seus temas em nossa literatura e em nossa música, assistindo muita razão a Luciano Gallet, Mário de Andrade, Renato de Almeida e Luís Heitor, quando demonstram a sensível influência ameríndia na arte musical brasileira.

Felizmente, na defesa dessa raça desprotegida da sorte, formou-se sempre, no caso especial do índio brasileiro, uma plêiade de homens notáveis, como o grande Anchieta, como Nóbrega e Vieira, como José Bonifácio, Guido Marlièle, Azeredo Coutinho, Alves Branco, Januário Barbosa, Gonçalves Dias, Araguaia, João Lisboa, Melo Moraes, Joaquim Serra, Couto Magalhães e muitos outros.

Era um verdadeiro côro de vozes, a ressoar, no tempo e no espaço, e cujo número de seus componentes, embora reduzido, fôra perfeitamente compensado pela projeção dos protestos que lançaram, oriundos como eram de figuras eminentes no cenário nacional, a apostolarem por todos os quadrantes do Brasil, num apêlo à solidariedade humana na defesa de uma raça espoliada.

Mas, particularmente, neste septentrião amazônico, salientaram-se as figuras nobilitantes de Lôbo d'Almada, Ricardo Franco, José Paranaguá e Barbosa Rodrigues.

Era a luta tenaz e indelével do sentimento de civilização contra o espírito de barbaria.

Não faz muito, entretanto, por aqui, por estas plagas, passou de relance um vulto, herdeiro certamente dos princípios racistas do totalitarismo, que declarou acintosamente, à imprensa, numa absoluta ignorância da história e com notável falta de senso democrático, que a questão indígena nesta região deveria ser resolvida a bala. Mas, para felicidade nossa, tal idéia, sobremodo excêntrica, o vento a levou.

A estranha teoria não poderia medrar nem criar raízes, no coração bondoso do povo desta terra, onde o sangue do índio se caldeou, não em partes iguais porque em muito maior proporção que o lusitano. Contemple-se a fisionomia do amazonense e, apesar dos preconceitos xenolátras que possa ter, o sangue fala mais alto. Olhemos pela manhã as manobras militares neste campo de exercícios. Fitemos o semblante de nossos soldados. Oitenta por cento é caboclo. E houve quem propusesse que a matriz dêsse sangue, que a geratriz do caboclo fôsse destruída a bala.

E, isso numa época em que tanto precisamos dessas matrizes nacionais, para o povoamento de nosso solo, fugindo assim, o mais possível, à imigração estrangeira, fenômeno econômico-social importante para certos povos, mas perigoso para nós, se relegadas a segundo plano as cláusulas garantidoras da defesa nacional.

O povoamento do sertão, Ex.^a, é problema capital no Brasil e em especial da Amazônia. Como, pois, desprezar-se essa mole imensa de nativos, já aclimatada às intempéries regionais e já afeita aos processos rotineiros da vida ambiente? Ainda agora, neste esforço de guerra, ficou demonstrada a eficiência do braço indígena sobre o adventício, no corte da própria *Hevea brasiliensis*. A preferência

pelo caboclo, ou seja o índio civilizado, para os trabalhos na Amazônia, é hoje notório e incontestado.

Assim, pois, quando não nos assistisse o imperioso dever de humanidade no amparo republicano a êsses oprimidos e deserdados da civilização, levando-lhes alimentos e utensílios de trabalho, assistência médica e educacional, numa distribuição consciente de justiça social, bastaria considerar que o índio é, seguramente, um grande elemento econômico a ser utilizado, primorosa fonte de energia nacional a ser captada.

Por tudo isso, Ex.^a, foi que o Governo Federal, ao tempo de Nilo Peçanha, sendo Ministro da Agricultura Rodolfo Miranda, criou, com o devotado auxílio de Rondon, o Serviço de Proteção aos Índios, que tão bons resultados vem alcançando com a assistência que tem proporcionado no sentido de assimilarmos à comunhão nacional os remanescentes de uma raça tão nossa e tão boa, mas tão vilipendiada.

Não foi, portanto, uma simples questão de sentimentalismo, mas um sadio espírito de brasilidade que presidiu à organização deste Serviço Federal.

* * *

Coube ao saudoso Coronel Alípio Bandeira, pena brilhante que se votou a serviço do índio e cujo retrato inauguramos hoje nesta casa, como tributo de reconhecimento, proferir, em 1910, quando ainda tenente, seu célebre discurso de instalação deste benemérito Serviço, em Manáus, fundando, solenemente, esta Inspeção Regional, sob o nome grandeloquente de “Inspeção de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais no Amazonas”.

Inciando sua oração por uma verdadeira ode ao nosso selvícola, tornou-se Alípio Bandeira o eco daquela mesma voz de infortúnio e desespero, como êle a qualificou, “que vem das brenhas misteriosas dos nossos sertões, e fala como uma troupa apocalíptica do sacrifício de alguns milhões de índios, que em vez de têmos chamado ao convívio da civilização, imolamos bárbaramente aos ditames da nossa ganância, de nossa fereza e até força é dizê-lo da nossa cobardia”. “Ê a voz sagrada e tempestuosa da vítima” disse êle, e acrescentou, “essa voz estrangulada de doze gerações, brada contra nós através de quatrocentos anos de extermínio!”

Foi auscultando essa voz, reflexo da cruz indígena, que êle pôde colher para si os louros da pacificação dos índios Atroams, no rio Jaupery, por êle brilhantemente realizada em novembro de 1911, graças, no dizer de Bento Lemos, a sua “ação decisiva e paciente, vencendo todos os perigos, mas sem ter a ventura de ver consolidada

a sua obra, porquanto, mais tarde, aproveitando se dêsse êxito, invasores civilizados, reincidiram nas suas funestas incursões ao Jauaperi, dando motivo a que os selvícolas procurassem os centros da floresta e voltassem à sua vida selvagem de ódios e vindictas justificáveis”.

Depois de rememorar, em seu discurso, o índio e seu infortúnio, Alípio Bandeira entra a descrever a terra, com aquêlê encantamento d'alma de um poeta que se fez soldado, e pinta em descrições magistrais o perfil geográfico e a própria fisionomia do Brasil, traçando em pinceladas de um colorido vibrante e patriótico, o que êle chamou “a terra amada do Brasil”. Com a autoridade de sertanista que quase conheceu a morte nas margens do Xapuri nos ínvios sertões do Acre, êle assevera que “a alma sonhadora que uma vez contemplou-a na sua sugestiva fisionomia, que viu as grandes matas intrincadas, os rios fugitivos, os campos descobertos, os vales escuros, as montanhas desgrehadas, não viu jamais em parte alguma terra mais evocadora de emoções”.

Pois bem, disse êle em arremate final: “Foi nesse cenário imponente e belo, onde o homem se identifica fundamentalmente com a natureza e onde é levado a amar com dobrada pujança a terra amiga, que o alimenta com variados produtos e que de mil diversos modos lhe desperta, embala e prende a imaginação, foi aí que os opressores de quatro séculos, carregando no pensamento e na alma o fel satânico da ambição, procuraram, para martírio, o indígena brasileiro. É nesse mesmo magnífico cenário, já agora sagrado pelo sacrifício de tantos milhares de vítimas, é aí que os libertadores do século XX vão procurá-lo para a redenção, levando nalma a memória dolorosa do passado, e no pensamento a grandeza, a honra e a glória da Pátria”.

Mas Alípio Bandeira, Ex.^a, teve então uma dessas tiradas proféticas, tão habituais em seu talento invejável. Foi em 1910, quando assim se expressou:

“A Amazônia é por excelência a terra do indígena e é também por excelência, a terra da riqueza. Seus rios, seus campos, sua florestas são outras tantas fontes de produção inesgotável, que aí estão desafiando a atividade do homem”.

“A exuberância da natureza neste canto admirável do mundo pode representar-se nessa belíssima flor, cujas fôlhas gigantes cas medem, às vêzes, mais de dois metros de diâmetro”.

“Percorrei as principais artérias do indefinido labirinto d'água que a retalha e à borda da corrente encontrareis por tôda a parte terras de uma fertilidade tal que entusiasma e espanta”.

“Deixai a margem baixa e monótona, internai-vos pelos centros igualmente fecundos, e junto aos lagos solitários, onde a abundância é sempre tão grande que supera a devastação inconsciente, divisareis

paisagens tão encantadoras, panoramas tão lindos, sítios tão amenos que aí podereis passar uma vida inteira de delícias naturais”.

“Ê, pois, ao mesmo passo, uma terra de produção e de atração, de fartura e de beleza, de enlêvo e de conforto”.

“Nada lhe falta, senão a utilização sistemática do solo e do homem. Porque na verdade a riqueza real da Amazônia não está na extração absorvente da Hevea, mas nas indústrias agrícolas e pastoril e suas congêneres, que hão de prevalecer no futuro”.

“Com elas será a Amazônia o celeiro universal, o empório da civilização sonhado pelo grande espírito de Humboldt; sem elas pode a Amazonia parecer abastada, pode render fortunas instantâneas, mas ha-de ser, por muitíssimos anos ainda, o país da aventura e da miséria, onde todo esforço perde-se na ilusão, toda riqueza consome-se na extravagância”.

Ê momentosa, ainda, hoje, Ex.^a, a observação do grande fundador desta Inspetoria Regional. A indústria extrativa, máxime, sem métodos de cultura racionais, não deve constituir a única fonte de renda do Amazonas. Ê necessário e é mesmo urgente que seja concretizado êsse postulado de economia política. Grandes lavouras devem ser fomentadas e muitos campos de pastagem deverão semear-se para desafôgo da balança comercial do Amazonas, e melhoria do seu padrão de vida.

Bem sabemos, Ex.^a, que o problema é por demais complexo. E não ignoramos, certamente, o esforço que nesse sentido vem fazendo V. Ex.^a. O entusiasmo com que o Governo Estadual vem fomentando a cultura da juta é um testemunho de seu esforço. E nesse plantio da juta, V. Ex.^a sabe que até o índio já está cooperando. O índio, que na opinião de tantos leigos, não se prestava ao trabalho. Ê que ninguém se presta ao trabalho, Ex.^a, quando explorado.

Mas, Alípio Bandeira, Sr. Interventor, não sendo amazonense, amava muito o Amazonas, porque amava muito o Brasil. Quando em seu primeiro e único Relatório sobre os trabalhos desta Inspetoria, foi forçado a referir-se às misérias que, ao tempo de 1911, infestavam esta unidade federativa, foi nos recônditos de seu patriotismo que êle foi buscar alento para assim escrever:

“Mas, nem tudo felizmente são tristezas nessas malsinadas plagas. O Amazonas é, pelo contrário, a terra da esperança e do futuro. Só quem não contemplou nunca suas imensas riquezas naturais, só quem não divisou a soma fabulosa de interesses adstritos ao seu progresso: só quem nunca percebeu através da onda informe que alí se agita, a força construtora que se vai insinuando no meio mesmo da grande massa heterogênea e transitória; só aquêles que nunca apanharam.

numa sintética visão de conjunto a potência colossal da grande terra. só êsses, poderão acreditar que o Amazonas pode exaurir-se e que há-de ser indefinidamente o mísero grande mundo atual”.

“Não; o Amazonas tende a crescer, apesar dos entraves opostos à sua natural evolução; e há-de chegar o dia em que, tendo verdadeira consciência da sua força e dos seus grandes destinos, eliminará, pouco a pouco, ou arrastará para as hostes produtoras, aquêles mesmos que pareciam prepostos à sua falência, isto é, os profissionais da traficância e da desordem. Nada lhe embargará o futuro grandioso, nessa marcha, talvez imperceptível mas contínua para a prosperidade maravilhosa”.

* * *

Depois do afastamento de Alípio Bandeira, com ordem de reversão às fileiras do Exército, há um nome que aparece, como que a resumir tôda uma primeira fase de atividades desta Repartição Federal: Bento Martins Pereira de Lemos.

O que foi a ação do Inspetor Bento Lemos, nesta Casa do Índio. di-lo-ão os seus dezoito relatórios, todos êles substanciosos e documentados. Fonte inesgotável de relatos e informes preciosos, esta série de seus relatórios, assim catalogados ano por ano, servirão sempre de leitura obrigatória ou de consulta para um estudo consciencioso do problema indígena no Amazonas.

O Inspetor Bento Lemos, cujo retrato também hoje inauguramos, como sincera homenagem, nem sempre foi ouvido no que pleiteava para um melhor desenvolvimento do Serviço a seu cargo. Por isso mesmo, encontramos em seus Relatórios, trechos que se nos afiguram verdadeiros monocórdios.

Há, entretanto, um assunto de alta relevância a que está ligado, de maneira indelével, o nome de Bento Lemos; são as Fazendas Nacionais do Rio Branco. Luta titânica sustentou êle, vencendo-a galhardamente, após haver alcançado brilhante e momentoso parecer do proecto jurisconsulto amazonense, Dr. Sadi Tapajós, hoje ilustre Presidente do Tribunal da Justiça do Trabalho. Ainda o ano passado, atendendo a uma consulta da Comissão Especial de Faixa de Fronteira, o parecer desta Chefia foi todo calcado nos trabalhos preliminares de Bento Lemos.

Nomeado Inspetor Regional do Ministério do Trabalho, Bento Lemos é designado para servir no Estado da Paraíba. Seu sucessor, Benjamin Malcher de Sousa, em seu primeiro relatório, enviado para o Rio de Janeiro e referente ao exercício de 1932, tem um período

lapidar, como justa homenagem à quem tanto havia emprestado de seu carinho e esforço a prol da causa do índio.

“Devo dizer-vos que é de assinalar pelo seu valor histórico, pela contribuição que fornece à civilização, pelo que representa em trabalhos e esforços, a obra ciclópica da pacificação dos nossos índios, neste longínquo trecho da pátria. E mais de vinte anos de existência, pois que esta Inspetoria funciona há mais de quatro lustros, nem sempre foram de bonança e calma os dias transcorridos. Os vendavais desencadeados, representados por sucessivos e tremendos assaltos às propriedades dos índios, esbulhos, perseguições e outras violências contra os selvícolas destas plagas, encontraram, porém, para os subjugar, a resistência férrea, o ânimo destemido e o devotamento inegalável do Inspetor Bento Lemos”.

* * *

Foi então, Ex.^a, que o Serviço de Proteção aos Índios sofreu, o que nós costumamos chamar seu grande colapso. Não cabe aqui entrarmos em apreciações sobre esse triste fenômeno administrativo, em que esforços inauditos de vinte anos foram anulados pelo espaço de dez.

Foram dez anos êsses de cruciantes privações para este patriótico Serviço, que se viu privado de sua autonomia, relegado a segundo plano, perambulando, indesejável, de Herodes para Pilatos. Encostaram seus remanescentes ao Fomento Agrícola. Encravaram-no depois no Ministério do Trabalho. E o Serviço de Índios, então, fraco e desprotegido, sentindo a aproximação dos abutres que lhe corvejavam as ossadas, acoitou-se, prudentemente, no Ministério da Guerra.

Assim, quando esta Inspetoria Regional figurou como dependência exótica da Delegacia do Trabalho no Amazonas, meu velho Pai, que foi seu amigo pessoal, Ex.^a, mas já alquebrado em seu físico de illusória robustez, quando aqui estive em Manaus na função de Delegado Regional do Trabalho, tornou-se por força do cargo e por submissão às precárias circunstâncias, mero zelador dos remanescentes desta Inspetoria, que se achavam atirados sobre o tapete verdejante desta floresta amazônica.

* * *

Mas, não há que se perder a fé. Dias alviçareiros estariam ainda reservados ao S.P.I., após o lamentável colapso. Getúlio Vargas, o eminente estadista, a quem coube em boa hora a suprema direção dos destinos do Brasil, ao traçar o seu programa político

administrativo, de rumo ao Oeste, como verdadeiro sentido de brasilidade, compreendeu que existia palpitante ainda em nossos recônditos sertões o problema indígena brasileiro.

E, em 1940, o Chefe da Nação galgou rapidamente, em sua aeronave, o grande planalto, por êle denominado "Miradouro do Brasil", a fim de iniciar a marcha para o Oeste. Deparei então com o índio brasileiro. Tomou contato com Ataul, chefe dos Carajás. Ouvi emocionado a saudação de Teoro e pôde sentir assim a realidade palpitante do problema indigenista.

S. Ex.^a, numa resolução audaciosa, sobrevoou o famoso território dos aguerridos Chavantes, tornando-se assim o primeiro a devassar-lhe o clima historicamente selvagem. E, S. Ex.^a tudo compreendeu. Tudo quanto via falava a S. Ex.^a da necessidade de dar força e amplo desenvolvimento ao Serviço de Proteção aos Índios, reparando assim uma injustiça e retomando as tradições de um passado digno de nossa história.

Não há que se perder a fé. Como um indivíduo que volta a si, após prolongada síncope, o S.P.I. recobrava novo alento, tornava a respirar o oxigênio da confiança e do prestígio tão necessários ao bom desenvolvimento de suas atividades, ímpares no conjunto das imprimidas pelos diversos setores do Serviço Público, retornando ao Ministério de Agricultura. Novas verbas lhe foram concedidas. Sangue novo viria tirá-lo daquele estado de depressão e aniquilamento.

* * *

Em consequência desse patriótico sopro de brasilidade, nasceu, aos 10 de novembro de 1940, a Inspetoria do Amazonas e Território do Acre, em sessão inaugural promovida pelo Sr. Major Carlos Eugênio Chauvin, então nomeado chefe da nova Inspetoria. Da lavra do referido Major encontra-se neste arquivo o seu volumoso relatório referente ao exercício de 1941, único ano em que o destino permitiu dedicasse êle muito de seu devotamento aos Serviços desta Repartição.

Além de inteligência viva e espírito culto tinha o Major Chauvin o dom de prender a si seus subordinados, dêles obtendo dedicações sinceras, tão necessárias ao bom andamento dos trabalhos a cargo desta Inspetoria.

Aos 3 de março de 1942, falecia, porém, o Major Chauvin, bruscamente vitimado por um edema pulmonar. É o primeiro que tomba em pleno exercício do cargo de Chefe da Inspetoria. Sua brusca

transformação para a vida subjetiva acarretou grave desequilíbrio à reorganização desta Inspetoria já de si difícil de trabalhar. Seu retrato é o terceiro hoje inaugurado nesta séde, como um justo preito.

Sentida e sincera homenagem lhe prestou o Exmo. Sr. General Rondon, nosso Chefe e orientador, em têrmos altamente elogiosos:

“Desta vez é o chefe da Inspetoria de Manáus, o Major Carlos Eugênio Chauvin, quem nos deixa em meio à reorganização dos serviços da Inspetoria na vastidão do território por que se estende, compreendendo o Estado do Amazonas e o Território do Acre, quase a quarta parte da superfície do Brasil. Apesar da idade avançada, possuía o Major Chauvin uma atividade relativamente capaz de abranger tôdas as providências indispensáveis a reconstruir os serviços da Inspetoria, há dez anos quase abandonados. E deu provas exuberantes dessa atividade e do entusiasmo pelo desempenho do dever que lhe foi confiado pela Diretoria do S.P.I., montando a aparelhagem administrativa para atender a tão vasto labor... Foi, no curto espaço de tempo em que operou na Inspetoria do Amazonas, um esperançoso servidor do S.P.I. que, com a sua transformação subjetiva, perde um dedicado colaborador”.

* * *

Quer nos parecer, Ex.^a que a inauguração dêsses três retratos, se enquadra perfeitamente nos festejos de hoje, pôsto que os homenageados formam uma seqüência de três nomes intimamente ligados à administração desta Casa protetora do índio.

Era uma dívida esta a ser resgatada, um compromisso a que nos havíamos vinculado e que, para maior satisfação de todos nós, servidores desta Inspetoria, mereceu, na hora de seu resgate, a honra e o brilhantismo da presença de V. Ex.^a.

Apraz-nos sobremodo, Sr. Interventor, saudá-lo nesta casa, cativos como estamos da honrosa deferência com que sempre tratou esta Chefia, em tôdas as oportunidades que se ofereceram. Não seria, entretanto, suficiente essa deferência, se não houvéssemos percebido em V. Ex.^a o carinho com que se refere habitualmente ao índio brasileiro, que é o caboclo da Amazônia.

Alguns exemplos, mas principalmente o daquela pequena índia que V. Ex.^a trouxe de Iauaraté para interná-la num colégio e não para doméstica de seu Palácio, diz muito alto, Sr. Interventor, de sua sólida cultura indigenista.

Numa homenagem tóda especial a V. Ex.^a esta Chefia determinou, na data de hoje, que a escola do S.P.I. que funciona no Pôsto de Iauaraté, no alto Rio Negro, fronteira com a Colômbia, se chame: Escola Indígena “Álvaro Maia”. (palmas prolongadas).

O movimento indigenista em tóda a América, Ex.^a, é hoje uma realidade palpitante, consubstanciado já na criação do Instituto Indigenista Interamericano. A interessantíssima revista trimestral, *América Indígena*, órgão oficial do referido Instituto, e sua separata, que é o Boletim Indigenista, são bem um atestado grandioso dêsse movimento a prol do índio no continente americano.

O Primeiro Congresso, reunido em 19 de abril de 1940, em “la posada” de Don Vasco de Quiroga, em Patzcuaro, no México a fim de sugerir idéias concretas e objetivas sôbre o estudo do problema indígena interamericano, teve, na opinião do grande mestre General Rondon, marcada significação político-social:

Um dos grandes indigenistas brasileiros, que talvez, mais do que do título de General, se orgulhe do de Pacificador dos Coroados, o General Manuel Rabelo, é quem nos narra o acolhimento presidencial ao apêlo do grande conclave indigenista, onde o Brasil se fêz representar de maneira brilhante, pelo espírito altamente culto e generoso de Roquete Pinto.

“Transmitindo ao Sr. Presidente da República o voto unânime do Congresso de Patzcuaro, diz o General Rabelo, foi por S. Ex.^a pressurosamente patrocinada a excelente idéia e assim tivemos o prazer de ver inscrito, desde 1943, em nossa legislação, com aplauso geral dos brasileiros de espírito e de coração, o *Dia do Índio*, oficialmente destinado às homenagens e comemorações correspondentes às emoções que a história dilacerante do índio americano por tantos motivos nos despertam”.

Vê pois V. Ex.^a, que o Presidente Getúlio Vargas tem sido o grande acolhedor dêsse movimento de solidariedade ao índio. É que não há verdadeiro sentimento de brasilidade sem espírito indigenista.

Auscultando bem o problema do índio, no Brasil, Getúlio Vargas ordenou que se restabelecesse incontinentemente o antigo Pôsto Indígena da ilha de Bananal, que ostenta hoje o seu nome. Providenciou para que fôsse levado aos íncolas de nossas selvas amparo imediato, com a remessa de instrumentos de trabalho, roupas, assistência médica e educacional. Para isso conferiu ao Serviço de Proteção aos Índios novo Regimento, fundamentado em belíssimo e lapidar parecer do Dr. Luís Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P. Criou o Conselho Nacional de Proteção aos Índios. E fêz mais. Inscreveu o nome de

Rondon no Livro do Mérito Nacional e decretou o 19 de abril *Dia do Índio*. Feliz coincidência essa, do 19 de abril, em que podemos saudar também a S. Ex.^a e "duplamente, não só pelo transcurso de seu aniversário natalício, como pelos festejos da semana indigenista que hoje se inicia".



ESTADO DO PARANÁ

CONFERÊNCIA REALIZADA PELO DR. ALCIONE MORAIS VELOSO

*no Colégio Novo Atencu, em Curitiba, Estado do Paraná, sob
o patrocínio da 7.ª Inspeção Regional do S.P.I.*

A cativante acolhida do Sr. Paulino de Almeida, prezado Inspetor Regional, a atenção e a afabilidade do Sr. Generoso Penteado de Almeida, zeloso Inspetor do Serviço Interno da Inspeção e esforçado organizador desta comemoração, bem como a fineza dos demais funcionários da Repartição;

a força do convite amigo, feito pelo Dr. José Maria de Paula, digníssimo atual chefe do Serviço de Proteção aos Índios, a quem tributei sempre, ao lado de sólidos laços de velha amizade, a mais eloquente admiração pela cultura e pelas qualidades morais que ornaram sua personalidade ímpar;

o ideal vívido do Instituto Néo Pitagórico, eterno batalhador das causas nobres, invicto enaltecendor do Índio Brasileiro e do homem Amerígena;

a minha estruturação psicológica, plasmada na seara do indígena americano, sentindo o aroma espiritual que as velhas civilizações deixaram imorredouras — no espírito do nosso continente — vivendo emotivamente as venturas e angústias que agitaram no passado e agitam ainda hoje a existência do aborígene da Terra Americana;

o dever sagrado de cultuar a memória de meu Pai, que me acalentou e guia, — pioneiro que foi da causa do Índio, intemerato e incansável lidador da pena e da palavra em defesa do selvícola desamparado, em prol da sua proteção, no engrandecimento do seu valor físico e moral, ardoroso cantor da alma indígena, destemido defensor e propagador da alevantada expressão moral do filho do Brasil e do filho da América, — precursor e cultor entusiasta do indianismo até os derradeiros dias da sua existência;

foram, senhores, os fatores imperiosos que aqui me trouxeram, neste momento para vos molestar com esta palavra sem brilho e sem oratória, roubando a outrem, grande em talento, em cultura e eloquência, a quem caberia, por merecimento e por justiça, esse lugar.

É entretanto, com plena satisfação que desvanecido vos venho falar dêsse filho valoroso das nossas florestas distantes e da obra magnífica que o Serviço de Proteção aos Índios, tem realizado, nobre e grandiosamente em seu favor, — cumprindo êste dever que me assiste e para o qual me sinto tão pequeno quão honrado.

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Quando em 1896 o Professor Dario Velozo, na sua missão predestinada de pioneiro, de vanguardeiro dos grandes ideais humanos, pôs a pena intrépida e arrojada à serviço da causa Índigena, soltando pela imprensa paranaense seu grito de peleja — “PELO ABORÍGENE”, — estava lançando os fundamentos do futuro Serviço de Proteção aos Índios, estava traçando os princípios normativos dessa necessária organização, estava indicando finalidades idealísticas e medidas práticas para a consecução dessa magna obra, n’uma extraordinária antevisão, que surpreende.

Enquanto o mutismo campeava ou apenas esporadicamente uma voz clamava longe do Paraná, em favor do Índio, — em Curitiba, Dario Velozo, secundado por alguns companheiros do “Cenáculo”, batia-se pelo Índigena, numa tarefa árdua de precursor, contra multiplicidade de fatores hostís.

A 5 de julho de 1900, o Presidente do Paraná, tomava as primeiras medidas de proteção ao selvícola, reservando para colônias indígenas, terras devolutas no Município do Tibagi.

Foi o alvorecer de nova era, mais promissora para o espoliado e perseguido íncola brasileiro.

E enquanto no recesso das matas, prosseguia o índio foragido, curtindo sua dor de séculos, os paladinos da redenção do selvícola, ampliavam e intensificavam a campanha cívica.

Em 1906 no Congresso do Livre-Pensamento em Buenos Aires, Dario Velozo, Gitaí de Alencastro e A. Fric, ventilavam o problema do índio — enquanto em Florianópolis o futuro general Trompowsky Taulois criava uma liga de proteção.

No Rio de Janeiro em 1909, surgia a “Associação de Proteção e Auxílio aos selvícolas do Brasil”, com Leôncio Correa à frente.

Finalmente o Decreto n.º 8.072, de 20 de junho de 1910, do Sr. Presidente da República, instituía o “Serviço de Proteção aos Índios”. Criado o Serviço foi entregue sua chefia a Cândido Mariano da Silva Rondon.

Rondon — “uma reliquia da Pátria”, no feliz dizer de Amilcar Botelho de Magalhães. — Rondon — o sertanista vigoroso que per-lustrou denodadamente o vasto e inóspido sertão do Brasil, — Rondon — o bandeirante magnânimo, herói da Paz com o selvagem, — Rondon — a mão protetora que socorreu o indígena na sua queda para o exter-minio, — Rondon — o caráter impoluto, baluarte da justiça e do di-reito, escudo e gládio, em defesa do índio, — Rondon — o arrojado desbravador dos sertões distantes abrindo as rotas do progresso e da civilização. — Rondon — que seria no decorrer de décadas o susten-táculo da causa do aborígene, o coração e a alma do Serviço de Pro-teção aos Índios, dessa Instituição que iria levar através da abnegação e coragem de tantos brasileiros, ao recesso das matas, à humildade das tabas, ao desconforto das choupanas, — a assistência da civili-zação, a proteção, o conforto, o auxílio amigo, a instrução técnica, o apoio material, a educação moral e o exemplo cívico.

Quando já imensa e apreciável a obra de Proteção aos índios se estendia aos mais longínquos recantos do território nacional, após vinte anos de existência e labor construtivo, sobreveio a transforma-ção política em 1930, determinando um colapso nesta Instituição.

Mas, após êsse delíquio de alguns anos, ressurgiu o Serviço de Proteção aos Índios, renovado e robustecido, com magnífica organi-zação, completa e eficiente, que retomando com energia e entusiasmo a execução dos novos planos e dos novos programas têm conseguido realizações de vulto, sem precedentes, que honram e dignificam, com justiça, os dirigentes e todo o funcionalismo sobre o qual pesa a res-ponsabilidade da consecução da nobre e indeclinável tarefa.

Reorganizado em 1939, filiado ao Ministério da Agricultura, compreende hoje, duas entidades distintas e autônomas que colabo-raram em harmonia dentro da causa comum da Proteção ao Índio.

Uma, de finalidade normativa, — “O Conselho Nacional de Proteção aos Índios”, — reunindo um punhado de vultos eminentes do País, tem como Presidente o venerável General Cândido Mariano da Silva Rondon, — não mais o sertanista audaz de outros tempos, o estóico campeador dos rincões sertanejos, — mas, sim, o símbolo pátrio da Proteção ao Indígena, a flâmula viva desfraldada no cora-ção imenso do Brasil, como uma bandeira branca, aberta protegendo o índio, o ídolo tradicional da defesa do outrora esquecido filho dos sertões remotos.

O Professor Roquete Pinto é seu atual vice-presidente, nome de destaque na cultura científica nacional. O Coronel Amilcar Botelho de Magalhães, que imortalizou o feito da “Comissão Rondon” e o nome do seu chefe, em três opulentos e magníficos livros, — é o seu Secretário. E como conselheiros reúne o General Manuel Rabelo.

nome glorioso na História do Índio e na História do Exército. — a Exma. Diretora do Museu Nacional, Heloísa Alberto Torres, honra da cultura brasileira e honra ao nome de seu ilustre progenitor, — o Professor Boaventura Ribeiro da Cunha, do tradicional Colégio Pedro II, e o Dr. José Maria de Paula.

A outra de cunho administrativo e executivo, “O Serviço de Proteção aos Índios”, que te matualmente como Diretor o Dr. José Maria de Paula.

José Maria de Paula, velho batalhador nas campanhas em prol do indígena, antigo Inspetor do Serviço no Paraná, detentor de vasta cultura, férrea energia, idealista vigoroso que não esmorece ante os óbices da senda, amigo e protetor do índio, orientação segura e visão competente, que assumindo a direção do Serviço a 17 de abril de 1944, vem impulsionando com a vontade decidida e a audácia consciente de sempre, o desenvolvimento das várias seções que corporificam o Serviço de Proteção aos Índios, no seu ilimitado e esplêndido programa.

O Serviço de Proteção aos Índios, na sua admirável organização e supernas finalidades, tem como precípuos objetivos: — proteger, amparar e assistir a vida, a liberdade e a propriedade do índio; — resguardá-lo da perseguição, da exploração, da opressão e da miséria; — educá-lo e instruí-lo; — garantir a posse de suas terras; — respeitar e fazer com que sejam respeitadas a organização, a independência, os usos e costumes das tribos dentro das normas da moralidade; — pacificar as tribos destruindo as causas de hostilidades; — proteger e defender a família indígena; — ministrar ensinamentos morais, cívicos que fortaleçam suas qualidades e suas tradições, fazendo-os compreender o papel que lhes cabe dentro da tribo, e dentro da Pátria comum; — zelar pelo patrimônio do índio, melhorando suas condições de vida; — desenvolver as relações com o civilizado dentro de normas de respeito, de auxílio e de amizade; — ampliar os meios eficazes de assistência e proteção e proceder ao estudo do indígena sob todos os pontos, etnológico, antropológico, biogeográfico, artístico, industrial, linguístico, arqueológico, etc.

Para a execução e desenvolvimento de tão nobre e extraordinário plano, conta o Serviço com notável organização, que se irradia da Sede Central, na Capital da República, integrada pela “Seção de Estudos”, pela “Seção de Orientação e Assistência” e pela “Seção de Administração”, — abrangendo todo o Território da União, compreendendo nove Inspetorias Regionais que superintendem a jurisdição de vastas áreas onde se multiplicam os Postos Indígenas.

A 1.^a Inspetoria Regional é sediada em Manaus, para o Estado do Amazonas e Território do Acre e do Rio Branco.

A 2.^a está em Belém, com jurisdição sobre o Pará, parte do Maranhão e Território do Amapá.

A 3.^a em São Luís controla parte do Estado do Maranhão.

A 4.^a fica em Recife, superintendendo os Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

A 5.^a situada em Campo Grande, dirige São Paulo e Sul de Mato Grosso.

A 6.^a Inspetoria tem sua sede em Cuiabá, com jurisdição sobre o centro e o norte de Mato Grosso e sobre o Território de Ponta-Porã.

A 7.^a em Curitiba tem jurisdição para o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Território Federal do Iguaçu.

A 8.^a localizada em Goiânia, é para o Estado de Goiás e sudeste do Pará.

A 9.^a cuja sede está em Pôrto Velho, tem a seu encargo o Território Federal do Guaporé.

* * *

Outro entusiasmador programa, que bem revela a compreensão, a elevada visão científica e prática do seu organizador é o da Seção de Estudos, que se propõe: ao estudo das regiões habitadas pelos índios, geológica, geográfica e economicamente vistas, ao lado do estudo antro-po-etnológico e biogeográfico dos seus habitantes; investigar as origens, usos e costumes, línguas, ritos e tradições dos seus protegidos; executar trabalhos fotográficos, cinematográficos e de cinematografia sonora, bem como gravação de discos, que constituirão ótima documentação etonológica; organizar museus e mostruários de objetos indígenas, ao lado dos documentos cinematográficos e fotográficos que evidenciarão os esforços e as realizações do Serviço, no seu contínuo labor, mostruários e museus esses que completarão e ornamentarão as Instalações das Inspetorias Regionais e da Sede Central; cooperar com o Museu Nacional, para melhor e maior conhecimento das riquezas e grandezas geo-antropológicas do Brasil; divulgar os estudos sobre o índio e sua vida, através de conferências, publicações e exposições; manter relações com colégios e universidades fornecendo materiais de ensino e divulgando as conquistas e realizações no campo do conhecimento, etc.

* * *

A construção de estradas tornando mais acessíveis as tribos e facilitando o intercâmbio com os centros econômicos; — o contrôlo

do procedimento correto dos índios aldeados nos Postos, sob a vigência dos regimes e das leis nacionais; — a guarda do patrimônio indígena, seu desenvolvimento e melhoria; — o fomento da exploração de riquezas e indústrias revertidas em benefício e conforto do íncola; — a publicação do órgão de divulgação do Serviço; — o Boletim do S.P.I., etc., — são as principais atribuições da “Seção de Orientação e Assistência”.

À “Seção de Administração” incumbe a organização e estruturação burocrática e escriturária do Serviço.

As Inspetorias Regionais representam os órgãos intermediários entre os Postos Indígenas espalhados em todo o domínio nacional e a Séde Central, na Capital da República, ficando incumbidas de orientar, assistir e zelar pelo trabalho nos Postos. São veículos centrífugos e centrípetos das ordens centrais e dos acontecimentos locais e distantes, num labor acumulativo das várias Seções do Serviço.

Finalmente o Posto Indígena que é a célula da organização, é onde palpita a vida indígena. É onde se desenrola em tóda plenitude o trabalho construtor. É onde se objetiva e sente a magnificiência da obra, o estoicismo, a grandeza, o ardor idealístico da causa, — a rude realidade da vida em recônditas e agrestes paragens, onde abnegados funcionários passam privações e desconforto por vêzes, em luta contra o meio, contra enfermidade, contra tantas outras temíveis ameaças. — fiéis e destemidos, cumprindo com denodo o dever cívico e humano, junto ao irmão aborígene, perseguido e espoliado, cativo e vilependiado tão rude e cruelmente pelos antepassados de raça branca, aventureiros cúpidos, gananciosos e bárbaros.

Aos Postos Indígenas incumbe: — atrair as tribos aos convívio dos Postos para usufruírem dos benefícios que êles representam; — solver hostilidades entre as mesmas, promovendo a pacificação e as relações de amizade; colher no convívio com os índios, dados, objetos e conhecimentos que interessem ao Serviço, no preenchimento de suas múltiplas finalidade; — ministrar ensinamentos escolares e técnicos; garantir a liberdade dos índios e das tribos; proteger-lhes preventiva e curativamente a saúde; fornecer instrumentos, máquinas, ferramentas, utensílios, sementes e animais que se fizerem necessários à aprendizagem e ao progresso dos Postos; relacionar o selvícola e o civilizado; defender efetivamente o índio, suas propriedades e suas terras contra quaisquer abusos e expoliações; executar as ordens recebidas; comunicar as ocorrências e solicitar as providências exigidas; zelar pelas instalações e materiais confiados à sua guarda; promover o levantamento e cultivo mental do índio; incutir-lhe com habilidade o hábito do trabalho, mostrando suas vantagens e conveniências; fomentar a agricultura, as indústrias rurais, a pecuária.

transformando os índios em colonos, agricultores e operários nacionais; determinar as áreas indígenas, levantar habitações e atrair a elas as famílias; ser enfim o instrumento eficiente da civilização em benefício do indígena no seu próprio *habitat*.

Esse estupendo conjunto de finalidades grandes que encerra não menor soma de objetivos particulares, essa exemplar organização, lembra sobremodo as diretrizes que o Professor Dario Veloso assinalou em 1911, como normas para a orientação do Serviço, visando transformar os indígenas em cidadãos brasileiros capazes moral, intelectual e civicamente, e que se encontram em páginas de “Pelo Aborígene”, obra que publicou em colaboração com Júlio Pernet, reunindo as principais peças da histórica campanha em defesa do selvícola brasileiro.

* * *

A 7.^a Inspeção Regional, com sede em Curitiba, e jurisdição para os Estados Meridionais do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Território Federal do Iguaçu, está sob a chefia do Sr. Paulino de Almeida, antigo e digno funcionário do Serviço, que através longos anos, vem emprestando à causa do indígena brasileiro a sua operosidade intensa e decidida, sem poupar esforços no engrandecimento da obra cujo testemunho eloquente e acessível é o vasto documentário fotográfico da Inspeção, que nos evidencia o imenso labor, o acentuado progresso, as grandes realizações e os magníficos resultados nos vários Postos Indígenas, que mantém e atende dentro da enorme área da sua jurisdição.

Graças às qualidades elogiáveis dos seus funcionários, desde a sede central, até os encarregados, auxiliares e servidores dos mais distantes Postos; — graças à compreensão, esforço e boa vontade de todos tem o Sr. Paulino de Almeida, conseguido levar a sua Inspeção na vanguarda das realizações, plena de resultados e de idealismo.

* * *

A 7.^a Inspeção Regional mantém e controla 16 Postos e uma Delegacia, espalhados na ampla zona da sua jurisdição.

Em cada Posto a vida e o trabalho desenvolvem-se diversamente, segundo o *habitat* e o índio, — mas em todos o labor é o mesmo, intenso e contínuo, — a assistência do Serviço a mesma, irrestrita e eficiente, — o progresso é surpreendente e notável.

Alguns possuem instalação elétrica e água encanada. Em outros alinham-se as habitações construídas para as famílias indígenas pelo Serviço, com sua áreas cercadas em torno ao lar. A maquinaria

agrícola moderna, para a colheita e beneficiamento do arroz, do trigo, do milho, etc., constitui o índice principal de certos Postos, em que a atividade fundamentalmente é agrícola, e nos quais as habitações e instalações do Posto, surgem encastoadas nucleando extensas plantações que se alongam simétricas, revestindo os planos e ganhando as encostas dos dobrados, numa atestação do trabalho fecundo do braço índio sob a orientação da assistência técnica.

Em outros Postos, ainda, são os estábulos, as mangueiras, os currais, que circundam as acomodações do Posto. São aqueles em que a agricultura animal é o móvel da atividade e do progresso. Esplêndidas criações de equídeos, bovídeos, suínos, ovídeos, etc., — desenvolvem-se sob cuidados higiênicos e veterinários, com belos representantes de raças escolhidas, povoando e engrandecendo os ermos desses rincões do sul brasileiro.

E em todos os postos, representando o objetivo mais grato ao serviço, não falta a escola e a enfermaria, entregues a funcionários capazes e competentes.

As escolas além dos cursos para meninas e meninos, nos quais ao lado da alfabetização e dos estudos gerais não falta jamais a educação moral e cívica, mantêm um serviço de alimentação normal, cientificamente estabelecido nos moldes dos conhecimentos atuais, fornecendo por conta da organização, várias refeições diárias às crianças.

É comum nas turmas escolares a presença de moços e moças índias que acorrem às aulas, bem como de alunos não indígenas que são acolhidos e instruídos com satisfação.

Nos cursos constam ensinamentos úteis e objetivos de higiene, pecuária, de agricultura, de economia, industriais e técnicos, em complemento à educação física, intelectual, cívica e moral.

Aos alunos índios, além de alimentos o Serviço de Proteção, fornece roupas, calçados e material escolar.

Ao trabalhador indígena o Serviço orienta, apoia e fornece o necessário. — sementes, animais, ferramentas e máquinas, — segundo as atividades e as necessidades de cada Posto.

Os índios velhos e inválidos têm permanente e integral assistência. Uma das ótimas conquistas que orgulham entre tantas a ação incansável da 7.^a Inspetoria Regional é a abolição do nefando vício da embriaguez, que tanta miséria e tanta desgraça acarretou às populações índias de toda a América, introduzido, fomentado e sustentado pelo branco, como fator tão poderoso quão imoral e criminoso. — das suas maquiavélicas e infamantes práticas de extorsão, submissão e poluição do indígena. Este vício está praticamente extinto, graças à ação enérgica do Serviço, apoiado e secundado pela atitude

decidida e esclarecida das autoridades policiais, civis e militares, em franca cooperação.

Contemplando a documentação fotográfica que a 7.^a Inspetoria Regional possui, colhida pelas suas objetivas nos vários Postos, temos a prova evidente e eloqüente da grandiosidade da organização do atual Serviço e das suas realizações que procuramos hoje nesta comemoração do “Dia do Índio”, primeira que se fez no Paraná, tornar conhecida dos paranaenses, dos brasileiros e dos americanos, como um preito justo, ao esforço de todos aquêles que, em prol do índio, pelejaram herôicamente pela pena, pela palavra e pela ação, pondo o Brasil hombreado com o México e os Estados Unidos, — líderes da causa indígena, — como um dos mais destacados pioneiros e veterano na campanha pelo Amerígena.

O AMERÍGENA

Ao falar-vos do Amerígena, do Índio Americano, não vamos passar página a página 400 anos de História repletos de misérias e crimes vividos dolorosamente pelo inditoso filho das Américas. — Não vamos revolver as cinzas do passado morto. — Não vamos remover os escombros das civilizações sepultas pelos invasores ímpios. — Não vamos exumar os mortos que dormem, cansados de sofrer, na placidez da morte que liberta às agruras da terrena vida. — Não vamos erguer o véu crepuscular dos séculos que vela, atenuando a agressividade dos cenários e a agudeza dos acidentes da existência. — Não vamos reviver os episódios de pavor que atônito o indígena assistiu ao desenrolar-se cruel e barbaramente o drama da conquista. — Deixemos ao zêlo da História o relato fiel dêsses quadros que tanto compungem e tanto revoltam.

* * *

O índio do Brasil, bem como, de modo geral o indígena de todos os países americanos, filia-se a dois tipos fundamentais. — O antigo habitante das plagas americanas que o europeu encontrou povoando a terra que invadiu para conquistar, — e o atual representante do homem primitivo, os descendentes e remanescentes das populações pré-colombianas e pré-cabralinas.

Aquêle era o homem vigoroso, audaz, senhor das suas qualidades físicas puras, das suas qualidades intelectuais e virtudes morais, legítimas e lúdicas. — Era o representante íntegro da sua ascendência originária, da sua linhagem racial.

Êste é o descendente remoto daquelas populações primevas e o produto de quatro séculos de lutas, perseguições, expoliação e servitude, cruzamentos e mesclas, maltratos físicos e traumatismos morais, decadência orgânica pelos vícios, pelas moléstias e pela miséria, e degradação psíquica pela maldade, o desrespeito, o exemplo degradante e a corrupção dos costumes; — terríveis males, poderosos fatores de ruína, advindos do contacto e do convívio com o branco.

Mas apesar dêste estado deplorável a que chegou, o indígena representa nas Repúblicas Americanas uma preciosa reserva étnica viva, merecedora de zelo e cultivo, clamando por assistência e proteção, para que não desapareça totalmente. — Em quase todos os países contam-se várias tribos que se extinguíram, perseguidas, desamparadas e destruídas pelo branco.

Quanto material humano precioso e aproveitável, perdido para sempre!

Urge não permitir que desapareça por completo essa reserva amerígena, à qual inegavelmente o filho indo-europeu das Américas deve essa feição moral e sentimental, tão própria que o destaca dos demais filhos do globo e que permitiram essas magníficas realizações da América de hoje, únicas na História da Humanidade e que tanta surpresa e tanta admiração têm causado ao Mundo.

Cumpre não esquecer e não negar, que essa espiritualidade do brasileiro e do americano, essa sentimentalidade vibrátil, êsse idealismo vigoroso que impele e arrebatava, êsse *clan* entusiasta enérgico e ardente de solidariedade, de lealdade e de fraternidade que palpitou sempre na mente e nos ideais de tantos filhos das Nações Americanas e hoje patenteia-se e concretiza-se como realizações estáveis, — devemos, a América deve e deve o mundo, insofismavelmente, às qualidades, aos sentimentos que herdamos dos nossos antepassados amerígenas, dos índios americanos que ao concorrerem no plasmar do “Homem livre da América”, na magnífica expressão de Ezequiel Padilha, — transmitiram os atributos genéticos que permitiram a formação, o desenvolvimento e a eclosão da mentalidade Americana, modelada pelos fatores telúrico e antropológico das Américas sobre o envasamento do invasor europeu.

Eis uma das causas do dever que ao civilizado obriga de preservar, amparar, fortalecer e proporcionar mesmo o aumento dessa reserva humana.

É verdade que para a maioria das populações índias o amerígena de hoje não tem a expressão físico-mental do seu antepassado da época da conquista, não possuindo portanto, o mesmo valor antropológico e etnográfico. Mas é verdade, também, que êle continua sendo o único repositório hereditário das qualidades ainda mais puras

dos seus ancestrais. — É verdade que êle continua sendo o filho das Américas, — o homem que o meio americano forjou, mais capaz portanto de subsidiar o desenvolvimento da cultura americana, da civilização americana, mais capaz de sentir e compreender os anseios da alma de América, — mais capaz de vibrar ao contacto dos ideais do novo continente.

Seria desejável que tôdas as Repúblicas Americanas se empenhassem na defesa, na proteção, no cultivo físico, intelectual e moral do amerígena, — proporcionando a par dos benefícios da civilização a conservação das inatas e nobres qualidades, o aumento das populações, o aumento das tribos e a expansão da raça, a fim de que cada país pudesse contar sempre com êsse elemento, para o cruzamento com os advenas, egressos de outras terras, filiados a outras etnias. Sòmente assim será assegurado para o futuro a conservação do tipo americano de cada País. Do contrário o futuro homem de muitas das Nações, será uma mescla dos outros continentes na América, sem sangue americano e portanto sem mentalidade americana, sem ideal americano, — porque sem índole e sem alma amerígenas. Pois a reserva índia se abandonada à miséria e a ruína que o branco lhe causou, se exterminará um dia.

Após o atual conflito a América vai ser novamente invadida por europeus, asiáticos, etc., — e não está em condições de compensar com o elemento nativo, indígena, êsses contingentes de raças alienígenas; pois suas tribos desapareceram ao desamparo de uns e a perseguição de outros, ao longo de quatro séculos de sofrimentos.

Que os homens conscientes da América de hoje, dessa América que exsurge extraordinária e grandiosa, dentro dos mais supernos ideais humanos, — não esqueçam o colaborador indígena, não olvidem o sangue amerígena, não menosprezem um dos mais nobres elementos plasmadores das gerações livres da América contemporânea, e sim que o amparem, que o fortaleçam, que o elevem, para que, dessa maneira, possa a América, não sanar e anular a chaga imensa e secular que o invasor e seus descendentes abriram na alma e no coração do indígena, porque essa chaga será eterna na memória dos povos, porque os aniquilados não se levantarão jamais, — mas, minorando a desdita dos seus representantes atuais, atenuar o crime dos seus algozes, diminuir a mancha dêste erro que ensombrece a brancura dos ideais superiores que o americano cultua e preza.

* * *

No programa da América pacifista, num mundo sem guerra, o indígena americano deveria constituir um motivo permanente e cole-

tivo de estudo. Porque muitos dos problemas que preocuparam sempre os homens de ciência e que apesar do esforço imenso têm permanecido insolúveis, só terão suas explicações e seu conhecimento pleno, quando arrancados ao solo americano, às ruínas das velhas civilizações que as terras americanas embalaram ou aos vestígios enigmáticos que o habitante remoto esqueceu nas entranhas da crosta e os agentes de Gea não destruíram na faina das transformações.

E será então o nosso índio, mais uma vez, um elo poderoso na cadeia da solidariedade continental, irmanando num mesmo ideal de estudo, os homens cultos do continente da Paz.

Na Capital de cada República Americana e quiçá em outras cidades, mais tarde, poderia a Nação erguer um Museu Interamericano, com uma seção para cada país, a qual recolheria os documentos antropológicos e etnográficos da Pátria correspondente. Esse material será conseguido por intercâmbio do excedente, das coleções nacionais por aquisições feitas por comissões de cada Museu em visita aos demais países, ou por doações e iniciativas particulares. Em cada Museu, uma Biblioteca anexa reuniria as obras especializadas, ou relacionadas, de todo continente, conseguidas pelo mesmo processo de intercâmbio obrigatório. — Desta forma os estudiosos de cada um dos países, teriam elementos de todo o continente, reunidos e acessíveis às suas investigações sobre o homem primitivo da América e dos seus atuais representantes.

* * *

Outra medida louvável seria a consagração oficial de Cuauhtemoc, como símbolo pan-americano do Amerígena, levantando cada País, num dos jardins da sua Capital, um monumento ao bravo e heróico azteca que defendeu e imortalizou tão estupendamente o valor da raça.

O monumento seria a estátua do herói similar da que o México, cavalheiresca e nobremente ofertou ao Brasil.

A escolha de Cuauhtemoc, resultaria do valor intrínseco do homem que foi grande entre os grandes. Seria também uma homenagem da América ao México, Pátria do Presidente Índio, Benito Juarez — pioneira do Amerigenismo, — país fundamentalmente indígena que se orgulha e preza de o ser, exemplo na proteção, assistência e elevação cultural do índio, — líder do renascimento da alma indígena robustecida para a orientação da alma Mexicana. — criador do “Dia do Índio”, data panamericana que ora comemoramos e que por certo está sendo comemorada em toda a América.

Esse dia americano do índio é o eco do apêlo do primeiro Congresso Indigenista Interamericano, reunido em 19 de abril de 1940, na "Posada de Don Vasco de Quiroga", em Patzcuaro, no Estado de Michoacan da República do México. Apêlo êste que o México enviou a tôdas as Nações co-irmãs da América, — e que vibrando no coração do Brasil, foi consagrado por ato do Govêrno brasileiro em 2 de Junho de 1943.

Além dêsse símbolo amerígena panamericano, cada Nação deveria buscar nos fastos da sua História, aquêle perfil índio que mais se haja destacado pelas suas qualidades e pelas suas ações e considerá-lo símbolo indígena nacional, levantando-lhe monumentos nas Capitais dos Estados e nas Cidades principais, a fim de que seja venerado e sirva à infância e ao povo como instrumento de educação e de respeito pelo índio de sua terra.

* * *

O problema do índio abordado com entusiasmo em todos os Países Americanos visando a salvação das populações remanescentes e a sua incorporação à civilização, contou em certas Repúblicas com o apoio e a competência de grandes homens que tornaram possível a realização da obra e o progresso da causa, pela mobilização de posses materiais e pela orientação segura das medidas tomadas.

Assim é que os Estados Unidos da América do Norte e os Estados Unidos do México tornaram-se os vanguardeiros na obra de proteção ao índio, contando com ótimos resultados e ótimas realizações em sua defesa.

O Brasil não está aquêl das duas nações amigas no seu esforço e na sua obra pela mesma causa, sendo mesmo pioneiro na agitação idealística e em várias medidas constitutivas do serviço.

Antigamente o plano abrangia a pacificação e a incorporação do índio à civilização, preconizava uma prática que falhou não trazendo resultados desejáveis e criando embaraços e dificuldades chegou a ameaçar o esforço louvável, arrastando a obra a um desmeritório fracasso.

É que continuavam dentro das organizações o velho critério, a atrasada visão, as medidas usadas pelos conquistadores e seus continuadores fiéis à antiga política preconizada pelos ignorantes e interessados que observaram pela primeira vez o índio americano e fizeram dêle o conceito e o juízo que bem podiam com suas mentalidades fanáticas e desprovidas de conhecimentos, incapazes portanto de compreenderem o índio, sua índole, seus costumes e usos, sua

psiquê e sua civilização que em certos países da América eram sociedades reconhecidamente de nível moral e cultural superiores às sociedades da Europa de então.

Procuravam nesta fase, trazer o índio à civilização.

Arrancá-lo do seu meio, extirpar seus usos e tradições, mudar sua conduta, substituir suas superstições e suas crenças, derruir suas instituições, — foram medidas postas em prática, esperando-se ingênuamente que êsse homem, a quem um estranho depois de usurpar as terras, destruir os lares, degradar a família, condenar seus hábitos, deprimir suas crenças, queria ainda que se incorporasse a êsse humanista de escol, e viesse para o seu lado, para sua civilização e para a religião que sancionavam todo êsse procedimento que tanta dôr e tanta desgraça lhe causava.

Atualmente e já há algum tempo a orientação é oposta; consiste em levar a civilização ao indígena, através dos seus benefícios mais imediatos. Defendê-lo e assisti-lo no seu meio. Civiliza-lo em o próprio *habitat*, respeitando sua independência, sua liberdade, suas crenças. Dar-lhe tudo sem tirar-lhe nada. Conquistar primeiro sua confiança, depois sua compreensão, a colaboração virá espontaneamente e com ela gradual e automática incorporação. Hoje a incorporação não é mais a finalidade, é apenas uma consequência certa e razoável. A finalidade é proteção, instrução e educação.

* * *

Com essa orientação, com essa rede internacional de proteção e assistência que se está desenvolvendo na América, com a supervisão dos homens que hoje dirigem as Instituições protetoras do indígena, — o amigo do índio americano pode confiar nos programas e na sua realização, pode ter a certeza de que o descendente do antigo amerígena não será esquecido e surgirá o dia em que quebrado os preconceitos raciais que o branco ainda nutre, o indígena do passado hombreará sobranceiro e redivivo com todos os americanos na construção e conservação do mundo do futuro.

* * *

E portanto:

Glória aos vultos indígenas que através do tempo e através das lutas foram marcos inolvidáveis na bravura da resistência à opressão, à escravidão e ao extermínio dos seus povos, destruídos em holocausto à liberdade, entre os quais fulgem os nomes de Cuauhtemoc, Pontiac,

Guayaracá, Xicotencatl, Caupolican, Lautaro, Cuitlahuac e tantos outros que esperam pela justiça histórica e que um dia serão descobertos nos fastos do passado entre as ruínas das civilizações destruídas, para ocuparem na memória dos pósteros os lugares que lhes cabem por mérito e por honra.

Glória às populações que na grandeza do seu anonimato, sob a flâmula dos dirigentes marcharam heróicas à luta homicida, ousando opor o tacape primitivo à espada rija do conquistador, a flecha rudimentar às bocas escancaradas dos canhões, às armaduras e escudos metálicos o corpo desnudado.

Glória ao amerígena de todos os tempos que sobrepujou em qualidades morais e virtudes humanas os supercivilizados, os representantes da super-raça européia, que desde o clérigo crente e fanático até o fidalgo das nobres estirpes, expoentes da civilização cristã, chafurdaram no lodo sangüíneo das matanças, no torpe da traição e do roubo, na vaza da astúcia, do crime e da vilanagem.

Glória a todos aqueles que acima das conveniências, arrostando a temeridade de ameaças terríveis e do castigo inclemente, em todos os tempos e em tôdas as partes, clamaram pelo pária das florestas, pelo foragido maltrapilho, pelo repudiado íncola da América.

Glória a todos os cidadãos americanos que câncios da sua linhagem indo-européia têm a coragem de saber condenar nos representantes desta, suas crueldades e abomináveis crimes e exaltar nos representantes daquela suas evidentes e inegáveis qualidades superiores: que sabem reconhecer a situação deplorável em que o branco colocou o índio e se esforçam e se erguem clamando por uma reparação nesta falta de séculos.

Glória ao Brasil, Glória a tôdas as Repúblicas Americanas que encetaram e não esmorecem na empresa humana, vasta, elevada e nobre da redenção do índio, da incorporação do amerígena como um fator digno no progresso inabalável da América Unida, pacifista, forte e culta para as conquistas em prol da humanidade e para a evolução do Homem.



SciELO

ARTIGOS E REFERÊNCIAS DA IMPRENSA

O Sr. Dr. Apolônio Sales, ex-ministro da Agricultura que tanto concorreu para a reorganização do Serviço de Proteção aos Índios pronunciou em 26 de abril de 1945, por ocasião do encerramento das comemorações da "Semana do Índio", eloqüente discurso de improviso.

Na impossibilidade de reconstituir a bela oração do ilustre homem público, é grato reproduzir nesta publicação o interessante artigo que S. Ex.^a publicou em *O Jornal*, de 21 de setembro de 1943, onde são feitas referências a uma exposição etnográfica organizada pelo Serviço de Proteção aos Índios.

CORRELAÇÃO A ESTREITAR

APOLÔNIO SALES

Visitei há poucos dias a Seção Etnográfica do Serviço de Proteção aos Índios.

Criada no ano passado, foram-lhe consignados, logo, recursos para os primeiros estudos em torno da vida e hábitos dos indígenas, visando-se à sua documentação para a posteridade. Para isto, foram adquiridos aparelhos cinematográficos os mais modernos, máquinas de gravação de som e abundante material fotográfico em preto e em cores, realizando-se em seguida a 1.^a Expedição de ensaio. Nas amplas salas, cedidas pelo Instituto dos Cegos, está agora, à vista dos visitantes, o resultado desta penosa excursão etnográfica, constando de inúmeras fotografias, de películas de cinema em que são fixados flagrantes dos mais raros na vida indígena, não esquecida ainda a gravação dos vocábulos pronunciados por índios autênticos, em seu próprio meio.

Voltei satisfeito pelo que me foi dado observar, capacitando-me cada vez mais da magnitude da tarefa que o governo nacional se propõe, com o programa do Serviço de Proteção aos Índios. É magno o programa na sua extensão e nas dificuldades a serem vencidas, tais as condições especialíssimas do meio em que opera.

A recuperação dos selvagens e seu encaminhamento à civilização, dadas as imensas áreas desabitadas do Brasil, implicam na adoção de métodos originais.

Não nos é possível copiar com o êxito o que se faz em outros países, onde a densidade de população civilizada exerce, por si mesma, uma pressão sôbre o semi-deserto selvícola. Aqui, tem-se o inverso. É o semi-deserto, que, pelo seu vulto e suas proporções, estaria a exercer uma pressão danosa sôbre a minguada baixa litorânea, populosa e progressista. O S.P.I., muitas vêzes, é considerado como uma repartição intoperante, cuja finalidade precípua fôsse a de conservar os índios no seu *habitat*, apegados aos seus costumes e velharias. Não é justo o conceito. Não é esta a intenção do govêrno quando se arvora em protetor dos selvícolas. O que se procura é civilizá-los, incorporando-os a seu tempo à vida social adiantada da nação. Se ainda os conserva em seu *habitat* é sômente porque, com isto, se evita a rispidez afastadora do contraste sem transições, que pode arruinar de repente o que se tenha conseguido de avanço no programa de civilização.

Seria ridículo pensar na conservação do desasseio tão comum na maioria das tribos, a despeito dos romances endeusadores da higiene *sui generis* dos peles vermelhas do Brasil.

Não é papel do govêrno proteger a ignorância de que decorrem crendices neíastas ao índio, nem hábitos tradicionais de que não aproveite o homem. Ao contrário, cumpre-nos, pela infiltração racional dos exemplos, provocar no meio dos aborígenes o florescimento do que, no ambiente dos civilizados, contribui para a felicidade do indivíduo e da coletividade. Para isso, teremos que fazer a catequese pela demonstração, constituindo núcleos de progressos próximos do ambiente primitivo em que vivem os antigos posseiros do Brasil, atraindo-os de pouco em pouco para um mundo melhor, onde a dedicação e o patriotismo dos brancos sirvam de modelo que valha de ser imitado.

Dos índios, exigiremos apenas, como muito bem disse uma vez o Sr. Presidente, a cooperação do trabalho, facilitando-lhes, com a instrução, os meios de torná-lo rendoso e produtivo.

Há, portanto, uma correlação a estreitar entre o S.P.I. e o programa de colonização do govêrno nacional. Nas grandes colônias, o índio será admitido na partilha dos lotes, em iguais condições ao branco que para ali acorra. Não será considerado nem mais nem menos brasileiro do que aquêles que, do litoral, se disponham a conquistar o Oeste.

Sôbre o contrôle direto do govêrno, essas colônias hão-de ser, não padecendo dúvida, uma grande experiência social, em cuja equação não faltará a incôgnita do índio, como elemento de colonização.

Tôda esta obra de encaminhamento das tribos para o meio civilizado será lenta, bem o sabemos. É tempo, porém, de desde agora conservarmos para os vindouros a lembrança de hábitos que nos cumpre destruir a bem do índio e em favor da Pátria. É o que o govêrno nacional está fazendo, pela Seção de Etnografia do S.P.I., perpetuando, com os meios técnicos de agora, preciosos elementos para os estudiosos do homem em seu meio primitivo.

À MARGEM DA "SEMANA DO ÍNDIO"

BATISTA DE CASTRO

Além do propósito a que diretamente visaram, as comemorações da "Semana do Índio" há pouco realizadas, serviram para relembrar problemas etnográficos que, a bem dos nossos foros de cultura, não deveriam permanecer relegados ao mais recôndito silêncio, como ora se encontram.

Haja vista os atinentes à filologia sul-americana, onde, pode dizer-se, está tudo por fazer. De facto, o estudo das línguas ameríndias, nesta parte do Continente, acha-se ainda no período das conjecturas, das simples hipóteses empíricas, sem sistematização, sem nenhuma base científica.

As tentativas insuladas, que se contam aqui e ali, constituem subsídios sem dúvida valiosos, mais de cunho restrito, sem a segurança, a amplitude e a profundidade desejadas, e imprescindíveis. É o caso, por exemplo, entre nós, de Batista Caetano Couto de Magalhães, Teodoro Sampaio, Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e vários outros estudiosos do assunto. São contribuições de acentuado valor, que se ressentem, entanto, quer nos vocabulários, nas gramáticas e nas etimologias, da carência de plano sistematizado pré-estabelecido, acorde com as aquisições hodiernas da linguística.

Aliás, a nosso ver, tais estudos só poderão tornar-se deveras eficientes quando, capacitados da sua utilidade, resolverem os governantes sul-americanos dar-lhes o necessário amparo moral e financeiro, que permita a fundação de institutos de fonética experimental e a organização de comissões, a cujos membros, comprovadamente versados naquele ramo da fonética e em filologia comparada, caiba sobretudo a revisão cuidadosa de todo o material já existente e a colheita de material novo, de primeira mão, *in loco* nas tribos mansas, sob a restrita observância dos requisitos exigidos pela moderna técnica científica.

Só assim cessarão as flutuações tateantes, as fantasias, passando-se a uma fase estável, de segurança e eficiência, a exemplo do que se verifica com os idiomas europeus.

Extraídos do "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, de 24-V-1944.

Urge assim se proceda antes que desapareçam, com as derradeiras tribos existentes, as únicas fontes autênticas de que poderemos dispor.

Nem todos fazem idéias do vultoso número de línguas sul-americanas. Segundo P. Rivet (*Langues Américaines, Les Langues du Monde*, Paris, 1924), possuímos nada menos de 77 famílias linguísticas. F. Ameghino supunha serem mais de 800 as falas diferentes desta América, e o Padre Simão de Vasconcelos afirmava que, só no Brasil, se conheciam mais de 100 línguas.

A importância, porém, desses estudos e pesquisas, já de si tão proveitosos, não diz respeito apenas ao que se refere diretamente às línguas e dialetos indígenas, senão também à paleontografia, podendo proporcionar relevantes adminículos para aclarar o problema da origem do homem americano, confirmando ou não as teorias até agora levadas a efeito, quanto à sua autoctonia ou proveniência de outro continente.

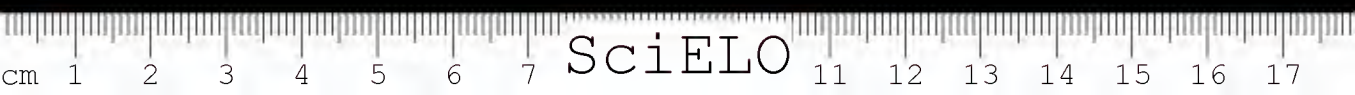
Como se sabe, notáveis antropologistas admitem a origem asiática do *homo americanus* baseados na afinidade entre as línguas ameríndias e as paleoasiáticas. Entre outros, os professores P. Rivet e A. Trombetti deram à estampa fundamentados estudos a êsse aspecto, assinalando tal afinidade, com relação a inúmeros vocábulos, à formação de temas, aos pronomes, aos numerais, aos verbos, ao plural e às consoantes. O mais curioso é que há até quem sustente (V. Fidel Lopez) ser o quíchua, ainda hoje falado no Peru, nada mais, nada menos que o idioma dos gregos, ou o hebraico (Padre Mossi, *apud* J. Bertolaso Stella: *As Línguas Indígenas na América*, São Paulo, 1930). o que põe de manifesto a balbúrbia fantasiosa a que aludimos.

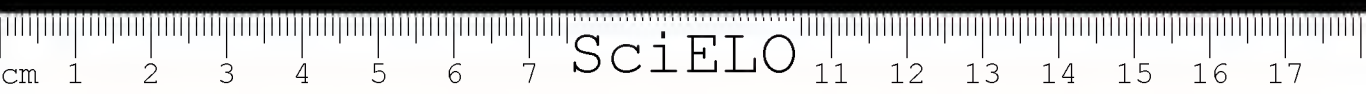
Em tese apresentada ao Congresso de Americanistas realizado em Hamburgo, em 1929, expendeu o Professor José Oiticica eruditos e oportunos comentários acerca *Do Método no Estudo das Línguas Sul-Americanas* acentuando o nosso atraso e a urgente necessidade de sairmos dessa fase de puro empirismo. Referindo-se à facilidade com que explicam os nossos tupinólogos a significação de palavras, estribados, apenas, na decomposição dos elementos componentes, aduziu, a êsse respeito, comentários judiciosos de quão falho é tal processo de procurar “explicar o tupi pelo tupi”.

Suponhamos com efeito, que se afoitasse alguém à interpretação do português pelo português e dentro dêle. Tomemos, por exemplo, a palavra *oração*. Só encontraria, como radical simples, *ora* e *ovo*. Entraria a fantasiar então histórias, possibilidades, arranjos elucidada-

tivos, cada qual menos certo, pois *ovação* só se esclarece com o latim *ovis*." Daí a multiplicidade de etimologias cerebrinas, que nos trazem à mente as outrora perpetradas por Ménage, imaginoso professor de Mme. de Sévigné. Nós próprios já nos emaranhamos nesse cipóal de decomposições vocabulares, aquilatando, por isso, à justa, a exatidão dos conceitos emitidos pelo ilustrado filólogo, em o notável trabalho a que acima nos reportamos.

As comemorações da "Semana do Índio", assim, se outras finalidades não lograram, ao menos serviram para relembrar tão palpitantes assuntos que, incontestavelmente, merecem a devida consideração dos governantes, nestes dias sombrios, mas, também, onde alça o colo tanta frioleira empavonada.





SciELO

SEMANA DO ÍNDIO

Artigo publicado pela "Revista do Serviço Público", de junho de 1944

Pela primeira vez no Brasil festejamos, em caráter oficial, o "Dia de Índio", depois de publicado o Decreto-lei n.º 5.540, de 2 de junho de 1943, que consagrou o dia 19 de abril a tão expressiva homenagem, prestada pelos coevos aos mais antigos habitantes do solo pátrio — os *brasilíndios* — no elegante neologismo lançado pelo Professor Boaventura Ribeiro da Cunha, membro do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, que adotou o termo, nas suas publicações, particularizando, assim, para o caso dos selvícolas do nosso país, a denominação genérica de *ameríndio*, ultimamente vulgarizada para definir os índios habitantes do continente americano.

Quis, desta forma, o governo brasileiro, dar o seu apoio à sugestão formulada pelo "Congresso Indigenista Interamericano", reunido na pequena cidade de Patzcuaro, no México, em 1940, certamente em que o Brasil foi representado pelo Dr. Edgard Roquete Pinto, autor da obra notável e perene que é "Rondônia", ex-diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro e, sem nenhuma dúvida, "the right man in the right place", no exercício daquele honroso mandato.

Chegados, porém, a esta altura os acontecimentos a que me reporto, encontraram logo eco na alma vibrátil e cívica do General Cândido Mariano da Silva Rondon, presidente do aludido Conselho, onde continua a dar-nos altas lições de patriotismo. Ao maior e mais desinteressado amigo do índio e inspirado propulsor da idéia generosa posta em marcha por aquêlê Congresso, estudando a alviçareira proposta e justificando-a em longa exposição, deve-se a iniciativa de chamar para ela, no Brasil, a atenção governamental, e a conquista de um novo marco a assinalar mais êste recuo das fronteiras da indiferença para com a raça aborígene.

E foi assim que o general recebeu com indisfarçável satisfação o esboço de um programa cuidadosamente traçado pela Ex.^a S.^a D. Heloísa Alberto Tôrres, digna diretora do Museu Nacional e membro do Conselho, para que esta entidade tomasse a si a orientação e a execução das solenidades projetadas.

De três sessões consecutivas e de inúmeras demarches, ficou afinal assente o programa definitivo, imediatamente divulgado por tôda a imprensa desta Capital e assim concebido:

PROGRAMA COMEMORATIVO

O programa organizado pelo C.N.P.I. para celebrar a “Semana do Índio” está dividido em duas partes, a saber: 1.º) Irradiação de chapas gravadas pelo Serviço Etnográfico no sertão, de músicas e cânticos indígenas dos Ariti e dos Borôro e palestras de divulgação a serem realizadas nos programas radiofônicos da “Hora do Brasil”; e 2.º) Exposição Etnográfica no *hall* da Associação Brasileira de Imprensa, que, dando seu efetivo apoio às comemorações, ofereceu os salões de sua magnífica séde, onde igualmente serão realizadas confrências e exibidos filmes de assuntos sertanejos.

a) Quanto à primeira parte do programa, a “Hora do Brasil” irradiará os atos comemorativos que obedecerão à seguinte ordem:

Dia 19 de abril. Abertura das comemorações pelo Sr. General Cândido Mariano da Silva Rondon.

Dia 20 de abril. Lendas Indígenas.

Dia 21 de abril. Indianismo na Literatura Brasileira.

Dia 22 de abril. A nova política norte-americana de proteção ao índio.

Dia 24 de abril. Música indígena.

Dia 25 de abril. Temas indígenas na música brasileira.

b) Quanto a segunda parte, dela constavam os seguintes números, que foram executados pontualmente:

1.º Inauguração da Exposição Etnográfica às 16 horas, do dia 19;

2.º Horário em que a Exposição estará franqueada ao público até 26: das 12 às 19 horas.

Conferências na A.B.I. e projeções cinematográficas

1.º Dia 19 de abril, às 16 horas, abertura da Exposição Etnográfica pelo General Rondon e, a seguir, exibição do filme dos índios Umutina (Barbados);

2.º Dia 20 de abril, das 17 às 19 horas, repetição do filme da véspera;

3.º Dia 22 de abril, das 17 às 19 horas, filme dos índios Ticuna;

4.º Dia 24 de abril, das 17 às 19 horas, Conferência do Dr. Hildebrando Horta Barbosa, sobre o índio, o S.P.I. e o C.N.P.I.; filme dos índios Borôro;

5.º Dia 25 de abril, das 17 às 19 horas, Depoimento do reporter dos *Diário Associados*, Edmar Morel, sobre a atuação do S.P.I. na zona do Ningü e sobre o Índio Tulipé e o trágico desaparecimento do Coronel Fawcett — Exibição do filme: “O Mistério da Expedição Fawcett”;

6.º Dia 26 de abril, das 17 às 18 horas, Encerramento da “Semana do Índio pelo General Manuel Rabelo, membro do C.N.P.I., em palestra de fundo histórico, ao fim da qual figura um vibrante apêlo ao Govêrno brasileiro, para que o nosso país adira à organização do “Instituto Indigenista Interamericano”.

* * *

PORQUÊ COGITAR DO ÍNDIO?

Di-lo Angione Costa no seu magnífico livro: *Indiologia* (1943):

“É na orientação do índio que precisamos reajustar nossa cultura. E foi com a intenção de fazê-lo que, vai para dez anos, recomencei a pensar em antigos estudos, responsáveis pelas minhas melhores emoções de espírito. Isolado, a princípio, confesso a alegria com que me vi acompanhado pela voz da mocidade, professôres e universitários, que, em artigos, teses de concurso, livros de história do Brasil e ensaios sobre coisas brasileiras, trouxeram a sua palavra prestigiosa de apláuso a esta campanha de aproximação e compreensão entre o Brasil e o índio. É igualmente com prazer que relembro o vivo interêsse com que o índio foi estudado, há mais de sessenta anos, por Couto de Magalhães, Ladislau Neto e outros mais e, ainda mais tarde, já neste século, pela tenacidade denodada e heróica de Rondon, a quem se ligaram destemidos colegas de armas. Mas a triste verdade é que, mesmo essas grandes figuras, o próprio Rondon, dedicando tôda a sua vida ao índio, ainda não conseguiram despertar, realmente, a atenção para êsse objetivo fundamental, que é a integração perfeita do indígena à vida brasileira, que a êle deve voltar, num largo gesto de compreensão, porque o que se tem feito pelo índio, até agora, representa muito pouco, em face dos deveres humanos e sociais que para com êle assumimos.”

Como não cogitar do índio, se é êle o elemento primordial dentre os três fatores da nossa miscigenação; se é êle que predomina geralmente sobre a raça branca, na formação do povo brasileiro? Como desprezar tão essencial parcela do caldeamento operado, desde o ano 1500 até esta metade do século XX, através mais de 400 anos de existência?

Entretanto, fala ainda comovidamente e com o elevado senso de Justiça, o mesmo autor, no luminoso e patriótico prefácio de sua obra:

“Os nossos programas universitários não se inteiraram da questão indígena, não a viram, não tomaram conhecimento dos valores das tribos abandonadas. Para a maioria dos nossos homens de

cultura o índio continua a ser considerado um ser inferior a quem se deve combater para tomar a terra, vaga expressão humana, mais ou menos animalizada, diante da qual nos colocamos na mesma atitude de incompreensão, para o tempo, certa, em que se defrontaram, no século XVI, na costa do Brasil, portugueses e tupiniquins.

“O índio, para a grande massa dos nossos homens de letras, ainda é visto como um bugre sem alma, sem inteligência, e que vive nú. Não lhe conhecemos nada do espírito, pouco sabemos do que êle produziu em presença de homens de boa vontade que o procuraram atrair, fôsse um jesuíta do século XVI ou um positivista, um salesiano, franciscano ou dominicano, do século XX. Distanciamo-nos, lamentavelmente, dos legítimos donos da terra, algumas vêzes cavando um grande sulco entre êles e nós”.

E todavia, pondera adiante o notável reivindicador das qualidades do nosso selvícola:

“As crônicas, por exemplo, não registram casos de paixão e de escândalo entre a moça branca e o índio, enquanto a história apresenta-se cheia de episódios ocorridos entre a sinhá-moça e o negro. A índia, pelo contrário, aparece tomada pelo branco, como escrava, espôsa ou concubina, vindo encher de ternura e dedicação os lares que ajudou a construir.

“Precisamente para o lar, a índia nos trouxe com a resignação uma certa dose de fatalismo, que lhe permitiu uma vida sem ambições, construída com ordem, espírito de sacrifício e amor. Deu-lhe ainda reservas infinitas de bondade, de doçura e piedade, incutindo-nos aquela capacidade de “saber esperar” que constitui em poder de certos homens o melhor elemento de êxito e que é, inegavelmente, uma herança do índio. Ensinou-nos também a não desesperarmos diante da violência, mesmo branda e sorridente, a reagir em silêncio, com calma e persistência, que é uma das grandes marcas daqueles que sabem vencer.”

O índio não é indolente, nem inepto, nem falto de inteligência, mas, antes, “é inteligentíssimo, arguto, vivo, capaz de aprender tôdas as coisas, apenas não querendo fazê-lo porque alimenta um supremo desprêso pelo branco”.

* * *

ÍNDIOS CÉLEBRES

No seio de todos os povos do globo, em todos os países, desde que o mundo é mundo, exortam as nações os seus filhos para o amor à terra em que nasceram; educam a mocidade, imantando sua formação moral de forma a que invariavelmente se orientem para um

único polo: *O dever de defender a Pátria!* E nega-se obstinadamente ao aborígene o direito de reagir contra a invasão de sua gleba, contra a perda da liberdade, contra a escravidão, contra o assassinio!?

Passados, porém, êstes tristes tempos da invasão dos portugueses das incursões dos Bandeirantes, quando a tendência da atual geração se acentua pela admiração dos exemplos de altivez, de energia, de coragem estóica com que o índio, sempre com tão grande inferioridade de armas, afrontou com arcos e flechas, com tacapes e bordunas, os bacamartes, as carabinas certeiras dos chamados *civilizados*, e algumas vêzes venceu o branco em renhidas pelejas; quando se erige em monumentos cívicos todos os surtos de brasilidade; quando se prega o nacionalismo; por quê desprezar a ação reacinária do índio?

Hosanas pois a:

- 1-2) Cuatémoc e Cuitláuac (Azteca) do México, combatendo Cortez;
- 3) Tecum, de Guatemala, batendo-se contra os conquistadores;
- 4) Uracca, do Panamá, idem;
- 5) Manco, do Perú, lutando com os Pizarros;
- 6-8) Caupolican e Lautaro (Araucanos) e Chile, contra Valdivia;
- 9-11) Jerônimo, Mangus, Victorio (Apaches) contra gringos;
- 12-13) Cajeme (Maya) e Bulés (Yaquí), do México, enfrentando Porfírio Dias;
- 14) Benito Juarez (Zapoteca), também do México, batendo-se contra Maximiliano e seu exército de franceses;
- 15) Pancho Villa (mestiço de índio), contra Carranza e Pershing;
- 16) Tupac-Amaru, do Perú, brigando com os Corregedores da Espanha;
- 17) Sandino, de Nicaragua, enfrentando o *Gobernimiento* e os marinheiros da Norte-América;
- 18-20) Sitting Bull, Tecumque e Luís Riel, fazendo frente aos Estados Unidos ou ao Canadá;
- 21) Antaualpa, o grande cacique que se bateu no Perú contra os invasores espanhóis;
- 22) Calficurá, na Argentina, contra o “Gobernimiento” e os “Rancheros”;

E os grande índios do Brasil:

- 23) Guairacá (Lôbo dos Campos e das Águas), o maior cacique dos Guarani no Estado do Paraná, em nossa terra, cuja vida extraordinária foi ultimamente revelada, documentadamente pela pena brilhante do Dr. Romário Martins

- (*Guairacá* — Curitiba, 1941). Venceu os portugueses e os espanhóis, expulsando êstes do vasto latifúndio que é hoje notável parcela do nosso Estado do Paraná;
- 24) Ubiassá, digno sucessor de Guairacá no comando supremo dos Guaraní e que prosseguiu no mesmo rumo da gloriosa campanha de seu antecessor, completando a grandiosa epopéia que a bravura dêstes índios escreveu na História do Brasil, permitindo à nossa Pátria o domínio das extensas terras que se estendem desde o rio Paranapanema ao baixo-Iguaçu e do vale do Tibagi à margem oriental do rio Paraná!
- 25-27) Os três grandes guerreiros aliados de Guairacá e de Ubiassá;
- a) Taioabá, cuja taba estava então localizada a 30 léguas do Ivaí;
- b) Guairavera, a quem os espanhóis apelidaram: “O Exterminador”, graças à sua “violenta bravura” (sic);
- c) Atignaié, quem, em Ştambaracá reinava uma população de 5.000 famílias!
- 28) Dom Antônio Filipe Camarão, destemido cacique Potiguar que tomou parte saliente na 1.^a Batalha dos Guararapes (1648), em Pernambuco, comandando seus guerreiros selvícolas, no desenrolar dos acontecimentos que nos devem encher de orgulho, por uma tão heróica ascendência, nas ações empreendidas por brasileiros contra as tropas aguerridas e bem armadas, de terra e mar, com as quais a Holanda se havia permitido a liberdade de ocupar militarmente Pernambuco (1630/54) e Paraíba;
- 29) Ajuricaba, o mais implacável inimigo dos portugueses na Amazônia, o qual, tendo caído prisioneiro, fôra algemado e embarcado rio Amazonas abaixo. Desesperado, o valente e altivo ameríndio suicidou-se, atirando-se ao rio com as algemas e as correntes de ferro que o tornavam impotente para lutar e lhe tolhiam os movimentos, preferindo assim a morte à prisão!
- 30) Martim Afonso II TIBIRIÇÁ, o grande e inteligente cacique Guaianá, que tomou parte no assalto à fortaleza de Villegaignon, na nossa baía de Guanabara, contra os franceses de Dugay-Trouin:
- 31) ARARIGBÓIA, do Espírito Santo, e que tanto auxiliou Tibiriçá no combate;
- 32) Cunhambebe, inimigo dos portugueses, mas por incompreensão própria do desconhecimento da situação, aliado dos franceses que invadiram a baía de Guanabara.

GUAIRACÁ

sua divisa e sua glória!

Destacamos propositadamente para êste capítulo algumas notas resumidas sôbre a vida e a ação do grande cacique Guarani.

O grito de guerra dêste prestigioso chefe brasilíndio, ecoa ainda, através de quatro séculos, no coração de todos os brasileiros:

“Co ivi oguericô iara!”

que se traduz em vernáculo:

“*Esta terra tem dono!*”

Guairacá foi, sem contestação alguma, o mais notável chefe dos índios Guaranis, do Estado do Paraná. Bateu-se êle, com vantagem — reunindo sob seu comando enérgico, os 100.000 arcos dos seus aliados, esparsos pela espinha dorsal do Brasil, desde o Paraná até os extremos setentrionais de Goiás — contra o bandeirante português Aleixo Garcia, quem, “em 1526, partira de S. Vicente, com três outros patrícios dêle e um exército de índios, atravessara o rio Paraná, aliára-se a selvícolas do Paraguai, invadindo com êles o Perú; mas que, ao regressar, fôra morto pelos Guaranis (E. G. Young — *Jornal*” O Estado de S. Paulo, 22-VII-1902 — Rui Diaz de Guzmán (Argentina — *História del Descubrimiento y Población del Rio de La Plata*, escrita el año 1612 — Buenos Ayres, 1882) e outros, atribuem a nacionalidade espanhola a Aleixo Garcia). (Vida “*Expansão Geográfica do Brasil Colonial* — do Dr. Basílio de Magalhães 2.^a ed. 1935 — Comp. Editora de S. Paulo — Vol. XLV da “*Serie Brasiliana*.”) Bateu-se depois Guairacá contra os espanhóis comandados por Hernando Arias de Saavedra, “adelantado” do Paraguai (1601/1609), a quem venceu em Cuaira. Saavedra, dando conta ao governo espanhol da “*crescente resistência dos nativos, cada vez mais impetuosa, contra os conquistadores, propôs que se tentasse a conversão dêles ao cristianismo, mediante o auxilio de missionários que lhes levassem a palavra do Evangelho.*”

* * *

O entusiasmo que despertou nos meios intelectuais do Brasil e na mocidade da geração atual, a história de Guairacá, tanto tempo guardada em condenável segredo pelos Jesuítas e ora divulgada, inspirou um grupo de patriotas a fundar, em S. Paulo, a “Legião Guai-

racá”, em dezembro de 1941, sob a presidência do então Major do Exército Dalizio Mena Barreto, hoje Tenente-Coronel — idéia que mereceu o apoio de inúmeros concidadãos e que continua vitoriosa na sua brilhante trajetória! Para símbolo da associação cívica, não podia ser mais bem escolhido o lindo emblema, em esmalte de côres, representando um mapa do Brasil, de fundo verde, sôbre o qual se lê a inscrição dourada: “*Esta terra tem dono.*”

APOTEOSE FINAL

Ninguém é digno da civilização de que nos ufanamos, se não tem algum movimento de bondade para promover um benefício, para amparar a outrem, para dar esmolas, para proteger quem quer que seja! Ao menos por êste argumento de elevada ordem moral que caracteriza a cultura social, pensemos no índio, procuremos melhorar as condições selvagens em que vivem, levando-lhe ao âmago das florestas longínquas de nossa Pátria, segundo a recente política abraçada pelo México, os elementos de auxílio à sua evolução e todos os benefícios da civilização, possíveis de serem introduzidos no meio primitivo em que atuam, para lhes dar mais confôrto e facilidades de existência.

Afora também estas considerações, lembremo-nos de que relegar o aborígene ao abandono corresponderia ao descaso dos descendentes por seus maiores e à falta de veneração pelos antepassados.

Demais, para nós brasileiros, que lições mais sublimes de civismo e independência podemos colher na História, do que estas que aqui relembro?! Tenhamos orgulho das partículas de sangue ameríndio que nos corre nas veias e amparemos a raça-perseguida e vilipendiada, não obstante o justíssimo conceito de José Bonifácio, para cujo espírito clarividente e adiantado *o índio deveria ser considerado como o mais legítimo dono desta terra!*

C.N.P.I., Rio de Janeiro, 5 de maio de 1944. — *Amílcar Armando Botelho de Magalhães*, Coronel Secretário do C.N.P.I.

“A SEMANA DO ÍNDIO”

M. ALBOINO PEQUENO

Nesta gratíssima passagem da comemoração da “Semana do Índio”, mostram-nos eloqüentemente as estatísticas, pela voz dos números, quanto se tem feito e resta fazer, de futuro, em prol do nosso irmão da selva.

Não há palavras bem significativas para expressar o valor desta comemoração, pois ela é devida, por imperantes motivos, àqueles nossos compatriotas que ainda vivem segregados de amplo convívio da “civilização” de nosso tempo.

Cumpre, porém, notar que o índio brasileiro, vivendo assim no seu *habitat*, arréδιο à aproximação mais direta com o homem da cidade, tem, não resta dúvida, suas razões de proceder desta maneira, alheando-se de modo absoluto ou relativo ao ingresso comercial e social dos “civilizados” dos centros populosos...

Êles gozam, certamente, de mais tranqüilidade no silêncio da selva e no decurso plácido e sereno dos dias da própria existência.

Nesta semana, ao lado de verdadeiros heróis, pela dedicação indígena, surgem, na memória de quem aprecia o problema, cultos admiráveis do passado, dignos de uma rememoração coletiva, pois votaram-se, dia e noite, à obra ingente da defesa, da proteção, da dedicação viva e patriótica destes nossos irmãos, atufados nas matas, hoje, certamente, no gozo de seus direitos, proporcionados às condições em que vivem. Destes patrocinadores da causa do índio, muitos dêles, tendo atingido à idade propecta, foram celebrados pelas imprensa e pelo livro, em vários países, notadamente na França, na Espanha e em Portugal, uns, colimando a finalidade do louvor, outros, para incidir no velho preconceito de julgar sem a balança das contingências humanas e sem o termômetro das injunções do cenário dos acontecimentos.

Queremos aludir aqui ao “Pai dos Índios”, o grande e desconhecido Frey Bartolomeu De Las Casas, alma que se integrou, visceralmente, desde jovem, à proteção onímota, desinteressada, irrestrita, objetivando “os direitos do índio”, postergados, esquecidos, vilipen-

Extraído de “A Noite”, do Rio de Janeiro, de 22-IV-1945.

diados, pelos poderes políticos das casas reais que, fitando o lucro pecuniário, encheravam, no índio, matéria de negócio, tão só e exclusivamente.

Ao tempo de Bartolomeu De Las Casas, falar em “direitos” dêstes nossos irmãos das selvas, era, para as côrtes espanholas de então, verdadeira irrisão, chegando até certo cronista do tempo a avaliar “como afronta ao rei tôda e qualquer reclamação na defesa do índio”, para muitos um “obstinado”, para outros, simplesmente, “carne para canhão” ou coisa que o valha...

Era o índio o *res nullius*, assim lançada à avalanche dos “conquistadores de terra desconhecida, heróis platônicos de um idealismo horripilante.

Auferir proventos do índio, eis a única preocupação de muitos emissários de côrtes na época longínqua de Bartolomeu De Las Casas, que recorrendo ao direito civil e canônico, imperterritamente, impugnou a cobiça voracíssima do homem armado da côrte, impávido à voz do missionário, mas vencido à eloquência da causa santa do aborigene.

Contra êste regime, arrostando tôdas as dificuldades de ordem física e de ordem moral, com o sacrifício da própria integridade orgânica, visitado pela pandemia da terra, ergueu-se o valente domínio

Contra a cobiça latente no coração dos “colonizadores”, arrostando perseguições, investigando aiosamente contra tôdas as medidas de retalhamento diante das côrtes, Bartolomeu De Las Casas, que tão naturalmente, como religioso de clausura, poder-se-ia ter deixado ficar no silêncio e na quietude mística de seu convento, no recesso de sua Ordem, ou no exercício de alguma incumbência de feitura teológica ou escolástica, furtando-se à responsabilidade de tantas deliberações tomadas em prol dos índios, “seus filhos” pelo coração e pela inteligência, foi o herói perseguido, processado, arrostando, por diversas vêzes, o cárcere e a morte premeditada.

Foi um incompreendido. Lembriemo-nos, porém, do seu mérito, recordemos seu valor moral nesta efeméride gratíssima da “Semana do Índio nacional!!

Os séculos passaram e passarão, mas a memória de Bartolomeu De Las Casas, sem dúvida, há de ficar, conservada, redimida, restaurada, depois de tanta injustiça e de tanto sofrimento: êle comprou êste direito da imortalidade da História indígena na América do Sul.

Lembrava-me desta figura admirável de “padre de los indios”, para também fazer ressurgir, do esquecimento notório, estão figuras gloriosas de missionários antigos e modernos, saídos de vários sodalícios religiosos, que, mesmo no decurso de nossos dias atribulados pelo espírito trágico desta guerra, dão, exemplarmente, o melhor de suas

energias moças, de um e outro sexo, na defesa de nosso índio brasileiro, espalhado em vários contornos da grande pátria.

Aí estão os filhos espirituais de Inácio, de João Bosco, de Domingos, de Francisco de Assis, em plena floresta continuando a obra de Bartolomeu de Las Casas, ininterrupta e sagrada.

Não raro, uma vítima, no holocausto desta dedicação gloriosa.

Nesta “Semana do Índio” brasileira, reivindicemos o direito de uma homenagem que, embora tolhida pelo conselho do Evangelho, ao menos deve ser lembrada na efeméride gloriosa que passa, como preito ao mérito silencioso e cheio de dedicações elevadas e dignificadoras...





SciELO

O DIA DO ÍNDIO

E a necessidade de erguermos ao que simbolise as virtudes intrépidas
da raça americana no Brasil um monumento

UMA SUGESTÃO DE "VANGUARDA" AOS HISTORIADORES
E GEÓGRAFOS NACIONAIS

Estamos na "Semana do Índio". E como cerimônia inaugural do bem confeccionado programa, numeroso grupo de indianistas, autoridades, colegiais e jornalistas, rendeu uma homenagem a Guatêmoc, que assim figurou como símbolo das raças autóctones do Continente e, portanto, do Brasil.

Essa figura varonil de índio, erguida na praia do Flamengo, por uma dádiva fidalga de seus compatriotas, é das que podem, de fato, ser alvo das homenagens que se tributam aos povos ameríndios precolombianos, mas seria muito mais justo e interessante que nos reuníssemos em torno da estátua de um de nossos próprios índios, dêses que, apesar de sua inferior civilização, pois viviam em estado de barrie, no qual, todavia, se encontram vestígios de uma organização social e política que teria pre-existido séculos na América ou noutros continentes de onde houvessem atingido o nosso, através das regiões árticas ou da Atlantida.

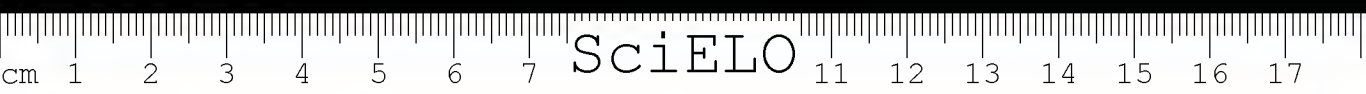
Estamos de acôrdo com os conceitos e votos do General Manuel Rabelo, em seu discurso de ontem junto ao monumento do Guatêmoc, mas levantamos a idéia de constituir-se uma comissão constituída de historiadores e geógrafos nacionais para indicar ao govêrno e ao povo o nome do chefe indígena brasileiro que deverá ser perpetuado no bronze de um monumento como símbolo das raças que habitavam o Brasil e das virtudes heróicas que mais as distinguiram na luta contra os conquistadores.

Tomamos a liberdade de indicar alguns nomes para constituírem essa comissão: os Srs. Embaixador Macedo Soares, presidente do Instituto Histórico e Geográfico, o General Cândido Mariano Rondon, chefe da campanha pelo índio brasileiro, o Ministro Bernardino de Sousa, o Coronel Jaguaribe de Matos, da Sociedade de Geografia, e os Srs. Pedro Calmon e Lemos de Brito, êste como autor da idéia e

Extraído de "A Vanguarda", do Rio de Janeiro, de 21-IV-1945.

autor de uma das primeiras e mais calorosas defesas do aborígene brasileiro, em seu livro “Através de Quatro Séculos”, o primeiro historiador brilhante e membro da Academia Brasileira de Letras. A êstes poderão juntar-se outros nomes de pessoas destacadas nestes estudos.

Escolhido o brasileiro-símbolo da intrepidez e da honra entre os povos primitivos do Brasil não será difícil erguer-lhe um monumento junto ao qual nos tenhamos de reunir em solenidades idênticas as que nos sugeriu êste comentário.”



“O DIA DO ÍNDIO”

“Desde as margens do caudaloso Yukon, até às gélidas terras da Patagônia, festeja-se hoje, nas Américas, o “Dia do Índio”. Palavras irmãs serão enviadas e dirigidas ao que resta das poderosas nações que viram, com a morte de Montezuma e Atahualpa, o fim de civilizações alucinadoras. Palavras amigas serão enviadas ao que resta dos altivos Sioux e Apaches, senhores das pradarias norte-americanas, destruídos implacavelmente pela invasão dos brancos. E, descendo-se pelas repúblicas da América Central, atravessando as barreiras imensas dos Andes, também aos nossos índios será enviada a palavra fraternal e, mais do que isso, estendida a mão para a dádiva, em todos os postos onde existe a proteção à raça brasileira.

Surgiu, ha três anos, no México, a idéia de se comemorar o “Dia do Índio” e imediatamente tôdas as nações americanas aderiram a essa efeméride. Os maiores indianistas concordaram em se unir para um trabalho profícuo e os resultados alviziareiros estão sendo verificados nestes dois últimos anos e tendem ao complemento da estafante jornada iniciada sob tão belos auspícios.

No Brasil cabe ao General Rondon, êsse indianista de primeira plana e aos seus colaboradores mais íntimos, que o acompanham desde as primeiras horas, dirigirem os festejos para a data em que o índio é lembrado, não como ente inferior, mas sim como ser humano, por todos aquêles que dêle, possivelmente, têm conhecimento unicamente através de gravuras.

Espiritualmente, quando da impossibilidade de sê-lo diretamente, todos os selvícolas que habitam o imenso território brasileiro, condensados nas florestas, nos cerrados, ao longo dos majestosos rios, nas selvas, nas brenhas, receberão o quinhão da homenagem que hoje lhes é prestada.

Paratintin, Nhambiquara, Pareci, Xerente, Javaé, Kalapalo, Suiá, Botocudo, Carajá, Chavante, Caiapó, Tapirapé, Canoeiro, Xambôa, Borôro, Guaraní, Terena, Guaicurú, Auetô, Bakairi, Coroado, e outros nivelar-se-ão hoje aos demais que habitam o Brasil. De igual para igual sem a diferenciação de uma pigmentação epidérmica. E, direi mais: agitando-se ante os olhos de todos, pois que, senhores e donos das terras de onde foram escorraçados, serão, mesmo contra a vontade de alguns, lembrados como tais!”.

Extraído de “O Dia”, de São Paulo, de 19-IV-1945.



O ÍNDIO E O MAMELUCO

atores preponderantes na colonização do Brasil

ENZO SILVEIRA

Na obra grandiosa e ciclópica da colonização do Brasil, desde os tempos primevos do seu descobrimento, em todos os períodos mais assinalados da sua história, sempre se fêz sentir, de modo marcante e inconfundível, a ação contributiva do índio, junto ao colono vindo do longínquo e heróico Portugal, para lançar, em terras do ocidente, a semente fecunda da civilização.

Já na Carta de Pero Vaz de Caminha, o documento que bem podemos chamar da verdadeira certidão de batismo do Brasil, vamos encontrar o quanto de confortante foi aos luso-navegantes compreenderem de que a docilidade do gentio era uma perspectiva nova que se abria para a futura conquista da terra que julgaram tão logo divina e boa.

Vaz de Caminha, escrevendo a Dom Manuel, a 1 de maio de 1500, de Pôrto Seguro, contou as impressões que lhe causaram os habitantes da terra, e num dos trechos deste importantíssimo documento, diz o escrivão da Armada:

“O Capitão (Pedro Álvares Cabral), quando eles (os indígenas) vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia, e nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão, nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do Capitão e começou a acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal, como se lá também houvesse prata.”

Extraído de “O Dia”, de São Paulo, de 19-IV-1945.

Decorridos nada menos de 32 anos, depois do feito de Cabral, a primeira armada que aportou em terras de São Vicente a fim de fundar a primeira colônia regular litorânea, foi a armada de Martim Afonso de Sousa, Senhor do Prado, das Vilas de Alcoentre e de Taggarro, que aportou na baía do litoral santista, bem no ponto onde hoje em dia fica a Prainha do Góis, em frente ao local onde se acha instalado o Clube de Regatas Saldanha da Gama, na Ponta da Praia.

Nesta ocasião é que se fêz sentir intensamente o grande papel que desempenhou o índio e o extraordinário produto étnico provindo da cruz de este com o europeu — o mameluco, entre os quais vamos encontrar figuras destacadas da nossa história.

Como prova cabal do quanto foi de significativa a contribuição do índio, basta nos lembrarmos de que tão somente devido à aliança que conseguiram os franceses com os tamoios foi o suficiente para que em poder dos mesmos ficasse durante longo período, fazendo periclitar o poderio português, o Rio de Janeiro e parte do Espírito Santo.

Se não fôra a lealdade de Tibiriçá, o vilarejo de São Paulo, fundado pelo supremo tato de Manuel da Nóbrega, como ao certo devemos reconhecer, teria perecido com o ataque que sofreu por parte dos tamoios confederados e insuflados pelos franceses.

João Ramalho, o patriarca fundador de Santo André, a vila da margem direita do Guapituba, se não desfrutasse domínio seguro entre os indígenas, nada poderia oferecer de apoio e garantia a Martin Afonso de Sousa, e assim teria perecido a obra da colonização, lançada inicialmente com o povoamento do cairel vicentino, onde pelas bandas do Tamiaru, residia Antônio Rodrigues, também um dos primeiros portugueses que, juntamente com o valoroso Senhor da Borda do Campo, chegou ao Brasil mais ou menos de 1506 a 1508.

Além dessa valiosíssima contribuição durante o período em que se enquadra a alvorada colonizadora, o índio e o mameluco foram os verdadeiros esteios das bandeiras, que levaram, à custa dos mais árduos sacrifícios e cruentas lutas, para longínquas plagas, a linha mental do Tratado das Tordesilhas, e, se não fôra este esforço dos bandeirantes que traçaram a fisionomia geográfica do Brasil com os seus feitos memoráveis, hoje em dia, sua superfície não iria além de 2.500.000 quilômetros quadrados, porque, de acôrdo com o referido tratado, caberia como domínio de Espanha, todo o Amazonas, quase todo o Pará, todo o Mato Grosso, quase a totalidade de Goiás, todo o Estado do Paraná, dois têrços de São Paulo, parte de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que bem internados se

achavam nas terras que a linha pontifícia deixava a Espanha. (*O Bandeirismo Paulista e o recuo do meridiano* — ALFREDO ELIS JÚNIOR).

Estudando-se meticulosamente o que foi a obra de catequização do nosso gentio assimilado pela tenacidade, pela bravura e abnegação dos jesuítas, é que se pode ajuisar o quanto ela se revestiu de capital importância nos destinos de nossa Pátria, na formação brasileira sob seus mais variados aspectos.

Dentre os feitos memoráveis que representaram uma grande fase na luta contra os gentios, a história registra a passagem de Anchieta que num dos gestos mais temerários de desprendimento pessoal, foi pacificar os tamoiós do Yperoig, onde ficou como refém entre bárbaros e ferozes inimigos dos portugueses.

Na data de hoje, em que todo o Brasil comemora o “Dia do Índio”, erguemos o nosso pensamento, como brasileiros e paulistas, às figuras de Tibiriçá, Cayubí e à dedicada Bartyla, a Mãe dos primeiros paulistas mamelucos e que no dia de Nossa Senhora da Conceição defenderam com bravura os muros da vila que cresceu às margens do Tamanduateí e do Anhangabaú, vigiada ao longe como sentinela avançada pela montanha alcantilada do Jaraguá, onde Braz Cubas fez as primeiras catas auríferas.

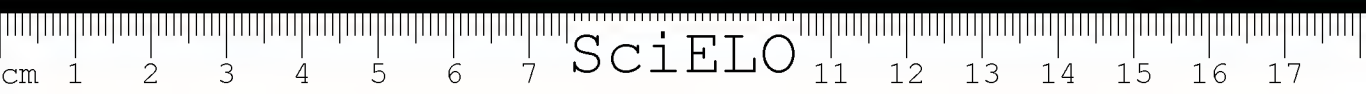
A nossa gratidão aos denodados Nóbregas e Anchietas modernos que, heróicos cavaleiros da Fé, perdidos no seio das nossas ínvias e pujantes florestas, do misterioso Araguaia, do sedutor Rio das Mortes, às margens do São Francisco, em plena selva amazônica e nos solitários sertões de Goiás, levam o conforto e a civilização aos nossos índios, entrando com eles em contato como o vêm fazendo estes bravos sertanistas de hoje com suas bandeiras, porque têm a correr-lhes pelas veias a herança de sangue de nossos ancestrais maiores, e que sentem também com ufania, nas horas árduas de soalheiras ou nas madrugadas friorentas encantadas de luar, debaixo do manto das estrêlas, o abraço cálido e fraternal que a terra lhes dá, terra esta que é nossa e que aprendemos com fanatismo e loucura a amar, desde os primeiros tempos de nossa infância e que por maior glória do destino, seria, por ela darmos o sacrifício do nosso sangue!



ÍNDICE

Decreto-Lei n.º 5.540 — de 2 de junho de 1943 — Considera "DIA DO ÍNDIO" a data de 19 de abril	3
Canção do Índio, pela Sra. D. Helena Abduch Vieira dos Santos	5
Relatório sobre as festividades realizadas, pelo Sr. Antônio dos Santos Oliveira Júnior	7
Mensagem lida pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon, Presidente do C. N. P. I., em 19-IV-1944, ao celebrar-se pela primeira vez no Brasil o "Dia do Índio"	39
Discurso pronunciado pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon, Presidente do C. N. P. I., em 19-IV-1945	42
Discurso pronunciado pelo General Manuel Rabelo, em abril de 1944, ao encerrar-se a Semana do Índio	55
Discurso pronunciado pelo General Manuel Rabelo, em 19-IV-1945, ao inaugurar o programa comemorativo da semana do Índio	61
Nota sobre o falecimento do General Manuel Rabelo, saúdo o membro do Conselho Nacional de Proteção aos Índios	65
Discurso pronunciado pelo Sr. Antônio dos Santos Oliveira Júnior, em 19-IV-1945, ao pé da estátua de Cuauhtemoc	71
Plegaria por el Índio, por Constancio C. Vigil — Contém o original em castelhano e a correspondente versão portuguesa	72
Conferência pronunciada pelo Dr. Luís Hildebrando Horta Barbosa, na Associação Brasileira de Imprensa, em abril de 1944, por ocasião das comemorações da Semana do Índio	75
Mensagem enviada de Lagoa Vermelha (Rio Grande do Sul), em 19 de abril de 1945, pelo Dr. José Maria de Paula, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios ...	87
Discurso pronunciado pelo Dr. Carlos Olímpio Pais, Diretor-Substituto do Serviço de Proteção aos Índios	95
Saudação feita pelo Dr. Herbert Serpa, Chefe da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios, no dia 19 de abril de 1945, ao ser inaugurada a Exposição Foto-Etnográfica	99
Conferência realizada pelo Sr. Venâncio F. Neiva, sob o patrocínio da Sociedade de Cultura Positivista, no Clube de Engenharia, em abril de 1945	101
Conferência realizada pelo Prof. Dr. Boaventura Ribeiro da Cunha, membro do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, no dia 23 de abril de 1945, no salão nobre do Colégio Pedro II — Externato	117
Discurso pronunciado pelo Sr. Ministro Dr. João Severiano da Fonseca Hermes Júnior, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro	131
Poesia de autoria da Senhora Wanda Reycewies, Condessa de Wellewicz, sob o título "Caeique Cadete" (Chefe dos Borôro)	135
Conferência realizada no dia 25 de abril de 1945, pela Professora D. Maria de Vasconcelos, da Sociedade de Antropologia e Etnologia, na Rádio Difusora Educativa do Ministério da Educação	137
Conferência sob o título "A Epopéia da Missão Rondon", realizada no dia 26 de abril de 1945, no Instituto de Educação do Distrito Federal, pelo Prof. Dr. Paulo Carneiro	143

Conferência pronunciada pelo Tenente-Coronel Joaquim Vicente Rondon, como representante da Escola do Estado Maior do Exército, sob o título "O Índio como fator de Civilização", em 2-IV-1945	161
<i>COMEMORAÇÃO DO "DIA DO ÍNDIO" nos Estados</i>	
<i>Estado do Amazonas</i> : Noticiário sobre a celebração do Dia do Índio	171
— Discurso pronunciado em 19-IV-1945 pelo Dr. Alberto Pizarro Jacobina, Chefe da Inspetoria do S. P. I. no Amazonas	177
<i>Estado do Paraná</i> : Conferência realizada pelo Dr. Aleyone Moraes Velozo, no Colégio Novo Ateneu, em Curitiba, sob o patrocínio da 7. ^a Inspetoria Regional do S. P. I.	189
<i>ARTIGOS E REFERÊNCIAS DA IMPRENSA</i>	
"Correlação a Estreitar", artigo publicado em "O Jornal", de 21-XII-1943, de autoria do Exmo. Sr. Dr. Apolônio Sales, ex-ministro da Agricultura	205
"A Margem da Semana do Índio", artigo publicado no "Correio da Manhã", de 24-V-1944, de autoria do Sr. Batista de Castro	207
"Semana do Índio", artigo publicado pela "Revista do Serviço Público" em junho de 1944, de autoria do Coronel Amílcar Armando Botelho de Magalhães, Secretário do Conselho Nacional de Proteção aos Índios	211
"A Semana do Índio", artigo publicado em "A Noite", de 22-IV-1945, de autoria do Sr. M. Alboino Pequeno	219
"O Dia do Índio", nota publicada por "A Vanguarda", do Rio de Janeiro, em 21-IV-1945	223
"O Dia do Índio", nota publicada por "O Dia", de São Paulo, de 19-IV-1945	225
"O Índio e o mameluco", atores preponderantes na Colonização do Brasil, artigo publicado em "O Dia", de São Paulo, de 19-IV-1945, de autoria do Sr. Enzo Silveira	227





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

EM DEFESA DOS BRASILÍNDIOS

Conferência realizada pelo Prof. Basílio de Magalhães, no
auditório do Ministério da Educação e Saúde, a 24
de abril de 1946, durante a "Semana do Índio"

(Separata da Publicação n.º 101
do C. N. P. I.)



IMPRENSA NACIONAL - RIO DE JANEIRO
1946

INDIOS

INDIO

EIRA

ERRAMENTO

SEPARATA DA PUBLICAÇÃO Nº 101

IMPRESSO PELO C.N.P.I.

RIO DE JANEIRO - BRASIL - 1947



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

EM DEFESA DOS BRASILÍNDIOS

Conferência realizada pelo Prof. Basílio de Magalhães, no
auditório do Ministério da Educação e Saúde, a 24
de abril de 1946, durante a "Semana do Índio"

(Separata da Publicação n.º 101
do C. N. P. I.)



IMPRENSA NACIONAL - RIO DE JANEIRO
1946





SciELO



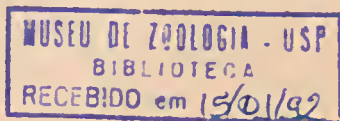
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

4663

EM DEFESA DOS BRASILÍNDIOS

Conferência realizada pelo Prof. Basílio de Magalhães, no
auditório do Ministério da Educação e Saúde, a 24
de abril de 1946, durante a "Semana do Índio"

(Separata da Publicação n.º 101
do C. N. P. I.)



IMPRENSA NACIONAL - RIO DE JANEIRO
1946



SciELO

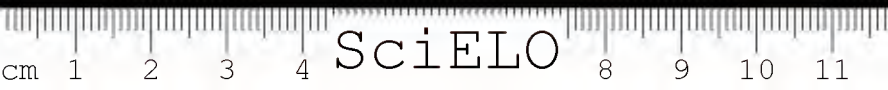


SciELO

EM 1901, quando, mediante renhido concurso, fui nomeado catedrático de História do Brasil do Ginásio de Campinas, aprouve a um destino propício se me desparasse ali, contando-o eu sempre a meu lado, numa solidariedade que a morte dêle interrompeu apenas objetivamente. a Luís Bueno Horta Barbosa, espírito, coração e caráter dos mais perfeitos que tenho conhecido em minha longa existência.

Havia eu sido em Minas-Gerais, ao completar três lustros de idade, — quando iluminou os céus do Brasil a aurora de 15 de novembro de 1889, — um bisonho, mas ardoroso legionário do ideal republicano; e na capital paulista, para onde, viera de São-João-del-Rei em 1892, com a mira de aperfeiçoamento intelectual, tive dois grandes amigos e sábios mestres, Sílvio de Almeida e José Feliciano de Oliveira, aos quais sou reconhecido devedor de minha

4663



iniciação no estudo da sublime doutrina do imortal pensador de Montpellier. Daí a dupla consonância, política e filosófica, a qual depois tanto contribuiu para a estima fraternal, travada entre mim e Horta Barbosa, veterano da sangrenta peleja em defesa da ordem constituída (ao tempo da revolta da Armada contra o Marechal-de-Ferro, o consolidador da República) e, mais tarde, um dos dirigentes do Apostolado Positivista.

Ele e eu adotáramos, na terra de Carlos Gomes, o recomendável hábito de ler, anotar e discutir, em nossas horas de folga, sobretudo as de dias feriados, as obras com que Augusto Comte organizara a sua reduzida, mas seleta biblioteca. Dentre várias outras, é-me grato recordar o muito que aprendêmos com a leitura do pequeno e admirável "Esbôço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano", de Condorcet, de quem ainda bastante proveito nos proporcionou o filantrópico



opúsculo sôbre “A escravidão dos negros” (traduzido e publicado por Arão Reis em 1881). Mercê das luzes que nos foram assim ministradas pelo genial sistematizador da evolução da humanidade e pelo douto acadêmico que preferiu em 1794 o veneno à guilhotina, — luzes essas a que se juntaram as oriundas do muito que havíamos haurido a propósito dos *xantodermos* do Novo-Mundo, principalmente nos livros dos seus abnegados defensores, que vestiram a roupeta da Companhia de Jesus, — Horta Barbosa e eu firmámo-nos na inabalável convicção de não existirem as tão faladas raças inferiores e superiores (base tendenciosa do fascismo e do nazismo, ambos de execranda memória), mas sòmente etnias atrasadas e adiantadas. Esse conceito científico serviu-nos de seguro arrimo ao apêlo que depois formulámos em prol dos nossos irmãos das selvas.

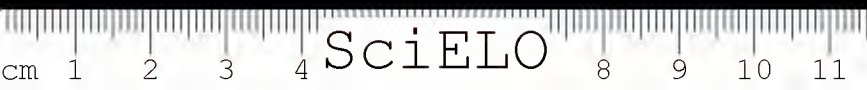
A linda e culta cidade, que foi berço do maior músico das Américas, tinha sido

crismada, alguns anos atrás, por "Meca da República". Não só nasceram ali Campos Sales e Francisco Glicério (sendo filho-adoptivo dela o mineiro Bernardino de Campos), como ainda lá iam ter, a saturar-se de estímulos novos para a radical transfiguração política da Pátria Brasileira, os mais notáveis hoplitas intelectuais que se alistaram na exígua, mas brilhante e intrépida falange, que derribou a última das monarquias do continente colombiano.

Foi colimando honrar as tradições campestres que fundei ali, em 1903, o Clube de Comemorações Cívicas, cuja atividade se estendeu por três anos, havendo estampado folhetos (hoje sumamente raros) relativos às datas de 15 de novembro de 1889, 21 de abril de 1792 e 7 de setembro de 1822. Desvaneço-me de haver conseguido congregar na referida agremiação um distinto grupo de velhos e novos republicanos, figurando entre os mais antigos Bento Quirino dos Santos, Antônio e Paulo

Lôbo, José Maximiano Pereira Bueno, Manuel de Moraes e Alberto Sarmento, assim como entre os jovens os meus queridos amigos Raul Soares de Moura, Benedito Otávio de Oliveira, Alberto Faria, Carlos Olinto Braga e Heitor Penteado, êstes dois últimos os únicos supérstites de todos êles.

Foi nesse ambiente de altanado e operoso civismo que não tardaram a associar-se a Horta Barbosa e a mim dois novos e inesquecíveis companheiros dos ideais que acalentávamos e havíamos inscrito em nosso lábaro de uma excelsa e urgente cruzada, cujo alvo era tôda a extensão sertaneja do território pátrio. Havendo conquistado a cadeira de inglês do Ginásio de Campinas, agregou-se-nos, primeiramente, o erudito professor Erasmo Braga, profundo conhecedor de assuntos pedagógicos e etnográficos, e que, além de obras importantes já dadas a lume, tinha fundado, com Edmundo Krug, a So-



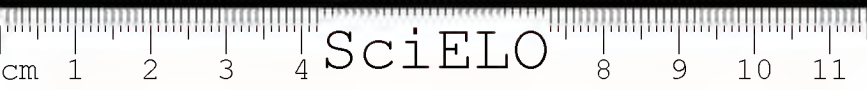
cidade Científica de São-Paulo; e, posteriormente, passando a pertencer ao referido estabelecimento de ensino, também pela porta larga de um belo concurso, veio aumentar o nosso pequeno sodalício o não menos preclaro educador Francisco Furtado Mendes Viana, cuja simpatia pela doutrina positivista êle próprio timbrava em confessar.

Estava em plena e robusta mocidade, na primeira década do século atual, um cuiabano egrégio, que trazia nas veias o vigoroso sangue borôro, e, engenheiro militar, recebera o conhecimento da sistematização filosófica de Augusto Comte, através as lições de Benjamim Constant (de quem fôra um dos mais diletos discípulos), que, quando ministro do Govêrno Provisório, fizera questão de aproveitá-lo como substituto das cadeiras de matemática e astronomia daquele mesmo instituto em que o nomeado se aparelhara para a carreira das armas. Chama-se Cândido Mariano da



Silva Rondon êsse benemérito lutador, que é hoje uma das mais altas e mais legítimas glórias do Brasil.

Entretanto, às tentadoras comodidades e diversões desta Guanabara maravilhosa, à limitada atividade de professor da Escola da Praia-Vermelha, preferiu êle, desde logo, as agruras, inclemências e insídias do sertão longínquo, a região ocidental ainda em boa parte desconhecida, tão diviciosa em tudo quanto liberalizou ao nosso país a sua pródiga natureza, quanto habitada, até àquele tempo, por alguns rudes silvícolas, cujos nomes eram de todo estranhos às explorações científicas e à curiosidade insaciável dos etnógrafos brasileiros e alienígenas. Foi êle quem, corroando no século XX, com outra feição civilizadora, a epopéia bandeirística de São Paulo, — notadamente a que teve por heróis Pascoal Moreira Cabral e os Anhangueras, terminada no século XVIII, — se tornou o pioneiro imortal da “marcha para o oeste”.



possibilitando, assim, a integração definitiva de Mato-Grosso e de Goiás na evolução cultural de nossa grande pátria. Bem andou, porisso, Roquete-Pinto em denominar "Rondônia" (num dos livros mais eruditos e mais justamente encomiados de lucubração brasileira) a vasta região per-lustrada, e até certo ponto revelada, pelo apóstolo-bandeirante da presente centúria. Dêste já havia dito um dos seus biógrafos: — "Rondon, porém, foi além dos seus sonhos de moço; não só cobriu o território matogrossense de linhas telegráficas, como ainda veio a ligá-lo depois ao resto do Brasil, e, — o que é mais, muito mais, — escalou os sertões invios, desde as remotas plagas dos *boróros* aos domínios dos *mundurucus*, sendo o primeiro a rasgar as matas misteriosas, em cujas ásperas dificuldades cinco expedições anteriores se haviam malogrado. De um só passo, estabeleceu uma união territorial, que até então parecia inatingível, e povoou o deserto que, por

centenas de léguas, se extendia, mostrando nessa dupla tarefa o alto valor da energia humana, quando é guiada por um ideal superior”.

Rondon, que, a convite de Floriano Peixoto, tinha iniciado em 1893 a construção da estrada estratégica de Cuiabá ao Araguaia, aceitou treze anos depois, — quando em 1906 assumiu a presidência da República o Conselheiro Afonso Pena. — nova e mais árdua incumbência, qual a de uma linha-tronco de Mato-Grosso ao vale do rio Madeira, para ser extendida mais tarde a Manaus, ao Acre, ao Purus e ao Juruá. O projeto, imediatamente elaborado pelo competente engenheiro militar, foi julgado impraticável por técnicos levidianos, um dos quais chegou ao ponto de trazer a público a tentativa de demonstração da sua inexequibilidade. Mas o inquebrantável cuiabano deu-lhe a melhor das respostas, qual foi a triunfal travessia, principiada em 1907 e concluída em 1910,



quando a comissão saiu nas águas do Madeira.

Nos albores do século XX, voltaram ao galarim, entre os cientistas, os complexos problemas teóricos concernentes à etnografia e à etnologia dos mongolóides do Novo-Mundo.

Por essa época, em virtude da merecida importância que notáveis sábios europeus e ianques davam à antropologia ameríndia, entraram naturalmente em foco os nossos irmãos das selvas, a propósito dos quais não veio a faltar quem, trazendo para estas abençoadas plagas a terrível inexorabilidade teutônica, lhes aconselhasse o extermínio a bala (o Dr. Hermann von Ihering, que foi, por muitos anos, diretor do Museu Paulista).

E aconteceu também que, exercendo eu, então, o cargo de delegado de polícia de Campinas, me visse compelido, — uma vez que os nossos silvícolas, com razão equiparados juridicamente a menores, es-



tão sob a tutela do poder público, — a instaurar inquérito contra certo indivíduo, que se dizia sitiante em Mato-Grosso, donde chegara à terra de Carlos Gomes com um pequeno grupo de *borôros* (dois atléticos rapazes, Adjerúo e Tuborekié, e sua irmã, Torê-Creúda, esta de 16 anos de idade), que êle andava explorando em exhibições teatrais. Servindo-me de tal ensejo, e eficazmente coadjuvado por Horta Barbosa, colhi dos citados três índios, já semi-civilizados, tudo quanto se lhes referia ao sonoro idioma, à vida social e às tradições tribais. Foram êsses elementos que, reunidos ao estudo das obras de Alcides d'Orbigny, Créqui-Montfort e Paul Rivet, me permitiram considerar os *borôros* como um esgalho dos extintos *otukês* bolivianos, migrado talvez, em época imemorial, para o território brasileiro.

Despertaram-nos aqueles fatos a idéia (logo apoiada por Erasmo Braga) de erguermos aos dirigentes dos destinos do



Brasil um apêlo em prol dos nossos abandonados fetichistas. E, após detida explanação da matéria, assentou-se, entre nós três, que me caberia a redação do mesmo, o qual seria feito ao govêrno do Estado de São-Paulo, mediante a aprovação e sob o patrocínio do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, aureolado, então, de notório prestígio intelectual, e de cujo quadro social fazíamos parte. Foi naquele grêmio, — onde contou êle, ainda, com os sinceros aplausos dos Drs. Tito de Lemos e Gustavo Enge (êste um dos amigos mais chegados ao meu coração), — que o leu Horta Barbosa, na sessão de 26 de dezembro de 1908.

E' essa a data do brado de alarma de que resultou, em nosso país, a defesa leiga e oficial, de par com o amparo bem orientado e sistemático à evolução natural do elemento indígena, um dos fatores mais ponderáveis do *melting-pot* nacional.



O nosso manifesto ecoou tanto na imprensa paulista, quanto nos jornais cariocas, tendo, porisso, merecido da opinião pública o mais favorável acolhimento. No ano seguinte, ascendendo à magistratura suprema da República, em consequência do inesperado falecimento do Conselheiro Afonso Pena, o Sr. Nilo Pessanha, não tardou este a restaurar o antigo Ministério da Agricultura, subordinado ao qual criou o Serviço de Proteção aos Índios.

Havia Rondon ultimado a sua tarefa ingente, acima aludida, quando outra, não menos espinhosa, ia ser-lhe confiada: a da direção do novo departamento federal. Ali contou êle, afortunadamente e por muitos anos, com a rara competência e o incansável devotamento de Luís Bueno Horta Barbosa, assim como de um seletos pugilo de moços (inspirados, em sua maior parte, pela doutrina positivista), saídos recentemente da Escola Militar ou da Faculdade de Medicina, os quais quiseram



espontâneamente compartilhar, sob a signa auspiciosa de Rondon, de uma das mais profícuas e empolgantes cruzadas da marcha ascencional da nossa pátria.

Modestos professôres do Ginásio de Campinas, a nossa representação não teria passado de *vox clamantis in deserto*, se não a ouvissem e apoiassem os ianques da América-do-Sul, quais são os filhos da terra dos bandeirantes. E o nosso gesto, embora de alcandorada mira patriótica, ficaria inevitavelmente malogrado, se não existisse então no Brasil um digno condutor de homens de escol proselítico, qual é Cândido Rondon.

Parece-me seja êste o momento asado de relembrar algo do que deixámos exarado em nosso apêlo, erguido ao coração leal e à inteligência esclarecida dos pósteros de Amador Bueno, dos descendentes dos sobranceiros “emboabas” e dos consanguíneos da trindade andradina da quadra heróica da nossa emancipação política.

Tomámos por fundamento o que assim afirmou Teodoro Sampaio: — “Promover a civilização do gentio, que a nossa raça e as exigências do nosso progredir esbulharam e encerraram nos ínvios desertos, privados de suas terras, dos seus campos, dos seus rios, das suas belas e extensas praias, de cujos produtos tirava sua única subsistência, é preciso dizê-lo, vale tanto como saldar uma dívida de honra, compromisso tácito, mas moralmente solene, do vencedor ou invasor de outrora para com o pobre selvagem vencido”.

E, depois de recordar a asserção do general José Arouche de Toledo Rendón, de que “foram os índios os únicos braços, com que os paulistas fizeram tantos serviços à coroa, quantos são notórios ao mundo”, acrescentámos: — “A glória de Carlos Gomes está irrevogavelmente ligada às portentosas selvas do Brasil; e a José Bonifácio, que, no meio dos altanados trabalhos de fundação da liberdade



de um povo, pedia para os índios *justiça, não os esbulhando mais, pela fôrça, das terras que ainda lhes restam e de que são legítimos senhores*, e reclamava que os tratássemos com *brandura, constância e sofrimento, que nos cumprem, como usurpadores e cristãos, não poderemos prestar homenagem mais real, mais sincera, mais filial, do que esforçando-nos por dar execução ao seu generoso projeto*".

Mais adiante, escudando-nos com a ponderação externada, em começos do século XVII, pelo capuchinho Yves d'Evreux (compartícipe da tentativa da França Equinocial), que considerava os nossos índios *mais fáceis de civilizar do que os campônios da França*, — estabelecêmos, enfim, as linhas-mestras da organização da defesa dos nossos fetichistas, embora não traçássemos um plano definitivo, indubitavelmente complexo, do como poderia e deveria ser conseguida a incorporação política dos mesmos em nossa coletividade social.



E concluimos o nosso apêlo pela forma seguinte: — “Antes de mais nada, será preciso destruir (conforme o criterioso juízo do Dr. João Coelho Gomes Ribeiro), por todos os modos, a sugestão tremenda, instalada no espírito daqueles pobres silvícolas, das tradições de extermínio, opressão e usurpação de direitos, que para êles qualificam o civilizado, tradições que, passando de geração em geração, fazem da represália um culto, uma religião veneranda. Êsse é também o parecer do Dr. Teodoro Sampaio: — *Não se conseguirá civilizar o índio, sem primeiro captar-lhe a confiança inteira.* Êste primeiro passo, que deverá preceder e servir de fundamento a qualquer tentativa de incorporação, só poderá ser obtido, quando, conforme o alvitre do Dr. João Mendes de Almeida, aproveitarmos o exemplo dos Estados-Unidòs da América-do-Norte, — de estabelecer tratados entre o govêrno e os indígenas, para reconhecer a êstes como trí-



bos administrativamente autônomas. Esta sábia política já foi adotada pelo patriótico governo do Sr. Carlos Barbosa, Presidente do Rio-Grande-do-Sul. Como medidas mais urgentes e inadiáveis, os abaixo assinados pedem a V. Ex.: que sejam policiados pelos legítimos representantes da força pública os lugares em que os civilizados e os índios estão em contacto; que os *assassínios* dos índios sejam rigorosamente tratados segundo as formalidades legais, não se admitindo sem processo e julgamento a alegação de legítima defesa da vida, da honra ou da propriedade; que o governo não forneça armas de fogo aos civis, empregados de estradas-de-ferro ou outros, sob o pretexto de terem de servir para rechassar ataques de índios, visto como o serviço da garantia da vida e da propriedade dos cidadãos compete à autoridade investida conforme a lei; e que o governo não mais considere como devolutas, para o efeito de dá-las a particulares,

nacionais ou estrangeiros, a companhias de estradas-de-ferro, de colonização ou outras, as terras ora ocupadas pelos índios”.

Foi precisamente em tais alicerces que Cândido Rondon, de retôrno a esta capital em 1910, estruturou o Serviço de Proteção aos Índios, criado naquele mesmo ano em que se restabeleceu o Ministério da Agricultura, sucessivamente confiado aos ilustres paulistas Antônio Cândido Rodrigues, Rodolfo Miranda e Pedro de Toledo.

Pouco anos depois, já o egrégio cuiabano podia regozijar-se públicamente de haver transformado em amigas “as nações de gênio belicoso dos *nhambiquaras*, dos *barbados*, dos *kepi-kepi-uats*, dos *pauatês*, dos *tacuateps*, dos *ipo-uats*, dos *urumís* e dos *arikemes*”, ao mesmo passo que tinha também implantado no coração dos *parccis*, dos *bacairis*, dos *jarus*, dos *jurupás* e dos *caripunas* a inabalável confiança na lisura das intenções e no desinterêsse da



finalidade a que visavam o chefe e os seus colaboradores do Serviço de Proteção.

Enquanto o indefeso comandante arriscava mais de uma vez a vida, para que pudesse aproximar-se daquelas malocas selváticas do nosso *Far-West*, a fim de transmudar-lhes em pacífico o ardor marcial, — dirigiam-se, com o mesmo elevado intuito, os seus principais auxiliares aos rincões do sul, à região hinterlândica da Serra-do-Mar e à hiléia amazônica. Não é propósito meu sumariar aqui tudo quanto realizou aquele impertérrito contingente de bons brasileiros. Citarei apenas o que conseguiu êle com relação a certos importantes clãs, dos quais haviam alguns pertinazmente resistido aos anteriores esforços de diversos catequistas, que se arrojavam ao difícil tentamen de convertê-los da síntese inicial ao monoteísmo cristão.

Foi morosa e árdua a pacificação dos *caingangs* paulistas, iniciada e concluída por dois indeselebráveis patrícios nossos.



já viajeros do Eterno-Além, Manuel Rabelo e Luís Bueno Horta Barbosa, cujo ardor cívico o compeliu para além da sua função burocrática. Pela mesma época, Alípio Bandeira tornava amigos, no vale do Amazonas, os *uaimiris*, que são os mesmos *crixanás* do rio Jauaperí, descritos pelo nobre espírito do consagrado cientista Barbosa Rodrigues. A Antônio Martins Viana Estigarribia competiram duas missões, erçadas de sérios perigos, porque foi enviado a tratar com bravios proto-gés; mas o destemido militar, radiante de satisfação por haver prontamente pacificado os *aimorés* do Espírito-Santo, logo depois obtinha dos *crenacs* do alto Rio-Doce, em Minas Gerais, depusessem as armas com que nos alvejavam. A um sobrinho-neto de Caxias, o bravo jovem Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, coube ufanar-se de pôr termo às hostilidades de outros proto-gés, êsses, porém, localizados no sul, os *botocudos* do Rio-Pardo, em Santa-



Catarina. Incumbiu-se Godofredo de Albuquerque de pacificar os *barbados* do rio Sepotuba, em Mato-Grosso. E o Capitão Emanuel Amarante logrou estabelecer relações amistosas com os guerreiros *parintins*, íncolas do rio Madeira, do Gi-Paraná e seus afluentes. Releva notar que o sobredito Capitão Estigarríbia havia encetado nos rincões baianos a pacificação dos *pataxós*, assim como o Capitão Pedro Ribeiro Dantas dera comêço à dos *urubus*, que no Maranhão e no Pará ocupam as margens do alto Gurupi. A expedição ao rio Ronuro, comandada pelo Capitão Fonseca Vasconcelos, estabeleceu melhores relações entre a nossa gente e a copiosa indiada das margens do Culisêvu, os *ualapitis*, *auêtis*, *meinacos*, *uaurás*, *anauquás* e *trumaís*.

Ao ousado Mandacaru de Araújo, finalmente, fôra entregue o penoso encargo de pôr-se em contato com o gentio do Brasil-Central: esteve êle, na ilha do Bananal.

com os *javaés*, encontrando-se, depois, com os *carajás* e *xavantes*, pertencentes êstes aos gês centrais do subgrupo *acuên*, ribeirinho do volumoso e extenso Araguaia. Mas os esforços práticos em prol da civilização de tantos e tão arredios silvícolas, em recessos longínquos e inóspitos, demandavam, para que atingissem a êxito feliz, um pessoal mais numeroso e mais amplos recursos materiais. Releve-se-me consignar aqui que tão avultados foram os de ordem pecuniária, concedidos à chamada "Fundação Brasil-Central", em meados de outubro do ano próximo-findo (150 milhões de cruzeiros), que nutro a jubilosa confiança de ver brevemente em definitiva harmonia social para conosco aquele inamistoso e irrequieto gentio, condensado no imenso coração de nossa pátria.

A tudo, quanto sucintamente expus, no tocante ao Serviço de Proteção aos Índios, ainda me ocorre a obrigação de acrescentar que os relatórios do chefe e dos co-



laboradores da Comissão Rondon, — afora algumas obras especiais, de que é amostra a já citada e magnífica “Rondônia” de Roquete-Pinto, — subiram a uma inestimável centena de volumes. Essa opulenta bagagem científica representa a mais séria e preciosa contribuição, até hoje aqui realizada e posta em letras de imprensa, para o conhecimento das riquezas naturais, da geografia e da etnografia de uma das mais vastas porções do nosso território, qual a que se prolonga de Mato-Grosso ao vale do Amazonas. Tanto interêsse despertou no mundo cultural essa nova epopéia bandeirística, que uma das personalidades pinaculares da grande nação ianque, Teodoro Roosevelt, não hesitou em vir ao Brasil, para, em companhia de Rondon, varar o sertão inextricável até ao Rio-da-Dúvida, e abater com a sua certaíra carabina algumas das mais temíveis feras do nosso *Far-West*. Sabe-se, pois que êle o deixou escrito, quanto ficou encantado com as be-



lezas prodigalizadas pela natureza ao nosso país e com a gentileza e o saber do seu eminente guia.

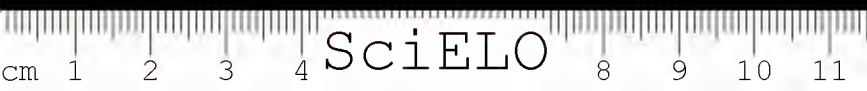
Achava-se o Serviço de Proteção aos Índios em seu acrisolado dinamismo, quando subiu à curul do Catete o Sr. Artur Bernardes, estadista impoluto e capacíssimo, porém que não pôde, como almejava, administrar ainda melhor a República, sòmente porque o socialismo extremista, vindo então das estepes russas para as nossas plagas, já havia começado o trabalho de sapa contra a liberal-democracia que lateja no coração desta nossa idolatrada pátria, desde que cortou ela o cordão umbilical que a prendia à sua metrópole ibérica. Enquanto a defesa oficial dos nossos fetichistas primários era feita nos ínvios sertões ocidentais ou nos latíbulos da hiléia amazônica, ninguém se lembrou de extingui-la; mas, apenas surgiram os primeiros postos estabelecidos na zona temperada, onde o alto valor das terras excitava a in-



sana e desmedida cobiça dos *grileiros*, começou a celêuma contra a inatacável e esplêndida obra dirigida pelo benemérito Rondon. Aguardou-se intencionalmente o momento em que o ínclito general comandava, no interior do Estado do Paraná, boa parte do exército brasileiro, destinada a jugular a leva-de-broquéis contra o govêrno do Sr. Artur Bernardes, e da qual era *condottiere* o atual cabecilha do comunismo em nosso país; e apareceu então na Câmara dos Deputados o projeto que tentaria pôr têrmo ao Serviço de Proteção, pois a isso equivalia o afastá-lo da órbita administrativa da União e entregá-lo aos Estados.

Representava eu, por êsse tempo, o meu Estado natal naquela casa do Congresso Legislativo. Maugrado haver sido unânimemente favorável ao mencionado projeto o parecer da Comissão de Finanças, da qual era presidente o *líder* da maioria, e cuja mão (nas veias da qual corria o san-

gue do Patriarca da nossa Independência) devera ter tremido (como eu lho bradei os *ad os*, em plena Câmara, num dos meus discursos), ao assinar ali o seu colendo nome em primeiro lugar, — eu, homem de atitudes definidas e desassombradas, porquanto encarava apenas, e acima de tudo, o porvir da minha pátria, impugnei-o com a mais calorosa e ininterrupta veemência. No mesmo ano, essas orações, pronunciadas sempre de viva voz, foram enfeixadas em dois opúsculos, valorizados por telegrama do General Rondon, cartas-prefácios de Luís Bueno Horta Barbosa, notas e documentos: — “Em defesa do índio e de sua propriedade” (discursos de 31 de outubro e de 12 de novembro de 1924); e “Em defesa do índio e das fazendas nacionais” (discursos de 28 de novembro, 19, 28 e 30 de dezembro de 1924). São peças probantes que cito menos por acúleo de vaidade do que pelo interêsse que possam ter para algum estudioso dos mais im-



portantes problemas da realidade brasileira ou para algum curioso dos nossos costumes políticos.

O meu velho correligionário e amigo General Rondon há de certamente perdoar-me a indiscreção que ora vou cometer, pois que até hoje nada transpirou em público sobre êsse grave incidente: — Foi um seu telegrama, que recebi de Ponta-Grossa e levei imediatamente ao conhecimento do Sr. Artur Bernardes (que sempre me honrou com a sua estima e confiança) o remédio que prontamente salvou o Serviço de Proteção aos Índios, já tido alvorozosamente, por muitos cúpidos *grileiros*, na conta de moribundo... E' que o egrégio matogrossense, — um dos maiores brasileiros vivos, — me autorizara a declarar ao chefe da nação que, uma vez extinto o departamento federal sob a sua direção, êle, soldado que jamais poupou sacrificios em defesa da pátria, solicitaria reforma, sem perda de tempo, na carreira das



armas, a fim de poder, como qualquer outro bandeirante paisano, ir continuar, no território nacional, onde houvesse silvícolas abandonados pelo poder público, o seu nobre apostolado, pela palavra, pela ação, pelo exemplo, pelo denodo. Deixo outras minúcias dêsse episódio para mais convinável oportunidade.

Não posso terminar o meu depoimento em favor do Serviço de Proteção, nesta bem lembrada "Semana do Índio", sem renovar uma sugestão, à qual já deu em público o seu valioso apôio o General Rondon. Representa uma forma espiritual de pagamento da nossa avultada dívida de gratidão para com os brasilíndios, notando-se, ainda, que nos será mais vantajosa do que a êles, hoje em número tão pequeno; é, mais pròpriamente, uma reparação moral que damos ao passado, e, simultaneamente, é uma exigência intelectual da alma sinérgica da nossa pátria, oriunda fundamentalmente de três fatores étnicos,



entre os quais não ocupa o plano derradeiro o que tão carinhoso aprêço mereceu de Pero Vaz de Caminha.

Com respeito à nossa literatura, interessa-nos mais aprender o *nheengatu* e o *avá-nheên* do que aprofundar-nos no conhecimento do latim e do grego. Aqueles idiomas aglutinantes, pertencentes ao maior e mais extenso grupo dos primitivos donos dêste ingente Pindorama, é que verdadeiramente cabe a denominação de "língua brasileira". Foram êles, — falados durante os dois primeiros séculos, após o descobrimento, pelos invasores ibéricos, e bem aprendidos e divulgados então pelo elemento cerebral da colônia, os discípulos de Loyola, — o instrumento de civilização desta terra privilegiada, que é, insofismavelmente, o mais belo florão da conquista lusitana e da evangelização jesuítica. Foram êles que batizaram oito dos nossos atuais Estados (Pará e Paraná, Ceará e Goiás, Piauí e Paraíba, Pernambuco e Ser-

gipe), fornecendo não poucos antropônimos e cognomes a patrícios nossos, além de darem legendas a quadros e esculturas, assim como títulos a óperas notáveis (a mais célebre das quais é "O Guarani" de Carlos Gomes) e a alguns dos melhores romances brasileiros. Foram êles que se perpetuaram nas denominações de tantíssimos povoados e acidentes corográficos dêste gigantesco paraíso terreal da América-do-Sul. Foram êles que opulentaram a varonil e formosa língua de Camões com os mais sonoros designativos de uma fâuna e de uma flora sem rivais na superfície do ecúmeno. Foram êles que inspiraram a Anchieta, a Gonçalves de Magalhães e a Gonçalves Dias poemas imperecíveis. Foram êles, em suma, os que serviram às figuras imortais de Tibireçá e Ararigbóia, de Poti e Ajuricaba, exemplos edificantes e invejáveis modelos do mais nobre e fecundo espírito de brasilidade.



O gentio que se exprimia na língua geral é que foi, depois de atraído pelos colonizadores lusitanos e catequisado pelos jesuítas, não só o principal construtor dos núcleos urbanos que surgiram e se ostentam em nosso litoral e em nosso *hinterland* (São-Vicente e São-Paulo-de-Piratininga, Rio-de-Janeiro e Niterói), como ainda desempenhou o mais conspícuo papel na conquista e defesa, contra piratas e corsários, de quase tôdas as capitanias do Brasil. em algumas das quais se celebrizaram Tabira e Itagiba, Piragibe e Tomajica, Jacaúna e Guairacá. Sem o braço robusto dos primeiros possuidores da Terra do Cruzeiro--do-Sul, não se teria feito a exportação da *ibirá-pitanga*, nem plantado a cana-de-açúcar, nem iniciado a pecuária, como também não se houvera salvado a expansão portugêsa, ameaçada pela Confederação-dos-Tamôios. Sem o seu válido concurso, os colonizadores ibéricos não teriam podido repelir as tentativas francesas



da França-Antártica e da França-Equino-
cial, as incursões inglêsas e as duas formi-
dandas invasões holandesas. Antes e de-
pois da titânica expulsão dos mercenários
batávicos, assalariados pela Companhia Pri-
vilegiada das Índias Ocidentais, ainda for-
maram os mamelucos a vanguarda das au-
daciosas e prolongadas bandeiras paulis-
tas, assim como os *carijós* meridionais se
tornaram os cavouqueiros e abridores das
lavras e bêtas auríferas, durante o grande
ciclo do fulvo metal em Minas-Gerais,
Mato-Grosso e Goiás. Além de haverem
constituído uma das mais consideráveis e
indômitas parcelas dos três elementos étni-
cos que se confraternizaram, para a defesa
da nossa terra, no Arraial-do-Bom-Jesus,
— baluarte em que nasceu e foi batizada
a idéia de pátria no Brasil, — foram tam-
bém os nossos irmãos das selvas os que
com mais intrépido sangue contribuíram
para o povoamento e o progresso do nosso
país, desde o extremo-sul até ao extremo-



norte, desde os contrafortes da cordilheira andina até à orla marítima do nordeste. E' a sua energia máscula que palpita nos desbravadores do Amazonas e do Acre, no gaúcho das coxilhas meridionais e no vaqueiro do *mimoso* e do *agreste* setentrionais, no jagunço revel e no sertanejo pacífico, para os quais não têm mistérios nem causam medo os grotões e matagais da região central, e, enfim, no praieiro e no jangadeiro, que brincam com os "verdes mares bravios" e afrontam em seus leves e frágeis barcos os vagalhões do Atlântico. Devemos orgulhar-nos de possuir matéria-prima humana de semelhante quilate, a única que demonstrou a sua capacidade de vencer as asperezas da terra e as procelas oceânicas, a única simultâneamente avezada e resistente ao pampeiro e ao minuano, à umidade da hiléia e ao sol dos trópicos.

O estudo oficial da língua tupi foi proposto, em meados do século XIX, pelo "pai da nossa história", o culto e austero



Varnhagen, que teve a secundá-lo, sucessivamente, uma plêiade de compatriícios não menos idôneos, quais Couto de Magalhães, Batista Caetano, Barbosa Rodrigues, Teodoro Sampaio, João Ribeiro e Artur Neiva. E, desde 1942, o sapientíssimo Padre Augusto Magne e eu não nos temos cansado de lembrar a necessidade da criação da referida aula no currículo da Faculdade Nacional de Filosofia.

Em nosso país, entretanto, acontece, às vêzes, que uma certa modalidade de progresso aparece nos Estados, antes que reponte na capital da União, patenteando, assim, que nem sempre “os membros são regidos da cabeça”. Com efeito, na adiantada terra dos bandeirantes, existe, há vários anos, a cadeira de tupi na Faculdade de Filosofia estadual, e outra acaba de ser criada na Faculdade de Letras da antiga e pitoresca cidade do Salvador.

Instalar aqui, quanto antes, uma aula da mesma disciplina na referida casa de



ensino da Universidade do Brasil, não alterará, por certo, o excelente e imperioso programa de compressão deflacionante das despesas públicas, em boa hora traçado e pôsto em severa prática pela atual administração suprema do Brasil. E a tão módico dispêndio corresponderá, sem dúvida, um lucro imenso, qual o da aprendizagem, conservação e vulgarização do vultoso acervo léxico e folclórico, que nos legaram os guaranis do sul, os tupis da costa e os tupis do nosso rio-mar.

Sem prejuízo dos refinamentos de cultura, que nos trouxeram, e trazem, ainda, os leucodermos da Europa, — cumpramos sempre, inflexivelmente, a categórica obrigação, consoante o ideal pragmático do fundador da nossa nacionalidade, de defender e proteger os primitivos donos da terra brasileira, respeitando-lhes também o rico tesouro tradicional.

Seria imperdoável puséssemos em olvido que, — por e para felicidade nossa, —



a robusta, valente e altiva indiada brasileira, tão merecidamente exaltada pelos mais belos romances de José de Alencar e Bernardo Guimarães, assim como pelas mais formosas e vibrantes rimas do fundador do nosso romantismo e do cantor de “Os timbiras”, muito influiu no acendrado apêgo que temos por todos os ideais de liberdade e no amor inextinguível que consagramos a esta grande e gloriosa Pátria Brasileira.





SciELO



SciELO





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS INDIOS



A INFLUÊNCIA DO ÍNDIO NA LINGUAGEM BRASILEIRA



CONFERÊNCIA PROFERIDA PELO

PROF. NELSON DE SENNA.

DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO
DA SEMANA DO ÍNDIO, A 30 DE ABRIL DE 1946.



SEPARATA DA PUBLICAÇÃO Nº 101

IMPRESSO PELO CNPI.

RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1947





SciELO



SciELO



SciELO

DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA
BIBLIOTECA
Secretaria da Agricultura

15814

CONFERÊNCIA PROFERIDA PELO PROFESSOR NELSON DE SENNA (DA UNIVERSIDADE DE MINAS), A CONVITE DO EXMO. SR. GENERAL RONDON, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DA "CELEBRAÇÃO DA TERCEIRA SEMANA DO ÍNDIO DO BRASIL", A 30 DE ABRIL DE 1946, NA SEDE DO CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, NA CAPITAL FEDERAL.

MUSEU DE ZOOLOGIA - USP
BIBLIOTECA
RECEBIDO em 15/01/92

1965



Exmo. Sr. General Rondon,
Minhas Sras. e Meus Srs.

A honra que para mim representa este momento de vos dirigir a palavra, convocado que fui para tal fim pelo benemérito Concidadão e culto General, que preside aos destinos desta "Casa do Índio Brasileiro", é de tal maneira cativante e tão cheia de responsabilidade, que me sinto aqui - embora velho professor universitário - qual um tímido recruta, que só em obediência ao mando superior, se atreveu a vir proferir esta Conferência, no solene encerramento comemorativo da "Semana do Índio".

Relevareis, portanto, que encete esta palestra convosco, em auditório de escol, como é o aqui presente, abordando um tema predileto de meus velhos estudos: o de frisar, com exemplos, como recebeu a indelevel "marca do Índio" a nossa linguagem brasileira.

Seria prova documental e irretorquível da riquíssima contribuição das línguas indígenas, notadamente da "língua geral" dos Tupis e Guaranis, para a formação da linguagem popular e usual luso-brasileira, neste grande pedaço do território sul-americano - que é a nossa Patria - inventário de todas as vozes que nos vieram dos idiomas ameríndios e são "moentes e correntes", no falar e escrever da nossa gente atual.

Fôra oportuno, e eu aproveitaria o momento para mostrar a este culto auditório como é formidável a referida contribuição indígena, distribuindo pelos seguintes grupos de assuntos, em ordem alfabética, os vocábulos por nós usualmente empregados para se designarem, no Brasil:

a) adereços, adôrnos, enfeites e ornatos;

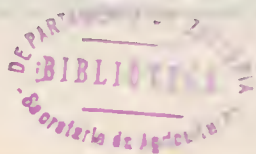
- b) alcunhas, apelidos e nomes próprios, masculinos e femininos;
- c) alimentos, em geral, comidas e iguarias da cozinha indígena, refrescos, bebidas, condimentos e temperos, processos de conservação de provisões de bôca, frutos, grãos, raízes e tubérculos comestíveis;
- d) ardís e armas de guerra, em geral;
- e) artefatos e artes plásticas (cerâmica e indústrias primitivas, na fabricação de peças de vestuário, tecidos, utensílios domésticos, processos de fundição e de tinturaria, e outras atividades do trabalho e habilidade do nosso Índio);
- f) caça e pesca (armadilhas, aproveitamento de peles e couros, cola, carnes de aves, animais de porte, peixes e mariscos, com a enumeração dos aparelhos, armas e engenhos e processos inventados e utilizados pelo Índio caçador ou pescador);
- g) cantigas e danças, diversões esportivas, festas, cantos de guerra, folguedos, os instrumentos musicais indígenas e a influência de tudo isso no folk-lore indígena;
- h) costumes, cerimônias, hábitos, usos e tradições indígenas, no gênio e temperamento, na vida familiar, na união conjugal, na sociedade tribal, etc;
- i) cultura do solo (roças e plantações agrícolas, produções naturais da terra, produtos obtidos pelo trabalho indígena, matérias-primas vegetais, de que os aborígenes se utilizaram e tiveram conhecimento);
- j) doenças e enfermidades, endemias, pestes, pragas, e males contagiosos (com os empíricos processos da "arte de curar", conhecimentos terapêuticos dos pagés sobre drogas e plantas medicinais, remédios caseiros usuais, venenos conhecidos, bruxedos da "pagelança"; e bem assim índices evidenciadores da robustês e saúde do primitivo

selvícola, quando entregue à vida natural, fora do contacto com os brancos e negros);

- k) fauna e flora, avifauna e florística, em geral (com os nomes indígenas conhecidos de animais, árvores, aves, fibras, flôres, forragens, ervas, insetos, madeiras, matas, palmeiras, pássaros, peixes, mariscos, plantas, e os reinos vegetal e animal, em geral, no Brasil indígena);
- l) gentilidade e religiosidade (com os nomes dos mitos e seres sobrenaturais, das crendices e superstições; ascendência religiosa dos pagés nas tribos e os fenômenos naturais do Índio conhecidos: alguns astros, o calendário lunar, influência do sol e da lua sobre a vida animal e vegetal, etc.);
- m) habitações e aldeias (construção, mobiliário rudimentar, fortificações, local de moradia passageira, etc.);
- n) linguagem (adagiário, denominações de lugares, dialetos, folklore, idiomas, lendas, riqueza de expressão para designar aspectos físicos e cousas da terra, tradições linguísticas, vícios prosódicos, vocabulário copioso);
- o) meios de transporte por terra e água e meios de comunicação, do Índio, por curiosos processos da fumaça, dos sinais e do som; (as embarcações indígenas, a arte de nadar, etc.);
- p) raça (povos, hordas, "nações" e tribos indígenas; seus nomes mais interessantes e expressivos, na enumeração dos grupos etnográficos do gentio mais espalhado pelo território brasileiro).

* * *

Cremos que só assim bem enunciado ficaria o nosso propósito de um detalhado conhecimento, da influência indígena em nosso atual estado de



civilização, no Brasil; e convirá desde logo irdestacando a forte influência do vocabulário indígena, na própria nomenclatura geográfica do território brasileiro, desde os nomes designativos de muitos Estados (Pará, Piauí, Ceará, Paraíba do Norte, Pernambuco, Sergipe, Paraná e Goiás) e dos Territórios Federais "Acre" — contração de Aquirí, o "rio verde" — Amapá, Guaporé, Guajará-Mirim, Iguaçu, Ponta-Porã). Essa influência é manifesta, desde a Amazônia, compreendendo a Barélandia, a Mundurucânia, a Tapajônia, a Xingutânia, e a grande terra insular de Marajó; desde os extremos vales setentrionais do Araguari, do Oiapoque, do Juruá, do Purus, do Qrinqco; desde os altiplanos do Tumúc-humac e da Pacaraima, descendo, seja para as fronteiras ocidentais do Javari, seja para o coração do Brasil, através dos grandiosos vales tocantino e araguaiano; ou acompanhando o recorte litorâneo, através da nossa imensa costa, que se estende desde o Amapá ao Chuí. Por todo o território pátrio veremos profundamente acentuada a "marca indígena", nos nomes locais, derivados principalmente dessa tão sonora e expressiva "língua geral" dos Tupis e Guaranis, povos inteligentes e observadores de todos os fenômenos e acidentes naturais, a que sabiam dar e aplicar a mais justa e apropriada denominação, como retrato vivo da causa descrita e do aspecto natural observado. Mas, do mesmo modo que já o faziam os próprios colonos e conquistadores lusos, também nós — seus descendentes brasileiros — ainda preferimos continuar a apelidar regiões, lugares e largos trechos do território pátrio, recorrendo sempre a expressões e nomes compostos com elementos indígenas, por serem os que melhor se ajustam a cada caso. É assim que além das já citadas denominações indígenas lá da Amazônia, a "terra dos Jarés", e onde viveu Ajuricaba, lendário chefe que enche de ufania o país maravilhoso das Icamabas; é muito comum assinalar, por exemplo, os próprios Estados da Federação, que têm nomes vernáculos, compostos com

palavras portuguesas, por circunloquios nativos, que têm até o seu lado poético-histórico. Assim, o Maranhão é a "Terra dos Timbiras", tão decantadas por Gonçalves Dias; - o Rio-Grande-do-Norte é a potiguarania, recordando a bravura do chefe indígena Poti (Dom Antonio Felipe Camarão), um dos nossos heróis na guerra de expulsão dos invasores holandeses; - Alagoas é a "Terra dos Palmares", e onde as pescarias do sururu, nas lagoas que rodeiam Maceió, chegaram a criar interessante frase de gíria, na linguagem brasileira; - o Espírito-Santo é a "Terra Capichaba", confrontando-se com a "Terra Goitacá" (esta é o território fluminense encravado na bacia do Paraíba-do-Sul, o "rio da escravidão", nos antigos latifúndios cafeeiros e onde, nas margens do Paquequer, ainda ecoam as melodias cantadas, quer no Guarani, quer no Schiavo, as grandes "óperas" do nosso imortal Carlos Gomes); e se do Rio-de-Janeiro, depois de vermos a maravilhosa baía de Guanabara - onde dominou o bravo gentio Tamoio, na terra que é hoje a culta metrópole brasileira aos pés do massiço da Tijuca e defrontando Niterói, "escondida" lá do lado oposto - deixarmos a "Terra Carioca", com as suas praias famosas de Cobacabana e do Ipanema, para irmos a caminho da "Terra Montanha" dos "Geralistas", através da bacia do Paraíba e vale do Parai-buna, atingiremos então o planalto da Mantiqueira; e lá dentro das alterosas Minas-Gerais avultarão aos nossos olhos extasiados os grandes cimos orográficos do Itatiaia e Caparaó (pontos culminantes do Brasil) e os legendários Itacolomí, Itabira-do-Campo, Itambé do Sêrro, Itacambira e Itacambiruçu. Do planalto mineiro tomemos rumo para o sul do país. Já as terras da velha Capitania de São-Vicente nos recordam os campos e o planalto frio e saudavel de Piratininga, os cimos magestosos da Paranápiacaba, dos quais se descortina o mar, nesse litoral paulistano em que

tantas terras indígenas nos recordam o sinal do selvícola, nas praias da Ribeira-de-Iguape, e em Ubatuba e Xiririca, em Iperoígue e Itanhaém.

As plagas catarinenses, bordadas na costa por tantas enseadas e portos de nomes dados pelos Carijó do sul e pelos "Bugres" de Serra-cima, mostram Tijucas e "Tubarão", Itajaí e Iguaçu, enquanto vamos recordando que os soldados do "Regimento dos Periquitos", nas guerras da Independência, com os seus apertados uniformes de flanela verde, deixaram a alcunha de "barrigas-verdes" para os filhos dêsse industrioso Estado sulino. Mais na ráia platino-uruguaia, o Rio-Grande-do-Sul é a "Terra gaúcha", retalhada pelos Tapé e as montanhas sagradas do Botucaraí e Tupaceretã, com a mancha líquida da Lagoa-Mirim e os vales fluviais do Jacuí e do Guaíba, do Jaguarão e do Chuí, através dos quais se estende a região chata varrida pelo minuano e o pampeiro e onde cada "coxilha" recorda a passagem dos aguerridos Guarani e dos Charruáno e outros agrupamentos de gentio daquelas terras de águas tributárias do lendário Uruguai, no Brasil Austral. Mais a dentro do país e já no âmago do território pátrio, está a vasta superfície de Mato-Grosso, terra da ousada gente cuiabana, que, afinal, dominou o Guaicuru e o Borôro, o Guató e o Xané, assegurou a fronteira nacional nas lindes paraguaias, e preparou no cenário amplo e portentoso entre a Bodoquena e o Xaraiés e a Gaíba, através dos pantanaís e das matas da poaia e da seringueira, nos vales que lhe recortam campos e florestas - um habitat propício à futura civilização brasileira de intenso intercâmbio, entre o extremo norte e o extremo sul da Pindorama, nesta Terra de Santa Cruz.

• • •
•



Íntimos amigos em palestra: Rondon e índios Borôro -1944

Primeiro contacto amistoso de funcionários do S.P.I. com os alivos "Chavantes"-1946



Por um pouco de atenção, que queirais conceder à ligeira explanação do meu tema, bem depressa vos convenceíreis, meus caros compatriotas, senhores e senhoras, cidadãos civis e graduados militares aqui presentes, como não falha a "marca do Índio", ao examinar-se, mesmo ligeiramente, a Carta Física do Brasil, estando o "sinete indígena" carimbando dois terços dos nossos topônimos primitivos.

Não ha recanto da imensa terra brasileira onde não esteja o sinete do rico idioma Nheengatu, quer no Tupi amazônico, quer no Tupi geralmente falado na costa, até o ponto onde, mais ao sul do país, entestando com a zona dos Pampas e com as bacias do Uruguai, Paraguai e Paraná, já se nota a predominância dos nomes locais de origem Abaneénga dos povos Guaranis. Por tôda a parte, são cursos d'água, dos caudalosos rios aos pequenos arrôios, são baías, lagos e enseadas, pontas, cabos, ilhas e portos, estreitos e "furos", sangradouros e canais, que ostentam nomes indígeno-brasílicos; e o mesmo acontece às serras e cordilheiras, aos picos, morros e montes, às chapadas, chapadões e planaltos, sempre melhor conhecidos pelas típicas e sonoras denominações tomadas à "língua boa" ou Nheengatu, à "língua de gente" ou Abaneénga e aos bárbaros idiomas dos povos Gês, a "bugrada" tapuia, em geral.

Apicuns, bocainas, caátingas, capoeiras, e capoeirões, capões de mato, capuávas, corixas, grupiaras, igapós, igarapés, itaimbés, itaipavas, itús (ou saltos), itacoatiaras, jundús, itararés, locas, matupás, pampas, peráus, ócas e ocaras, pirambeiras, sarandís e saranzáis, tabas, taperas e tapirís, "tocas" e vossoróca, xaraiés e xiriricas: são termos indígenas já incorporadas à nomenclatura corográfica brasileira.

Não se falando nos muitos derivados já aceitos pela terminologia geográfica (assaízais, aturiazais, cocais-de-babaçú, balateis, cacauáis,

buritizais, cauchais, hervais-do-mate, macaúbais, matas-da-poáia, pirizais, seringais, tabocais e taquarais); e apenas estamos vos citando alguns termos de característica vestimenta vegetal da terra, em determinadas regiões brasileiras.

Para a economia universal entraram, definitivamente, inúmeros produtos de origem e denominações ameríndias (como o abacate e o abacaxi, a bata e a baunilha, a balata e a "borracha" ou "seringa", o cáucho, a cochonilha, o chocolate e a cóca, a "herva-mate", o guaraná, a ipécacuanha, a jalapa, as lãs de alpaca, chincilha e guanaco, a "quina", o páu-campêche, o óleo-de-copaíba, as fibras do caroá, o tabaco, a tapioca e a maizena, a jarina (marfim-vegetal), os couros e peles da ariránha, do caimam ou jacaré, do jaguar ("onça"), do tapir ("anta") e de ofídios como a gibóia e a sucurí.

Para a ciência, os alcalóides extraídos da cóca, do jaborandí, da poáia, da quina; o sutil veneno paralisante do curaré e outros tóxicos de procedência indígena; os "alimentos de poupança", que a flora do Novo-Mundo deu ao homem moderno: — tudo isso tem a marca do selvícola americano. Ainda hoje a nossa infância brinca o jogo da peteca, atira pelotas com o arco do "bodóque", tal como ainda o fazem os curumins; e o nosso pescador piraquára usa o jequí, o pindá, o puçá, emprega a sararaca, utiliza o processo do promombó, ou atordoa o peixe com o suco do timbó e do tinguí, lançado às águas piscosas; quando não preferem os pescadores fluviais e do litoral fazerem o cêrco do peixe pelo pari e pelos ca-curis. O caçador civilizado, por sua vez, aprendeu com o Índio a tocaia da caça grossa, esperando-a no mutá, prendendo-a no mundéu e na arataca; e, quando pequena a caça cobiçada, usa da armadilha leve da arapuça ou urupuca.

A caboclada ensinou ao navegador brasileiro como afrontar os riscos das corredeiras dos rios

encachoeirados e os escóelhos dos mares costeiros, nas suas igaras, pirógas, igaritês, "jangadas" e até os "jabotís" acreanos.

*
* * *
*

A mesa brasileira recebeu a contribuição alimentar do aipim, da batata-doce, da batatinha, do cará, da carimã, da caratinga, do caruru, do inha-me, do mangarito, da taióba, do gerimum, do mandubim, da castanha-do-Pará, do mel-da-jataí, da mombuca e da uruçú, da pacova, da mandioca, das espigas-de-milho verde assado, do churrasco, do mingáu, da paçoca, da mixira e dos mólhos picantes do tacacá e tucupi, com o ardor das pimentas cumari e murupi; o processo da conserva da carne no moquêm; as variadas e deliciosas muquecas de pescado; o nutritivo pirão de farinha-de-mandioca; pipocas-de-milho, as fritadas-de-siris, o casquinho-de-mussuã, os ovos-de-tracajá, as postas de pirarucu (verdadeiro bacalhau amazônico), os lambaris fritos, as peixadas famosas do tambaqui e do tucunaré, do piaú e do surubim, do jaú e das tainhas, das trairas e dos mandis, das piabas e da piracanjuba, das finíssimas iguarias da "garôpa" e do bijupirá, todos êles guisados em mólhos e caldos apimentados - sem esquecermos ainda: a paçoca de "carne de vento", socada no pilão; a macaxêra ou aipim; os beijus de farinha de mandioca torrada; os grêlos da camбуquira e de samambáia; os frutos mais delicados da nossa flora riquíssima (o abacate, o abacaxi, o abíó, o "abricó", o ananas, as várias anônas - como os araticuns e biribás - ; o aracari, ou acri da Bahia, os variadíssimos araçás; a bacaba, o bacupari e o bacuri; a batinga, o "cajá-manga", o cajá-mirim, o cajú e o cajuí; o cambucá, o cambuí, o copuaçu; os côcos assaí, babaçu, bacaba,

buriti, geridá, indaiá, licuri, macaúba, da pupunha e do tucum; a guabiroba ou guabiraba, o gravatá e os juás doces, o genipapo, as goiabas branca, roxa e vermelha; a grumixama, as jaboticabas; a "bixirica" e a "mexerica"-do-campo; o mamãozinho-jaracatiá, a mangaba, os diversos maracujás, o murici; a pitanga, as "mangas" - goiana, de Uba, e de Itamaracá; a pacova-inajá, a marangaba, o marimari, o mandapuça e o mucujê; o pequi, a pitomba, o sapoti, a sapota, o jatobá; as castanhas de sapucaia e do Pará; o tape-rebá, o uixi, o umbu, a uváia, o tarumã, o trapia, etc.

Nem se esqueçam bebidas de nomes indígenas, como a caçuma, o cáum, a xixa; os licôres de cacáu de genipapo e de pequi; os vinhos de buriti, de caju ou de jaboticaba; a ardente tiquira, a nutritiva tipuca (o leite), o xibé, o mocororô, a garapa de cana-de-acucar, o delicioso e tonificante guaraná-dos-Mauês, o "mate-chimarrão" gelado, os refrescos de cajuada, etc.

- Os rudimentares utensílios e vasilhas, de que nossa gente caipira ainda faz uso quotidiano, em suas rústicas moradas, são os mesmos côitês e cuias, os mesmos camocins e igaçabas, os mesmos ralos de prensar do tipiti e da piranheira, que o Índio lhes ensinou a fabricar e a deles se utilizar. A trempe de pedra da tucuruva, o forno quente do bucam e do moquêm, para cozinhar caças, frutos e peixes ao ar livre ou a fogo lento, sob o chão; a obtenção da fagulha ou faísca, pelo atrito forte de bastonetes duríssimos sobre a mecha do amaniu (algodão) ou do capim e sapé ressequidos, e ainda pela chispa que salta dos golpes de lascas de silex (itá-tatá): tudo isso está continuando, no civilizado de hoje, a prática do "bugre", do selvícola brasileiro.

- Tantas doenças e enfermidades físicas, bem como males endêmicos, que já perseguiam a gente humana e os animais, na época pré-cabraliana do Brasil, continuam a ter, entre o nosso povo, os mes-

mos designativos indígenas, como sejam tantas dermatoses, febres e feridas bravas, constipações e dôres rêmáticas, moléstias dos órgãos visuais, etc. que vulgarmente ainda se chamam, respectivamente, de aberâna, canguari ("amarelão"), caruára, caruba, cataporas, (tatá-póra), gerêrê ou jarêrê, pareba ou pereba, piã, piririca, sapiranga, sapiroca, sarampo, tatá-aíba ("fogo-selvagem"), a impetigo, uaurâna, urucubaca, "úlcera-de-Bauru", "terçol-de-mucuim", urucuruba, etc.

- Dos adôrnos, adereços, enfeites e ornatos ameríndios - como sejam, entre os de que, nesta palestra, posso ir me lembrando: o acanitár, a araçoiaba, a acangatara, o chiripá, o cocar, o enduápe; a kiba (ou pente de osso ou chifre); o calçado das "galochas" de cáucho ou de "borracha" da seringueira, e do mocassim (sandálias ou alpercatas); e pijama (veste leve sôbre a pele), a tanga de barro marajoára (para cobrir o "sexo") e o tapacura (liga da virgindade é atada, como jarreteira, ao tornozelo das donzelas indígenas) - ainda ficaram reminiscências no luxo e nas modas atuais. Nos seringais acreanos, ainda se cobre a cabeça com a acanita, tecida de palha, já não falando nos finíssimos chapéus erroneamente ditos "do Chile" e Panamá, quando são, em verdade, fabricados com a fibra alvíssima da "toquilha" pelos índios equatorianos de Jipijapa. As nossas damas elegantes não dispensam, como a índia, colares e braceletes de contas coloridas (cru-bixais) e de conchas ou itâns, nem as finas e belíssimas plumagens de aves, entre as quais as da "garçatinga" que lhes fornece "aigrettes" nitentes e vistosas. O peão gaúcho e o paranista e o cuiabano ainda se enrolam no pala, no ponche e no xiripá, defendendo-se do frio e da garôa. Nos tempos do Império, os nossos dois soberanos da dinastia de Bragança compareciam à solene sessão de abertura do Parlamento, para lerem a "Fala do Trond", revestidos

do colorido e imponente "manto de papos-de-tucano", que lhes aumentava o ar magestoso. Tal como o faziam os tuxáuas, que, em solenes reuniões da tribo, se cobriam com o "manto de rêde" da iniaóba.

*
* * *
*

Vejamos ainda a fisiografia brasileira que não pode ser bem entendida (desejo insistir neste ponto) sem o exato conhecimento dos nomes com que o gentio apelidou muitos dêsses vários acidentes, aspectos e fenômenos naturais, quer em terra firme, continental ou insular, quer na superfície líquida, oceânica, lacustre e fluvial. A ciência perfilhou tais nomes indígenas, de que são exemplos: aguapós e apicuns, apipucos e araxás; beribócas e bibócas, bijaris e bocainas, bòssorócas e brocotós, burabas e buraras, butupocas e buturocas; caátingas e caátingais do nordeste brasileiro; cabeceiras do igarapés, cabeços da Mantiqueira, "cacurutos" itabiranos e cahivas paranaenses; caícaras amazônicas, caieiras de Carandá, de Osasco, ou de Itaú; calhas de igapós e paranás da Amazônia, "camaleões" de Pernambuco e "camalotes" de aguapés; cambôas-costeiras e cambueiras-de pirajás; campanhãs-do-Paraopéba e "campanhas"-gaúchas; campestres-marajoaras, campinas-goianas e "campos gerais" de Guarapuava, Itapetininga e do Alto-Paraopéba; Canal-de-Macaé e Cabo-Gurupi; Caldas de Araxá ou de Goiáz; cangas minerais da Itabira ou do Piauí; cangicas de piruruca; "cangurrais"-gaúchos e "canhadas"-do rio-Uruguai; "canzurrais" e "charravas-cais"-cuíabanos; catanduvás paulistas; cauchais-de-Javari e capepenas-do-Pará; "Chaco" boliviano-paraguai; chapadas do Apodi, do Araripe, ou do Araçuaí; "cavaleiros"-de-pororocas; "caldeirões" do Tieté e da Serra-da-Mantiqueira; capangas e capuavas; corredeiras de pararacas e correntezas do Tajajós; "corrimaças" de saúvas e cupinzais; "despenhados" de itaim-



Índio Borôro em traje festivo - 1945

Refeição em família - Índios Meináco - 1945



bés e "duros" do Tocantins; "emburrados" do Sincurá; embaúbais, buritizais e capinzais; "furos" de Mara-jó, do Pará e do "Solimões"; "chuvas de cajus" e "chuvas-de-umbus"; borrascas repentinas de pirajás; "grotas" de capoeirões; chuviscos enevoados de ga-rôas; "catas" e "grunas" do Andaraí-Diamantino e do Sincurá; grutas de Iporanga, do Maquiné e da Tijuca; hervais paranaenses; ibitipócas e ibitiras; igapós e igarapés; ipueiras e jundús; "mangues" -cariocas; marizais-amazônicos; itaipavas e itapucas, itaimbés e itambés, ituveravas, itaócas, itus e ibiturunas; itingas e grupiaras; jussarais e jupias; maçaranduba-is e miritizais; moitas de canarãnas, de capim, ou de cipós; paranas da Amazônia; picos da Itabira, do Itacolomí ou do Itacambiruçu; peráus, pirajás; piram-beiras e pororocas; "restingas", como as da Ma-rambáia ou da Mogiana; "sangas"-gaúchas; sarandis e savanas; "seringais"-acreanos ou paraenses; serras da Itatiaia, do Marumbi, da Tijuca, da Tocáia ou do Borborema; sorócas e taperas, tapiocangas, vossoro-cas e xiriricas; vendavais de aracatis e marajós, de minuanos e de pampeiros; ipueiras, ipús e itús; etc.

*
* * *
*

E nem penseis que a resenha seja completa. Muito longe de o ser, a lista alcançaria centenas de denominações locais indígenas, muitas já formadas no seio da linguagem portuguesa (tal como é falada e popularmente entendida em nossa Pátria, cá na América), para caracterizarem extensas regiões brasileiras, onde predomina esta ou aquela espécie florística ou faunística. No reino vegetal, ha zonas marcadamente conhecidas, como se pode ver por ligeiros exemplos: andirobais, aningais, assaizais, aroeirais, balatais, batatais, bocaiuvais, brejaubais, buriti-

zais, bussuzais, cacauais, cambaúbais, capinzais, carandazais, carnaubais, cipoais ou cipozais, cape-tingais, "cocais" -de babaçu, çoqueirais-de-macaúba is, embaúbais, emburãais, indaiazais, ingazais e ingazeiras, joazeais e joazeiros, gabirobais, jataizais, "jambeiros", matas-de-jequitibás, meritizais, perobais, ôitizeiros e oitizais, pequizais, macaibais, pitombeiras, palmitais-de-guarirova, quirizais, sambaíbais, sapezais, sicupirais, taiobais, ubinzais, urucunzais, xiringais, tucunzais, etc.

Quando predominam, em determinadas regiões, certos espécimes faunísticos, logo aparecem denominações, como: capivarais, cupinzais, maruinzais, jacarezal, mutunzais, carapanais, piúnzal, saúvais, traíral, tucandiral, xopinçais...

- Dentro ainda dos domínios da estupenda vida vegetal brasileira, é justo destacar como a ciência terapêutica, a farmacopéia e a química encontraram abundante manancial, na variadíssima flora medicinal indígena, em drogas, alcalóides, estratos, remédios, xaropes, tônicos e outros preparados farmacêuticos, obtidos das folhas, essências, plantas, cascas, raízes e seivas, sendo conhecidos popularmente, em todo o nosso país, por êstes nomes recebidos dos filhos das selvas, êstes vegetais; - abacateiro, abacaterana, abiorana, "abútua"-mirim, "vaca-de-leite", "abobrinha-de-taiuiá", amapá, "ananás-do-mato", andaçu, andaiá, andiroba, andrequicé, andú-açu, aracaroba, aracuri, "arari-do-mato" e "araruta" -do-Pará, assacu, assaí, "batata-de-bugre" ou "batata-de-purga", "batata-mil-homens", baunilha, bicuiba e bicuibuçu, "brinco-de-sagui", buranhém, Buriti, butiá, caá-pomonga, "buta"-mirim, butaçu, "câinca", cacau, cajveiro, caçara, caçuma, "calumbá" e "calungá", "camará-vermelha", "camará-miudo", camboim, "cananga", cangérana, "canudo-de-sapucainha", caóba, capeba e capebinha, canarãna, capim (de chei-

ro, de galinha, de raiz); "capim-lanceta", "capim-limão", "capuába", "carandá", "carapiá", "caroba" e "carobinha", "cassaú", "cassave", "catingueira-do-campo", "catuaba", "caúna", "caiané", "caiaçona", "chá-de-congonha", "chá-de-herva-mate", "chá-de-herva-macaé", "charruana" ou "charrueira", "cipós medicinais diversos ('cipó-barroca', "cipo-capa-homem", "cipo-chumbo", "cipo-cravo" "cipó-çuma", "cipó-danta", "cipó-de-frade"), "coca" e "cocaina", "coérana" ou "coirana", "condeúba", "congonha" (do campo, do mato, da serra), "congonhamiúda" e "congonhão", "copaíba", "copál", "corindiba", "cumaru", "cururu", "cutieira", "embaúba-branca", "emburana" (ou "imburana"), "emburananga", "epana", "epiquenha", "fava-de-cumarú", "fava-da-caatinga", "fedegoso-tareroqui", "gambazeiro", "genipapo", "gerema", "giçara", "gendiroba", "gitirana", "gitó", "goiabeira", "gravatá-do-campo", "gonu", "grossaí-de-azeite", "guaco", o "guaraná" ralado com a "língua sêca do pirarucu", "herva-caá", "herva-surucucu", "herva-mate", "icicariba", "imbu" e "imburana", "ipadú-de-coca", "ipána", "ipeca" ou "ipecacuanha", "ipeconha", "ipeúva", "ipu", "jaborana" e "jaborandi", "jalapa", "jalapão" e "jalapinha", "jandiroba", "japecanga", "jaracatiá", "jataí", "jataicica", "jatobá", "jequirana", "jequiriti", "jetica" e "jeticu", "jiquitiá", "joá-bravo" e "joanésia", "juçara" ou "jussara", "jurema" (branca e preta), "landirana" "língua-de-tiu", "leitenho-da-caatinga", "cananga-de-igapó", "manacá", "mangirióba", "maria-graúna", "maririçó", "marizeiro", "matacana", "mirindiba", "morungu", "muriçá", "namuri", "nózcadeira-do-Pará", óleos diversos (de "andassu") de "andiroba", de "babaçu", de "buriti", de "copaíba", de "cumarú", de "louro-namui", de "mamona-una", de "groçai", de "tamaquaré", de "pataua", de "ucuúba"), "pacónha", "pajau" ou "pajeú", "pajá-marióba", "paracari", "pariparóba", "pariquina", "pau-paraíba", "pinhão-de-arauária", "piragáia" ou "piraguáia", "poáia" ou "poáya" (branca e preta), "porangaba", "pucaré", "puxuri", "quássia-do-Pará", "quiabo-de-taiuiá", "quina-vegetal" (do campo, do mato, da serra, com os seus alcalóides e seus derivados: quinato, quinina ou quinino), "raiz-de

jurema", "raiz-de-sapé", rabucém, "raiz-de-tiu", "roxinha"-das-caatingas", "sagúeiro"-do-Pará", sambabáia ou sambambáia, sapézeiro, sapucáia e sapucainha, sicupira ou sucupira, simaruba, sumaré, sumaúma, tabaco, taióba ou tayóba, tajá ou taiá, tamaquaré, tareroqui, tarumã, tatarena, taiuia, "tiborra", timbo, tinguaciba, tingüi, "tiu-do-mato", umarizeiro, umbaúba, umbu, umburana, umbuzinho, urucu ou urucum, uvaia, etc.



Ainda correndo o risco de fatigar-vos com esta "parlenda", lembrar-vos-ei que, nesta inesgotável onomástica da nossa tão notável flora indígena, se nos deparam, desde as mais odoríferas plantas até as flores mais belas, que enfeitam os orquidários e jardins do país e mesmo do estrangeiro. A "bonina" do campo era para o tupi a potira ou "flôr", de que o gentio guaianá do planalto de Piratininga derivou o nome da filha de Piquerobi, a encantadora Bartira, dada por companheira ao náufrago João Ramalho, formando êles o casal que, em terras vicentinas, deu começo à progénie mais remota da aliança do sangue luso-ameríndio, na família paulistana. Qual de vós, ilustres senhoras compatriças, que me escutais, com bondosa indulgência, não aspirou a fragrância da baunilha, do bogarim ou bogari, da cananga ou "lírio-do-brejo", do "capim-de-raiz cheirosa" e de "capim-limão", das "cascas aromáticas do Pará", das "favas do cumarú, da "magnólia-silvestre", macaca-poranga, do manacá, do óleo de "páu-rosa"-do-Amapá, do puxuri, e da "resina de "sapo-cunaru"? Ou não sentiu, em noites de luar, o balsâmico eflúvio do "jasmim do mato", das flores do maracujá, da "caneleira-sassafrás"? Ou já não cultivou, em vasos, essas folhas-policrômicas e delicadas dos tinhorões

selvagens? Ou não teve um olhar de admiração pela florida bandeja vegetal da enorme "vitória-régia" amazônica, circundada de ninféias e aguapés, na superfície de lagos e rios? Ou não se maravilhou com essas "parasitas" e orquideas de delicadíssimos matizes, que, ao lado das finas avencas e da florescência dos ipês e da suinana, esmaltam serras e bo-cainas, enfeitoam velhos troncos vegetais ou enchem de tonalidades, desde o rubro ao amarelo-dourado e ao branco de alvura de neve, a paisagem alpestre da subida da Mantiqueira, do Itatiaia, da Tijuca, do Tumuc-Humác, da Paranapiacaba?

*
* * *
*

- Em colorido de tintas e vernizes, o indígena nos ensinou a tirar de vegetais, ou de substâncias minerais, as cores de tingir ou de pintar, com os mais variados matizes e tonalidades fundamentais do amarelo (iúba), azul e verde (obim), branco (tinga), cinzento, negro (una), pardo (tuira), róseo, roxo, vermelho (piranga), como o comprovam as tintas e "anilinas" vegetais obtidas da braúna, do genipapo do mururé, da piúma, ou piúna, do urucum; e as tintas minerais das ócas ou "ocres" argilosos, das tabatingas e tauás de variegada coloração. E das "madeiras" de lei, das excelentes e rígidas madeiras das matas e florestas virgens do Brasil - e entre elas algumas de renome universal pela sua beleza e durabilidade - os nomes indígenas são os que ainda as nomeiam, entre os nossos construtores civis e navais, entre os "madeireiros" conhecedores. Aí estão, por exemplo: o acapu, o amapá, o andirobuçu, as baraúnas ou braúnas, a cabiúna, o cutucanhém, a embúia ou imbúia, o guatambu, os ibiratãs, os jacarandás, os jatobás e jequitibás, o jutaí a maçaran-

duba, o "pequiá-marfim", os ipês tão variados (ipé ou ipê amarelo, branco, bóia, catingueiro, do campo, pardo, preto, roxo, vermelho), as perobas ou perovas diversas, as sicupiras ou sucupiras, a sumaúma, a sucanga, o tapinhoã, a muirapinima, sem esquecer o "pau-côr-de-brasa viva", a madeira de côr vermelha-sangue, que veio a dar seu nome ao nosso país: o ibirá-pitanga, tão precioso para a tinturaria e sempre tão cobiçado, outrora, nos carregamentos de "pau-brasil" para as naus traficantes, em nosso litoral.



Na faunística brasileira, seria imperdoável o esquecimento da nomenclatura vulgar ornitológica, ou da onomástica iquitológica; e por isto citarei aqui, mesmo às pressas, diferentes denominações indígenas que ainda perduram, na linguagem popular, para a designação de aves e pássaros, de peixes, moluscos, mariscos e cetáceos. No mundo alado dos nossos volateis, os nomes ameríndios vêm desde os grandes exemplares das araras multicôres do Brasil, do condor dos Andes e dos "gaviões de penacho" das serras goianas, ao minúsculo "colibrí" ou guáimumbi (verdadeiras jóias da criação êsses "beija-flôres" de plumagem cambiante, com fulgentes brilhos metálicos, quando ruflam as asinhas no espaço, aos raios do sol); e sem esquecer os apreciados pássaros canoros ("os chamados passarinhos de gaiola"), como a araponga, o curió ou guirio, o gaturamo, a graúna, o inhapiru, a inhuma, a jandáia ou nhandáia, a patativa, os sabiás, o tié-piranga e o tiétê; além dos demais pássaros e aves campestres e das matas e ainda os palmípedes fluviais, lacustres e marinhos (acauã, amambaí, anambé, "andorinha-tapera", anu ou

anum, apeí, aracari, aracati, aracuã ou araquã, arapapá, arapeçu, araponguira, arara-canga, arara-canindé, arara-goiana, arara-juba, arara-macau, arara-piranga, arara-una ou araruna, arari, aratinga, arauna, as arirambas (azul, de coleira, grande ou guaçu e verde), o arirê e ariri, o baguari, o biguá e biguatanga, a bituira ou bituirra, o coró-coró, o cuiu-cuiu, o cujubi ou cujubim, a curica e curicaca, os "gaviões" (caburé, cara-cará, carachué, carê ou carancho, carará, cauê, cauré e pinhé), a "garçatinga", o "guará-do-brejo", o guará-piranga (garça vermelha), os inhambus diversos (açu, anhanga, chintã, chororó, chue, etc.), a inhaúma e a inhuma, o irerê o jaburu, os jacus e capoeiras (verdadeiras galinhas silvestres), o jacurutu, a jacutinga, a jaó, o japihim, o japu e japu-açu, as arrulhantes juritis ou jurutis, maguari, a maitaca ou maritaca, a maracanã, a "marreca-amambaí", o apreciado e gordo mutum (quase um perú das selvas brasileiras), as nandáias, os "papagaios" tão variados (entre os quais o ajuru ou jeru, que tão facilmente aprende a "falar como gente"), o periquito, a piaçoca ou piassoca, os "picapaus" (arapeçu e mirim) as "pombas-rolas" e outras (como as já citadas juritis e as "torcazes" e as "avoantes" de bando, nas regiões áridas do Ceará e outros Estados do Nordeste Brasileiro), os diversos sabiás (caraxué, cica, gongá, guaçu, juba, mirim, piranga, poca e una), o saci (tão agourento), a saracura, o siriri, o socó, o suiriri, os tangarás (passarinhos dançarinos, sempre aos pulinhos compassados), a taperá, (andorinha), as tiribas, os tucanos (o tucano-aracati e o de "papo-amarelo", entre outros), a "tobaca", o tuim, o tiuuiu, os urubus (desde o raro urubu-tinga ou "aruburei", porque sua plumagem branca o destaca entre a negrura dos bandos de corvos, voejando alto pelo espaço), o "zabelê" (nome êste de duvidosa origem ameríndia e talvez procedente de voz afro-negra).

- E de peixes, crustáceos ou mariscos e moluscos de água-salgada, bem como de peixes-de-água-doce, temos infinidade de nomes designativos, vulgares, provindos principalmente da "língua geral" dos povos Tupis, conforme o atestam êstes mais conhecidos, na iquitologia marinha, lacustre e fluvial: abiquara, acarás diversos (o acará-"bandarra", o "bandeira", o acarabé, o branco ou acaratinga, o acarabu, o "cascudo", o "chato" ou acarapéba, o acarraçu, o acará-de-"lixa", o "diadema", o acará-"folha", o "acará-grande" ou acará-guaçu, o acará-mirim, o "acará-preto" ou acará-una), o "acari-roncador" ou acari-de-lóca, o acuru, o aimpim ou aipim, o aipira, a aipoca, o acuru, o alambari ou lambari, o apaiari, o apapá, araberi, aracu, aramã, aramacá, aramassá, arapâima, arambari, araçu, aratu, aratu-bóia, arauá-nã, arembé areocó ou ariocô, "armahu" ou "armáu", "arraia-arara", "arraia-pixuna", aruanã; bacu, "badejo-mirim" ou "badejête", "badejo-açu", "bagre-açu", baecanha, "bagre-etê" ou "bagrête", baiacu, bacu, batata, batanga, beiju-pirá ou bijupirá, "bôto-piranga", "bôto-tucuxi", biguara, bujuru; çabacu, çaberê, cabaçu, "cação"-guaçu (de Cabo-Frio e do Maranhão), caçuiuba, caçurita, çaipe, çambuiu, çaibicuára, camapu, "camarão"-etê, cambeva, çamangoiá, "camorim" (da lagôa do Jacarepaguá), camoatá-cascudo, camboatá, çambuba, camoropim ou camurupim, cananã, canapu, "cambimba", canderu ou candiru, cangati, cangurupim ou cangurupi, cangutá, canhánha, caóba, capará, caparará, capitã, capitari, capitui, cará, çarabiána, caramuru, caramurupim, caránha, caranhu, carapeba ou carapeva, carapicu, carapitari, carapitinga, caratanga, carapó e çarapó, caratinga, carataí, caratani, caraúna, çaripoca, "cassotim"-piã e cassotinga, "çhagu, chimbore, çaxaré, ou "çaxaré" de Itaparica, cióba, ciri, ciriba, ciribóia, ciribuna, ciricandé ou "ciri-candêia", ciriri, ciri-una, coajá, cocóroca ou "córcoróca", corimatá ou corimatã.



Chefe Borôro preparado para a dança

Família de índios Camaiurá - Xingu - 1945



corimã, "coriná", coróca, coromatã, coruvina ou "corvinóta", crupetê, "cruvina", cumbe, cunhã-mucu, cuaia ou cuajá, cuiu-cuiu, curimatá ou curimatã, crumatã, curimbatã, çurubim, çururu, cururuca, cutu-cujo; "dourado-pirá", gaibicuara, garajuba, garapa ou garapã, garauçu, garaúna, garaúva, "garopa", "garopinha" e "garoupa" (nomes talvez indigenizados, no Brasil), garu, geripoca, goacari, goaraguá, guacari, guaibira, guaracáia, guaraiuva, guarajuba, guaru-guaru, guaiaranha, guaiami, gurijuba; iuiu, jacundá, jaú, "jamanta-açu", jaraqui, jatuarana, jan-diá ou jundia, jeju e iejuí, jeraqui, jeripoca, o jurupecém (outro designativo do surubim), o jururu, oiambaré ou lambari, lambari-açu, lambari-mirim, le-ripéba, leri-mirim, mafura, manati, mandi, mandibé, mandiu, mandihi, mandiju, mandioca, mandiore, mandi-uçu, mandu, mandubé, mandubim, mandupirá, manduva, manjuba, manjubim, maóba, mapará, maparajuba, matrinchá ou "matrinhão", matupiri, "mero"-açu, merui, "mixôla", muçu ou muçum, murupi, "muzundu"; niquin, oirãna, pacamóm ou pacomã, pacu, pacumã, "palombêta", parati, parati-açu, paratipi, "pargo-pirá", paru, pericomam, piaba, piabanha, piabatinga, piabuna, piabuçu, pianguejo, piáu, piáu-uçu, piava ou piaba, piracaia, piracanju, piracanga, piracanjuba, piracatinga, piracirica, pirarucu, piragáia, piragéia ou piragia, piraíba, pirauba, piraju, pirajuba, pirapuru, pirambóia, pirambu, pira-enha, piramutaba, pirá-nambu, piranhas diversas (piranha "cabeça-de-burro", chupita, redoleira, serra-fina), piranhém, pirá-pará, pirapetinga, pira-pinima, pirapitinga, pirapitanga, pirapuã, pirapucu, piraqué, piraqui, pirarãna, pirarára, piraçu, piratã, piratánha, pirá-tapioca, piratáia, piratinga, piratininga, piraúba, piraúna, pirauçu, pirucáia, pitiu, pititinga, pitu, pitu-açu, pituba, poca, pocomã, poraquê, poti-potu, poti, pratibu, pratióca, preiecha, puncáia, pura-kui, puã-pirá, putu, puxim; quajá, quando, reri; sa-

baçu, saberê, saçaiuba, sacuritá, saguiiri, saipé, o samangoia, sambúio ou sambuiú, sanhoé, sarapó, sarabiána, saripóca, sassaiuba, saúna, seicanga, sióba, soróca, sororóca, surubim, surubim-caparara, "surubim-moleque"; tabarána, tabiró, taínha, tainhaçu, tambaqui, tambiu, o tambiju, tarataí, tambatá, tamuatá, tarióba, traíra, trairão, tubarana, traíra-açu, "tubarão", tucunaré, "tucunaré-pintado"; "xarelête", "xaréu", o xerelete, o xexéo, o ximboré, o xodó, o xué, o xupi, o iuiá, o xuru, o zunguru...

Encerremos, porém meus pacientes ouvintes, esta resenha quanto aos nomes indígenas da nossa fauna silvestre, recordando agora algumas denominações de animais. como sejam: a ariranha, (a "lontra" d'água doce, de pele estimadíssima pelas damas elegantes); a aý (a desgraciosa e lerdíssima "preguiça", sempre trepada no tronco das embaubeiras); os ferozes caetetus (verdadeiros porcos do mato); a capivara (um porco anfíbio); o coandu ("ourijo-cacheiro" ou "porco-espinho"); os espertíssimos quatis; a cutia, tão arisca; a cuíca (rato-d'água); o fétido gamba; o guará do mato (espécie de cão silvestre) e o guaraxaim (um lobo-zinho atrevido); o guaxinim (ou "mão pelada"); a irára (ou "papa-mel", perseguidora das abelheiras); o astuto e sabido jaboti (que tanto enriqueceu as nossas lendas folklóricas); os jacarés vorazes (e com o couro hoje cotadíssimo e empregado na indústria de tantos artefatos delicados) o jaguar (temível felino, verdadeiro tigre americano); o jaguarandí (gato mourisco); a jaguatirica; o jupati (a mesma "cuíca" ou "ratão dos banhados"); os macacos tão variados (como o buriqui, o coata, o jupará, o sagüi ou "serelépe" e outros); o maracajá (gato do mato); o moco das lapas; o mucura (cangambá); as "onças" êsses felinos tão carneiros, desde a terrível canguçu à sucuarana-vermelha; as pacas (caça de carne tão saborosa); o piriá ou preá (lebre indígena); o sucupara (o "veado-galheiro" dos pantanais,

além de outros veados, como o camocica e o caatingueiro; os tamanduás (quer o tamandua-bandeira, quer o mirim, ambos comedores de formigas e cujo abraço é igual ao de "amigo-urso"); o tapiti (manso coelhinho prolífico); os tatus (desde aquele cuja carne sabe à de galinha, até ao asqueroso péba, desenterrador de defuntos, nos cemitérios).

*
* * *
*

Existem ainda, meus distintos ouvintes, muitos designativos genéricos de classes e de indivíduos, muitas denominações de origem indígena dadas a grupos étnicos ou raciais e até mesmo apelidos ou alcunhas, que caracterizam defeitos físicos, ou particularidades e qualidades peculiares a seus portadores. E todos êsses designativos, denominações e apelidos qualificativos, enriquecem sobremodo o vocabulário nacional, emprestando à linguagem brasileira um vivo colorido e uma impressionante prova da "marca do Índio", no próprio idioma neo-latino que falamos, cá na América Portuguesa.

Milhares de designativos expressam êsses nomes das tribos, hordas, povos e agrupamentos selvagens, pertencentes às grandes "nações" indígenas (como os Tupi e Guarani, os Gê ou Tapuia, os Aruáque e Cariba) que aqui já viviam, no alvorecer do século XVI, quando a Armada Cabralina ancorou em Pôrto-Seguro e tomou posse dêste vasto pedaço das terras do Novo-Mundo para a Corôa de Portugal.

Ponhamos de parte, por não virem ao caso, a classificação linguística e a nomenclatura etnográfica, sob o rigor do ponto de vista científico, pois apenas estamos dando aqui um ligeiro balanço às copiosas contribuições vocabulares, que à língua portuguesa falada no Brasil e à cultura geral dos bra-

sileiros trouxeram os idiomas dos povos aborígenes ameríndios, em nosso país. Pelos Estados e Territórios federais da República se espalham: acrianos, amapaenses, capichabas, cariocas, cearenses, cuiabanos, gaúchos, goianos, guaporéenses, iguaçuenses, marajoaras, paraenses, paraibanos, paranaenses, pernambucanos, piauienses, potiguaras, sergipanos, tocantinos, xingunos; e, ao lado desses qualificativos de naturalidade, tantos outros apelidos e alcunhas mais regionais, como: araguaianos, babaquaras, biribas, buávas, cabôclos, caíças, caipiras, canhêmboras, capiáus, caramurus, caribócas ou curibócas, carijós, cariris, cariús, cataguás, cauaçus, cáucheiros, caiapós, chimangos, curibócas, curitibanos, emboábas, gorotubanos, guásocas, guaiamus, guanabarinos, mundurucânios, "paranistas", parnaibanos, paroáras, piraguáras e piraquáras, piratininganos, puris, sorocabanos, tabaréos, taboqueiros, tapajônios, tapejaras ou tapijaras, tapereiros, tapiocanos, tejuanos, urucuianos, etc.

E não sejam esquecidos os apelativos simples ou compostos, que caracterizam profissões ou atividades profissionais de trabalho, ou mesmo defeitos e qualificativos, êstes muitas vezes de sentido pejorativo; e, sob êste aspecto, tôda gente sabe o que significam tais nomes e expressões, como sejam: abatinga, abaúna e apicairé (louco ou possesso); "balateiros"-do-Amapá, "brancarânas"-do-Maranhão, "brabos"-acrianos, caborés-cuiabanos, caíças da Ribeira de Iguape, cambévas-nordestinos ("cabeças-chatas"); "cambirôtos"-do-Acre, "cambiteiros"-de-Pernambuco, campeiros-gaúchos, campistas-goitacazes, "cangaceiros"-do-Cariri, canguçus-paulistanos, "capoeiras"-cariocas, "carijeiros"-paranistas, caribocas-mestiços, cauaçus-baianos, "caxixeiros"-de-cauaçu, "cassacos"-sergipanos; caiporas (indivíduos sem sorte), capengas ("manquitobas" ou pernetas), ca-

uiras (avarentos ou "munhecas-de-samambáia"); garimpeiros-do-Abaeté, "diamanteiros" do Coxipó; "geralistas" da Mantiqueira, jururus (tristonhos), "mara-gatos"-gaúchos; pamónhas (moleirões) e panemas (indecisos, apalermados); poaieiros do Cuiabá e do Mucuri, "quilombolas"-tapanhunus, quiririus (silenciosos, taciturnos), "seringalistas"-acreanos e "seringueiros"-do-Pará; tapijáras-escoteiros, vaqueanos-caipiras, vaqueiros-cearenses e vaqueijadores-potiguáras; vareiros, "zagaieiros" e "zingueiros" cuia-banos; xarqueadores-gaúchos e "xibaíros"-paranaenses; xiringueiros-amazônicos, "xinas" e xurus gaúchos...

Não é exaustiva a lista, nem é nosso propósito cançar o seletor auditório, que nos escuta, com tanta benevolência, vindo desfiar aqui o rosário desta infinita nomenclatura, que herdamos do Índio brasílico. Há, porém, outros apelativos tão interessantes, que seria censurável não relembra-los, nesta palestra convosco. Ainda hoje os nossos "mandões" e chefetes políticos, no interior do país, são denominados caciques, morubixabas, tuxáuas e turunas; e, quando se quer fazer alusão aos poderes ocultos dos nossos "curandeiros", diz-se logo que eles são respeitáveis abarés, atilados caraibebês, espertos piágas e sabidíssimos pagés, conhecedores de pussangas milagrosas.



Consenti ainda que vos relembre os nomes próprios ameríndios, dos quais orgulhosamente são portadores homens e mulheres, rapazes e moças, que no Brasil hodierno continuam a se chamar: eles, Aca-ri, Acaiába, Aimberê, Airi, Ajuricaba, Amanajós, Amberê, Apigáua, Apinagê, Aquidabám, Araquém, Ara-rigboíia, Arari, Ari, Atabalipa, Ataliba ou Atahual-

pa, Aimbiré e Aimoré; Bacaba e Bacáia, Baraúna e Borôro, Caubi e Caribé, Caraíba e Cari, Chané e Cocâmo, Duhi e Erimá, Guaicuru e Guaraci, Guarani e Guatimozim, Huascar e Iberê, Ibirocaí e Iguaçu, Iguatemi e Inimá, Irani e Iratim, Itagiba e Itiberê; Jacaré, Jacaúna e Jaci, Jaguanharão ou Jaguanharo e Jaguaribe, Janduí e Japiaçu, Jucá e Jupiaçara, Juquira e Juraci, Jurandir e Juruna; Macaíba e Maracaju, "Metôm" e Minuáno, Moacir e Montezuma, Nonoái e Orótimã, Paim e Pajeú, Pancicu e Parobé, Peró e Peri, Pequi e Piquerobi, Piragibe e Pirajá, Piratinino e Pojucâm, Poti, Potiguar e Puri; Soróba-bé, Subahé e Sumé, Tabajara e Tamandaré, Tibirecá e Tupinambá, Tupi e Ubirajára, Viri e Xané, etc.

E elas, as nossas patrícias representantes do sexo feminino - tão erradamente, e contra a evidência da realidade, ditas do "sexofraco" (risos) - gostando de ser chamadas por belos e expressivos nomes, que também foram outrora usados por suas "irmãs" das selvas brasileiras e americanas. Em homenagem às senhoras aqui presentes, nesta "Festa de Encerramento da Semana do Índio", em nossa Pátria, evoquemos alguns dêsses nomes próprios femininos, bem soantes e com significados graciosos e peculiares ao idioma dos povos Tupi-Guarani, principalmente.

Açocê ou Açossê (a de "corpo cheio", a gorduchóta); Ajurim ou Ajuri (que tanto pode significar a do "colo graciososo" ou "colo pequenino", como a "diligente", mulher ativa e laboriosa); Aracê (a "aurora" ou o nascer do dia); Araci (nome que se presta a ser interpretado como a alvorada ou "mãe do dia" e "mãe do tempo"; ou a que é "chilrante" como a cigarra; sendo que Araci é o símbolo do próprio Sol, a fonte geradora da luz e do calor vital, no mito astral dos Tupi); Aracira (forma abrigueirada do nome antecedente e que pretende significar o "despontar do dia"); Partira (alteração de Botira, Ibo-



Gado dos índios do Pôsto Indígena Simões Lopes em Mato Grosso.

Uma escola padrão de posto indígena do Serviço de Proteção aos Índios.



tira, e Potira, a "flôr", mais especialmente a "bonina" dos nossos campos de planalto, e aquele foi o nome da princeza guaianá, filha do chefe Tibireçá, que a deu por esposa ao luso João Ramalho e dêsse casal provieram bôas estirpes paulistanas, em Piratininga); Bitu (a "formiguinha", a bravinha); Bogarina (alteração abasileirada do nome da perfumada flôr do Bogarim ou Bogari); Caiubi (ou Caiubim, Cajubi, Cajubim, Caubim e Caubi, variantes do mesmo nome, "a que é dôce como o caju" ou o cajuzinho, interpretando-se também caóbim ou caúbim como "a de côr azulada", da que apresenta uma têz da côr do anil); Cecém (o "lirio do brejo", denotando a mulher de porte delicado como a haste do lirio); Ceci (a "maternal", a que é carinhosa como se a própria mãe fôsse, ou ainda "minha mãe"; e êsse poético apelativo foi que José de Alencar deu à virgem branca e bem amada de Peri, o jovem guerreiro do Paquequer, no conhecido romance, que Carlos Gomes imortalizou na ópera O Guarani); Cêema (a "doçura", a que é dôce como açúcar); Cêuci (a "mãe do pranto", a maguada); Coaraci (com as suas variantes abasileiradas de Córaci e Guaraci, o Sol, a Luz, a "fonte da Vida", a luminosa, a resplendente); Coêma (a manhã, a alvorada, a luz matutina); Cunháia (ou Cunháya, a "mulher suave" ou meiga, de bom gênio); Cunhábatim (ou Cunhábatim, a veneranda, a mulher dos cabelos brancos); Cunhatim (a que é de tez branca ou pálida); Cunhaporanga (a "mulher formosa"); Dióraci (alteração abasileirada, a par de Joraci, do nome Juraci, dado tanto a homens como a mulheres, no Brasil); Eçaóbim (a dos "olhos verdes") e Eçaúna (a dos "olhos negros", aparecendo também grafados com as formas Essaóbim e Essaúna); Gáinumbi ou Guainumbi (o "beija-flôr", o passarinhito vêrde, o pequenino "colibri" de plumagem vêrde-azulada); Graciêna (forma abasileirada, por contração de Guiraciêma,

a "ave cançada" de tanto voar, também podendo ser interpretado o nome como "a que trina docemente como o passarinho pipilando"); Guaraciaba (variante de Coaraciaba, designando o mesmo que o nome vernáculo luso-latino de Laura, isto é, "a dos cabelos dourados ou louros, como fios ou raios de sol", havendo também outro nome indígena feminino - Coaracipeca, o "sol luzente ou brilhante"); Guaraci (alteração equivalente a Coaraci, a "mãe dos viventes, porque ao calôr do seu seio se geraram as criaturas); Ibotira (que significa "flôr", designando especialmente a "bonina" campestre e sendo uma das variantes de Potira, ao lado de Bartira e Botira, como antes ficou dito); Ipoméa (a "flôr" que brota do charco", si bem

que essa linda flôr policrômica de uma trepadeira indígena dos brejos e igapós nasce também fora do paúl); Iracê (a "melíflua", a cheia de doçura ou de meiguice); Iracêma ("a que flúe ou escorre mel", designando também o próprio "favo de mel" das colméias ou ainda a "saída das abelhas", o "enxame"; e êsse belo nome da virgem indiana cearense, filha do chefe Arakén e esposa do intrépido guerreiro luso Martim, se tornou famoso no romance de José de Alencar, que descrevem a sua heroína como "a virgem dos lábios de mel"- e, em tupi, melhor se diria Iracémé, o "lábio doce", o "lábio que sabe a mel", sendo que até já se quiz dizer que seja o nome Iracêma um inspirado anagrama simbólico da palavra AMÉRICA); Iraci (a "mãe do mel"); Iracira (nome derivado do antecedente); Iraê (a "dulçurosa" ou a "fonte de doçura"); Iramáia (alterado abasileiradamente em "Iramália" e às vezes grafado Iramáya, existindo mais dois nomes próprios femininos - Iramánha e Irápuêma, criações populares, com fundo indígena); Irecê (a "nadadora exímia", a que nada de modo perfeito, conservando-se à tona d'água); Jaci (a "lua" ou "mãe dos viventes") e Jacira (a "fecunda" ou "geradora" de frutos); Jân-

da ("a que corre" ou a "andarilha") e Jandaia ou Jandáya (a "andêja", a "errante", que muda sempre de lugar, ou vive correndo de um lugar para outro); Jandaíra (o "mel fluente" ou o "nosso mel", a que escorre mel ou doçura); Jandira ou Jandyra (a "nossa doçura", a nossa meiguice"); Jayra (a que é doce como o favo de mel); Jupira ou Jupyra (a "devorada, ou a "sacrificada"); Juracê (por alteração do verdadeiro nome, que é Jurucê, que pode ser traduzido, ou como "a da boca doce", a "afavel", ou como "a do colo brando", "colo macio"); Juraci (nome próprio indígena, usado no Brasil tanto por homens como por mulheres, e querendo significar para estas "a que tem a pele tenra como a casca dos frutos"); Jurema (a que faz a gente adormecer e sonhar, a enfeitiçadora ou a sedutora); Juriti ou Juruti (a do colo alteado e airoso", ou a que tem o seio elevado, eréctil); Juruáia (a da "bôca suave", a do "falar manso ou brando"); Jurubim (a da "bôca cerrada ou fechada", e, por extensão de sentido, a calada ou silenciosa); Jurucê (tendo os significados já dados em Juracê); Jururê (a "pedinchona" ou, por analogia, a pedinte, a exigente); Kenguará (nome da 1.ª índia mineira feita cristã pelo batismo, na Serra da Itaverava, fins do século XVII, sendo o nome dessa gentil selvícola cataguá traduzido por "cabecinha de garça", pelo seu natural porte altivo, de frente erguida e graciosa, sendo também adotada a grafia Quengará); Kunhâbatim (a mulher idosa, dos cabelos brancos", nome também escrito sob a forma Cunhâmbatim); Kunháia (ou Cunháia e Kunháya, a mulher suave, de bom gênio); Kynha (também grafado sob as formas Quinha ou Qyinha, a mulher de gênio bravo, ardorosa como pimenta); Lindóia (nome que nosso épico José Basílio da Gama derivou da voz araucania: Lincóia ou Lincoya e dele fez a heroína guarani do poema "Uruguai", irmã do bravo cacique Caetetu e esposa do guerreiro Cocambo); Majoi (a "filomela" ou também

a "andorinha", alusão à mulher de andar ligeiro e rápido); Maguy (a feiticeira", e, por analogia, a encantadora, cheia de feitiço e sedução); Mirina (ou Mirina e Miryna, a "miudinha" ou a "pequenina", mulherzinha de talhe gracioso); Moêma (a "debil" ou "desfalecida", a exausta pelo cansaço ou já esgotada de energia pelo esforço despendido, e assim aconteceu com a bela tupinambá que, nos mares da Bahia, tentou seguir a nado a nau que levava Diôgo Caramuru, pelo qual se enamorara); Paraguassu (a princeza gentia de Itaparica e que foi a dileta esposa de Diôgo Alvares, o Caramuru, sendo o nome dessa índia, filha do morubixaba dos Tupinambás baianos, indicativo da sua magestosa beleza natural, pois significa "a do cocár ou penteado vistoso", de porte imponente como o do "mar grande", o Oceano); Paratará (a "da côr variegada", porque sempre pintada com traços de tinta de coloração viva e diferentes nos matizes e tons, que sabia dar à pele essa índia famosa da Serra da Itaverava, mulher de Bacáia, chefe guerreiro dos Cataguás, sendo eles os pais da graciosa Xenguará, a do "colo ou cabecinha de garça", e de quem já fizemos menção); Pirina ou Piryna (a flexível como o junco, a que tem o talhe delgado e fino); Piruna (a morena, de tez bronzada, mulher da pele mais escura); Pócahontas (nome da princeza "Pele-Vermelha", que cimentou a aliança do índio com os colonos anglo-saxônicos, na América do Norte); Poranga (a que é bela, a formosa ou bonitona) e Poránruá (a "da face bonita", a "do rosto formoso"); Potira (a "flôr", designando a "bonina", que enfeita os campos, aparecendo o mesmo nome feminino com as variantes já citadas de Bartira, Botira e Ibotira); Puânruá (a "de rosto saliente", de maçãs salientes na face); Quên-guará (ou Kenguará, a já citada e graciosa indiazinha Cataguá, que tinha uma "cabecinha ou colo de garça", tão airosa e gentil era essa filha do chefe Bacáia e da espaventosa e pintalgada Paratará, sua

mãe, que deixou fama entre os lés.bandeirantes das "Gerais"), Quinha (contração de Quyinha, alcunha já referida e dada à mulher de mau gênio, ardente como a pimenta); Rólemã (poética figura de outra índia mineira, filha de um tuxáua do gentio Abaeté e companheira fiel do garimpeiro lusitano Muniz, com quem viveu na "Ilha dos Amores", no rio Abaeté-Diamantino, Oeste de Minas); os já mencionados nomes Saóbim (contração de Eçaobim "a de olhos verdes ou azues") e Saúna (alteração de Eçaúna, "a de olhos negros", a que tem olhos pretos muito vivos); Térébé (a barulhenta, a espalhafatosa, a ruidosa); Iára ou Yára (a ninfa ou serêia fluvial amazônica, a dominadora ou soberana do rio-mar, dona e senhora das águas e que seduz os homens, levando-os para o seu reino encantado, nas profundezas do "Solimões", segundo os mitos tupis, que tanto enriquecem o nosso folklore nativo).



Depois destas longas e desataviadas palavras, bem sinto que estais fatigados e urge pôr um remate menos enfadonho a esta Conferência, em que, obediente a uma intimação do meu eminente amigo e nosso mestre em Indianologia Brasília, sr. General Rondon, tive de vir palestrar convosco sobre este para mim agradabilíssimo tema das contribuições indígenas trazidas à vida cultural brasileira, em nossa grande Pátria.

Nos domínios da Arte, através da Música, da Pintura, da Escultura e Estatuária, já os temas indígenas vêm empolgando os nossos mais geniais pintores, escultores e musicistas, inspirados por grandes poetas e romancistas nacionais, que já haviam, desde o século dezoito, começado essa obra magnífica

de projetar sôbre a atenção do mundo algumas figuras lendárias e inesquecíveis de filhas e filhas das selvas brasileiras. Os épicos mineiros Frei José de Santa Rita-Durão e José Basílio da Gama immortalizaram, o primeiro, no poema "O Caramuru", a magestosa Paraguassu, e a desventurada e terna Moêma, enquanto o segundo, no poema "O Uruguai", a gentil Lindóia, (retratada no tão conhecido e inspirado verso; "tanto era bela no seu rosto a morte"). E o compositor patricio Francisco Braga fez reviver em acordes da música lírica, na ópera Moêma, todo o sacrifício de amor da repudiada amante do Caramuru, sepultada na voragem oceânica, quando já exausta de fôrças, não mais pouda seguir a náu, que levava mar em fora o feliz casal de Diôgo Alvares e da Paraguassu...

O grande bardo maranhense Antonio Gonçalves Dias, que foi também um notavel tupinólogo, nos arrebatava com o seu poêma "Os Timbiras", e nos versos do Y-Juca-Pirama e na descrição poético-sentimental do triste destino do Marabá, deixou para a literatura nacional imortais produções saídas do seu estro.

Outro genial nortista, o escritor cearense Conselheiro José de Alencar, nos seus admiraveis e traduzidíssimos romances O Guarani e Iracema, notadamente (além do "Tronco do Ipê", de Ubirajara e do que escreveu a respeito da "Confederação dos Tamoiós"), abriu ensejo, com o primeiro romance citado, para a divina inspiração do compositor campineiro, o glorioso maestro Carlos Gomes, que com a sua ópera Guarani pôs o Brasil no cenário Universal da arte lírica.

É preciso, Senhoras e Senhores, que a gente brasileira se ausente da Pátria e se encontre em terras de além-mar, para sentir o que eu próprio já tenho experimentado, quando se vê drapejando, nalgum ponto do mundo, o nosso auri-verde pavilhão; ou quando se escutam, num arrebatamento dalma, os acor-

des maravilhosos da protofonia do Guarani, nalgum teatro das grandes Capitais do globo, quando então todo o nosso ser vibra, como se ouvisse o próprio "hinonacional" da Pátria distante....

Jupira (símbolo da índia sacrificada) é outra ópera inspirada por tema indígena brasileiro, assim como os mitos amazônicos também inspiraram conhecidas e aplaudidas composições de musicistas de valor, na moderna geração de compositores nacionais (como sejam Nepomuceno, Villalôbos, Ravel, Fernandez, Pouchet, Gomes de Araujo, Gallet, Mignone).

Do início da História Pátria, com o Descobrimento, e das nossas lutas e campanhas, na época colonial, contra os invasores holandeses, e, já mesmo no Brasil-Império, nas guerras do Prata e do Paraguai, foram tirar os nossos maiores pintores (Pedro Américo e Victor Meirelles, por exemplo) assunto para seus admiráveis quadros e telas de pintura histórica, em que, como na "Primeira Missa do Brasil", Meirelles deu tanta vida ao cenário com os Índios Tupiniquim que ali figuram, assistindo ao "santo sacrifício" celebrado pela vez primeira nas plagas da Pindorama, desde então a "Terra de Santa-Cruz"; e como nos quadros guerreiros, que ornamentam os salões do nosso magnífico "Museu da Escola de Belas-Artes": a "Batalha dos Guararapes", a "Batalha do Avai", do genial pintor paraibano Pedro Américo; já não falando de outras telas, que as galerias daquela Escola possuem e em que os nomes indígenas, tão sonoros e expressivos, nos evocam grandes acontecimentos históricos do Brasil, como "O Grito do Ipiranga", a "Partida das Monções do Tiétê", "O Armistício de Iperoig", o retrato de "Martin Affonso Ararigboia", etc.

Almeida Junior, Benedicto Calixto, Antonio Parreiras, Amoêdo, Bernardelli, Delpino... são grandes pintores e estatuarios, que ligaram seus nomes a muitas dessas notáveis obras, entre as quais o

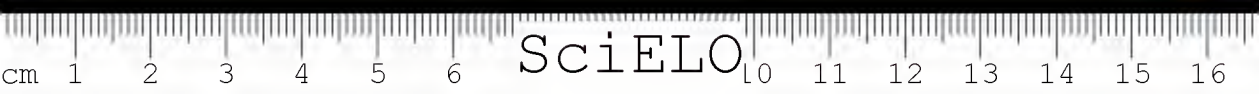
"Último Tamóio" é uma escultura impressionante do forte perfil de um guerreiro indígena da baía da Guanabara.

A República Mexicana, num cativante gesto de amizade, nos mandou a estátua do seu heróe astéca, o valente e sacrificado Cuautémoc (o "condôr ou Águia que tomba" pela crueldade do invasor ibérico) e ao qual melhor conhecemos pelo nome de Guatimozim, ali erecto na curva da nossa esplêndida Avenida Beira-Mar, nesta cidade do Rio de Janeiro.

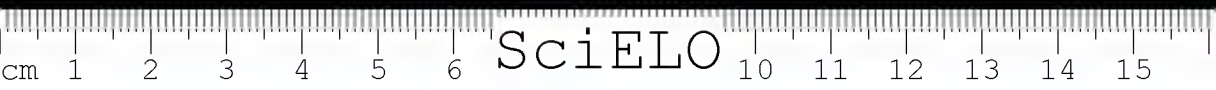
Mas, uma ridente capital sulina, Curitiba, também ostenta, meus compatriotas e ouvintes benévolo, uma estatua, que vale por um símbolo, ensinando-nos a estar alertas para todo o sempre, diante das cobiças estrangeiras: a estátua é a de Guairacá, o heróico guerreiro guarani, que, repelindo pelas armas o invasor castelhano, lá nas terras que o caudaloso Paraná irriga, proferiu, em puro abaneenga, aquele brado, que nos deve servir de divisa e com que encerro esta Conferência: "Esta terra é nossa, já tem dono" Tenho dito.

(O orador foi vivamente aplaudido e cumprimentado pelos presentes, recebendo uma honrosa saudação final do Sr. General Rondon, Presidente da Sessão).

* * *



SciELO_l





MULTILITH





